

RPPNs

para sempre



contos,
encantos
e desafios





MANIFESTO

Nada mais escandalizante que a beleza.

Nada mais combatido que o amor.

Nada mais forte que a revolta, alimento das revoluções.

O colibri miúdo e brilhante afronta a ordem vigente apagando incêndios criminosos,
Incendiando espíritos insurretos:

Ele faz a sua parte.

O homem que se diz civilizado esqueceu do seu parentesco com os colibris.

Abaixo os métodos simplistas, insensatos e brutais de produção.

É tempo de regeneração e de aplicação das tecnologias do mundo natural.

Abaixo a ignorância!

Voltemos a tomar conselhos com as árvores e com os homens e mulheres da floresta.

A terra flutua no grande nada, seu status é o infinito, o eterno.

Nada se acaba, a transformação da matéria é a grande lei.

O ser humano vai redescobrir o seu lugar a partir do exercício da imaginação,

Vai redescobrir o sentido de comunidade.

Reinventar-se em conjunção com as estrelas.

Por uma estética que se manifeste em atos de partilha sensível.

Lutemos contra as injustiças.

O jardim vencerá o cimento insensível e grotesco,

Todos os seres serão novamente irmãos.

Renata Bomfim



APRESENTAÇÃO

A obra RPPNs para sempre: contos, encantos e desafios nasceu do desejo de alguns RPPNistas que, em épocas e locais diferentes, desejavam realizar uma publicação voltada para o universo das RPPNs. Esses desejos convergiram a partir da vivência no coletivo RPPN Brasil e a ideia logo passou a contar com novos colaboradores e com o apoio da “Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN)”. O trabalho foi realizado de forma colaborativa e voluntária, sendo que o seu resultado seria um livro, em formato digital, distribuído gratuitamente.

Os temas sugeridos para compor a obra foram muitos, entre eles indagações sobre: o que leva uma pessoa a destinar a sua propriedade para preservação perpétua? Quais sentimentos motivam pessoas de diferentes formações e idades a se engajarem na preservação ambiental, quase sempre colocando de lado os interesses pessoais em prol do bem comum? Muitos RPPNistas ouvem a pergunta: “Mas o que você ganha com isso?”, pois bem, essa obra oportuniza, se não uma resposta acabada, indícios e porquês reveladores.

As RPPNs contribuem de forma decisiva para a conservação da biodiversidade brasileira e já é possível contar com uma bibliografia rica sobre essa modalidade singular de unidade de conservação (UC). A equipe organizadora percebeu que seria uma grande riqueza abrir espaço de livre expressão para os RPPNistas, por meio de uma obra que acolhesse os seus relatos.

Os 58 relatos presentes nesta edição do livro “RPPNs para Sempre” contemplam 72 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que, somadas, totalizam 36.521 hectares, uma área correspondente ao município de Belo Horizonte (aproximadamente), capital de Minas Gerais. Essas RPPNs estão distribuídas em 11 estados da federação (com destaque para o Rio de Janeiro: 12 relatos) e 57 municípios brasileiros (com destaque para Nova Friburgo: 5 relatos). Os biomas abrangidos incluem Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Amazônia, diversidade que serviu como mote para a escolha da capa da obra, de autoria de Sándor Kiss, fotógrafo e gestor da RPPN Besouro de Fogo. Na imagem, observa-se uma fêmea de beija-flor-rubi (*Heliodoxa rubricauda*) voando em direção à flor do mulungu (*Erythrina speciosa*).

O beija-flor, ou colibri, é uma espécie polinizadora que pode ser encontrada em todos os biomas brasileiros e foi imortalizado na “Fábula do beija-flor”, representada no poema-epígrafe do livro, intitulado “Manifesto”, de autoria de Renata Bomfim, poeta e gestora da RPPN Reluz.

O incentivo para o compartilhamento dessas histórias e vivências parte do desejo de que elas promovam um intercâmbio de conhecimentos entre os proprietários, gestores de RPPNs e entusiastas do tema existentes em todo o Brasil, e incentive outras pessoas a também criarem reservas.

A participação na obra foi aberta para todos os estados brasileiros, e quem desejasse fazer parte do projeto podia se inscrever gratuitamente enviando imagens e relatos que deveriam contemplar a história de criação da RPPN, suas belezas naturais, singularidades e os desafios enfrentados na gestão. Além do compartilhamento dos contos, encantos e desafios das RPPNs, a obra também agrega dados técnicos e informações relevantes sobre o desenvolvimento do modelo RPPN, desde que passou a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Vale destacar que, além da multiplicidade de gêneros literários, como poesias, contos, crônicas, ensaios e artigos, que tornam a leitura interessante e diversa, a obra respeitou o jeitinho de falar de cada participante, mostrando a riqueza de variações linguísticas existentes no Brasil. Uma informação relevante é que as RPPNs estão organizadas por ano de criação, da mais antiga para a mais recente, de acordo com a data de publicação da Portaria de criação. Outra, diz respeito à classificação das espécies de fauna e flora contidas nos relatos; adotou-se a classificação da mais recente Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, isto é, caso o status de ameaça tenha sido alterado desde a aprovação do plano de manejo da respectiva RPPN, este status foi devidamente atualizado. Com relação aos mapas, eles têm caráter meramente ilustrativo. A representação espacial do território brasileiro, dos estados da federação e dos municípios foi obtida no banco de dados espaciais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os polígonos indicando os limites territoriais de cada RPPN foram obtidos diretamente com os respectivos proprietários e/ou gestores das reservas e, alternativamente, por meio de consulta aos bancos de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos diversos órgãos ambientais em nível estadual, quando disponíveis.

As informações apresentadas na ficha de cada RPPN têm caráter autodeclaratório, isto é, foram fornecidas pelos proprietários e/ou gestores das reservas. Havendo disponibilidade, essas informações foram conferidas junto aos bancos de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos diversos órgãos ambientais em nível estadual.

Esperamos que essa publicação emocione a todos(as) leitores(as), dando visibilidade e reconhecimento ao valor de cidadãos e cidadãs que não medem esforços para tornar o mundo um lugar melhor.

Boa leitura!

Equipe organizadora



PORQUE A NATUREZA É NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO

A Constituição Brasileira dedica seu capítulo VI ao meio ambiente. O artigo 225, que abre este capítulo, traz textualmente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Para assegurar a efetividade deste direito, o inciso III do parágrafo 1º impõe ao Poder Público, dentre outras obrigações, a de “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”.

É justamente na interseção entre essas duas determinações constitucionais onde as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) se inserem juridicamente. Da combinação entre a imposição que cabe também à coletividade – ou seja, à sociedade de maneira geral – de defender e preservar o meio ambiente, com a obrigação do Poder Público de definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, surgiu o que hoje é reconhecido como o maior sistema de conservação privada voluntária do mundo.

Desde o Código Florestal de 1934, proprietários rurais brasileiros podem destinar, voluntariamente, as florestas e outros ecossistemas encontrados dentro dos seus imóveis à proteção. Mas, foi somente a partir de 1990, com a criação das RPPNs, que estes anseios encontraram o respaldo jurídico e governamental necessários. Ao serem incorporadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em 2000, estas reservas ganharam um status que poucos países do mundo conferem aos esforços voluntários de criação de áreas protegidas pelos seus próprios cidadãos e setor privado.

As cerca de 1.800 RPPNs existentes no Brasil hoje são o resultado da decisão voluntária das pessoas, empresas e instituições proprietárias dessas áreas, ratificada pelo reconhecimento oficial dessas reservas, por parte dos órgãos governamentais de meio ambiente. Em se tratando de decisões tomadas em caráter voluntário e perpétuo,

é evidente que este arcabouço jurídico não é suficiente para expressar, em sua plenitude, um gesto tão carregado de desprendimento e de sentido sobre o que seja responsabilidade socioambiental. Muito além dos dispositivos legais e normativos, criar e manter uma RPPN são atitudes resultantes de múltiplas e diversas histórias pessoais, familiares, institucionais. As centenas de milhares de hectares hoje protegidos pelas RPPNs no Brasil concretizam – ou melhor, naturalizam! – os sonhos, os anseios e os compromissos de milhares de pessoas e centenas de empresas e instituições.

É a beleza dessa diversidade de exemplos, casos e 'causos' que este livro revela. As 72 reservas cujas histórias são contadas nas próximas páginas devem sua existência e sua permanência à perseverança e dedicação de cidadãos, cidadãos, empresas e instituições diferenciadas. Em todos os relatos é possível identificar pessoas que fazem a diferença, pessoas que não se contentam em apontar problemas, em fazer críticas ou apenas propor soluções para que outros implementem. Os textos reunidos neste livro trazem os sonhos, as histórias, as conquistas e também os desafios e as angústias de pessoas que decidiram agir. Algumas baseadas no puro instinto, na mais genuína intuição sobre o quê e como fazer. Outras, pautadas por diagnósticos e análises bem fundamentadas e orientadas por metas previamente definidas em planos estratégicos. Mas, todas, sem exceção, motivadas por um aguçado senso de missão.

São pessoas que arregaçaram as mangas e foram à luta. Que ousaram deixar posições confortáveis e situações de vida muitas vezes estáveis para se aventurar no mundo da conservação voluntária. É gente que sonha, mas que não se contenta só em sonhar. São seres humanos que, entendendo a beleza e o sagrado de compartilhar este Planeta com tantos e tão diversos seres de outras espécies, famílias e reinos, têm dedicado sua vida à proteção da natureza. Dedicam suas vidas e seu patrimônio porque entenderam que a natureza é, de fato, o nosso maior patrimônio.

Muito já se escreveu sobre as RPPNs e os esforços de conservação voluntária no Brasil e no mundo. Ao longo das últimas três décadas, a literatura técnica e científica sobre o assunto avançou no mesmo ritmo em que foram avançando o número de áreas protegidas privadas voluntárias. Mas, são raros os registros a partir de uma perspectiva humana, individual, ainda quando se trata de reservas de pessoas

jurídicas. A proposta desse livro colaborativo, pensado e escrito a muitas mãos, é realçar o lúdico, o intangível, o encantador por trás desses lugares especiais. O que se quis foi compartilhar com os leitores um pouco da alma, dos sonhos e do caminho percorrido por trás destas áreas tão afetuosamente protegidas. E é nessa toada que encerro este prefácio.

Da Meia Lua que Reluz em Águas Claras e Agulhas Negras, numa Terra que Brilha à luz de um Besouro de Fogo, onde o Canto do Senhor ecoa pelos estrondos de Santa Bárbara ou pelas benesses de São Pedro, percorremos a Volta do Rio até alcançarmos o Refúgio Carolina, sob as benções da padroeira Nossa Senhora Aparecida e amparados por Santa Dulce de Cima. Nossa luta Pró-Mata não tem Régua, e que Não Me Deixes mentir a Águia Branca que espreita do Alto da Boa Vista a beleza do Salto Forqueta. Lá de onde se Mira-Serra, a Serra do Teimoso onde o Curupira e o Carnijó fizeram abrigo. Na Mata do Uru encontramos Sapucaia e Jequitibá, além de uma bela e florida Vereda da Caraíba. É na base do Pico do Barbado que o Iracambi sussurra e o Curucutu desperta. De lá da Cabeceira do Cafoto descem as Águas do Córrego Vermelho e levanta voo o Papagaio-de-Cara-Roxa, em busca de uma Pousada Graciosa na mais alta Guaricica que encontrar. Vamos nos divertir à Vera sob o céu do Ecoparque, no Parque do Zizo, onde a Airumã brilha no alto da Cachoeira do Cerradão, que transborda pra Lagoa, bem ao lado da Cascatinha, e segue para o Rio Bonito de Lumiar até desaguar na Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia, onde Dona Benta e Seu Caboclo se banham prazerosamente. No Sítio da Luz, erguido sobre Duas Pedras na base do Pau à Pique, reforçamos nosso compromisso com Mo'ã, sob a proteção do Bom Jesus. Lá onde a grande mata Canguçu avança pela Universidade não importa qual caminho seguir. Mahayana e Hinayana nos conduzirão à Terra do Sol e da Lua, onde todos são passageiros, de Mauro Romano a Francy Nunes, de Antenor Rival Crema a Geraldo Hugo Nunes, de Raibert a Geronasso, do Professor Batista ao Vô Borges. Sois passageiros, mas o vosso legado será duradouro, indelével, perpétuo.

*Beto Mesquita
Engenheiro florestal,
Mestre em Conservação da Biodiversidade
e Doutor em Ciências Ambientais*



ORIGEM DAS RPPNS

*Entrevista com Sônia Weidman e Clayton Lino.
(Por Livia Vieira Cavalcanti)*

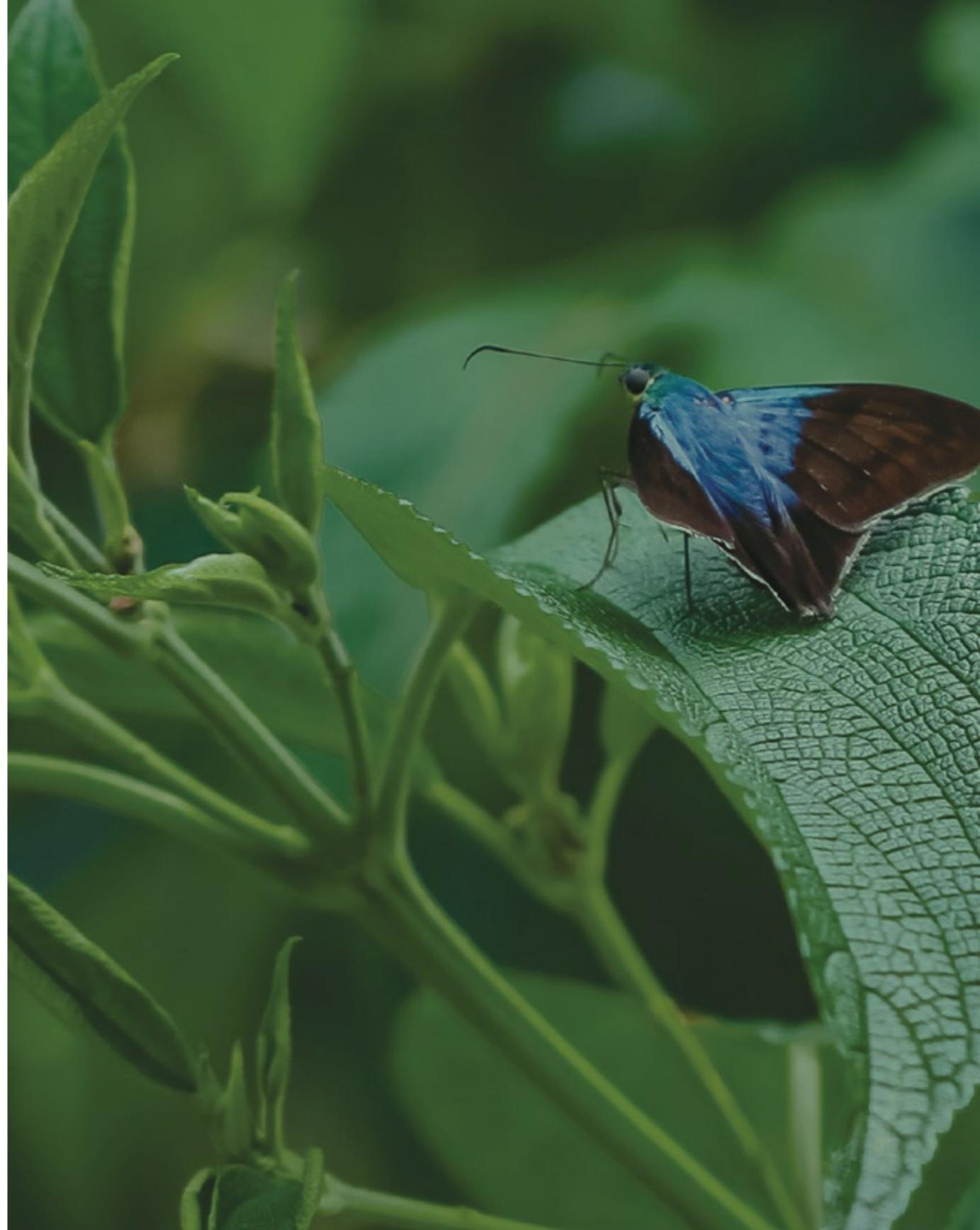
_ UMA HISTÓRIA QUE COMEÇOU MUITO ANTES DE NÓS...

A história de uma instituição sólida e importante como a das Reservas Particulares do Patrimônio Natural tem muito mais a ser contada do que o momento exato de seu “nascimento”. Que foi em 31 de janeiro de 1990, por meio do Decreto nº 98.914, a criação da figura da Reserva Particular do Patrimônio Natural, muitos de nós já sabemos. Que são mais de 30 anos de uma história digna, respeitosa e de muitas batalhas, nós também fazemos ideia. O que pouco se sabe é sobre que alicerce toda essa história foi construída. E é sobre esse tempo, que vem bem antes de nós, que queremos abordar. Com o apoio de duas pessoas chave, memórias vivas dessa história, Clayton Lino e Sônia Wiedmann, construímos um caminho, uma espécie de linha do tempo que irá, inclusive, corroborar com detalhes das muitas histórias que você lerá ao longo deste livro. Vem com a gente nesta pequena viagem no tempo?

_ CONSERVAÇÃO DA NATUREZA COMO NORTE...

No século passado, por volta dos anos 20, o movimento pela conservação da natureza já era muito presente e fazia parte naturalmente da vida das pessoas que começaram essa luta antes mesmo da existência de leis. Especialmente pela grande degradação que acontecia na Mata Atlântica, muitas pessoas, localmente, se questionavam “como preservar” ... o sentimento existia como uma reação natural ao momento. Mas foi somente com o código florestal de 1934 que essas ideias ganharam institucionalidade, com uma visão mais integrada. Nesse código, a Lei Florestal destinou espaços naturais para proteção por iniciativa dos proprietários rurais, as chamadas Florestas Protetoras. Estas florestas podiam ser consideradas uma modalidade de reserva privada, pois permaneciam de posse e domínio do proprietário particular e eram inalienáveis, sendo consideradas de conservação perene.

*Foto da RRPN Terra do Sol e da Lua_ Borboleta azul
Foto_ Karla Paiva*



Em 1965, pela Lei 4771, o artigo 6º previa que o proprietário de floresta não preservada poderia gravá-la com perpetuidade. Este artigo não contou com qualquer aplicação ou regulamentação desde 1965 até a década de 1990, ou seja, havia a possibilidade legal, mas não havia uma operacionalização definida. Mesmo assim, pequenos grupos se organizavam e buscavam formas de realizar coisas concretas, como o caso de um grupo de proprietários do Rio Grande do Sul que, em 1977, sentiu a necessidade de dar proteção oficial ao seu patrimônio em face da pressão que a localidade sofria por parte de caçadores. Essa luta pontual resultou na Portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) nº 327, que determinou o reconhecimento de terras privadas, onde a caça ficava proibida. Não é demais lembrar que no Brasil era proibido a caça, menos no RS, especialmente em razão de tradições europeias, a qual tinha uma finalidade cultural. Havia um movimento que era brasileiro contra essa cultura que ainda permanecia, porém a iniciativa foi dos proprietários daquele estado. A caça pesou na decisão da publicação da referida portaria, mas o eixo era de fato a proteção da fauna. Surgem a partir daí os Refúgios Particulares de Animais Nativos.

_ ANOS 80 - DÉCADA FUNDAMENTAL PARA AS QUESTÕES AMBIENTAIS DO BRASIL

O Brasil teve o movimento ambiental como um dos únicos movimentos que se manteve, em termos de cidadania, em todos os tipos de governos ao longo dos anos, inclusive durante o período militar. Nessa época, o movimento Pró-Mata Atlântica gerava o surgimento de várias instituições e organizações civis, as quais envolviam pessoas de diversos perfis profissionais, como advogados, jornalistas, biólogos, arquitetos, além do apoio massivo da mídia. Durante esta fase, os apelos ambientais nas campanhas e passeatas eram desde se ter posturas mais saudáveis ambientais como ter cuidados com os resíduos sólidos até o ato direto de conservar. A bandeira levantada era “Você pode fazer alguma coisa, não apenas o Governo”. Começava a institucionalização das legislações ambientais. A Lei do Programa Nacional de Meio Ambiente, por exemplo, é de 1981. A criação de várias secretarias de Meio Ambiente nos estados também se deu na década de 1980. Era a consolidação da cidadania e da democracia, onde o Meio Ambiente começou a criar autonomia (lembrando que até aí tudo sobre o assunto era ligado ao Ministério de Agricultura e respectivas secretarias). Esse clima manteve a atmosfera da cidadania ambiental em alta e o ato de criar uma reserva era o ápice dessa cidadania.

Não à toa, novos atos normativos ampliavam cada vez mais a capacidade de proteção e conservação em terras privadas. Em 1988, a portaria do IBDF de nº 217 instituiu as Reservas Particulares de Fauna e Flora – RPPF. A diferença desta modalidade para a anterior de “Refúgios Particulares de Animais Nativos” estava na ampliação dos elementos de preservação dentro da propriedade privada e não apenas focada na fauna. Outro ponto a destacar desta segunda portaria foi o art. 8º, que colocava as RPPF na categoria de proteção integral – sendo proibido o desmatamento, a coleta, a apanha, a captura, a caça ou ações humanas que provocassem alterações na reserva.

_ O NASCIMENTO DAS RPPNS...

Do desejo que emergiu da sociedade ao longo dos anos para a formalização definitiva pelo Estado, um nome marcou o ponto mais importante da história de criação das RPPNs: professor Célio Vale, à época diretor do Ibama. Em 1989 o professor se imbuíu, com apoio de sua equipe e da sociedade civil organizada, de consolidar definitivamente a possibilidade de conservação voluntária em áreas privadas. Já havia a figura jurídica das Reservas de Flora e Fauna, bem como o artigo 6º do Código Florestal (hoje totalmente revogado) que permitia aos proprietários gravarem de perpetuidade as suas propriedades em reservas. Foi a partir dessa base que se desenvolveu o primeiro Decreto criando as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs. Vale ressaltar que o termo “Patrimônio” foi inserido na nomenclatura não no sentido financeiro, mas pela ideia de herança que se passa de pai para filho. Uma vez criadas, as RPPNs serão para sempre reservas, podendo ser vendidas, mas mantendo-se como patrimônios naturais.

Em princípio achava-se que apenas “meia dúzia de pessoas” iriam se interessar por transformar suas terras em RPPNs. Qual não foi a surpresa que, após o decreto de 31 de janeiro de 1990, houve uma enorme procura pela modalidade. Um fato que explica essa procura foi que, embora a redação do Decreto tenha sido feita majoritariamente pelo Ibama, contou também com ajuda de pessoas externas, já que o professor Célio Vale dava e buscava muitas opiniões. As primeiras RPPNs criadas foram em Goiás, na região de Pirenópolis, próximo à Brasília, e também nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Sendo a pioneira a RPPN Fazenda Vagafogo Boavista, em Pirenópolis, GO.



_ CRESCIMENTO E FORTALECIMENTO...

A partir de 1990 começa uma fase analítica onde as ações em torno das RPPNs buscaram aprimoramentos, aproximação da realidade e facilitação dos processos. Em 1996, o Decreto Federal nº 1.922 estabeleceu a possibilidade de reconhecimento da RPPN pelos órgãos ambientais estaduais. O uso da reserva restringia-se somente à pesquisa científica, cultura, educação, recreação e lazer, mantendo, assim, o seu caráter de proteção integral. Para muitos essa foi uma atitude fundamental para o crescimento no número de reservas. Havia uma ideia de que o Federal era “mais valorizado”, porém o processo burocrático não era muito fácil. Reconhecer o papel de estados e municípios tinha a função de facilitar o trabalho.

À medida que um fazia uma RPPN aqui e outro fazia outra RPPN ali, começou um intercâmbio, um movimento entre vários estados. Esse movimento se tornou crescente e experiências associativistas foram marcantes, especialmente no RS, SC, MG e SP, estes dois últimos com papel central na mobilização e divulgação das RPPNs. Os estados que facilitaram e deram espaço para os movimentos organizados como interlocutores tiveram grandes avanços, como no caso do RJ e posteriormente SP, onde o incentivo à criação das RPPNs tornou-se política de estado. Dar incentivos, ter agilidade nos processos, “premiar” de alguma maneira os proprietários, como nos estados onde havia a possibilidade de compensação ambiental ou repasse de ICMS ecológico, por exemplo.

_ A TRANSFORMAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As RPPNs eram diferentes do que se conhecia de outros tipos de reservas. Não eram Reservas Legais (percentual da propriedade preservado por força de lei), nem mesmo Áreas de Preservação Permanente, áreas onde é permitido o manejo ecológico sustentável. Numa RPPN a preservação era integral e, por essa razão, em 2000, ela foi recepcionada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio da Lei nº 9.985. Até então, ela era uma área protegida por um simples Decreto da presidência. Depois de 2000, à RPPN foi dado o status de Unidade de Conservação, cuja criação manteve-se como ato voluntário do proprietário que poderia destinar toda a sua propriedade ou apenas parte dela para a preservação permanente. Em 2002, o Decreto Federal nº 4.340 regulamentou a Lei do SNUC.

Na época, algumas opiniões se dividiram sobre o caráter do uso das RPPNs. Algumas pessoas que estavam participando da redação da nova Lei sugeriam que o uso fosse sustentável para viabilizar a manutenção financeira das reservas. Já outras mantinham a ideia do caráter original das RPPNs, que era sua proteção integral. A Lei seguiu aprovada com

um parágrafo que permitia atividade de uso sustentável (extrativismo), mas na sanção presidencial recebeu um veto, tendo este parágrafo sido excluído. Como nessa fase de aprovação da Lei não podia haver reorganização na ordem dos artigos, a RPPN continuou no grupo de U.so Sustentável, porém, sendo efetivamente de proteção integral. Com leis estaduais sendo criadas após o SNUC, alguns estados “corrigiram” essa anomalia jurídica.

Em 2006, o Decreto Federal nº 5.746 atualizou os procedimentos para a criação e reconhecimento da RPPN. Esse também foi o ano da criação da primeira versão do cadastro das RPPNs Brasileiras, em uma iniciativa voluntária e colaborativa, articulada pela Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN) na internet. A segunda versão, também realizada de forma voluntária e colaborativa, considerada a base de dados mais completa sobre RPPNs no país, está disponível para consultas no site institucional da CNRPPN: www.rppn.org.br

_ DESAFIOS E NOVOS RUMOS

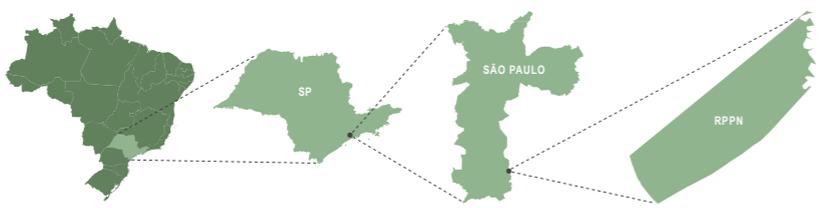
Em todo esse longo e contínuo processo, a unanimidade é que as RPPNs vieram para ficar, pois, expressam um desejo e um compromisso da sociedade, ao passo que estão constantemente em evolução e aprimoramento. Obstáculos: reconhecer, facilitar e ajudar! É preciso quebrar paradigmas culturais, refletindo uma visão que olhe para questões regionais, socioeconômicas, ouvindo mais pessoas, democratizando ainda mais o processo de discussão das RPPNs. Essa, aliás, é uma tendência internacional, refletida inclusive em uma das iniciativas de certificação mais recentes e importantes encabeçada pela IUCN, o projeto Lista Verde.

As realidades do Brasil são diversas, nem tudo depende exclusivamente do poder público, embora a legislação seja com ele sim! É por essa razão que estamos vivendo hoje a luta para aprovação de um novo Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados. O tempo é de mudanças e essas são mudanças importantes. As realidades do Brasil são diversas. O projeto traz, por exemplo, avanços em relação ao que se pensava diferente lá atrás, como é o caso da permissão de coleta de sementes, atividade altamente desejável e atualmente consensual. Muitas RPPNs possuem espécies endêmicas ameaçadas de extinção e podem contribuir de maneira determinante para processos de restauração de biomas, além de que muitas dessas espécies fornecem serviços ecossistêmicos como o uso medicinal, por exemplo. Há grande potencial para o sucesso da conservação em RPPNs, sobretudo se viabilizarmos possibilidades reais de manutenção, cujo caminho passa por políticas de incentivo em todos os estados e municípios, com o fortalecimento das instituições e união dos proprietários.

An aerial photograph of a dense forest, showing a variety of tree species and canopy colors ranging from bright yellow-green to dark green. The trees are packed closely together, creating a textured, layered appearance. The lighting is natural, highlighting the intricate patterns of the forest floor and the tops of the trees.

RELATOS RPPNISTAS

_sítio curucutu



RPPN Sítio Curucutu

Data de criação: 20 de dezembro de 1995

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 102/1995

Nome do(s) proprietário(s): Jayme Vítá Roso

Área da RPPN: 10,89 hectares

Município(s): São Paulo

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): contato@curucutu.org.br / www.curucutu.org.br

Esfera administrativa: Federal

Bioma(s): Mata Atlântica

Estado: São Paulo





Imagem aérea
Foto_ acervo RPPN



Jayme Vita Roso entre suas filhas Ana e Vera
Foto_ acervo RPPN

RPPN SÍTIO CURUCUTU_SP

Década de 1960, família lotada num fusquinha, cheiro de frango de picnic, delicioso e próprio para comer frio. No caminho de terra passávamos pela imagem de pura devastação dos portos de areia, que comiam morros e criavam lagos onde não existiam, também tinha a imensa propriedade de pinheiros.

Nela, por anos parávamos o carro, e observávamos o silêncio absoluto, o agulheiro dos pinus e mais nenhuma planta. Lá não se ouvia pássaros ou abelhas, mas sentíamos o frescor de uma floresta. Chegávamos ao sítio para passar o dia em família, onde a vegetação era baixa e rala. Tínhamos que comer rápido porque logo baixava a neblina e com tanta umidade, não era incomum atolarmos em alguma parte da estrada.

Final dos anos 70, lá ia a dona Nancy desbravadora, enlamear-se e tentar achar um trator por essa zona tomada por mata e quase ninguém à vista. Uma casa de Hollywood foi construída para a família passar o tempo lá: sala em dois níveis, uma área acarpetada e cheia de almofadas para acomodar todos espalhados na frente do lareirão, chuveiros, fogão e geladeira, à gás.

Ah, esqueci de dizer que o Sítio Curucutu se localiza no município de São Paulo, mas a eletricidade não tinha ainda chegado à região. Soma-se a isso a extrema umidade da vizinha represa Billings e o topo da Serra do Mar, que abortaram nosso interesse em frequentar lá.

Vieram os carneiros e a vaquinha Vera. Disseram que o nome foi dado em minha “homenagem”, porém não gostei. Como não morava no Brasil na época, nem pude reclamar. E lá se foi a Nancy aprender a lidar com os bichos, tosar e usar a lã.

Enquanto isto o Jayme plantava, construía açudes para agrupar um pouco os cursos d’água, senão não seria possível caminhar pelo sítio.

Plantava de tudo: sementes de pinheiros trazidas do Japão em uma viagem a trabalho, dois plátanos e uma magnólia ao lado de umas araucárias que meu avô semeou.

Uma pessoa que trabalhava no Horto Florestal na época, comentou que o Dr. Jayme comprava todas as mudas que tinha lá. Não havia muito acesso a mudas para quem estava na capital.

Chegou a hora de falar mais sobre o cabeça da família e criador da RPPN: Jayme Vita Roso, advogado conhecido como brigador que acabou usando o sítio para espairecer das lides intelectuais e desenvolver um lado novo, com desafios diferentes e prazerosos. Pesquisando e com lembranças de princípios ativos que sua mãe formada em Farmácia comentava, passou a introduzir em seus bosques, árvores que um dia poderiam servir para preparações. Também se lembrou das madeiras que haviam sido dizimadas e começou a reintroduzi-las, e plantou e plantou. Aí passou a produzir as próprias mudas. Dizem que eram 20 funcionários naquela época. E se orgulhava de dizer que nunca tinha entrado agrotóxico e a adubação era orgânica desde sempre.

Foram muitos anos de dedicação e despesas. Cansou. Dez anos atrás, as filhas foram se apropriar desses assuntos. Com alegria e muitos desafios aprenderam que a natureza, se deixada em paz, faz todo o serviço de regeneração praticamente sozinha. Encontramos uma floresta já encorpada, sem condições de identificar topograficamente as primeiras fotos da família, já que morros e rios tinham sido tomados pelo verde.

Temos a imensa alegria de saber que dividimos o espaço com iraras, gatos e cachorros-do-mato, tatus e antas. Coexistimos, sem nem mesmo cruzarmos caminho. Em tempo: a floresta de pinheiros que ficava no caminho, só com agulheiro marrom como cobertura, agora tem um lindo sub-bosque com xaxins, samambaias e muitos trinados. Continua um lugar fresco e agora, rico também.

Gerir uma Unidade de Conservação não estava nos nossos planos pessoais. Mas tivemos muito incentivo e provocações do Luccas Longo, gestor da APA Capivari-Monos, para valorizar a nossa terra e nosso papel de gestoras. Curiosamente, no passado, nosso pai ajudou a formatar a mesma APA.

Levar o papai para vivenciar as transformações da área, mostrar os achados de flora e fauna pelas imagens das câmeras trap nos alegrou muitíssimo, pois seu encantamento é o mesmo que o nosso. Tudo isso só está sendo possível hoje, porque ele, no passado, investiu em toda essa construção.

Vera Helena e Ana Cláudia Roso



*Sabiá-una (Turdus flavipes), anilhado Depave 3_ Fauna SP
Foto_ acervo RPPN*

Próxima página_ Mata ao final da tarde de inverno_ Foto_ acervo RPPN



_alto da boa vista



RPPNs Alto da Boa Vista I ^[1] e Alto da Boa Vista II ^[2]

Data de criação: 17 de agosto de 1995 ^[1] e 13 de setembro de 1999 ^[1] / 16 de abril de 2008 ^[2] **Esfera administrativa:** Federal ^[1] / Estadual ^[2]

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 57-N/1995 ^[1] e nº 72-N/1999 ^[1] / Portaria IEF nº 73/2008 ^[2]

Nome do(s) proprietário(s): Helvécio Rodrigues Pereira Filho

Área da RPPN: 125,27 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Descoberto **Estado:** Minas Gerais

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): serradorelogio@yahoo.com.br / www.serradorelogio.com



Panorâmica da descida do pico a 1434 metros
Foto_ Helvécio Rodrigues Pereira Filho

RPPNS ALTO DA BOA VISTA I E II_MG

A RPPN Alto da Boa Vista localiza-se na Zona da Mata Mineira, região Sudeste, no extremo leste e encosta sul da Serra do Relógio, nos limites do município de Descoberto-MG em divisas com os municípios de Guarani e Astolfo Dutra e foi reconhecida pelo IBAMA em 1995. Posteriormente, outras áreas da propriedade que se encontravam em estágio de regeneração natural da floresta nativa foram incorporadas à RPPN original, através de uma 2ª portaria do IBAMA de 1999 e de uma portaria do IEF de 2008.

A história da aquisição da propriedade iniciou-se por ocasião da amizade entre os primos Helvécio e Wagner que, em 1988, adquiriram juntos uma propriedade rural na Serra do Relógio. A transação realizada em 1989, a partir do encontro com os antigos proprietários, possibilitou que nascesse essa UC que tem como objetivos a proteção ambiental, a promoção do ecoturismo e da educação e a interpretação ambiental em ambientes naturais protegidos. Criada em 1995, contando com o apoio do IBAMA e do renomado Dr. Célio Valle, então Diretor de Biodiversidade do IEF-MG, a RPPN Alto da Boa Vista foi reconhecida em um momento no qual havia, apenas, a legislação federal para RPPN.

Atualmente 90% do território está destinado como RPPN, cumprindo com a sua função social juntamente com outros cidadãos proprietários de RPPNs e de outras reservas privadas, ONGs, empresas e instituições governamentais.

Diferentes ambientes naturais oferecem à comunidade um amplo campo para atividades, que também contam com pesquisa científica, lazer, registros e observações da fauna e da flora. Dessa maneira, a RPPN Alto da Boa Vista é reconhecida pelo seu pioneirismo na região, tanto pelo turismo ecológico aliado à educação ambiental, quanto pelas campanhas de criação de áreas protegidas.

Almejando a sustentabilidade, as atividades realizadas na propriedade passaram a levar em consideração a aptidão de grande parte da área para a conservação dos remanescentes florestais (70%), o que inspirava o empreendimento da atividade do Turismo Ecológico. O ecoturismo tornou-se um forte aliado na busca da viabilização da sustentabilidade da UC e se estabeleceu como a principal

estratégia no monitoramento da área, pois, através da constante movimentação das visitas guiadas, tornou-se possível descobrir e combater atitudes depredatórias como o corte e extrativismo de espécies da flora, além de caça e captura de animais silvestres. Questões como a sensibilização, interpretação e educação ambiental são assuntos constantemente abordados e discutidos pelos grupos nos trajetos, oportunidade que faz com que as pessoas passem pela experiência de vivenciar as peculiaridades da geografia de uma região serrana, além de observações da fauna e da flora em contato direto com a natureza em uma área protegida.

Inserida no Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais (Fundação Biodiversitas 2005), a Serra do Relógio, onde se situa a RPPN Alto da Boa Vista, é citada como Área Prioritária para a Conservação da Biodiversidade em Minas Gerais, de Importância Biológica “Extrema”, fazendo parte do Complexo da Serra do Brigadeiro.

É referenciada também como Área Prioritária para a Conservação das Aves, com Importância Biológica “Alta”; e como Área Prioritária para a Conservação da Flora, com Importância Biológica “Muito Alta”. As justificativas são os maciços serranos isolados e conjuntos serranos de elevadas altitudes, englobando espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Além de grande beleza cênica, graças a sua peculiar localização, a RPPN Boa Vista possui uma visão frontal para a Serra do Mar, com variação de 590 metros de altitude, o que proporciona uma alternância de ecossistemas e fisionomias vegetais, com predominância da floresta estacional semidecidual montana e submontana, ocorrendo também campos de altitude e mata nebulosa.

Os limites da UC se estendem até as proximidades do pico culminante da Serra do Relógio, a 1434 m de altitude, com aspectos geológicos deslumbrantes na tríplice divisa dos municípios de Descoberto, Guarani e Astolfo Dutra.

O patrimônio hidrográfico da RPPN desempenha importante função de recarga e de apoio à alimentação e a sobrevivência de diversas espécies animais, principalmente da fauna aquática, como também de anuros e répteis, além de várias espécies de aves. Nascentes e riachos em vários cursos d’água de águas límpidas saciam uma rica fauna e grande diversidade de vegetação nativa. Já a rede de drenagem da RPPN é composta de sete principais cursos d’água, sendo cinco perenes e dois intermitentes. As nascentes perenes da RPPN são as mais altas da Serra do Relógio.





Cachoeira de emboque
Foto_ Helvécio Rodrigues Pereira Filho

Constatou-se acerca da avifauna, a presença do gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), considerado ameaçado no Estado de Minas Gerais (Biodiversitas, 2010), da choquinha-de-dorso-vermelho (*Drymophila ochropyga*) classificada como Quase Ameaçada (NT), do pixoxó (*Sporophila frontalis*) classificado como vulnerável (IUCN, 2009), além de uma extensa lista de 123 espécies de pássaros. Quanto à herpetofauna, destaca-se o quelônio (*Hydromedusa maximiliani*), também conhecido como cágado. Foram identificadas algumas espécies de anfíbios e de serpentes como a jararaca, a caninana e a cobra-coral-verdadeira. Destacam-se, também, espécies da flora arbórea como a araucária (*Araucaria angustifolia*), o jequitibá, a canjerana (*Cabralea canjerana*), a samambaiuçú, além de espécies que infelizmente são afetadas pela extração ilegal como a palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), a palmeira-do-indaiá (*Attalea dubia*) e a bromélia-imperial (*Alcantarea imperialis*), além de várias espécies de orquídeas e samambaias.

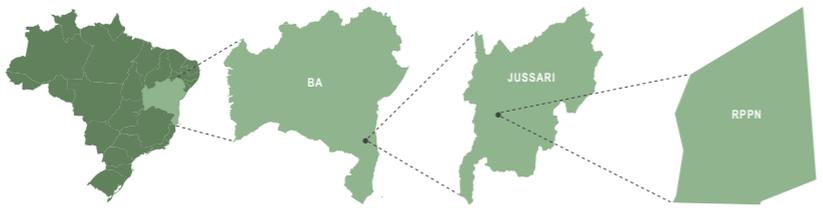
A vegetação nativa possui áreas em estágios diferenciados de sucessão natural, todavia dependentes de zelo, vigilância e monitoramento, como também do apoio e consideração da sociedade para a sua preservação e o desenvolvimento de suas atividades.

A RPPN vem se dinamizando e adequando com investimentos para oferecer à comunidade uma estrutura física satisfatória, dispondo de alojamento que eventualmente pode ser utilizado por pesquisadores, além de um Centro de Apoio aos Visitantes e serviços de guia de campo.

As pesquisas que buscam a conservação da RPPN e os estudos para identificação de sua biodiversidade são incentivadas e, assim, a RPPN Alto da Boa Vista cumpre a sua função social como uma Unidade de Conservação de propriedade particular, exercendo forte influência nas comunidades rurais e urbanas, além da peculiaridade de beneficiar diretamente a Prefeitura de Descoberto, por meio da Lei do ICMS Ecológico do Estado de Minas Gerais.

As parcerias de apoio financeiro conquistadas até o presente momento foram consolidadas através do Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, da Aliança da Mata Atlântica: Conservação Internacional (CI), Fundação SOS Mata Atlântica (SOSMA) e The Nature Conservancy (TNC), o que caracteriza a RPPN Alto da Boa Vista como uma Reserva com grande potencial de integração e interação com instituições e pessoas que anseiam por um meio ambiente saudável e refletem acerca de suas atitudes cotidianas.

_reserva natural serra do teimoso



RPPN Reserva Natural Serra do Teimoso

Data de criação: 15 de agosto de 1997

Esfera administrativa: Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 93-N/1997

Nome do(s) proprietário(s): Agropecuária Teimoso LTDA

Área da RPPN: 200,00 hectares

Bioma(s): Mata Atlântica

Município(s): Jussari

Estado: Bahia

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): luteimoso@gmail.com



RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO TEIMOSO_BA

A Fazenda Teimoso teve a sua origem com ocupação em 1906 pelo Coronel Otávio Berbert. O Coronel Otávio Berbert nasceu no município de Ilhéus, Sul do estado da Bahia, uma das Capitânicas Hereditárias do Brasil. No ano anterior, para povoar esta Capitania, foram trazidos colonos estrangeiros, franceses, alemães, árabes e suíços. A família Berbert foi uma das que veio para a Capitania, sua ascendência é de colonos alemães. O senhor Henrique Berbert chegou com a sua família entre 1820 e 1830, não se tem uma data definida. Ganhou a Sesmaria cuja área era delimitada desde a Lagoa Encantada ao norte do município de Ilhéus até a Fazenda Primavera, localizada na rodovia Ilhéus / Itabuna. Seus descendentes casavam entre si, assim a terra não mudava de dono. O primeiro Henrique Berbert foi denominado pelo Príncipe Maximiliano de Wied como o “rei da floresta”, devido aos seus conhecimentos da floresta local.

Porém o Coronel Otávio Berbert se recusou a casar com uma mulher que fosse da sua família e a ficar nas terras a que pertencia as Sesmarias. Vendeu o que herdou do seu avô Henrique Berbert para os seus familiares e comprou terras na Serra do São Bento, hoje pertencentes ao município de Buerarema. De lá ele avistava a região conhecida como “Fartura”. Com um grupo de seus agregados (nome dado aos empregados dos coronéis na época), ele partiu no ano de 1906 para a região visando um novo local de caça. O Coronel era um excelente caçador.

Chegando lá, ele delimitou as suas terras do Rio Piabanha até o Rio Água Preta. Sendo atualmente áreas dos municípios de Jussari e Itajú do Colônia, respectivamente. Ele passava os verões no local e no inverno retornava para a Serra do São Bento. E num dos seus retornos encontrou um estranho dentro dos seus limites e o avisou que aquelas terras eram suas e que ele se retirasse. No outro verão, o estranho estava dentro dos limites, porém em outra área, e recebeu então o mesmo aviso. Isto ocorreu em vários verões, daí o nome da Serra ter ficado conhecido como a Serra do Teimoso, devido à insistência do estranho. Bem após alguns avisos, o estranho não foi mais visto e não se sabe para onde ele foi ou se ficou adubando o solo da Serra do Teimoso.

O Coronel Otávio só deixava caçar nas suas terras pessoas amigas e era muito criterioso, abatia só a quantidade de animais que iria comer, pois na época era muito difícil o acesso à Serra e a proteína era somente as caças muquiadas, o que seria

defumada hoje. Contava o meu sogro Aulo Berbert, que quando ele tinha 13 anos, em um verão, foi passar as férias com o tio Otávio, no Teimoso. Em um determinado dia, o tio pediu que fosse buscar na “Espera”, armadilha de caça. Porém explicou que deveria pegar uma fêmea bem gordinha, roliça que deveria ser “maninha”, ou seja, não prenhe. Ele tinha observado este detalhe. E não abatesse de forma alguma as que estavam com filhotes e os machos, estes eram grandes e em menor número. Porém, não deixasse escurecer, pois era à hora dos picos-de-jacas, cobra bem violenta. Primeiro ele iria ver os mutuns, depois viriam os caititus. Aulo disse que não conseguia ver esta fêmea e já estava começando a escurecer, então resolveu abater qualquer um e desceu. Quando ele mostrou ao Coronel o caititu abatido, ele disse: “não foi esta que falei, ela deveria começar a entrar no cio no próximo ano”, ou seja, o tio Otávio tinha um grande conhecimento da floresta local.

O meu sogro comprou a fazenda do Coronel devido às dívidas que ele tinha. Era costume na região nesta época os homens terem muitas mulheres e, segundo Aulo, o “seu tio tinha matriz, filial, agência e sucursal”, ou seja, várias mulheres. Da sua área foram originadas 48 grandes fazendas, ele vendia à medida que ia se endividando. O último pedaço era o que ele mais amava vendeu para o seu sobrinho.

Aulo conservou a área de floresta, refúgio de caça do Coronel, e depois a registrou no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) como Refúgio de Área Silvestre. Após a sua morte, o seu filho mais novo, Henrique Berbert, transformou em uma RPPN a Reserva Natural Serra do Teimoso, com 200 ha. A portaria saiu no dia 15 de agosto de 1997.

Henrique e eu iniciamos uma nova história na Serra, não mais um refúgio de caça, mas a preservação da floresta.

Essa foi uma breve descrição da Serra do Teimoso, localizada em uma área de Mata Atlântica do Corredor Central, Sul da Bahia, na transição entre a floresta úmida do litoral e a floresta mais seca do interior. A combinação desses dois tipos de vegetação torna esta área rica em espécies endêmicas de grande importância para a pesquisa científica. Possui mata de encosta, caracterizada por árvores que alcançam de 20 a 50m de altura. Apresentando um grande número de epífitas vasculares, samambaias arbóreas, palmeiras, etc. Os jequitibás encontrados nesta floresta estão entre os maiores descritos no Brasil. Um exemplar ficou em terceiro lugar, em altura e diâmetro, em um concurso realizado pelo Instituto Cabruca. Na Reserva podem ser encontrados alguns dos últimos exemplares de pau-brasil, em área de floresta do Sul da Bahia, com níveis de regeneração natural entusiasmantes.



Atividade de Educação Ambiental na sede da RPPN
Foto_ Henrique Berbert



Alunos de Jussari no Programa de Educação Ambiental
Foto_ Henrique Berbert

Tudo na Reserva tem uma história. A logomarca é um Jequitibá com dois macacos com os rabos entrelaçados mostrando assim o comportamento ao se aninharem para dormir de uma das espécies de primatas que tem na RPPN, os guigós (*Callicebus melanochir*). Não se sabe realmente porque eles fazem este entrelaço. Se é para parecerem um animal maior para os predadores ou se é para o seu equilíbrio. O Henrique queria a logomarca com os guigós e eu com o jequitibá. Ele amava estes primatas, tudo deles o encantava e eu amo a imponência e a grandeza dos jequitibás. Bem chegamos a um consenso.

Temos uma plataforma de observação que fica no dossel de um jequitibá de 32 m, que foi realizada através de uma parceria entre a Reserva, o Jardim Botânico de Nova York e a Beneficia Foundation. Em 2006 foi implementado o Centro de Difusão Ambiental, com apoio do Fundo de Parcerias para Ecossistemas Críticos (CEPF) e a Associação de RPPNs da Bahia (PRESERVA). Em 2001, a Reserva recebeu o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera.

A atividade de pesquisa científica é o “carro chefe” da RPPN e teve início em dezembro de 1997 com o projeto “Mata Atlântica do Nordeste” do Herbário do Centro de Pesquisas do Cacau, em parceria com o Jardim Botânico de Nova York, seguido das dissertações de mestrado do Henrique e da minha. No total já foram realizadas sete dissertações de mestrado envolvendo a fauna, a flora e a educação ambiental.

A RPPN firmou e contou com muitas parcerias: PRESERVA, IESB, CEPLAC, Jardim Botânico de Nova York, Beneficia Foundation, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, TNC, SOS Mata Atlântica, CI Brasil, Prefeitura Municipal de Jussari, USP, UESC, UEFS e UESB.

Pretendemos continuar com a pesquisa científica, a educação ambiental e o ecoturismo na Serra do Teimoso. Infelizmente, o Henrique faleceu em novembro de 2009, e eu continuei a guardar a floresta como eles, Aulo e Henrique, diziam. Não sei até quando, mas é uma missão muito gratificante e tenho muito orgulho do Coronel Otávio, meu sogro, e do meu Henrique, pois conservaram um lindo pedaço de Mata Atlântica, que no início foi um refúgio de caça de um Coronel do cacau, mas que hoje é uma área preservada com perpetuidade. Espero que os nossos descendentes consigam, também, continuar com esta missão e com este sonho.

Lucélia Berbert, 28 de junho de 2021

_rancho mira serra



RPPN Rancho Mira-Serra

Data de criação: 28 de outubro de 1997 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 124-N/1997

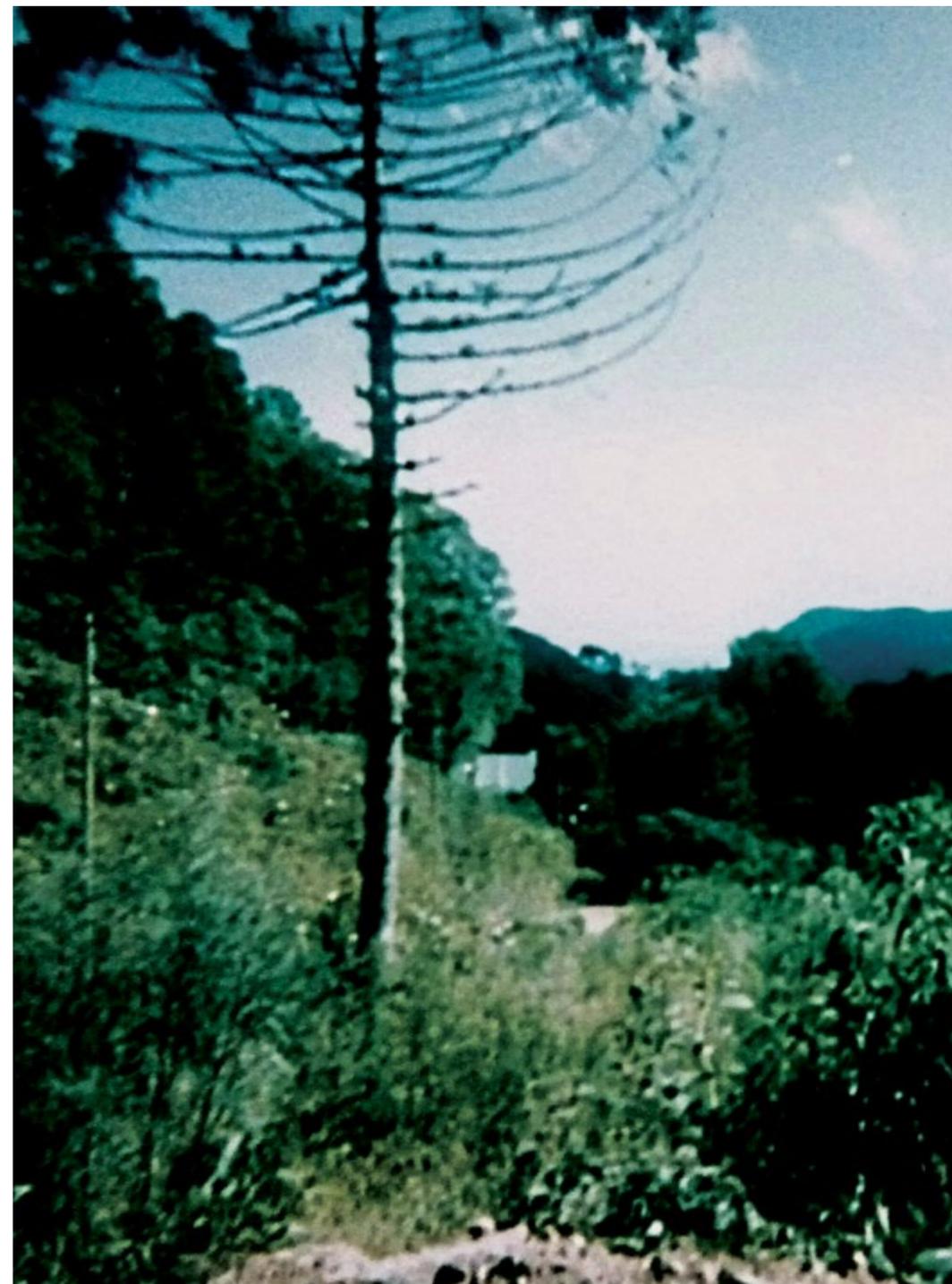
Nome do(s) proprietário(s): Rogério Mongelos

Área da RPPN: 17,68 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): São Francisco de Paula **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): rogerio440@gmail.com



Antiga trilha que integrava o complexo do "Caminho dos Tropeiros"
Foto_ Rogério Mongelos

RPPN RANCHO MIRA-SERRA_RS

_ O ENCANTO

“Um jardim deve conter plantas, árvores, flores, sementes, animais e água para irrigação. No entanto, muito aquém desse jardim, deverão existir, sonhos, para dar força, coragem e inteligência ao espírito do seu guardião”.

Isto não é um epitáfio. Foi o princípio de um projeto de 1991, que apresentou resultados inesperados nada utópicos: O projeto Mira-Serra. Quando? Bem antes de novembro de 1996, data protocolar de um processo de reconhecimento, que visava transformar 17,8 ha em RPPN.

A ideia de “Reserva” nasceu por incentivo do Sr. João Antonio Mongelos. Este senhor de identidade indígena, (haplogupo Y DNA Q3*- Tehuelche Pampa - Yaroês Charrua), por linhagem paterna, mostrou-me o sonho. Esse homem visionário ensinou-me tudo sobre a necessidade de preservar e defender animais, plantas e rios.

O tempo andou, fiz dois filhos, mas ao invés de “plantar uma árvore e escrever um livro”, decidi proteger parte de uma floresta que está localizada dentro do bioma brasileiro mais vulnerável: o da Mata Atlântica. Aí então, delimitou-se o sonho. Foi o início da luta com ideais ambientalistas de um grupo de voluntários, influenciados pelos anos 70 e pela Eco-92.

_ O CONTO

A história da RPPN Rancho Mira-Serra começa em 1992, quando adquiri o primeiro lote de uma série consecutiva. Nesse ano, eu padecia de uma doença grave. Desenganado pela medicina, sem “temor de perder o máximo”, arrisquei tudo. Busquei a cura na paisagem, lá no meio da Mata, em toda sua espacialidade. Por esta razão, nada me mantinha no conforto, zoneado pela classe média urbana. Recém separado de uma relação, exercia um cargo público atraente na “metrópole-capital”, mas a missão urgente naquele ano era: curar-me.

Na companhia de uma jornalista-ambientalista convicta, decidimos encarar a ideia e retornar ao “agrrios” da vida interiorana. Buscávamos viver de forma mais saudável, protegendo a flora e a fauna selvagem, ecossistêmica. Pensávamos em um projeto de longa duração que contemplasse esse propósito. No entanto, foi pela fauna



Vista_ Foto_ acervo RPPN

urbana que construímos uma “cocheira” na paisagem montanhosa dos aparados da Serra de São Francisco de Paula, RS. O motivo foi por pura paixão aos animais. Isto mesmo. A construção deveria servir de abrigo para um potro que em seguida nasceria. A então cocheira (25m²), também seria toldo para uma égua prenha, prestes a dar à luz, até a data do parto. Batizamos a eguinha de Doly. Nossa “mascote foi abandonada, subnutrida e prenha sendo encontrada dentro do chamado “Arroio do Dilúvio” em Porto Alegre, RS. Este “riacho” foi canalizado e passou a existir como “valão de esgoto”, a céu aberto. Fato agravante é que estes efluentes escoam até as águas no estuário do lago Guaíba, na capital dos gaúchos, desde sempre. Isso nos impeliu e nos deu forças para lutar. Os fatores: doença, estresse urbano e todos os motivos mencionados, nos levaram a decidir pelo mato como rota de fuga da “cidade grande”. Era opção de escape da fúria competitiva, antrópica e urbana. Por esta escolha, fui adquirindo pequenas glebas uma após a outra no planalto nordeste do RS.



O tamanho da propriedade era de 17,48 ha. Foi a dimensão até onde meu bolso permitia, naqueles tempos difíceis de doença. Os valores para a compra da terra eram provenientes da indenização do cargo público municipal que havia exercido. Filiado ao Greenpeace, dirigia em 1992 um automóvel Gol WW 81 e um gigantesco sonho: “*Salvar o planeta*”. “*Proteger a nave mãe Terra*”, no eco dos discursos da RIO 92. Vimos um anúncio no Correio do Povo, jornal local, e pronto, compramos a terra dos sonhos, com “*fontes murmurantes*”, cachoeiras e Mata Atlântica, o suficiente para Ary Barroso nenhum botar defeito em patrióticas aquarelas. O acesso até a área era uma trilha íngreme e pedregosa. Posteriormente, virou estrada, em 2002, pela vontade política desastrosa de um prefeito já derrotado, da cidade sede. Este local ficava nos altos do Rio Padilha, RS, assim chamado. Tudo isso se passava e se passa ainda, entre três municípios gaúchos: São Francisco de Paula, Taquara e Rolante.

_ O DESAFIO

Era o início do fim do século XX. Estudantes e acadêmicos do RS, por sua vez, eclodiam ideias de produção sustentável, meliponicultura, proteção da água, fauna, flora e grupos indígenas que circulavam pela Serra do Alto Padilha, - Xoklengs, Mbya-Guaranis e uma família de guaicurus emigrados do Paraguai.

Em 1992 nasceu o Projeto Mira-Serra. Foi uma questão cronológica sucessional de atitudes voluntárias e proativas. Foram lutas evolutivas. O projeto surgiu com alunos do curso de arquitetura da UFRGS, da veterinária e da biologia da ULBRA, UFSM, UNISINOS, PUCRS. Em 1994, as ideias evoluíram e fundou-se, então, a primeira ONG P.A.A.T.A. (Protetores e Amigos dos Animais de Tração Associados). Com aportes da ONG World Society for Protection of Animals (WSPA), que é contrária a maus tratos e crueldades aos animais. Assim, cuidamos da saúde de 4000 cavalos de tração, circulantes em Porto Alegre. Nessa função, vislumbrávamos a propriedade, para abrigar cavalos abandonados e inválidos. No entanto, na medida em que conhecíamos a Mata Atlântica, percebemos que era necessário proteger não só cavalos urbanos, mas também, muçuranas, cascavéis, bugios, tatus, veados, tucanos, pacas, cutias, pumas e tamanduás etc. Isso foi suficiente para protocolarmos ofício junto ao IBAMA, (1996). Buscávamos formas de preservar a floresta por reconhecimento institucional.

Em 1997 nascia, então, a RPPN Rancho Mira-Serra. Na época foi providencial, pois enquadrava-se nos moldes protetivos da tipologia UC (Unidade de Conservação), para propriedades particulares. Surgiu então a primeira RPPN desta categoria no município de São Francisco de Paula e Região das Hortênsias-RS. Foi um grande avanço, mais do que isso, foi um título oficial publicado pela Portaria 124/N/97, prerrogativa real protegendo fauna e flora, num modesto pedaço do “*Organismo Terra*”, como diria Ailton Krenak nos dias de hoje.



No ano 2000, do até então considerado “*Projeto Mira-Serra*”, nasceu a ONG PROJETO MIRA-SERRA, que foi a segunda organização não governamental criada a partir da RPPN Rancho Mira-Serra. De 2004 a 2008 aconteceram ações civis públicas contra um programa governamental de eletrificação e loteamentos irregulares; em 2010 o plano de manejo da RPPN foi aprovado efetivamente; entretanto, em 2013, os danos ambientais consequentes da implantação do programa institucional de eletrificação com ocupações irregulares voltaram. Em 2014, fomos instados a compor dois conselhos ambientais estaduais, três conselhos federais, uma Assembleia Permanente e a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA, Mab-Unesco). De 2015 a 2018, ameaças e intimidações recrudesceram novamente com a presença de jagunços armados, ao melhor estilo de um “*faroeste caboclo*”. Além disso, constatamos contaminação hídrica, invasão da RPPN, incêndio criminoso do abrigo sede (a antiga cocheira que virou laboratório e museu), desmatamentos, construção de chiqueiros no domínio da RPPN, remoção de marcos divisórios, inexplicável deslocamento na localização da área, por possível erro no lançamento das coordenadas geográficas em site oficial, com memorial descritivo para impressão e, pasmem, a venda das áreas da RPPN por um pregão imobiliário on-line. O ICMBIO está ciente dos fatos.

O Instituto Mira Serra, enquanto responsável pelo Posto Avançado da RBMA, agiu em conjunto com o Pelotão Ambiental que, prontamente atuou, *in loco*, os novos invasores. O caso foi encaminhado pelo proprietário em reunião com ICMBIO e está sendo investigado.

_ EPÍLOGO

O final feliz da história, por sua vez, foi em 2018, quando a ONG Projeto Mira-Serra constituiu-se no Instituto Mira-Serra, terceira organização criada a partir de uma RPPN, no RS. Considero esse fato uma conquista grandiosa, em função dos esforços voluntários de uma Msc. bióloga-zoóloga-cientista, de uma empresária jornalista-ambientalista e de um arquiteto. Em 2020, a RPPN Rancho Mira-serra ingressou na Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN), além de compor a Associação Charrua de RPPNs do Estado do RS.



Vista_ Foto_ acervo RPPN

AGRADECIMENTOS

João Antonio Mongelos, meu pai, por ensinar-me a ousar e transformar sonhos em verdadeira história.

Jornalista Gelcira Teles Fernandes, do Instituto Mira-Serra, pelo amor aos animais e pelos inúmeros projetos.

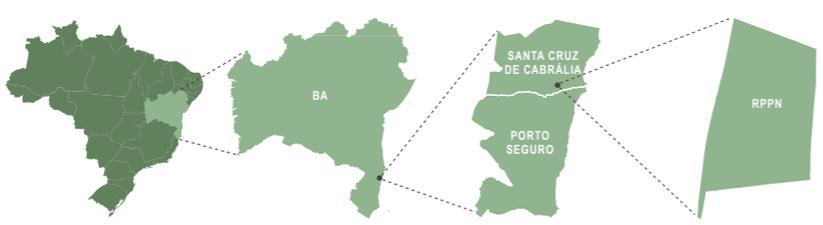
Bióloga Msc. Lisiane Becker, do Instituto Mira-Serra, pela pró-atividade com o seu conhecimento científico em zoologia.

Bióloga e advogada Ana Maria Juliano, da Associação Charrua de RPPNs-RS por incentivar meu ingresso na Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN).

Advogado Ricardo Athanásio Felinto de Oliveira pela militância implacável no âmbito da justiça ambiental.

Renata Bomfim, poetisa, escritora e arteterapeuta brasileira, pela paciência na revisão deste texto em meio ao lançamento do seu mais novo livro de poesias “O Coração da Medusa”.

_estação veracel



RPPN Estação Veracel

Data de criação: 05 de novembro de 1998 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 149-N/1998

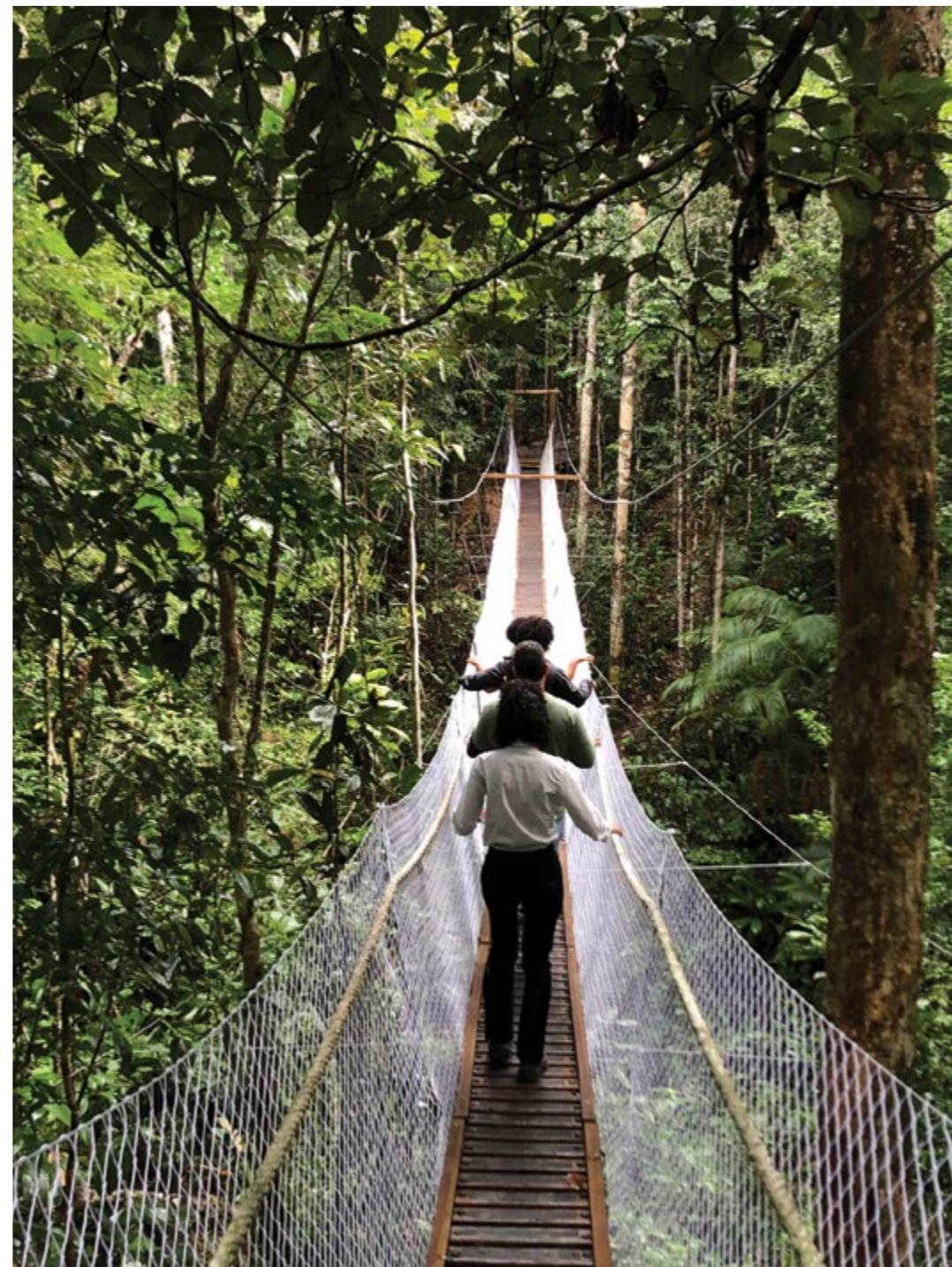
Nome do(s) proprietário(s): Veracel Celulose SA

Área da RPPN: 6.069,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália **Estado:** Bahia

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): estacaoveracel@veracel.com.br / www.veracel.com.br/rppn-estacao-veracel



RPPN ESTAÇÃO VERACEL_BA

_ COMPARTILHAR PARA CONSERVAR

Quem cria uma reserva é porque encontrou um tesouro. No entanto, cadeados, muros, cercas não são suficientes para proteger a riqueza do patrimônio natural. Descobrimos, em nossa jornada, nas trilhas da Mata Atlântica, que é necessário compartilhar para conservar. As pessoas cuidam do que conhecem e aprendem a respeitar. Educação ambiental, ciência cidadã, soluções sociais, articulações institucionais, intercâmbio de boas práticas e disseminação de informação de qualidade com linguagem adequada a cada público. Caminhos são muitos, nenhum é fácil, mas podem ser aprendizados muito prazerosos.

A RPPN Estação Veracel¹ é a maior RPPN de Mata Atlântica do nordeste brasileiro e a segunda maior do bioma, representando um dos principais remanescentes no Sul da Bahia e no Corredor Central da Mata Atlântica. A Reserva também guarda valor histórico por abrigar a nascente do rio Mutari, que deságua em Coroa Vermelha, onde Pedro Álvares Cabral abasteceu sua esquadra com água doce. São 6.069 ha de cobertura florestal praticamente contínua. Pela sua importância, a Estação Veracel compõe um conjunto de remanescentes florestais que forma uma das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na avaliação do PROBIO (CI-Brasil, 2000).

A Reserva está entre as 20 áreas do mundo com maior número de indivíduos e elevado número de espécies arbóreas. Foi identificada como uma área-chave para a biodiversidade pelo seu importante papel na proteção de espécies da fauna globalmente ameaçada de extinção. A importância da RPPN Estação Veracel foi reconhecida como parte do Sítio do Patrimônio Mundial Natural, pela UNESCO, em 1999.

Pouco mais de duas décadas depois, em 2020, os trabalhos de conservação da biodiversidade realizados na RPPN Estação Veracel propiciaram à empresa provedora Veracel Celulose SA o selo Procedimento de Serviços Ecossistêmicos FSC® C017612 (Forest Stewardship Council), emitido no Brasil pela certificadora Imaflo. A certificação pela FSC® visa reconhecer e valorizar a atuação de empresas

e organizações que usam os recursos naturais sem esgotá-los. Esse reconhecimento é inédito no setor de florestas plantadas e constitui uma quebra do paradigma do conflito do plantio de eucalipto e a conservação ambiental.

Além de importante plataforma de diálogo com a sociedade, a Estação Veracel tem se tornado um laboratório a céu aberto, acolhendo e projetando o trabalho de pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa no mundo científico. O monitoramento de mamíferos na RPPN é feito por armadilhas fotográficas. O objetivo é registrar imagens de animais silvestres, com mínima interferência na rotina deles. As imagens capturadas pela ferramenta compõem um banco de dados sobre a população de animais silvestres que circulam pela reserva. Foi assim que fizemos o primeiro registro de uma onça-pintada, depois de mais de 20 anos sem ocorrência, em 2017. A espécie se encontra na categoria Vulnerável (VU) à extinção no âmbito nacional, no entanto, para o bioma Mata Atlântica, seu grau de ameaça é ainda maior, pois acredita-se que sua população não supere 300 indivíduos.



Gigantes silenciosas e ancestrais_ Foto_ acervo RPPN

A Veracel é protagonista na articulação institucional para viabilizar a conexão da RPPN Estação Veracel e o Parque Nacional do Pau Brasil. Um projeto aprovado em 2018, de autoria da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente e financiado pelo Euroclima+, será colocado em prática, incluindo ações de restauração florestal que conectam estas duas áreas. O registro da onça-pintada reforçou a ideia de conexão dos dois fragmentos.

Em 2020, a restauração no corredor ecológico RPPN Estação Veracel/Parque Nacional do Pau Brasil foi iniciada por meio do projeto Mata Atlântica da Agência Alemã de Cooperação Internacional GIZ³. Essa é uma contribuição para efetivar o Plano Municipal da Mata Atlântica de Porto Seguro e avança mais um estágio desse audacioso sonho de conexão. Os desafios deste projeto estão para além da questão financeira para a restauração florestal. Trata-se de uma iniciativa que envolve proprietários rurais, instituições governamentais e as comunidades vizinhas às duas unidades de conservação. Para mudar a paisagem, será necessário mudar a forma de pensar e agir das pessoas. Articulação institucional, mobilização social e educação ambiental serão fundamentais para fazer dar certo.



1_ Casal de harpia no ninho_ Foto_ Projeto Harpia_ UFES
2_ Filhote de tamanduá_ Foto_ Luciano Candisani

O projeto Observação de Aves – Costa do Descobrimento, implantado em 2017, trouxe um reforço para envolver a causa ambiental. Em 2019, foi implementado o Observatório de Aves – RPPN Estação Veracel, com o objetivo de promover a produção de conhecimento científico, educação e sensibilização ambiental. Como participante do Projeto Harpia na Mata Atlântica, já tínhamos uma conexão com o tema reabilitação e soltura na natureza de três indivíduos, e agora, com o acompanhamento de dois ninhos e um inédito flagrante de cópula do casal de aves. No entanto, foi com as iniciativas de observação de aves que acendeu uma chama de interesse e o número de observadores de aves que visitam a região, especialmente a RPPN Estação Veracel, só tem crescido e, junto com eles, novas e raras descobertas.

Mas nem sempre a convivência das pessoas e a floresta é harmônica. Fogo, caça e lixo são os principais problemas de um lado. De outro, ataque de animais silvestres a pessoas, criações e lavouras. É importante encontrar o ponto de equilíbrio. O diálogo e a Educação Ambiental tem sido o caminho escolhido pela RPPN Estação Veracel para se relacionar com as comunidades vizinhas. Existe uma complexidade que não deve ser entendida apenas como uma questão de polícia. É também sociocultural.

Por fim, é importante registrar que apesar de ter uma empresa como provedora não elimina as ameaças tão conhecidas da natureza. E é ela mesma quem nos fortalece com experiências como o pequeno vislumbre de 1000 metros de trilha que nos tira as palavras ao cruzar a ponte pênsil. Talvez tentando gravar os detalhes dos sons dos macacos de longe, de um ninho ou árvore caída e sapinhos minúsculos. A gente espiando os passarinhos e eles espiando a gente. Tem que ir lá muitas vezes para ver, cheirar, sentir, aprender e se encantar pela natureza e fazer parte dela. Porque compartilhando se desfazem todos os temores e ficam apenas os tesouros.

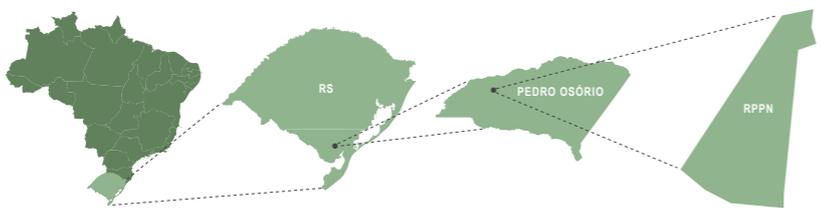
¹
_1
Reconhecida pela Portaria 149 de 05 de novembro de 1998.

²
_2
Esta realização é fruto de uma parceria entre a Veracel, Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Parque Nacional do Pau Brasil, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA-BA), Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), Grupo Ambiental Natureza Bela e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

³
_3
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
O projeto é desenvolvido com o apoio da Veracel Celulose, em parceria com o INPA, INPE, IBAMA, ICMBIO, UFES, CIPPA, CEMEVE, SOS Falconiformes, Biocev, ABFPAR, Raptor Controle Ambiental e CRAX.



_fazenda curupira



RPPN Fazenda Curupira

Data de criação: 12 de março de 1999 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 28-N/1999

Nome do(s) proprietário(s): João Carlos Mascarenhas Alves Pereira

Área da RPPN: 100,20 hectares **Bioma(s):** Pampa

Município(s): Pedro Osório **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Preservação estrita

Contato(s): octavianoneto@gmail.com / marcosalvesper@gmail.com



*Líquens_ indicador de pureza do ar
Foto_ Octaviano A. Pereira Neto*

RPPN FAZENDA CURUPIRA_RS

_ UM LINDO SONHO DE UM MENINO ADULTO

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Curupira, localizada no município de Pedro Osório – RS, distante 373 km da Capital do Estado, é uma área de preservação que conta com 100,2 hectares e compõe uma Fazenda, de mesmo nome (área total de 1.132 hectares), destinada à produção pecuária e grãos.

Seu fundador, o Médico Veterinário João Carlos Mascarenhas Alves Pereira (1937 – 2012), desde criança tinha o desejo de preservar a natureza, a mesma que lhe acompanhou durante toda a vida e desenvolveu sua paixão por campo, animais, plantas e a produção agropecuária. Dizia ser “um sonho de um menino do campo, que um dia imaginava ter sua floresta para passear nas ilusões”.

Certa feita, ao despertar de uma importante cirurgia em um leito hospitalar da Capital, ouviu o canto de pássaros e teve a sensação de que houvesse morrido e estaria no céu, pelo inusitado do canto que escutava em plena área urbana. Felizmente estava vivo, mas a sensação foi o estopim para a percepção de ter chegado a hora de implantar seu sonho de infância, como descreveu no livro *Contos Galponeiros* (Martins Livreiro, 2007, pág. 75).

Junto com sua esposa, Gilda Armando Alves Pereira, averbaram em 1999, uma fração de sua propriedade para o fim de preservação, algo que causou surpresa aos amigos e pessoas da comunidade. “Como assim, perder 10% da fazenda para uma área Federal de preservação? Por livre e espontânea vontade!?” se questionavam ao ter conhecimento da decisão. Havia poucas áreas similares na Região e no Estado, muitas delas menores que a proposta do casal.

Marcos e eu (Octaviano), filhos do casal, fomos consultados acerca da ideia e aceitamos, pois, sabíamos ser aquele um desejo de uma vida e chegava o momento de implementá-lo.

Assim nascia a RPPN Fazenda Curupira, uma área encravada no Bioma Pampa, localizada bem na transição entre as Regiões Fisiográficas da Serra do Sudeste e Encosta do



*Vista da pedra do mirante
Fotos_ Octaviano A. Pereira Neto*

Sudeste do Rio Grande do Sul, dentro da bacia hidrográfica do Rio Piratini. O nome “Curupira”, homônimo ao da Fazenda, é uma alusão à figura do folclore brasileiro, que é um guardião das florestas, fauna e flora, contra a ação de caçadores e desmatamento.

A atual condição da RPPN a identifica como área de preservação. Em 2010 foi realizado um levantamento de fauna e flora pelo Instituto Pampa Brasil (ONG não mais atuante), o qual identificou vasta biodiversidade na área resultando, inclusive, em trabalhos de congressos e material para dissertação de mestrado dos envolvidos. No referido levantamento, os pesquisadores identificaram a presença de 13 nascentes de arroios perenes, os quais fluem para o Arroio Tingui (antigo Mata Olho), importante afluente do Rio Piratini.

Na área habita uma rica fauna de aves, mamíferos, anfíbios, répteis e insetos. Foram registradas, pelos biólogos pesquisadores, 121 espécies de aves (representantes de 43 famílias), sendo 11 identificadas como migratórias. Ressaltaram que algumas delas encontram-se ameaçadas, segundo registro da International Union for Conservation Nature (IUCN), tais como: junqueiro-do-bico-reto (*Limnoctites rectirostris*) classificada à época como Vulnerável (VU); e, pica-pau-anão-carijó (*Picumnus nebulosus*) e a gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*), enquadrada como Quase Ameaçada NT. A avaliação foi feita no mês de outubro de 2010, havendo probabilidade da ocorrência de outras espécies em migração ao longo do ano, bem como, espécies não identificadas no levantamento preliminar.

Foram identificadas 32 espécies de peixes e a presença de 15 espécies de anfíbios, pertencentes a cinco famílias distintas de sapos, pererecas, rãs e rãzinhas. Na fauna reptiliana, 13 espécies diferentes foram observadas em apenas duas campanhas



Fundador João Carlos M. Alves Pereira (2011)
Foto_ Octaviano A. Pereira Neto

de busca, pertencentes a oito famílias, sendo quelônios, cobras-de-duas-cabeças e serpentes, tendo sido alertada a possibilidade da existência de dezenas de outras, visto que na região descreve-se a ocorrência de diversas outras espécies potenciais.

Na flora foram identificadas, à época, 291 distintas espécies botânicas, contextualizando o papel relevante da área na preservação deste ecossistema que integra o Bioma Pampa. Todos estes componentes demonstram a necessidade da retomada do levantamento e estabelecimento de um plano de manejo atualizado.

Dentre as ameaças, a invasão de caçadores, especialmente atrás de espécies, tais como, a perdiz (*Nothura maculosa*) e o perdigão (*Rhynchotus rufescens*), do veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), tatus-mulita (*Dasyplus hybridus*), dentre outras e o risco de incêndios acidentais ou criminosos. A presença de javalis (*Sus scrofa ferus*), exóticos ao ecossistema, também representa uma ameaça à sustentabilidade de algumas espécies, a partir da predação.

A harmonia entre a unidade de produção e a RPPN é uma premissa fundamental. A atividade produtiva preserva este santuário, mantendo o uso da terra, gerando emprego e renda, numa imprescindível simbiose entre natureza e espécie humana. Por outro lado, a RPPN inspira a área de produção no sentido de buscar a sustentabilidade e avançar cotidianamente no respeito ao meio ambiente e no uso responsável dos recursos naturais.

Hoje, passados 22 anos (1999 – 2021), infelizmente o criador dessa RPPN já não está conosco, mas seu ideal permanece vivo com seus sucessores.

Em seu legado, e relativo à concretização de seu sonho, escreveu no Conto Sonho de Infância: “não há correntes nem cadeados que protejam uma reserva ecológica, se não houver educação capaz de criar uma consciência ambiental...”

Que jamais desapareçam os horizontes verdes.

Pedro Osório, 23 de maio de 2021

Nota: Agradecemos aos biólogos e pesquisadores Brites Pereira, Leonardo Stahnke e Tiago Filipe Steffen pela riqueza de informações ofertadas para a elaboração do presente texto.

_iracambi



RPPN Iracambi

Data de criação: 13 de setembro de 1999 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 74-N/1999

Nome do(s) proprietário(s): Iracambi Recursos Naturais LTDA

Área da RPPN: 70,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Rosário da Limeira **Estado:** Minas Gerais

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): iracambi@iracambi.com / www.iracambi.com



RPPN IRACAMBI_MG

A RPPN Iracambi foi criada em 1999 por portaria do IBAMA. Composto 70 hectares de floresta estacional semidecidual da Mata Atlântica, ela faz parte de um complexo de unidades de conservação no Entorno da Serra do Brigadeiro, área reconhecida no Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais como sendo de extrema importância biológica. Além das ameaças tradicionais à conservação (desmatamento, sobre-exploração da terra) vem aparecendo uma outra que é a mineração de bauxita, matéria-prima na confecção de alumínio. Essa região, nas costas da Serra do Brigadeiro, contém o segundo maior depósito de bauxita no Brasil.

A RPPN está ao lado do Centro de Pesquisas e Conservação Iracambi, gerenciado pela Associação Amigos de Iracambi, com objetivo duplo: a conservação da preciosa biodiversidade da região e o desenvolvimento sustentável, ambos inseridos na Área de Proteção Ambiental de Itajuru e na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

_ HISTÓRIA

A tradição oral indica que o local da RPPN provavelmente foi utilizado pelos indígenas Puris, pois há, em um local próximo da RPPN, na Serra das Aranhas, vestígios de um cemitério dos Puris. O primeiro registro da Fazenda Graminha, na qual está contida a área da atual RPPN Fazenda Iracambi, foi em 1908 por Evaristo Ernesto Pereira de Carvalho. A fazenda esteve nas mãos de mais de 12 proprietários, incluindo a família do político mineiro Danilo de Castro. A partir da década de 1950, aproximadamente, uma comunidade de madeireiros, denominada Campinas, liderada por dois madeireiros, Quinca Veneno e Amador, explorou o local da RPPN. A comunidade estava mais ou menos no centro da atual reserva. Após exaurirem os recursos madeireiros nos anos 60, a área ficou abandonada. O único registro material da comunidade foi a estrada que atravessa a RPPN e os resquícios do local onde havia os fornos de carvoaria. Em 1992 foi adquirida por Rosemary Le Breton que a transferiu para a atual proprietária Iracambi Recursos Naturais Limitada.

_ VEGETAÇÃO

O tipo de vegetação mais abundante é a floresta estacional semidecidual submontana, atualmente em bom estado de conservação, plantas em estágios de vida avançados, presença de várias epífitas das famílias *Orchidaceae* e *Bromeliaceae* e *Araceae*, arbóreas com mais de 30m, destacando-se o murici-branco (*Vochozia saladaiana*), embaúba (*Cecropia hololeuca*) e canjerana (*Cabralea canjerana*). As áreas ocupadas por esse tipo de vegetação possuem diversas variações, quanto à declividade, áreas úmidas, intensidade luminosa, áreas com predominância de uma só espécie e concentração hídrica. Por ter sido explorada por madeireiros, na reserva encontram-se poucas espécimes grandes de árvores nobres, mas elas vão crescendo na medida em que estejam protegidas.



Vista
Foto_ acervo RPPN



Onça-parda
Foto_ acervo RPPN

_ FAUNA

O grupo dos mamíferos, principalmente os de médio e grande porte, representa um dos componentes mais notáveis da fauna da Serra. São animais com os quais a população rural tem um maior contato e que, frequentemente, são alvo de atividades de caça sendo também por esta razão um grupo bastante ameaçado.

Com base em estudos anteriores já desenvolvidos no Parque Estadual, foram identificadas 56 espécies de mamíferos distribuídas nas ordens: Didelphimorphia (7), Primates (5), Lagomorpha (1), Chiroptera (14), Carnivora (8), Artiodactyla (2), Cingulata (2), Pilosa (1) e Rodentia (16).

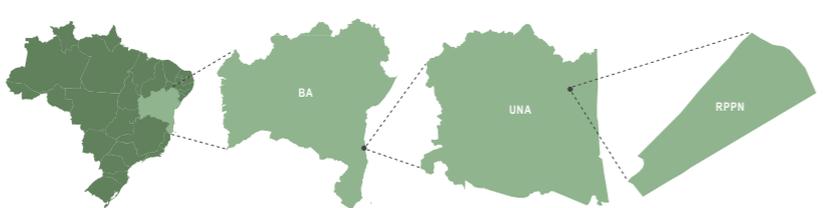
A diversidade de espécies registrada no levantamento na Serra foi extremamente baixa (aproximadamente 42,8% da diversidade total conhecida atualmente para o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Neste estudo, o número de espécies observadas (24) ficou muito aquém do número de espécies conhecidas (56). Isto se deve principalmente ao fato da realização dos trabalhos de campo durante período não propício para captura de pequenos mamíferos e registro de pegadas de médios e grandes mamíferos devido ao grande volume de chuvas. Os animais do grupo dos mamíferos por possuírem hábitos crepusculares e noturnos, em sua grande maioria, são de difícil registro em trabalhos de curta duração. Para um melhor conhecimento de uma determinada região faz-se necessário um acompanhamento sistemático da área com visitas periódicas para uma melhor amostragem e percepção da distribuição das espécies espacial e temporalmente.

_ VISITAÇÃO

Mesmo não sendo aberta à visitação, desde a sua criação até hoje, a RPPN recebeu mais de 700 visitantes entre os quais: vários pesquisadores, voluntários estrangeiros e brasileiros, membros da comunidade regional que participaram de projetos, através do Centro de Pesquisas Iracambi, e, lamentavelmente, caçadores e motoqueiros contra a vontade dos proprietários. Os visitantes estrangeiros eram oriundos de mais de 40 países.

O Centro de Pesquisas Iracambi criou, no ano 2000, o primeiro projeto de educação ambiental no município de Rosário da Limeira, antes mesmo da inclusão do tema no currículo estadual. O programa contemplou mais de 1000 estudantes das escolas da rede escolar municipal e estadual que, pontualmente, faziam visitas às trilhas da RPPN

_ecoparque de una



RPPN Ecoparque de Una

Data de criação: 02 de junho de 1999

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 53-N/1999

Nome do(s) proprietário(s): Cidadelle Empreendimentos

Área da RPPN: 83,28 hectares

Município(s): Una

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica

Contato(s): não informado

Esfera administrativa: Federal

Bioma(s): Mata Atlântica

Estado: Bahia



Evento no Centro de Educação Ambiental do Ecoparque de Una
Foto_ Beto Mesquita

RPPN ECOPARQUE DE UNA_BA

Transcorria o ano de 1995. Desde o ano anterior, um grupo de jovens profissionais da engenharia florestal, agronomia, biologia, geografia, direito, economia e administração, liderados por renomados professores da Universidade Estadual de Santa Cruz, percorriam as florestas e fazendas do Sul da Bahia, num esforço integrado de pesquisa e levantamento de informações. A meta era traçar um diagnóstico da situação da biodiversidade e da socioeconomia do território, como subsídios cientificamente embasados para um ambicioso desafio: propor alternativas de desenvolvimento que fizessem frente à crise na lavoura cacaueira – decorrência da proliferação da doença fúngica denominada vassoura-de-bruxa – ao mesmo tempo em que assegurassem a proteção do valioso patrimônio natural da região.

Reunidos no Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) – organização da sociedade civil que se tornaria referência nacional para pesquisas e ações de conservação e desenvolvimento na Mata Atlântica – duas gerações de pesquisadores e ambientalistas somavam a experiência acadêmica dos professores-doutores com o entusiasmo e o ímpeto inovador dos jovens profissionais. O resultado foi um conjunto de propostas e ações que construíram, ao longo de mais de duas décadas, um valioso legado para a Região Cacaueira, para o Corredor Central da Mata Atlântica e para este bioma como um todo.

Uma dessas propostas se destacava pela ousadia e caráter visionário. O diagnóstico da atividade turística e o estudo que quantificou o potencial econômico do ecoturismo para a região apontavam uma lacuna: faltava na região um empreendimento que servisse como prova de conceito, como piloto demonstrativo da viabilidade do turismo baseado na natureza, em complemento ao modelo então vigente, focado apenas nas praias. Surgiu daí a proposta do Ecoparque de Una: uma reserva de Mata Atlântica que não apenas abrigasse a fauna e a flora típicas da região, mas que contasse com algum atrativo de grande apelo turístico.

Entre a formação da ideia e o início da sua implementação foram dois anos, durante os quais investiu-se na busca das parcerias e dos recursos necessários para sua implantação. As incertezas sobre a viabilidade da atividade resultaram no primeiro obstáculo: nenhum dos proprietários das áreas pré-selecionadas (considerando os atributos naturais, os atrativos turísticos e as condições de acesso) aceitou se tornar sócio da empreitada.

A solução veio a partir de uma doação feita pela empresa controladora do Busch Gardens, um dos parques temáticos do famoso circuito de Orlando, na Flórida (EUA). Intermediada pela Conservação Internacional, parceira de primeira hora do IESB, esta doação permitiu comprar os primeiros 83 hectares de Mata Atlântica que integram o parque – ao lado da Reserva Biológica de Una – e construir nele o primeiro equipamento de arborismo do Brasil.

Para projetar e construir o ‘canopy walkway’ – uma passarela suspensa pelas copas das árvores no dossel da floresta – foi contratado um dos maiores especialistas do mundo. Antes de se instalar por oito meses em Olivença – um balneário do município de Ilhéus, a 30 km do Ecoparque de Una – o canadense Tom Ainsworth já havia erguido equipamentos similares no seu país, em Gana e na Indonésia.

A construção da passarela se tornou uma verdadeira saga, com episódios pitorescos recheados de aventuras, desventuras, tensão, criatividade, inovação, troca de saberes, transformação de agricultores e mateiros em escaladores de árvores... São tantas as histórias que o autor deste relato planeja reuni-las em um livro, a ser publicado na celebração dos 25 anos da abertura do Ecoparque de Una, em 2022.



*Pai e filha caminham e cruzam juntos
primeira passarela suspensa na copa das árvores do Brasil
Foto_ Beto Mesquita*

Para este relato, vale a pena registrar um acontecimento que sintetiza as idiosincrasias que enfrentam os que se dedicam a proteger o patrimônio natural. Em meados de 1997, quando a construção da passarela já avançava, o Ecoparque recebeu a visita de uma técnica do IBAMA. Em que pese a visita ter sido agendada em caráter particular, durante as férias da servidora, poucas semanas depois o IESB recebeu um ofício, no qual o superintendente do IBAMA, na Bahia, cobrava explicações sobre a construção da passarela que, segundo ele, estaria sendo construída “sem licença ambiental ou qualquer outra autorização daquele órgão”.

Ocorre que o signatário do ofício era um velho conhecido. A partir das pesquisas realizadas entre 1994 e 1995, o IESB havia catalisado uma ampla campanha pelo fechamento das dezenas de serrarias que dilapidavam as florestas do Sul da Bahia. Em que pese se basear em dados com inquestionável robustez técnica, os relatórios e posicionamentos do IESB sobre o assunto desagradaram ao chefe estadual do IBAMA que deveria proteger as florestas e fiscalizar as serrarias.

Uma das principais fraudes detectadas na operação dos madeireiros da região consistia em aprovar um plano de manejo para uma área de floresta e, ano após ano, renovar a autorização de exploração desta área, alegando que ainda não havia sido possível explorá-la. Desta forma, estas áreas permaneciam intactas, sem exploração, enquanto sua documentação ‘esquentava’ as madeiras extraídas de outras áreas. A ironia era que os 83 hectares comprados pelo IESB, abrigavam um desses planos, fruto de um acordo assinado pelo proprietário anterior, prontamente cancelado quando o IESB assumiu a área.

A resposta do IESB ao IBAMA se resumiu a dois parágrafos. No primeiro, alertava sobre a inexistência de regras específicas para a construção da passarela, haja vista seu ineditismo no país, e que, portanto, não se tratava de empreendimento passível de licenciamento ou autorização. No segundo, informava o número da autorização para exploração madeireira da área, concedida pelo próprio IBAMA, e ressaltava que ao invés de derrubar as árvores, os novos donos da floresta haviam decidido preservá-las, pendurando nelas uma passarela. Dessa forma, a mesma árvore poderia ser ‘vendida’ milhares de vezes, sem nunca ter seu tronco convertido em madeira. Não houve mais contato, apenas ouviu-se dizer que a resposta teria sido classificada pelo superintendente como “petulante”.

O reconhecimento como RPPN, feito pelo mesmo IBAMA, ocorreu em 1999, após dois anos de tramitação. Neste mesmo ano, uma nova doação, desta vez de uma fundação filantrópica dos EUA, permitiu a compra de mais 300 hectares de floresta, localizados na propriedade vizinha ao Ecoparque de Una. Embora toda a área permaneça sob proteção até os dias atuais, essa ampliação ainda não foi reconhecida como RPPN.

Desde sua abertura ao público, no segundo semestre de 1997, até o encerramento das atividades de uso público, em 2010, o Ecoparque de Una recebeu mais de 80 mil visitantes, entre turistas, alunos das escolas públicas do entorno e estudantes de colégios e faculdades privadas em atividades de campo, além de empreendedores interessados em aprender um pouco mais sobre a viabilidade do ecoturismo como ferramenta do desenvolvimento regional. Durante 13 anos esta RPPN cumpriu com seu principal objetivo: servir de modelo e inspiração para o ecoturismo.

Em 2013, a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta assinado com o Ministério Público do Estado da Bahia, a empresa Cidadelle Empreendimentos, proprietária de condomínios de alto padrão em Ilhéus e Itabuna, municípios vizinhos à Una, comprou a RPPN Ecoparque de Una. Desde então, a reserva segue protegida, porém sem atividades de uso público.



Veículo adaptado como “jardineira”, para transporte dos visitantes
Foto_ Beto Mesquita

_fazenda não me deixes



RPPN Fazenda Não me Deixes

Data de criação: 13 de abril de 1999 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 037-N/1999

Nome do(s) proprietário(s): Daniel de Queiroz Salek e Flávio de Queiroz Salek

Área da RPPN: 311,00 hectares **Bioma(s):** Caatinga

Município(s): Quixadá **Estado:** Ceará

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): flavio.salek@gmail.com



RPPN FAZENDA NÃO ME DEIXES_CE

Da beira do açude da fazenda, avistam-se os monólitos de Quixadá, formações rochosas que brotam do solo árido, adicionando texturas pétreas à coloração, ora cinza, ora verde, da Caatinga. Mais ao fundo, a Serra do Estevão dobra a topografia plana do maciço central cearense. Ao se olhar em volta do pátio da fazenda, a vista é dominada pelos enormes paus-brancos (*Cordia oncocalyx*), a árvore dominante na área. Se caminharmos um pouco mais para longe da casa velha da fazenda, já penetramos na densa mata de tabuleiro, uma das poucas restantes do bioma, devastado ao longo dos anos pela necessidade dos fazendeiros empobrecidos de vender lenha para a produção de carvão.

Essa é a vista geral da Fazenda Não Me Deixes, localizada no Município de Quixadá, no maciço central cearense, a cerca de 160 km de Fortaleza. A fazenda mede cerca de 1000 ha e foi durante 50 anos a moradia e paixão da escritora Rachel de Queiroz. A terra continua até hoje com sua família, primeiro com sua irmã Maria Luiza e depois com os filhos dela, Flávio e Daniel, sobrinhos a quem Rachel chamava de meus netos.

A história da “Não Me Deixes” remonta ao final do século XIX. O velho Miguel Francisco de Queiroz, tio-avô de Daniel de Queiroz, pai de Rachel e Maria Luiza, era homem de muitas posses e dono de quase todas as terras daquela região. A um dos sobrinhos ele deu um pedaço do Junco (a fazenda sede), a parte que ficava do outro lado da estrada de ferro que lhe cortava as terras. O sobrinho ficou lá algum tempo, mas seduzido pelas histórias da riqueza da borracha no Amazonas, vendeu a terra e foi-se para o Norte. Tempos depois, doente de malária, alquebrado e pobre, voltou ao sertão. E o tio lhe disse: “Olhe, comprei de volta a terra que você vendeu. Vá cuidar do que você abandonou, ponha na Fazenda o nome de “Não Me Deixes” e nunca mais saia de lá.” E assim foi. Esse sobrinho morreu e como não tinha filhos, a fazenda tornou a fazer parte do Junco. Foi herança de outro sobrinho, Daniel de Queiroz, o pai de Rachel. Esse dividiu as terras que herdara entre os filhos, cabendo à Rachel a Não Me Deixes.

Em 1955, Rachel e seu marido Oyama de Macedo, um goiano médico que gostava de mato, iniciaram a construção da casa e do açude e, desde então, lá passaram os invernos até o fim da vida.



Foto_ acervo RPPN

Rachel e Oyama mantiveram a mata intacta durante todo esse tempo e a fazenda passou a ser apenas de criação extensiva de gado bovino e ocupada por pequenas roças de milho, feijão e mandioca dos moradores. Madeira era cortada apenas para uso local, na construção das casas e para lenha diária.

O casal construiu a casa, com tijolos, portas e janelas feitos com materiais retirados da fazenda. A viga da cumeeira é de um único pau de aroeira. O projeto da casa foi da própria escritora, caracterizado por elementos rústicos: cantareiras com potes de barro, o fogão à lenha e a mobília artesanal, desenhada pela proprietária e feita por carpinteiros do sertão. Ela recordava até ter feito uma maquete da construção, com varas de mata-pasto, para mostrar como deveria ficar o telhado alto.

Alguns dos móveis da casa foram feitos com a linda madeira violeta (*Dalbergia cearensis*), endêmica do Brasil. Há muitos espécimes na Não Me Deixes que viriam a se prestar a um estudo acadêmico sobre a fenologia da árvore, realizado pelo Prof. Francisco Carlos Nogueira da Universidade Federal do Ceará (UFCE). Muitos outros pesquisadores têm utilizado a fazenda como área de estudos de flora e fauna. Além desses visitantes, a fazenda recebe regularmente ônibus escolares que trazem estudantes de ensino básico para conhecer a casa onde viveu a escritora e para um passeio na mata em torno do pátio.



Fotos_ acervo RPPN

_ A CRIAÇÃO DA RPPN

Em 1999, já no fim da vida, Rachel deixou mais um legado, para além de sua obra literária. Registrou em cartório a criação de uma RPPN com cerca de 300 ha, que cobriam parte das áreas de mata da fazenda.

O entorno da fazenda, antes esparsamente povoado, passou a sofrer pressões demográficas, com a criação de assentamentos da reforma agrária. A vizinhança passou a representar um risco de invasões para corte ilegal de madeira. Mais perigoso para a mata é a coleta de mel silvestre, para o que o sertanejo usa o fogo para dispersar as abelhas. Esse é um dos maiores riscos para incêndios na mata, principalmente na estação seca.

Motivada pelo desejo de proteger sua mata, Rachel procurou o IBAMA na época e conseguiu a promulgação do Decreto de criação da reserva. Em 2003, Rachel falecia e a fazenda passou a sua herdeira, a irmã caçula Maria Luiza, a Izinha, sua quase filha, jornalista no Rio de Janeiro e parceira no livro de memórias *Tantos Anos*.

Izinha então teve a iniciativa de procurar a Aliança para a preservação da Caatinga e buscar auxílio para a preservação da área. E que resultou então na produção do Plano de Manejo da RPPN, finalizado em junho de 2012. Em sua introdução, o Plano

indicava que “a RPPN Não Me Deixes apresenta boas condições de conservação, e propicia um ambiente para refúgio de muitas espécies normalmente encontradas no Bioma Caatinga e pode ser considerada de relevante interesse sociocultural e ambiental por conta das ações que serão desenvolvidas pelos seus proprietários e principalmente pelo grau de conservação da vegetação presente na Reserva.”

E concluía que “Diante de tudo que foi explicitado neste documento, fica clara a importância desta Reserva na árdua tarefa de contribuir para a manutenção da diversidade e da qualidade ambiental. O significado de uma área protegida dentro de um bioma tão submetido a pressões e alterações antrópicas, como é a Caatinga, torna-se maior ainda. A presença de espécies de flora nativa e endêmica do Brasil e da Caatinga como *aroeira* (*Astronium urundeuva*), a *violeta* (*Dalbergia cearensis*) e o *pau-branco* (*Cordia oncocalyx*) respectivamente, ainda não avaliadas quanto ao risco de extinção pelo CNCFlora, além da fauna nativa do Brasil e endêmica da Caatinga ameaçada de extinção como o pica-pau-anão-da-caatinga (*Picumnus limae*), e o jacu-verdadeiro (*Penelope jacucaca*) (VU; MMA, 2018), juntamente com as diversas relações ecológicas existentes entre os vários organismos, alteradas quando ocorrem perturbações ambientais, seria o bastante para dimensionar o significado desta reserva. Entretanto, podemos agregar o valor da melhor qualidade de vida das populações humanas que habitam nas proximidades. Além de termos, dessa maneira, recursos preservados para as gerações futuras.”

_ SITUAÇÃO ATUAL

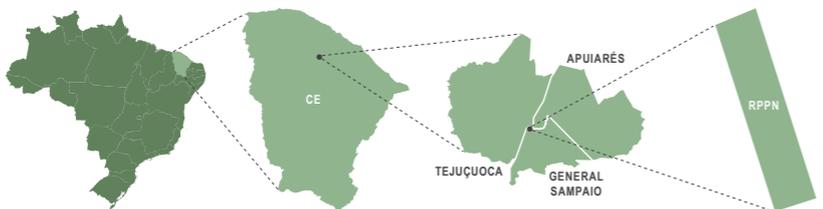
Hoje, passados quase dez anos da elaboração do Plano de Manejo, a área encontra-se no mesmo estado de preservação, com alguns progressos. Foi descontinuada a criação de ovinos e caprinos, que muitas vezes invadiam as áreas de reserva. A criação de bovinos encontra-se limitada a cerca de 75 cabeças. As áreas de roçado foram reduzidas, pois o número de moradores decresceu, em parte devido às difíceis condições climáticas dos anos recentes. A manutenção de uma administradora - Nina Pereira Tavares, um vaqueiro e moradores nas extremas têm sido mantidas com recursos próprios dos proprietários.

A área continua recebendo pesquisadores e visitantes de escolas da região, dos quais é cobrada uma pequena taxa para remuneração dos moradores que organizam a recepção. Estas visitas são importantes para manter uma espécie de fiscalização sobre a área, pois a grande extensão da Fazenda torna a fiscalização muito difícil.

Muito ainda resta por fazer em termos de proteção e ocupação econômica sustentável da área. Dessa forma, o que se tem conseguido no momento é apenas a preservação do local, o que, por si só, já justifica o gasto que fazem os herdeiros de Rachel e Oyama.

Flavio de Queiroz Salek e Daniel de Queiroz Salek

_ambientalista francy nunes



RPPN Ambientalista Francy Nunes

Data de criação: 08 de setembro de 2000 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 54/2000

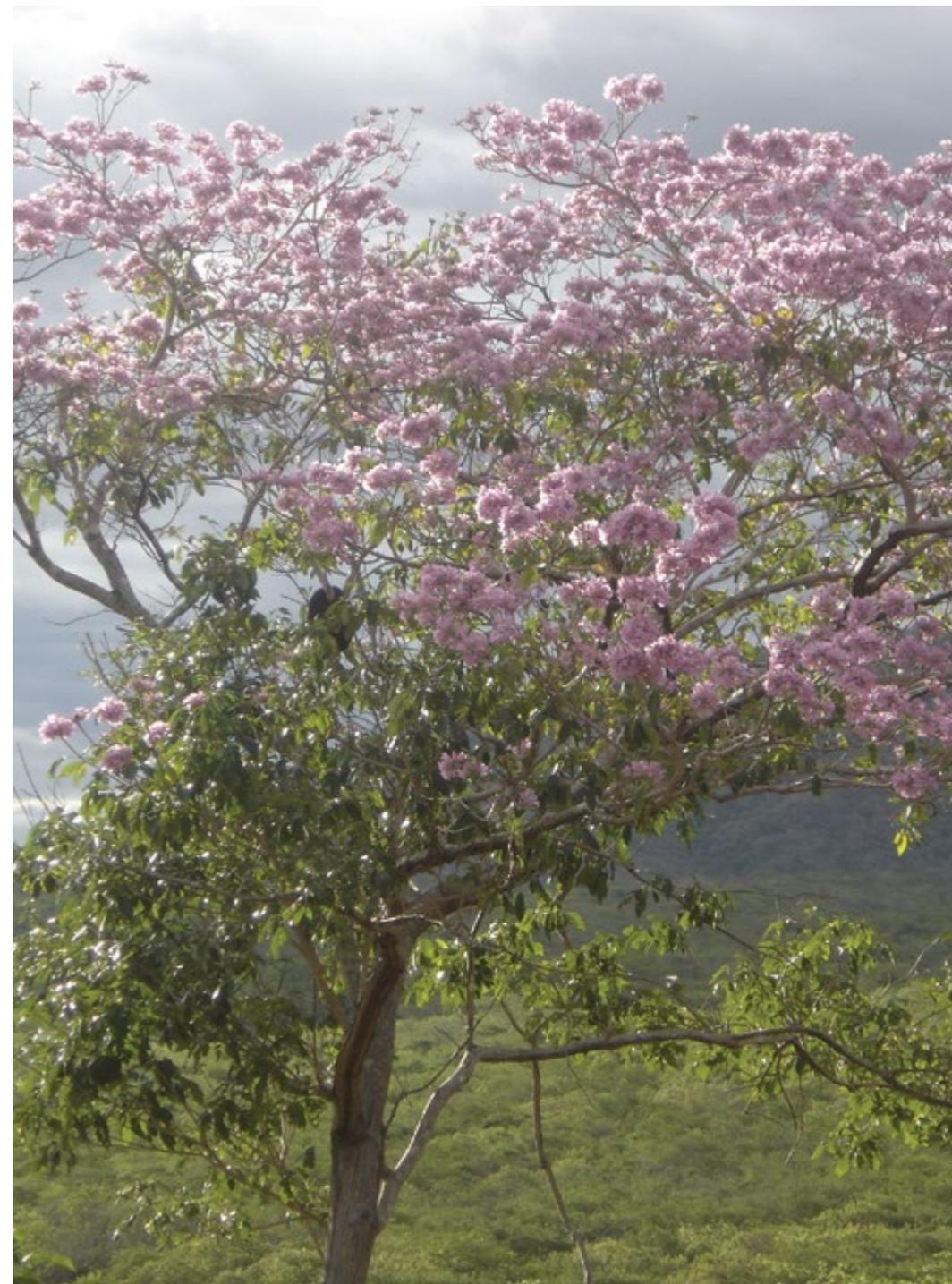
Nome do(s) proprietário(s): Francisco Pereira Nunes (*in memorian*) e Maria Otacy Almeida Nunes

Área da RPPN: 200,00 hectares **Bioma(s):** Caatinga

Município(s): Apuiarés, General Sampaio e Tejuçuoca **Estado:** Ceará

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental

Contato(s): kelmaclaudia3@gmail.com



RPPN AMBIENTALISTA FRANCY NUNES_CE

_ APRESENTAÇÃO

A princípio era o sonho de não vermos o lugar ser degradado, descaracterizado na sua beleza natural pelo tempo e por suas adversidades. Sentíamos ali a presença de Deus e queríamos compartilhar, que a nossa geração tivesse o privilégio de sentir a paz na sua simplicidade. Gostaríamos de fazer deste lugar, um espaço de adoração a Deus, onde as pessoas encontrassem a paz que nós encontramos na natureza. Surgiram dificuldades, chegamos a negociar a propriedade para um assentamento.

O tempo passou e com ele muitos desafios, inclusive o de não vendermos a propriedade por dinheiro algum e ficarmos divididos, mas o vento e a areia do deserto não conseguiram levar nossos sonhos... Foi então que decidimos transformá-la em RPPN, vislumbrando agregar algum empreendimento para desenvolver ações inovadoras. Criamos uma ONG para envolver as comunidades ao Projeto tornando o sonho realidade. Estamos certos de que os desafios de ontem são metas do presente a serem cumpridas ao longo de nossas vidas... Buscamos raízes espirituais, materiais e profissionais na mãe natureza.

_ HISTÓRIA E CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL

A RPPN Ambientalista Francy Nunes está inserida na Fazenda Natália, adquirida pela família Nunes em 1985. O proprietário anterior a utilizava para pecuária e venda de madeira, como também uma pequena exploração de carvão feita pelos moradores que cuidavam da propriedade. A ideia da RPPN nasceu da família idealizar um projeto com visão de futuro para a área e para a região. A família sonhava em transformar a área em um empreendimento voltado para o turismo não convencional, mas vocacional e pensava em desenvolvimento sustentável com a administração pública atuando com políticas voltadas para tal fim. Desde então, o modelo desta RPPN tem se tornado multiplicador, uma vez que General Sampaio tem hoje outras duas RPPNs e a atual prefeitura, assim como o governo do Estado do Ceará, vem fomentando esta visão dentro e fora do município. A RPPN Ambientalista Francy Nunes foi criada pelo esforço dos proprietários no ano 2000, na época um caminho conhecido por poucos e sem apoio de organizações que atuassem nessa área. No mesmo ano, a propriedade acessou a rede elétrica, mais uma batalha que vinha travando para a região. Ainda no ano 2000 o Governo do Estado inaugurou a

CE-341 que une Fortaleza a Tejuçuoca, favorecendo com asfalto a propriedade e a RPPN, uma solicitação antiga da família. Em 2004, foi construída a casa sede da fazenda Santa Úrsula e a casa do morador responsável pela segurança do local. Em 2005 o proprietário construiu um açude de pequeno porte para abastecer a sede e, em 2006, parte da casa sede foi transformada em auditório para receber visitantes. Atualmente, ela abriga uma Biblioteca com o acervo da família e outras relíquias. Para administrar a Reserva a família criou a Associação Ambiental Francy Nunes (AAFraN) que tem desenvolvido projetos de educação ambiental na região do Vale do Curu, tendo realizado campanhas de conscientização ambiental, valorização do Bioma Caatinga, apicultura e meliponicultura, educação fiscal, educação cristã, formação de agentes de combates a incêndios florestais, multiplicadores ambientais e distribuição de mudas para arborização, levando o município e seu entorno a uma nova mentalidade de preservação e conservação do meio ambiente, tendo contribuído diretamente na implementação de novas políticas públicas local e estadual.

Em parceria com a Associação Asa Branca e Associação Caatinga, estimulou o modelo de conservação e preservação de RPPNs, no município, contribuindo para a criação de mais três outras reservas na região. A RPPN Ambientalista Francy Nunes ingressou na Associação Asa Branca de Proprietários de RPPN do Ceará, Piauí e Maranhão desde sua fundação, atuando no conselho fiscal e na presidência da entidade.

O Plano de Manejo era uma necessidade e desde 2004 a família Nunes vinha buscando realizá-lo. Finalmente, ao ser contemplada em edital promovido pela Associação Caatinga, em parceria com Associação Asa Branca e participação da CNRPPN para elaboração de plano de manejo piloto, as atividades para a elaboração desse plano de manejo concentraram-se na realização de levantamentos de caracterização da flora, da fauna, do meio físico e das potencialidades da RPPN e do entorno para visitação.

Como resultado foram definidos quatro principais objetivos para a RPPN Ambientalista Francy Nunes

- 1_ Efetivar a proteção e a conservação integral da área, mantendo sua integridade e biodiversidade.
- 2_ Incentivar a pesquisa científica na RPPN para ampliar o conhecimento sobre a Caatinga e subsidiar o manejo da área.
- 3_ Realizar atividades de visitação turística, recreativa e educacional com objetivo de sensibilizar a população local para a conservação da Caatinga, além de contribuir para o desenvolvimento de iniciativas de ecoturismo na região.
- 4_ Estimular o desenvolvimento de atividades sustentáveis nas comunidades e municípios vizinhos, contribuindo para a conservação da natureza local e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os levantamentos e estudos foram promissores, tendo como informação mais relevante o registro do gavião (*Accipiter bicolor*), uma espécie florestal cujo único registro no estado foi em 1926, por Snethlage.

Hoje, podemos celebrar muitas conquistas. Em parte, vencemos o estigma de que a Caatinga não tem valor! Esse foi um paradigma que permeou ao longo de décadas, promovendo principalmente a baixa estima de seus habitantes. Enquanto isso ia se dizimando a nossa "Mata Branca", assim chamada pelos primeiros que aqui habitavam.

Quando meu pai, Francy Nunes, resolveu transformar parte de sua propriedade em uma RPPN, ficamos como quem sonha, na perspectiva de obtermos um novo olhar sobre o Bioma Caatinga. Foram 12 longos anos de perseverança, trabalho e busca por estímulos externos.



Vista da RPPN
Foto_ Hilton Sumizono



Oficina participativa
Foto_ Daniele Ronqui

Finalmente a conquista chegou! Entramos na segunda fase da busca de nossa sustentabilidade. Com apoio do MMA, Associação Caatinga, Associação Asa Branca e outros voluntários vindos de nossas Universidades, lançamos nosso Programa de Educação Ambiental (Escola Natureza), onde disponibilizamos nossa área como laboratório vivo, para aulas de campo para escolas do entorno. Nosso próximo desafio é envolver, cada vez mais, a comunidade nessa nova forma de olhar nossa "Mata Branca", na busca de novos e antigos conhecimentos, sistematizando-os, para melhor conhecer e preservar o Bioma Caatinga, desmistificando assim, essa cultura de falta de esperança, desenvolvimento e progresso.

Em 2014, Francy Nunes, veio a óbito, deixando um legado para as futuras gerações, possibilitando e oportunizando emprego e geração de renda, através da preservação e conservação dos recursos naturais, tendo a RPPN como maior foco.

Próxima página_ Biodiversidade_ Foto_ Enedina e Rosita



_cachoeira do cerradão



RPPN da Cachoeira do Cerradão

Data de criação: 16 de agosto de 2001 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 92/2001

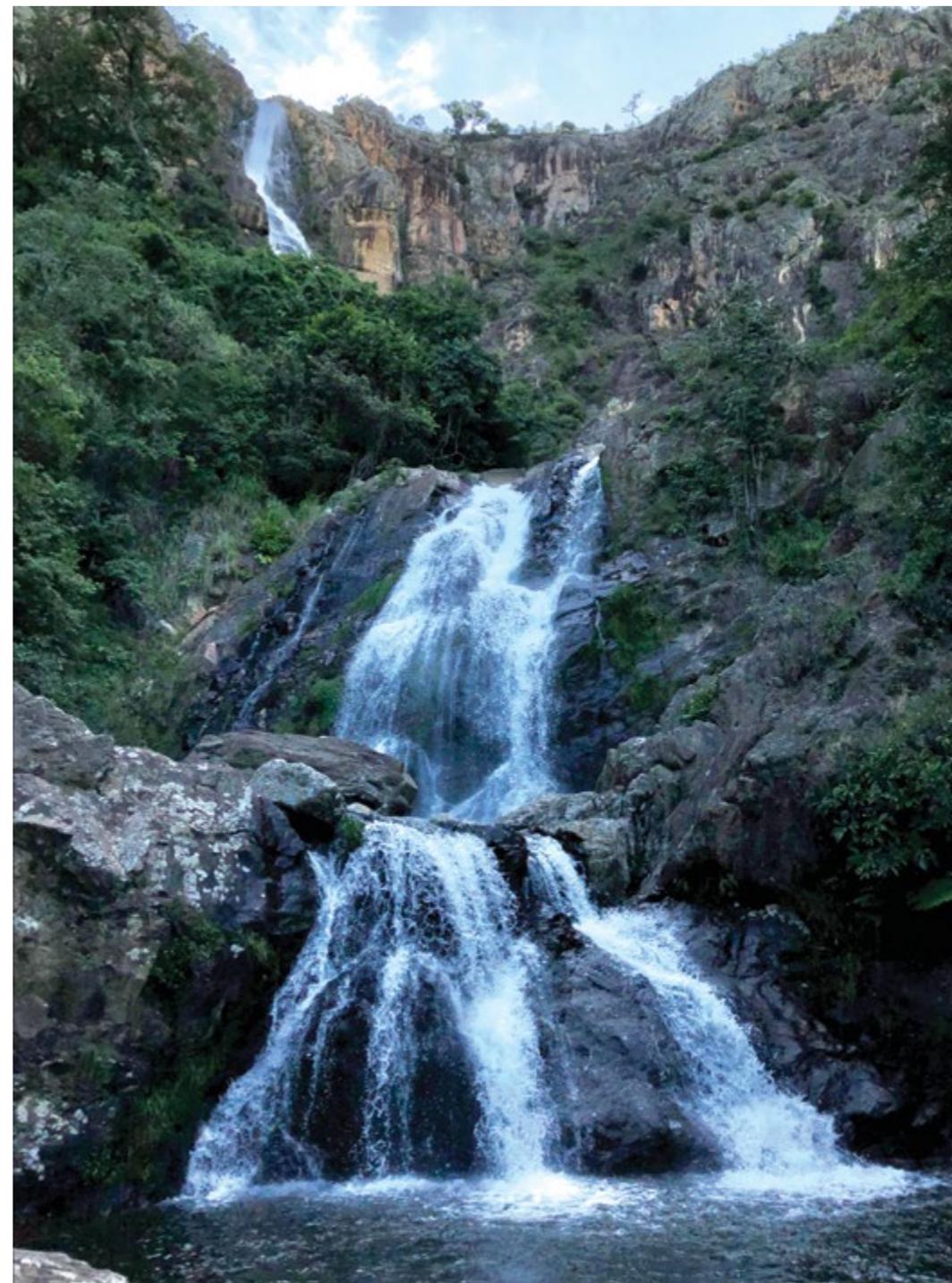
Nome do(s) proprietário(s): Anael de Souza e Sílvia Helena Dantas

Área da RPPN: 60,70 hectares **Bioma(s):** Cerrado

Município(s): São Roque de Minas **Estado:** Minas Gerais

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico e Comércio de Produtos Regionais

Contato(s): www.serradacanastra.com.br



*Vista das 3 principais quedas d'água
da RPPN da Cachoeira do Cerradão
Foto_ acervo RPPN*

RPPN DA CACHOEIRA DO CERRADÃO_MG

_ UM OÁSIS PARA FLORA E FAUNA

De qualquer ponto da pequena São Roque de Minas, sete mil habitantes, no sudoeste mineiro é possível avistar o perfil marcante da Serra da Canastra, o extenso chapadão que abriga as nascentes do rio São Francisco e onde foi criado, em 1972, o Parque Nacional da Serra da Canastra. Os chapadões preservados estão cercados por lavouras de café e pastagens dedicadas à produção do famoso queijo Canastra. São poucas as áreas fora do Parque Nacional ainda intocadas e a RPPN Cachoeira do Cerradão é uma delas. Para chegar são apenas cinco quilômetros por uma estrada poeirenta (ou enlameada no verão), em que veículos sem tração nas quatro rodas sofrem para vencer as ladeiras.

Na chegada, o visitante parece entrar num oásis onde se destacam o verde do Cerrado e das matas ciliares e um paredão de rochas cortado por uma enorme queda d'água de 200 metros em três lances.



*Vista geral da Cachoeira do Cerradão em dia de chuva
Foto_ acervo RPPN*



*Vista da cachoeira através do rio na RPPN da Cachoeira do Cerradão
Foto_ acervo RPPN*

A RPPN da Cachoeira do Cerradão começou a nascer com a aquisição da área, em 1998, pelo casal Anael de Souza e Silvia Helena Dantas, na época moradores da capital paulista. Foi a realização do sonho de Anael de ter uma propriedade rural e resgatar as boas lembranças da infância que passou no campo com os pais, em Mato Grosso do Sul.

Logo depois o casal viveu um drama, quando o prefeito de São Roque de Minas tentou desapropriar o imóvel. Era uma represália à Anael por ele ter liderado uma campanha contra o extermínio de cães de rua realizado pela própria Prefeitura. O caso foi parar na Justiça. Anael e Silvia ganharam a causa e aproveitaram o episódio para acelerar o processo de criação da RPPN, em agosto de 2001. Hoje, Anael, Silvia e o filho Gustavo vivem na casa que construíram na área um ano antes.

*Próxima página_ Vista da principal queda d'água da RPPN da Cachoeira do Cerradão, com 105 metros
Foto_ acervo RPPN*



Antes da compra, a propriedade sofria um processo acelerado de degradação ambiental em virtude das queimadas e roçadas periódicas, como mostram fotos da época. Vinte anos depois, apenas com a força da natureza, a área se transformou completamente. Cresceram e se multiplicaram as árvores das matas ciliares e do Cerrado. As espécies mais representativas são ipê-amarelo, jatobá, sucupira-roxa, corticeira-do-campo e quaresmeiras. A fauna da reserva inclui lobo-guará, tamanduá-bandeira, quati, lontra e jaguatirica. Entre as aves, destacam-se urubu-rei, águia-serrana, tico-tico-rei-cinza, soldadinho, saí-azul, canário-da-terra, tucanaçu, tucano-do-bico-verde, trinca-ferro e o raro pato-mergulhão.



*Transformação da área 20 anos após criação da RPPN da Cachoeira do Cerradão
Foto_ acervo RPPN*



*Lobo-guará flagrado próximo ao início da trilha para a cachoeira
Foto_ acervo RPPN*

Pioneira em ecoturismo na região da Serra da Canastra, a RPPN da Cachoeira do Cerradão recebe hoje cerca de três mil e quinhentos visitantes por ano. Os turistas percorrem uma trilha autoguiada e interpretativa, com a identificação das principais espécies da flora do Cerrado. O relevo acidentado da propriedade, que vai dos 700 aos 1.100 metros de altitude em apenas 60 hectares, serve como uma amostra do que existe espalhado por toda a Serra da Canastra, das cachoeiras ao Cerrado típico, dos capões de Mata Atlântica aos campos rupestres.

Os proprietários têm agora um grande objetivo: conseguir a adesão dos vizinhos à causa ambiental. Isso porque a RPPN está apenas de um dos lados do rio. Do outro lado e também nas cabeceiras do rio, estão fazendas de café e criação de gado. Um risco à preservação das águas, da flora e da fauna, em áreas ainda sem a proteção garantida por uma RPPN ou um Parque Nacional. Um sinal de esperança é a atividade turística que começa a se espalhar nas propriedades, gerando novas fontes de renda. Assim será mais fácil juntar forças com a ideia de que cuidar da natureza vale a pena, hoje e para as futuras gerações.

*Anael de Souza
Proprietário da RPPN da Cachoeira do Cerradão
São Roque de Minas - MG*

_reserva ecológica do carnijó



RPPN Reserva Ecológica do Carnijó

Data de criação: 1º de março de 2001 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 24/2001

Nome do(s) proprietário(s): Ricardo Mattos de Souza Leão, Maria Mattos de Souza Leão e Marta Mattos de Souza Leão

Área da RPPN: 25,50 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Moreno **Estado:** Pernambuco

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): ricardosouzaleao@hotmail.com



RPPN RESERVA ECOLÓGICA DO CARNIJÓ_PE

A Fazenda Santa Beatriz do Carnijó é uma propriedade rural no município do Moreno, apenas 30 km do Recife, num percurso de aproximadamente meia hora, tendo como via principal a BR – 232.

Adquirida pelos seus atuais proprietários em 1954, a propriedade vem sendo, desde então, alvo de um incansável esforço de preservação ambiental. Tal atitude permitiu destacar a beleza natural do local, um importante e rico acervo da natureza: matas, riachos, açudes e várzeas, além de diversas variedades de nossa flora e fauna tropical.

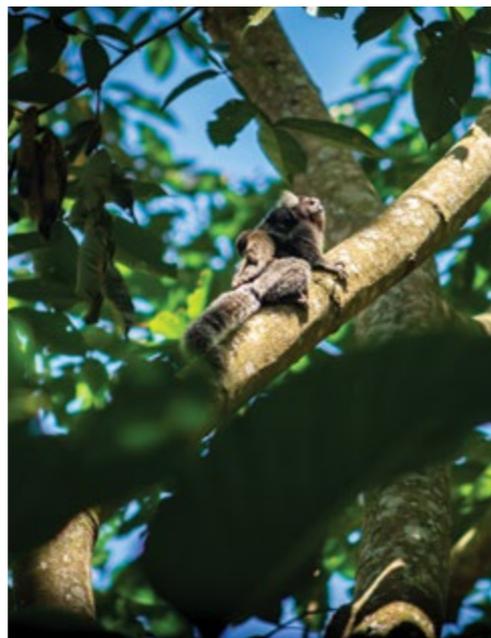
Objetivando garantir a continuidade de sua filosofia de proteção ambiental e conservação da natureza, os proprietários desenvolveram um projeto para a criação de uma reserva privada, promovendo no local ação específica de educação ambiental e turismo ecológico.

Dessa forma foi constituída a RESERVA ECOLÓGICA DO CARNIJÓ, formada por um conjunto de áreas remanescentes da Mata Atlântica, onde destacam-se a Mata dos Visgueiros, a Mata da Mãe da Lua e a Mata do Igarapé. Todas são servidas por trilhas ecológicas, implantadas sob a orientação de professores da UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco, que também realizaram o inventário de biodiversidade do local, atestando assim a importância do acervo ambiental da Reserva.

Desde 1954, o engenheiro civil Roberto de Souza Leão e sua esposa Beatriz Mattos de Souza Leão, proprietários da Fazenda Santa Beatriz do Carnijó (parte do Engenho Carnijó), empreenderam um amplo esforço de preservação e conservação dos recursos naturais.

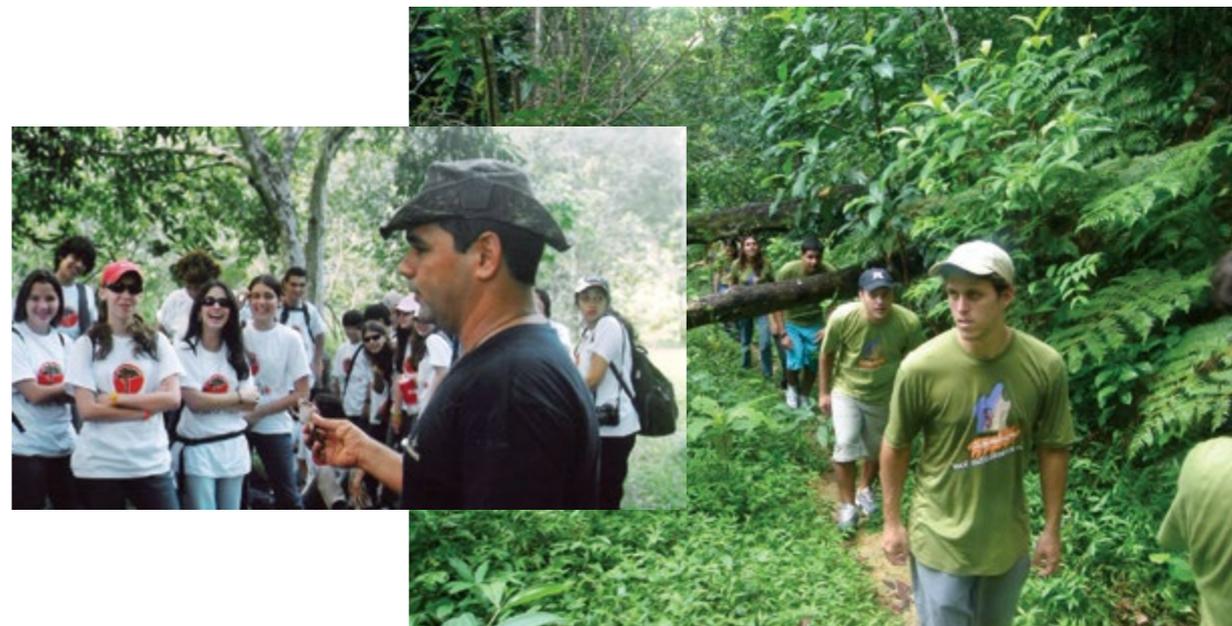
O desabrochar do apelo ambiental no final do segundo milênio, estabeleceu uma preocupação nos herdeiros com a continuidade e participação deste esforço. Assim, decidiram criar uma RPPN em parte da propriedade, através do reconhecimento pelo órgão ambiental IBAMA, motivados pela potencialidade e relevância da cobertura vegetal de Mata Atlântica existente.





1_ 2 e 3
Fotos_ acervo RPPN

Os doze discípulos_ Bambuzal_ Marta Souza Leão
Foto_ Bárbara Oliveira



1_ Aula sobre a fauna da Reserva Ecológica do Carnijó
2_ Trilha do Visgueiro
Fotos_ Ricardo Souza Leão

Para evidenciar o processo de fortalecimento e sustentabilidade, os proprietários desenvolveram um projeto de ecoturismo com base na educação ambiental, pesquisa científica, antiestresse executivo e vários outros produtos usando a RPPN. E o restante da propriedade, com parcerias com outros proprietários do entorno, otimizando as potencialidades científicas, pedagógicas, contemplativas, históricas, culturais, recreativas, esportivas e outras abordagens.

As iniciativas e experiências foram sendo aplicadas nas áreas, servindo de laboratório para ampliação destas propostas, hoje bem mais protegidas e conservadas.

A RPPN Carnijó - Reserva Particular do Patrimônio Natural, conta atualmente com 25,6 hectares averbados e mais cerca de 135 adicionados, conservados e protegidos. Tais áreas são integrantes do projeto "Verde Mais Seguro", disponíveis para o programa de "Adoção de árvores" no município do Moreno - PE, tendo expandido sua área de influência em terras de outros proprietários de floresta e possibilitando a prática destas atividades com a mesma filosofia. Hoje, a Reserva Carnijó é referência socioambiental e modelo de sustentabilidade nesta atividade.

Próxima página_ Vista Aérea
Foto_ acervo RPPN



_fazenda morro sapucaia



RPPN Fazenda Morro Sapucaia

Data de criação: 07 de agosto de 2002 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 94/2002

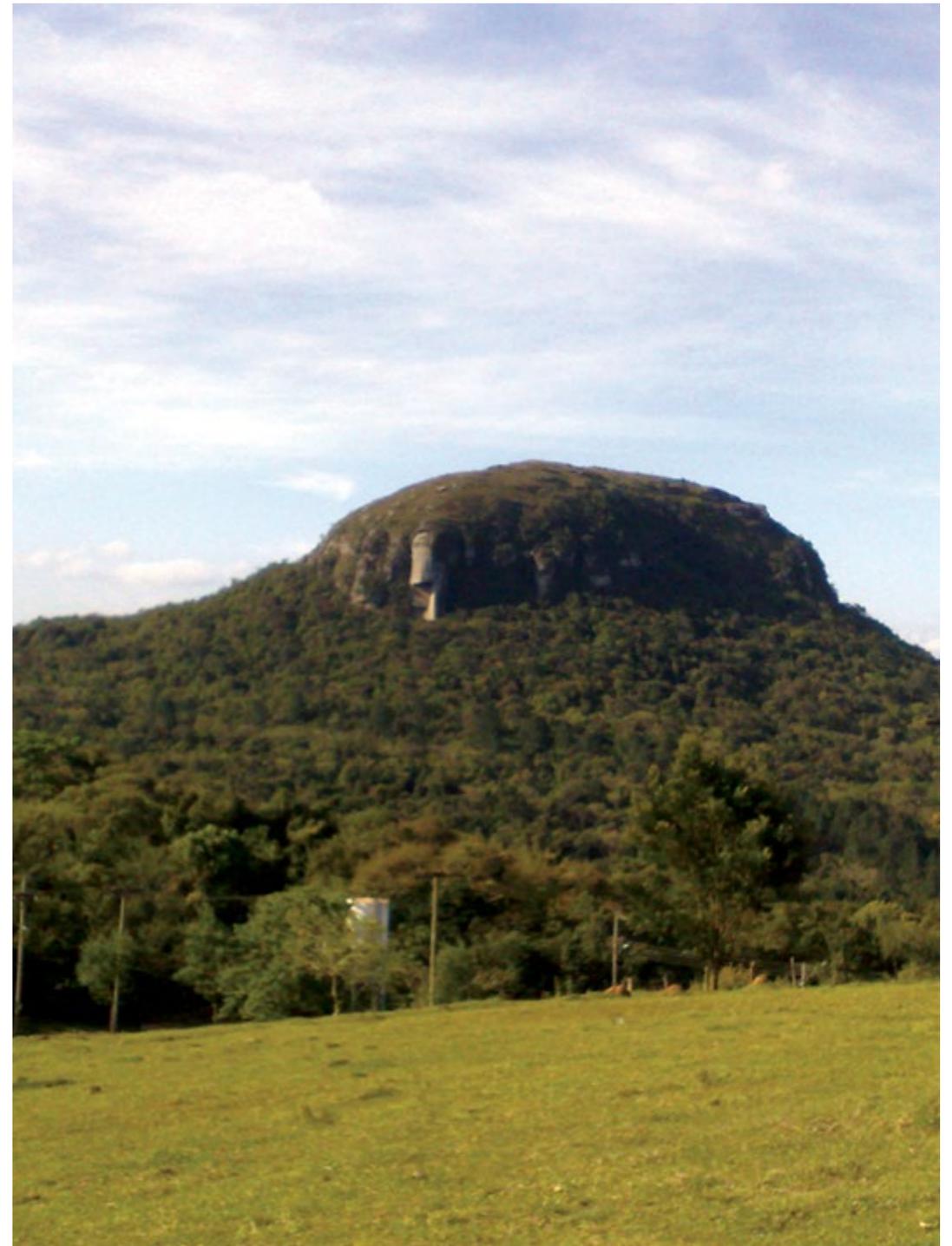
Nome do(s) proprietário(s): Arno Juliano e Cia. Ltda, Nova Sapucaia-Empreendimentos e Administração de Bens Ltda

Área da RPPN: 90,25 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Sapucaia do Sul **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): anamariajuliano@gmail.com / [@reservamorrosapucaia](https://www.facebook.com/reservamorrosapucaia) [Facebook]



Morro Sapucaia
Foto_ Ana Maria Juliano

RPPN FAZENDA MORRO SAPUCAIA_RS

_ UM HOMEM À FRENTE DO SEU TEMPO

Caía uma garoa fina sobre a cidade no dia 05 de junho de 2002, quando seria celebrado o Dia do Meio Ambiente, com um “Abraço ao Morro”. O evento estava previsto para a tarde, quando um grupo de 500 pessoas estaria fazendo a sua saudação e apoiando a criação da RPPN Fazenda Morro Sapucaia. As entidades organizadoras do evento opinaram pelo cancelamento, em razão do mau tempo. Porém, a administradora, da futura Reserva insistia em que permanecesse a agenda já feita com as escolas.

A caravana chegou junto ao Morro meia hora antes ainda sob uma tênue chuva e muitos insistiam em desistir. Porém, o Morro queria sua homenagem. Exatamente às 15 horas, enquanto chovia no entorno, abriu-se uma enorme clareira de sol, como um halo celeste a iluminar somente o Morro Sapucaia. Celeremente as crianças puderam descer das conduções e cercar o Morro com um abraço emocionado saudando: “Viva o Morro, a Mãe Natureza!”



Abraço ao Morro Sapucaia 2001_ Foto_ Ana Maria Juliano

Proteger o Morro Sapucaia, sua fauna, flora, córregos e nascentes tem sido uma missão iniciada por Arno Juliano, ex-Prefeito da cidade, quando adquiriu a Fazenda Sapucaia em 1969. Na época, não se falava em preservação ambiental, mas Arno Juliano já defendia a ideia de que a proteção do ecossistema era necessária para a boa qualidade de vida na cidade lá embaixo. “O ar que respiram, a água que bebem, nascem aqui aos pés do Morro”, dizia ele. Desde a década de 1980, procurava uma forma jurídica de proteção da área para que a mesma não viesse a ser destruída no futuro, frente às ideias urbano-expansionistas e falta de visão dos gestores públicos.

O sonho acalentado tomou forma com o início do processo de criação da Reserva em fevereiro de 2001, junto ao IBAMA/RS. Deve-se reconhecer o empenho e entusiasmo da equipe da Divisão Técnica (DITEC), nas pessoas de Cirio, Marília e Fátima, que após vitoria, desenvolveram material de publicidade para uma campanha de criação de RPPNs no Estado do Rio Grande do Sul, tendo o Morro Sapucaia, também conhecido como “Morro do Chapéu” como símbolo. Ao receber a notícia de sua filha, Ana Maria: “Pai, consegui a forma de preservar o Morro definitivamente, através de uma RPPN”, Arno Juliano chorou. Faleceu um mês após, acalentado pelo dever cumprido.

“O tipo dos tabuleiros desta região é o Morro Sapucaia. Coroando as coxilhas campestres, cercado de um colar de mata virgem, limitado de paredões de todos os lados, esta truculenta fortaleza de arenito constitui um dos marcos mais inconfundíveis da borda da serra. Este morro é um museu natural contendo todos os elementos essenciais da geologia, vegetação e formas individuais do arenito da Depressão Central.” (Rambo, 1950)

Desde a década de 1950, Pe. Rambo defendia que o Morro merecia uma proteção oficial, por conter uma formação riquíssima de espécies com origem evolutiva na flora austral-antártica, dentre elas, uma em especial, a *Codonorchis canisioi* Mansfeld, uma orquídea terrestre, descoberta por ele e pelo Pe. Canísio, em 1935 e, que se encontra na Lista da Flora do RS em perigo de extinção (CR).

“Com uma visão panorâmica de 360°, a vista de cima do cume é magnífica. “Para o leste, o olhar seguia ao longo da borda multiforme do arenito até descansar no vasto tabuleiro do Itacolomi; para o sul, voando sobre a baixada do Gravataí, para os morros graníticos e no casario de Porto Alegre; para o oeste se espria por sobre a depressão fluvial, emergindo no espelho dos grandes rios; para o norte, além do Vale do Rio dos Sinos, galga a muralha da Serra Geral, sobre a qual velem brancas nuvens vindas do oceano.” (Rambo,1950).

A formação vegetacional que o circunda confere à área um aspecto único de transição de biomas. De um lado, o Pampa, com uma riqueza de gramíneas e leguminosas, de outro, a Mata Atlântica, marcada por uma Floresta Estacional

Semidecidual. Ao todo 320 espécies da flora, entremeada por 210 de uma rica avifauna, além de 24 de répteis e por mamíferos de pequeno porte, em um espaço de 90,25 hectares. A RPPN tem sido tema para pesquisas científicas e espaço para aulas práticas de várias Universidades da região.

A Fazenda Sapucaia tem sua origem histórica na colonização do Rio Grande do Sul, quando os portugueses adentraram as paragens deste território para fixar os primeiros povoamentos e o Morro Sapucaia figurava como morro testemunho a orientar os viajantes. Assim, em 1737, foi concedida uma Carta de Sesmaria ao português Antônio de Souza Fernando do local então denominado como "Rincão do Cerro", depois "Fazenda Sapucaia". Desenhado por naturalistas como Carl Lindmann (1906) e pinturas de Pedro Weingartner (1921), o Morro Sapucaia é avistado na imensa planície da Depressão Central, desde muito longe.

Contudo, assim como o Morro Sapucaia desperta nobres sentimentos de deslumbramento, traz o outro lado sombrio da humanidade, a cobiça, a falta de respeito com a natureza e com a propriedade privada. Por época da criação da RPPN, iniciaram os ataques criminosos em represália à transformação da área em Unidade de Conservação: mais de cem eventos de incêndios provocados, depredações, abandono de animais vivos e mortos, como de veículos e lixo, além de atropelamento de fauna e trânsito de cargas perigosas na estrada que atravessava a Reserva. Tais problemas foram solucionados através da edição de seu Plano de Manejo, por meio da Portaria nº 30/2012, disponível no site do ICMBio. Como medida de suspensão dos efeitos antrópicos negativos sobre a Reserva, foi adotado o fechamento definitivo da Estrada Cristina Juliano ao trânsito de veículos, chancelado pelo Plano de Manejo e por uma anterior Ação Civil Pública, em pleito inédito em nosso País.

Além disso, a pressão pelo avanço da urbanização, as alterações do Plano Diretor motivadas por interesses econômicos, a visão economicista do meio ambiente, a falta de conhecimento pela população e gestores públicos do que é uma RPPN e sua importância, são os desafios a serem enfrentados.

O Projeto de Educação Ambiental "Conhecer para Respeitar!" surgiu em 2001, com objetivo de esclarecer a comunidade estudantil sobre a biodiversidade da área, o conceito de Unidade de Conservação, seus usos e regras, bem como a atitude moral de respeito na contemplação da Natureza. O 'respeito', como atitude, sintetiza a ação do homem em relação ao seu próximo e ao ambiente no qual está inserido e, difunde, com poucos esforços, a preservação ambiental do Planeta Terra e a Paz Social. O projeto é desenvolvido em parceria com o CEEPRO - Escola Agrícola Visconde de São Leopoldo, que desde 1944, proporciona cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: Técnicos em Florestas e Técnicos Agropecuários. Por meio do convênio com a RPPN, os alunos desenvolvem estágio como monitores de trilhas e na atuação de projetos específicos, como viveiro de mudas e restauração de áreas. Na área de restauração ambiental, sobreveio em 2005, o "Projeto Mata Atlântica" em parceria com a TBG-Gasoduto Bolívia Brasil e IBAMA, na qual foram plantadas 150 mil espécies nativas na Reserva.

Outra vocação da área é o turismo. Por ser considerado ponto turístico pela população e o primeiro campo-escola de montanhismo no Estado, o Morro Sapucaia é conhecido pela localização privilegiada a 30 quilômetros de Porto Alegre. Há muitos anos, os pais levam os filhos para subir o Morro e desfrutar a paisagem. Neste espírito, nasceu em 2001, o "Festival de Pandorgas", buscando resgatar uma brincadeira ao ar livre, em que jovens confeccionam suas pipas e as erguem ao vento, junto com seus pais. Pipas, pandorgas, papagaios, arraia, nomes diversos, para uma atividade lúdica em que o palco é a Natureza.



Ana e Igor
Foto_ acervo RPPN

São mais de 50 anos de história de preservação. Estamos na terceira geração, seguindo sempre com a mesma missão. Porque para nós gaúchos, existe uma palavra que define o sentimento de amor ao local onde se vive, originada de uma ave o "quero-quero": "Querência". E daí, o aquerenciamento como ato de fixação à terra, porque: "A natureza é o maior patrimônio que alguém pode ter!"

A RPPN tem sido a motivação para sua administradora participar da construção de políticas públicas e arcabouço legal em prol destas UCs a nível estadual e nacional, como exemplo a edição do primeiro livro sobre RPPNs no país de sua autoria, sob o título "RPPN – Um novo Conceito de Propriedade", Oikus, 2008, com abordagem jurídica.

Ana Maria Juliano
Administradora da RPPN Fazenda Morro Sapucaia

Próxima página_ Cume do Morro Sapucaia
Foto_ Ana Maria Juliano



_jequitibá



RPPN Jequitibá

Data de criação: 28 de outubro de 2003 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IEF nº 127/2003

Nome do(s) proprietário(s): Marcelo Weyland Barbosa Vieira e Paulo Albert Weyland Vieira

Área da RPPN: 19,32 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Alfenas **Estado:** Minas Gerais

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica

Contato(s): alfenasagricola@gmail.com



RPPN JEQUITIBÁ_MG

Em 1991 já havia sido elaborado um plano de gestão ambiental da Fazenda Jequitibá para a University College London visando o manejo adequado e a conservação das reservas naturais. A criação da RPPN Jequitibá, nos anos 2000, foi um projeto do Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza (ISMECN) em prol da conservação dos parques remanescentes de ecossistemas naturais na sua região focal.

A RPPN Jequitibá foi a 1ª Unidade de Conservação averbada em cartório no município de Alfenas, o que significou o 1º recebimento de ICMS Ecológico no município, além de um acréscimo nas verbas municipais anuais de quarenta mil reais, em função do Valor Agregado Fiscal. Em reconhecimento à contribuição fiscal da RPPN ao município, a sua primeira proprietária, foi agraciada com o Título de Cidadã Honorária de Alfenas e recebeu uma placa para a sinalização da Reserva. No ano de 2005, a RPPN foi vendida a dois proprietários rurais que a adquiriram com a finalidade de ampliar a área de reserva legal da sua empresa, Alfenas Agrícola, para a certificação de café de exportação.

A RPPN Jequitibá consiste em um pequeno fragmento florestal de vinte hectares com um valor especial por possibilitar a preservação de um valioso banco genético de espécies locais da fauna e flora, algumas delas vulneráveis e ameaçadas de extinção, em função do alto nível de devastação do Bioma Mata Atlântica nesta região. Dentre as espécies conservadas no patrimônio biológico desta RPPN estão duas árvores: O jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*), em cuja homenagem foi denominada a RPPN, espécie ameaçada segundo o Livro Vermelho da Flora do Brasil e Vulnerável na Lista vermelha da IUCN, canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*), ameaçada no Livro vermelho da Flora do Brasil e o primata: macaco-sauá (*Callicebus nigrifons*) – Quase Ameaçada (NT).

A Flora da RPPN Jequitibá pode ser caracterizada como semelhante à flora original das florestas da região, mas empobrecida das espécies de madeira de lei em função de exploração predatória no passado.

O ISMECN promoveu as primeiras expedições botânicas na reserva florestal, nos anos 1980, para o projeto de levantamento florístico na região.



*RPPN Jequitibá ao fundo e no centro da foto
Um dos derradeiros fragmentos florestais na região
Foto_ Maria Cristina Weyland Vieira*

Em dezembro de 2006, foram retomadas as pesquisas para coleta de espécimes da flora na região da RPPN, em função do projeto PDA Mata Atlântica. As exsicatas botânicas dos levantamentos florísticos foram depositadas no Herbário do ISMECN, que foi incorporado ao Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro RB, em 2017. As primeiras pesquisas sobre a fauna da RPPN iniciaram como um desdobramento do projeto do Plano de Manejo, através da participação de professores de Biologia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) na Oficina Participativa, dentre as quais cite-se:

- 1_ Tamanho dos fragmentos e riqueza de espécie-área.
- 2_ O manejo do café e seus efeitos nas comunidades de aves.
- 3_ Relações mutualísticas entre as plantas e as aves frugívoras.
- 4_ Relações ecológicas de aves da família Picidae.

A RPPN Jequitibá foi escolhida como personagem foco do Plano de Manejo piloto elaborado pela equipe da ARPEMG, no projeto do Programa Piloto de Florestas Tropicais - PDA / Mata Atlântica, relacionado com o seu objetivo de criação, visando unicamente à conservação de ecossistema e pesquisa científica. O Plano de Manejo foi estruturado com base no Roteiro Metodológico para Plano de Manejo de RPPN do IBAMA, realizado em parceria com a CNRPPN e foi o primeiro Plano de Manejo de uma RPPN estadual aprovado pela SEMAD – MG.

No que concerne ao zoneamento, em função das peculiaridades deste pequeno fragmento florestal, foram definidas somente três áreas: zona silvestre, zona de proteção e zona de recuperação. Estas zonas foram caracterizadas com base nas várias excursões de campo para observações fenológicas e na análise da documentação fotográfica, que permitiu distinguir os habitats e ecossistemas deste remanescente florestal. A Zona Silvestre foi delimitada nas porções do fragmento florestal que se encontrava menos inalterado e com maior grau de integridade.



1_ Participantes da Oficina do Plano de Manejo da RPPN Jequitibá na Pousada do Porto_ Alfenas. MG_ 2007

2_ Visitantes na RPPN Jequitibá

Fotos_ Maria Cristina Weyland Vieira



Excursão dos participantes da Oficina do Plano de Manejo da RPPN Jequitibá

Foto_ Participante da oficina

Foram previstos os seguintes programas de manejo: 1. Programa de administração que está relacionado com atividades como cercamento da reserva, monitoramento e contenção de queimadas no entorno. 2. Programa de proteção e fiscalização que visa proteger a RPPN de impactos negativos externos, como queimadas e processos erosivos no entorno. 3. Programa de pesquisa e monitoramento que está concentrado em pesquisas biológicas. No que se referia ao monitoramento deveriam ser recuperadas as áreas degradadas através de enriquecimento florestal. 4. Programa de comunicação realizado em parceria com a ARPEMG e com o ISMECN, no sentido de atrair projetos de pesquisa e divulgar o Plano de Manejo.

Nas cartilhas utilizadas na Oficina Participativa do Plano de Manejo, realizada em maio de 2007, foram propostas entre outras atividades: Desenvolvimento de pesquisas científicas sobre Ecossistemas, Fauna e Flora por pesquisadores das universidades regionais; Fiscalização e monitoramento de impactos ambientais na RPPN, ocasionados por atividades econômicas da região, em especial produção agrícola em sistemas de monocultura, com utilização de agrotóxicos, como no cultivo da cana-de-açúcar e do café; enriquecimento florestal da RPPN nas bordas e no interior, para compensar efeito de borda e efeito de fragmentação e promover a conectividade entre as mini-reservas florestais da região do entorno.

Nesta Oficina Participativa foram também apresentadas, pelos grupos de trabalho, várias propostas e importantes contribuições para Pesquisa e Monitoramento da RPPN dentre as quais: Levantamento de fauna e flora; Incentivo à vigilância ambiental; Definição de ações para pesquisa e Convênio com Universidades e Instituições de pesquisa.

Na RPPN já foram realizados projetos pelo ISMECN relacionados com a sua flora: Levantamento da Flora da RPPN Jequitibá e florestas vizinhas e Acompanhamento da Floração e Frutificação da Flora na Vegetação de Borda da RPPN Jequitibá. Contudo deveriam ser realizados mais projetos de pesquisa científica para enriquecer o conhecimento da vegetação, da Flora e da Fauna desta RPPN e identificação de espécies ameaçadas de extinção.

A RPPN carece também de projetos de recuperação das áreas degradadas delimitadas no seu zoneamento ambiental e de enriquecimento florestal das demais zonas, em função da coleta/extração predatória de espécies de valor econômico no passado, como o palmito e madeiras de lei. Haveria ainda que recuperar as áreas afetadas pela invasão de gado das propriedades vizinhas, em que o sub-bosque foi danificado. Esses são alguns dos nossos maiores desafios.

_águas belas, rio cachoeira e serra do itaqui



RPPNs Águas Belas ^[1], Rio Cachoeira ^[2], Serra do Itaqui ^[3], Serra do Itaqui I ^[4] e Serra do Itaqui II ^[5]

Data de criação: 02 de setembro de 2004 ^[1] / 30 de agosto de 2007 ^[2]^[3]^[4] / 30 de março de 2011 ^[5] **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IAP nº 184/2004 ^[1] / nº 159/2007 ^[2] / nº 157/2007 ^[3] / nº 160/2007 ^[4] / nº 059/2011 ^[5]

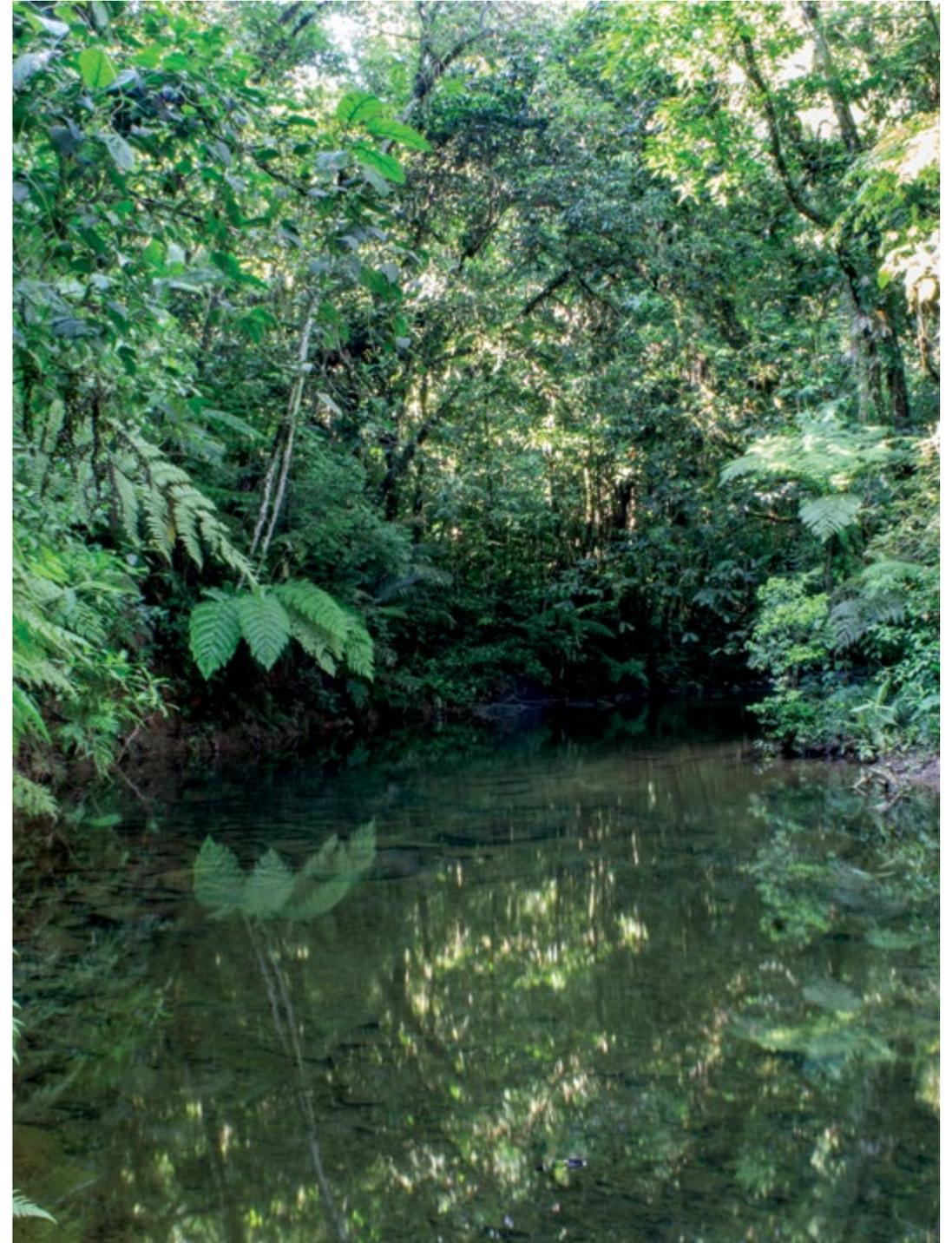
Nome do(s) proprietário(s): Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS

Área da RPPN: 508,20 ha ^[1] / 4.292,88 ha ^[2] / 3.526,37 ha ^[3] / 392,37 ha ^[4] / 984,93 ha ^[5] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Antonina e Guaraqueçaba **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico e Restauração Florestal

Contato(s): reginaldo@spvs.org.br



RPPNS ÁGUAS BELAS, RIO CACHOEIRA E SERRA DO ITAQUI_PR

(Águas Belas, Rio Cachoeira, Serra do Itaqui, Serra do Itaqui I, Serra do Itaqui II)

A partir do ano de 1999 a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), viabiliza três grandes projetos voltados ao combate ao aquecimento global, à conservação da biodiversidade e à busca de alternativas de renda regional.

Essas iniciativas envolveram a possibilidade de aquisição de terras, em especial propriedades detentoras de áreas já degradadas pelo desmatamento. Cerca de 40 propriedades foram adquiridas, notadamente antigas fazendas de criação de búfalos.

No total uma área aproximada de 18.300 hectares, divididos em três áreas, passaram a constituir as Reservas Naturais da SPVS. Os três projetos aprovados, a partir do apoio de empresas privadas interessadas em participar de uma iniciativa pioneira, também proporcionaram um fundo para o desenvolvimento das ações de restauração, conservação e proteção das áreas adquiridas. Com este suporte foram contratados funcionários locais, em geral aqueles que estavam com atividades de manutenção das fazendas de búfalos, gerando empregos formais na região. Passados 20 anos as Reservas Naturais têm cerca de 60% de suas áreas já transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com sete Unidades de Conservação com os seguintes nomes: Águas Belas, Rio Cachoeira, Santa Maria e Morro da Mina, em Antonina; e Serra do Itaqui, Serra do Itaqui I e Serra do Itaqui II, em Guaraqueçaba.

Um número próximo de 750 mil mudas nativas foram produzidas em viveiros nas Reservas Naturais, sendo usadas para a restauração de aproximadamente 1.500 hectares de áreas de pastagem e área em estágio inicial de conservação. Um grande número de pesquisas científicas foram realizadas nestas áreas, com foco nos processos de restauração, em estudos sobre a biodiversidade local e no monitoramento de grandes mamíferos. Mais recentemente, a Reserva Natural Guaricica se prepara para atendimento público com atividades de turismo de natureza e atividades demonstrativas de agrofloresta. Iniciou-se sua implementação fora das áreas estabelecidas como RPPN, buscando estimular a atividade no entorno das áreas.

A geração de recursos significativos de ICMS Ecológico a partir das Reservas Naturais, em especial pelas RPPNs já constituídas, representam um grande apoio às prefeituras locais, que já perceberam que a produção de natureza é um conceito que pode ser explorado para a geração de empregos e renda na região, proporcionando uma economia restaurativa baseada na boa conservação. Na área central da Grande reserva Mata Atlântica as Reservas Naturais da SPVS, e o conjunto de RPPNs inseridas em seu interior fazem divisa com outras UCs públicas, como o Parque Estadual do Pico Paraná, a Reserva Biológica Bom Jesus e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba.



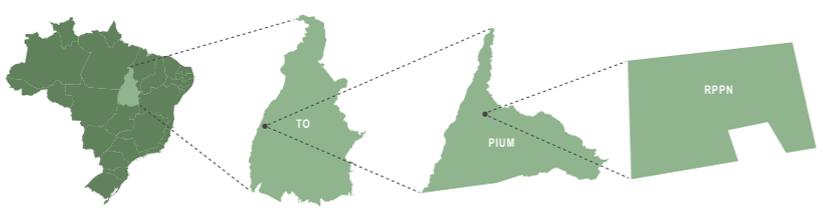
*Aspectos das Reservas Naturais da SPVS
Foto_ Reginaldo Ferreira*

*Próxima página_ Aspectos das Reservas Naturais da SPVS
Foto_ Reginaldo Ferreira*





_canguçu



RPPN Canguçu

Data de criação: 05 de março de 2004 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 19/2004

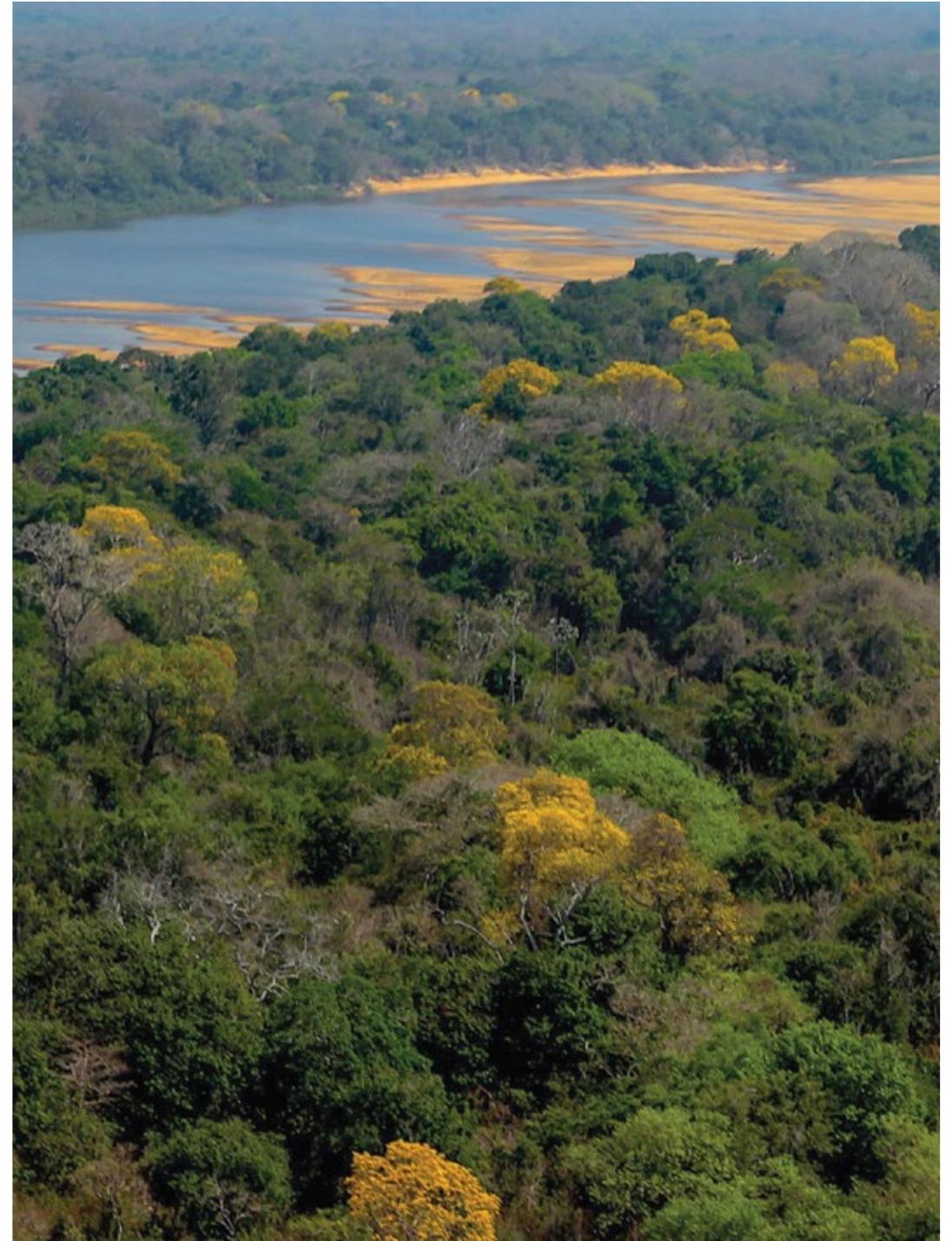
Nome do(s) proprietário(s): Instituto Ecológica Palmas

Área da RPPN: 65,50 hectares **Bioma(s):** Cerrado e Amazônia

Município(s): Pium **Estado:** Tocantins

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): cangucu@uft.edu.br / www.uft.edu.br/cangucu



Vegetação da RPPN e entorno
Foto_ Renato Torres Pinheiro

RPPN CANGUÇU_TO

O complexo Canguçu é formado pelo Centro de Pesquisa, fundado em 5 de agosto de 1999, pelo Instituto Ecológica sediado em Palmas, Tocantins e, pela Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Canguçu, criada pela Portaria IBAMA N° 19 de 5 de março de 2004. Juntos ocupam uma área de 65,5 hectares.

O Centro de Pesquisa foi concebido com a missão de promover a pesquisa e educação ambiental e a RPPN de conservar a biodiversidade. Ambos formam um complexo de relevante papel estratégico na promoção da ciência, conservação e uso sustentável da biodiversidade regional. A partir de 2005 passou a ser gerido pela Universidade Federal do Tocantins por regime de comodato com o Instituto Ecológica.

Localizado na margem direita do rio Javaés, ao norte da Ilha do Bananal, no município de Pium, região Centro-Oeste do estado do Tocantins (9°58'44"S 50°02'11"O), o Complexo Canguçu está situado na transição do Cerrado com a Amazônia em uma área de grande relevância ambiental, marcada pela presença de importantes Unidades de Conservação como o Parque Nacional do Araguaia, Parque Estadual do Cantão, APA Ilha do Bananal-Cantão e RPPNs, que juntas formam o Corredor Ecológico Araguaia-Bananal.

A região é marcada por uma forte sazonalidade climática, ficando parcialmente alagada no período chuvoso, entre outubro e abril, quando o nível dos rios pode aumentar de cinco a 10 metros. No período de estiagem, maio a setembro, o clima é seco promovendo significativa redução do nível das águas, fazendo emergir vários bancos de areia e diversas praias nos rios da região. Além disso, a existência de uma ampla planície aluvial, um complexo sistema de lagos e a vegetação dominante arbórea, contribuem para o armazenamento de água, que compõem um dos mais importantes sistemas de áreas úmidas do Brasil.

_ PESQUISA E BIODIVERSIDADE

Localmente são identificadas diversas formações florestais compostas por Mata de Galeria, Floresta Aluvial, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Cerradão, formações savânicas de Cerrado (sentido restrito) e Campo Cerrado, bem como áreas alteradas compostas por capoeiras, pastagens e monoculturas. Esta variedade de ambientes faz com que a região tenha uma elevada riqueza florística e faunística.



Infraestrutura
Foto_Renato Torres Pinheiro

O Instituto Ecológica se destaca por ser pioneiro nos estudos relativos ao sequestro de carbono e vem desenvolvendo ao longo dos anos o conceito do Carbono Social. A partir de projetos pilotos de sequestro de carbono no Tocantins, o carbono reduzido ou absorvido em consequência da execução dos mesmos, promove a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno da RPPN Canguçu por meio da interação destas com as atividades do projeto.

Com a inserção da Universidade Federal do Tocantins na gestão do Centro de Pesquisa e RPPN, as pesquisas foram ampliadas e diversificadas. Um estudo sobre a composição florística e usos múltiplos das espécies arbóreas da RPPN Canguçu, Pinheiro (no prelo) identificou 86 espécies arbóreas de 34 famílias botânicas, a maioria delas autóctones, sendo 74,7% distribuídas no domínio da Amazônia e 83,7% no Cerrado, referendando o caráter ecotonal da região.

A fauna de vertebrados terrestres da RPPN Canguçu é superlativa, sendo encontradas pelo menos 31 espécies de anfíbios pertencentes à Ordem Anura e 39 espécies de répteis sendo 31 Squamata, três Crocodylia e cinco Testudines (Portelinha *et al.*, no prelo). Em termos de ameaça à conservação, a maioria das espécies registradas (36) são classificadas como "Menos Preocupantes" e duas como "Quase Ameaçadas".

Em se tratando da avifauna, foram inventariadas até o momento 333 espécies, o que coloca a RPPN Canguçu como uma das áreas mais importantes para conservação da avifauna regional (Pinheiro *et al.*, no prelo). Porém a riqueza regional é ainda maior chegando a 478 espécies (PINHEIRO, 2019), o que representa 76,11% do total de espécies que ocorrem no Tocantins (DORNAS, 2009). Dentre as espécies registradas, 36 são consideradas endemismos amazônicos e 10 endemismos do Cerrado. Três espécies possuem distribuições geográficas bastante limitadas. Duas com distribuição restrita ao vale do Araguaia, João-do-Araguaia (*Synallaxis simoni*) e Cardeal-do-Araguaia (*Paroaria baeri*) tendo a Ilha do Bananal como centro de distribuição e a terceira chororó-de-goiás (*Cercomacra ferdinandi*) é endêmica da bacia Tocantins-Araguaia. Quanto ao *status* de conservação, onze espécies estão incluídas em alguma lista de espécies ameaçadas de extinção, seja em nível nacional (MMA, 2014) ou global (IUCN, 2020), sendo sete espécies na categoria "Vulnerável" e uma "Em Perigo" para ambos os níveis.

Quanto aos mamíferos de médio e grande porte, foram catalogadas até o momento 35 espécies na RPPN Canguçu, sendo 33 mamíferos de médio e grande porte, 40% do total inseridas em listas de espécies ameaçadas, seja em escala nacional ou global, além de espécies de controvérsia taxonômica ou descritas recentemente.

A mastofauna registrada pode ser caracterizada por sua elevada diversidade, seja taxonômica, comportamental, morfológica, de hábitos alimentares, de locomoção, de habitat ou de origem que inclui endemismos da Amazônia e espécies associadas ao Cerrado, formando uma comunidade peculiar com interações ecológicas incomuns (Pinheiro *et al.*, no prelo).

São inúmeras as pesquisas aplicadas realizadas no âmbito da RPPN Canguçu, que incluem aspectos atmosféricos, da vegetação, fauna aquática, vertebrados e invertebrados terrestres. Um resumo dessas pesquisas está no ebook Biodiversidade na região da Ilha do Bananal-Cantão, disponível em www.uft.edu.br/cangucu. Ecoturismo.



1_ Jacaré-açu (*Melanosuchus niger*)_ 2_ Anta (*Tapirus terrestris*)_ 3_ Cigana (*Opisthocomus hoazin*)
Fotos_ Renato Torres Pinheiro

Do ponto de vista turístico, a RPPN Canguçu também se destaca sob vários aspectos. Sua localização geográfica e proximidade com a Ilha do Bananal fazem da região uma das mais interessantes em termos paisagísticos e de maior biodiversidade do país. A singularidade da sua avifauna tornou a RPPN Canguçu um dos principais locais para observação de aves no Brasil em função da presença de várias espécies endêmicas, pela quantidade de espécies ameaçadas e pelo fato da RPPN estar localizada na transição de dois biomas com elevada diversidade de aves.

Outro destaque regional é a riqueza de peixes na bacia do rio Araguaia, o que torna o rio Javaés um dos rios mais atrativos para a pesca esportiva no estado do Tocantins. Peixes como o tucunaré (*Cichla* spp.), a pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*) ou a piraiíba (*Brachyplatystoma filamentosum*) são espécies cobiçadas por pescadores da região e do país como um todo.

A RPPN possui mais de 7 km de trilhas, que percorrem a mata de transição conduzindo o turista para um dos muitos lagos da região ou para uma das praias do rio Javaés. Outro atrativo é a torre de observação, com 40 metros de altura, que permite uma visão privilegiada da Ilha do Bananal e das paisagens naturais preservadas pelas diversas unidades de conservação da região.

Com tantos atrativos naturais e excelente infraestrutura, seja para o ensino, pesquisa ou turismo, a RPPN Canguçu tem atraído turistas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros ao longo de todo o ano.

PINHEIRO, R.T. Composição florística e usos múltiplos das espécies arbóreas da RPPN Canguçu, Pium, Tocantins. In: PINHEIRO R. T. (Org.) Flora e Fauna da RPPN Canguçu, Pium, Tocantins, Brasil. EDUFT, Palmas, Tocantins. 2021 no prelo.

PORTELINHA, T.C.G.; MALVASIO, A.; COLLI, G.; DORNAS, T. Herpetofauna da RPPN Canguçu Pium, Tocantins. In: PINHEIRO R. T. (Org.) Flora e Fauna da RPPN Canguçu, Pium, Tocantins, Brasil. EDUFT, Palmas, Tocantins. 2021 no prelo.

PINHEIRO, R.T.; DORNAS, T. CORREA, A. G.; BARBOSA, M.O. Avifauna da RPPN Canguçu Pium, Tocantins. In: PINHEIRO R. T. (Org.) Flora e Fauna da RPPN Canguçu, Pium, Tocantins, Brasil. EDUFT, Palmas, Tocantins. 2021 no prelo.

PINHEIRO, R.T. Turismo de observação de aves nas Unidades de Conservação da região da Ilha do Bananal, Cantão (TO). Revista Brasileira de Ecoturismo, 12(4):400-433, 2019.

DORNAS, T. Compilação dos registros de quelônios, crocodilianos e aves do Estado do Tocantins: biodiversidade e lacunas de conhecimento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas: Universidade Federal do Tocantins. 2009. 220f.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria n. 444, de 17 de dezembro de 2014. Lista nacional oficial de espécies da fauna ameaçadas de extinção. Diário Oficial da União, Brasília, n. 245, 18 de dezembro de 2014. Seção I, p.121-126.

PINHEIRO, R.T.; CARRARA, L.A; FARIA, L.C.P. Mamíferos de médio e grande porte da RPPN Canguçu Pium, Tocantins. In: PINHEIRO R. T. (Org.) Flora e Fauna da RPPN Canguçu, Pium, Tocantins, Brasil. EDUFT, Palmas, Tocantins. 2021 no prelo.

Próxima página_ Tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*)
Foto_ Renato Torres Pinheiro



_sítio azul, córrego vermelho, santa dulce de cima e cabeceira do cafofo



RPPNs Sítio Azul ^[1], Córrego Vermelho ^[2], Santa Dulce de Cima ^[3] e Cabeceira do Cafofo ^[4]

Data de criação: 08 de março de 2004 ^[1] / 10 de dezembro de 2007 ^[2] ^[3] ^[4] **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 30/2004 ^[1] / ICMBio nº 23/2007 ^[2] / ICMBio nº 26/2007 ^[3] / ICMBio nº 25/2007 ^[4]

Nome do(s) proprietário(s): Martin Oliver Kemmsies e Thomas Franklin Kemmsies

Área da RPPN: 5,08 hectares ^[1] / 20,95 hectares ^[2] / 92,19 hectares ^[3] / 174,35 hectares ^[4] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Nova Friburgo e Trajano de Moraes **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Preservação estrita

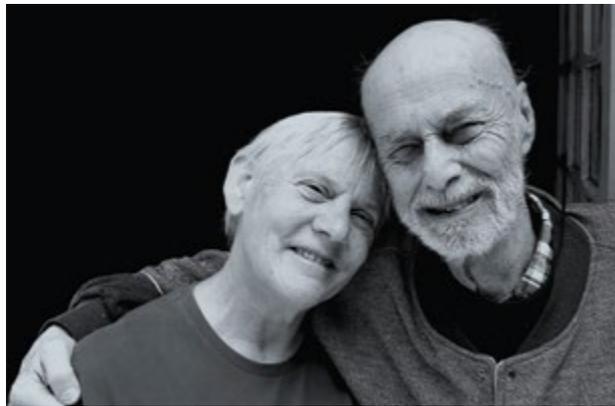
Contato(s): kemmsies@hotmail.com



Vista para a RPPN Sítio Azul
Foto_ Felicitas Kemmsies

RPPNS SÍTIO AZUL, CÓRREGO VERMELHO, SANTA DULCE DE CIMA E CABECEIRA DO CAFOFO_RJ

Esta não é a história de uma RPPN, mas de quatro, e elas só existem graças à determinação de um casal, Suzanne Eugénie Joliat Kemmsies, canadense-americana (1941-2020), e Walter Oliver Alfred Kemmsies, teuto-brasileiro (1930-2017), nossos queridos e saudosos pais. Nós já somos da geração que está herdando essas RPPNs, por isso este relato é uma homenagem ao altruísmo e pioneirismo deles.



*Suzanne e Walter Kemmsies
fundadores das RPPNs
Foto_ Martin Kemmsies*

A RPPN Sítio Azul, em Mury, Nova Friburgo/RJ, foi a primeira reserva criada, quase um teste. Tanto para a nossa mãe, que conduziu o projeto com um entusiasmo inabalável, como para as pessoas que a ajudaram no processo, foi um enorme desafio, principalmente considerando que ela não dirigia, nem usava celular ou internet!

O sítio de 15 hectares havia sido um hotel entre 1930 e 1964 e mais tarde foi um canil de cães fila. Nossos pais adquiriram a propriedade em 1978 e lá se instalaram no início dos anos 1980, tendo fugido da poluição e violência de São Paulo. Apesar de ter viajado o mundo durante a sua vida, segundo Suzanne nada se comparava às suas amadas montanhas cobertas pela Mata Atlântica, onde as nuvens literalmente entram por uma janela e saem pela outra. O fato de o sítio ao qual dedicou 40 anos de sua vida ter o *status* de RPPN a enchia de orgulho. A RPPN tem três nascentes que alimentam o nosso córrego o ano inteiro.

Durante duas décadas, os nossos pais tiveram uma loja em Mury (Nova Friburgo) chamada Winterthur, de móveis finos de madeira, desenhados por Walter e feitos sob medida por carpinteiros treinados por ele. A ideia era produzir mobiliário desde a árvore até a peça pronta. Assim, adquiriram 600 ha perto de Sodrelândia em Trajano de Moraes, no norte do Rio de Janeiro. Walter tinha bois treinados para extrair árvores da floresta de forma seletiva (de duas a três árvores por ano!), de modo a evitar a destruição desnecessária na floresta, uma forma de extração sustentável nos moldes do sistema FSC (Forest Stewardship Council). Como engenheiro florestal, Martin fez um inventário florestal em meados dos anos 1980, identificando quase 80 espécies. No entanto, a mudança na legislação nos anos 1990 inviabilizou este modelo e, na prática, nasceu uma reserva natural, já que 3/4 da propriedade era composta por floresta nativa intocada.

Paralelamente à loja de móveis, Walter e Suzanne resolveram se tornar agro-empresendedores: cerca de 60 ha da fazenda eram compostos por plantações de café quando a terra foi comprada, mas foram abandonados alguns anos mais tarde devido à dificuldade em encontrar mão-de-obra. Tentaram plantar bananeiras, mas a cultura não era lucrativa. No final dos anos 1990, estiveram entre os primeiros no Brasil a plantar a palmeira pupunha, cujas mudas foram importadas da Costa Rica. O empreendimento estava indo muito bem quando sofreu uma invasão armada da propriedade. Após três anos de dura disputa judicial foi concedida a reintegração de posse, mas a evacuação só aconteceu realmente após a chegada de dois caminhões de soldados à propriedade. Não é preciso dizer que Walter e Suzanne ficaram horrorizados com o estado da propriedade: as poucas casas e plantações foram completamente destruídas e todos os animais desapareceram. Walter ficou especialmente desanimado.

A Suzanne reagiu diferentemente: sem titubear, decidiu replicar o conceito de RPPN também nesta propriedade. E assim, alguns anos depois, três RPPNs distintas foram criadas nos pontos mais estratégicos, totalizando 300 ha, ou metade da propriedade. As plantações foram abandonadas em favor da regeneração da floresta que, 20 anos depois, a cada dia menos se distingue da mata original. Apenas uma pequena parcela de cerca de 30 ha foi plantada com eucalipto como forma de financiar os gastos com a propriedade.

Durante todos esses anos, a propriedade não tinha um único nome, já que é composta por três antigas fazendas. Quando as herdamos, resolvemos chamar a área toda de Reserva Ecológica Carocango, uma homenagem ao rio que nela nasce e ao importante líder que organizou um dos maiores quilombos na região.

A área é bastante montanhosa, variando em altitude de 600 a 1.200 m. A vista do chamado Alto Visual é surpreendente: enxerga-se o litoral de Búzios à Macaé a 50-70 km de distância, assim como as montanhas no Parque Estadual do Desengano. Há muitas nascentes (ainda não mapeadas e contabilizadas) e dois rios que nascem na propriedade: o Campista e o Carocango, que desembocam no rio Macabu.



Nenhum estudo formal de fauna foi feito, embora tenha havido avistamentos de uma onça no passado e macacos. O único estudo florístico data dos anos 1980, portanto, de modo geral, este ainda é um território inexplorado, apenas esperando por biólogos ávidos por pesquisá-lo!

O principal desafio para nós herdeiros é manter pessoas indesejadas fora da propriedade, sejam elas palmiteiros, caçadores, madeireiros, ou turistas que erodem as trilhas com “aranhas” (buggies) e motocicletas, que criaram valas de mais de 1,5 m de profundidade.

Nossos esforços são também limitados pela distância: como vivemos a 1.200 km da reserva e temos no máximo 30 dias de férias por ano, sobra pouco tempo para nos dedicarmos à ela. Como primeiras medidas, estamos reformando a casa do caseiro, já que ter alguém morando lá permanentemente inibe as entradas não autorizadas. Além disso, estamos instalando portões para impedir o acesso de veículos motorizados.

Temos vários objetivos de longo prazo para a Reserva Carocango: a preservação e o levantamento da fauna e flora são os mais óbvios. Ainda que o acesso não seja dos mais fáceis, gostaríamos de investir no ecoturismo, sobretudo pela maravilhosa vista do Alto Visual – sonhamos com pequenas cabanas ecológicas, que só podem ser alcançadas após uma caminhada de duas horas. Os alojamentos para pesquisadores também são imprescindíveis. A plantação de pupunha no sistema agroflorestal poderia ser interessante como atividade econômica fora das RPPNs para gerar alguma renda.

Gostaríamos, principalmente, de aumentar a biodiversidade como um todo através do plantio de árvores e plantas nativas que atraiam uma fauna mais rica, especialmente nas áreas em recuperação. Assim, a Reserva Ecológica Carocango um dia poderá ser um repositório grande e resiliente o suficiente para abastecer as propriedades vizinhas com espécies da fauna e flora da Mata Atlântica.



1_ Vista aérea do Sítio Azul – A RPPN fica na parte inferior da foto
2_ Suzanne Kemmsies com seus filhos e netos
Fotos_ 1_ Ulf Kemmsies_ 2_ Felicitas Kemmsies

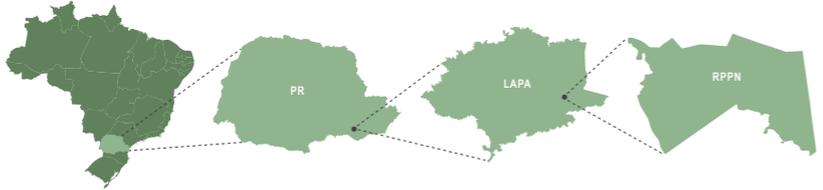


Na verdade, sonhamos com algo muito maior: queremos que a nossa Reserva seja o eixo central para a criação de um enorme corredor ecológico unindo o Parque Estadual dos Três Picos ao sul e o Parque Estadual do Desengano ao norte, já que a região entre os dois Parques é composta por uma cobertura florestal altamente fragmentada. A ideia não é original, mas gostaríamos de vê-la realizada em nossas vidas. Envolveria a criação de muitos empregos locais, por exemplo, por meio de viveiros de mudas e do ecoturismo de baixo impacto.

Estamos procurando ativamente por orientação, ajuda financeira e cooperação para estes projetos para que nós, como rppnistas de segunda geração, possamos continuar trabalhando por um mundo mais biodiverso, justo e sustentável para todos os seres.

Levamos as palavras de Suzanne ao nosso caseiro Manoel como desafio e missão: “Não sei o que farão com a propriedade”. Em breve eles a herdarão. Eu os criei bem, por isso sei que farão a coisa certa”.

_mata do uru



RPPN Mata do Uru

Data de criação: 05 de março de 2004 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria IBAMA nº 20/2004

Nome do(s) proprietário(s): Aristides Tadeu Gianello e Beatriz Regina Gianello

Área da RPPN: 128,60 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Lapa **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): giemguima@gmail.com



*Uma das três quedas d'água da Mata do Uru,
que faz parte da grande bacia do Rio Iguaçu
Foto_ Zig Koch*

RPPN MATA DO URU_PR

MATA DO URU: *um modelo pioneiro de adoção de RPPNs por empresas*

Pássaro típico da Mata Atlântica, o uru prefere caminhar na mata ao invés de voar. Gosta de viver em grupos e canta lentamente o seu nome por entre as árvores... “U-rúuu”.

A história da RPPN Mata do Uru começa com o desejo de conservar esse canto. Para isso, era preciso cuidar da casa do uru. Quem se propôs a isso foi um empreendedor muito à frente de seu tempo. O senhor Gabriel Campanholo herdou do pai, Ari Campanholo, 128,6 hectares de terra no histórico município da Lapa, no Paraná. Morou no local e plantou mudas das espécies que mais gostava. Foram mais de 80 mil delas plantadas ao longo de décadas. Seu Gabriel não vendeu as terras para cultivo de lavouras, tampouco as arrendou para criação de gado. Ele mesmo não se dedicou a “ganhar dinheiro”: o que ele queria era eternizar o que restou daquela Floresta com Araucária, que quase desapareceu da região.

No começo dos anos 2000, seu Gabriel percebeu que a tarefa não era tão simples. Para fortalecer aquele pedaço de Mata Atlântica que fica na Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, era preciso investimento. Muito bem-informado que era, apesar de viver isolado na mata, através de uma entrevista numa rádio, soube do chamado “Programa de Desmatamento Evitado” (PDE), que estava sendo lançado por uma ONG de Curitiba. Gabriel viu ali a possibilidade de conseguir um auxílio financeiro para continuar o trabalho que, até então, fazia em família. A SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem), funcionou como um intermediário, apresentando a seu Gabriel, a uma empresa que tinha princípios de conservação muito parecidos com os da família Campanholo.

Giem Guimarães, que além de conselheiro da própria SPVS, era CEO da Gráfica Editora Posigraf, foi apresentado a seu Gabriel. Nascia uma aliança que seguiria firme mesmo depois da morte do idealizador da RPPN Mata do Uru. “Lembro de ter recebido uma carta manuscrita do seu Gabriel. Pelo que li, ficou evidente que se tratava de alguém motivado pelos mais nobres objetivos. Colaboramos imediatamente, pois sabia que aquilo seria um exemplo para outras empresas.” E foi. Uru foi a primeira área de floresta do PDE, um programa de parceria entre proprietários de terra que querem preservar e empresas preocupadas com seus impactos ambientais. Deste convênio, se iniciam processos para transformar áreas em RPPNs.



*Vista aérea da FOM, a Floresta Ombrófila Mista, que compõe 76% da área da Mata do Uru
Foto_ Zig Koch*

A Reserva da Mata do Uru de hoje é muito diferente daquela fazenda comprada nos anos 1950. Teve a floresta multiplicada. Cada hectare a mais preenchido de espécies nativas formou um importante Corredor Ecológico bem ao lado de outra Unidade de Conservação, o Parque Estadual do Monge. Juntos, Reserva e Parque possuem aproximadamente 500 hectares de área conservada. Giem Guimarães lembra que “a Mata do Uru nasceu do idealismo de um conservador apaixonado pela Floresta com Araucária. Seu Gabriel queria deixar como legado de vida aquele lugar tão especial”.

Hoje, a reserva funciona como um grande laboratório e uma imensa sala de aula, sendo que por meio da administração do Instituto Positivo, já recebeu mais de 10 mil estudantes de redes públicas e privadas. O exemplo da união entre proprietários conscientes e empresas, rendeu muitos frutos, chegando a outras regiões do Brasil. Outras empresas seguiram a ideia e adotaram RPPNs. Ao menos dezoito parcerias foram formadas através do PDE.

É inquestionável a importância da preservação da Floresta com Araucária ou FOM (Floresta Ombrófila Mista), pois resta menos de 1% da sua área original bem preservada. Cercada por fazendas dedicadas à agricultura, pecuária e reflorestamentos de espécies exóticas, a RPPN é uma das raras propriedades da região que escaparam à devastação e à exploração comercial.

Na Mata do Uru, o retorno ambiental é notável. Não só se preservou o espaço para as espécies de plantas e animais que ali viviam, como também reapareceram espécies que não eram mais vistas no local. Mais de 900 vídeos feitos com câmeras espalhadas na mata capturaram imagens de animais ameaçados de extinção, como o bugio-ruivo, jaguatirica, onça-parda e o gato-do-mato-pequeno. O leão-baio, felino desta região da Mata Atlântica, também já foi registrado em imagens. No rio Calixto, que corre dentro da RPPN, foi descoberta uma nova espécie de molusco, além disso, quatro novas espécies de minhocas foram registradas no solo da Mata do Uru.



O bugio-ruivo é uma das 41 espécies de mamíferos
Foto_ Zig Koch



Rã-de-banhier,
espécie de anfíbio
identificado na
reserva do Uru
Foto_ Zig Koch



Família de tiribas-de-testa-vermelha descansam na Floresta com Araucária_ Foto_ Zig Koch

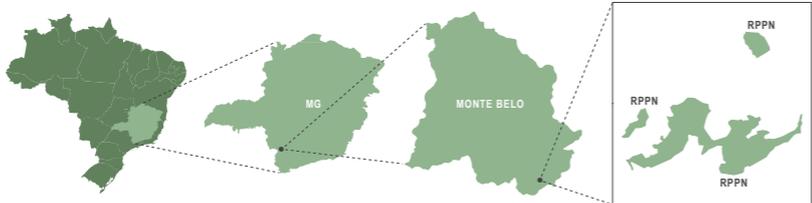
Preservar a Mata do Uru também teve reflexo na abundância e qualidade da água da região. O maior curso d'água ali dentro é o Rio Calixto. Há três belas quedas d'água no seu trajeto. A maior delas tem aproximadamente 10 metros de altura. A reserva faz parte da grande bacia do Rio Iguaçu que integra a bacia do Rio Paraná, a mais importante do Estado. Esta bacia abrange cerca de 80% do território paranaense. Livres de erosão e degradação, as nascentes se fortaleceram: foram contadas 34 nascentes e 40 rios dentro de seu perímetro.

A RPPN Mata do Uru serve de espaço para inúmeros projetos científicos e educativos. "A área está toda demarcada com trilhas, com experimentação sensorial. Há descrição das espécies, placas explicativas, é uma área bem planejada", lembra Giem, que participou ao longo dos anos do avanço de pesquisas e atividades da RPPN e da fundação do Instituto Positivo. Trabalhos científicos de diversas áreas e reportagens na mídia local e nacional foram publicados sobre a reserva, trazendo luz para a iniciativa privada e ao mesmo tempo familiar. Há importantes registros na trilha da reserva, que é aberta para visitantes. Vários deles são pensamentos de Gabriel Campanholo, como o que segue: "tudo que envolve a natureza funciona numa escala de tempo bem mais vagarosa do que aquela que afeta os seres humanos. De nossa posição de orgulho, cobiça e curteza de vista, queremos resultados rápidos: colher os frutos, comer o pinhão, derrubar a árvore, vender a madeira e egoisticamente gastar o dinheiro nós mesmos. O mundo precisa de gente que pense mais longe".

Próxima página_ Bromélia se agarra ao tronco da Araucária na Mata do Uru_ Foto_ Zig Koch



_fazenda lagoa



RPPN Fazenda Lagoa

Data de criação: 04 de fevereiro de 2005

Instrumento legal: Portaria IEF nº 16/2005

Nome do(s) proprietário(s): Alfenas Agrícola

Área da RPPN: 291,56 hectares

Município(s): Monte Belo

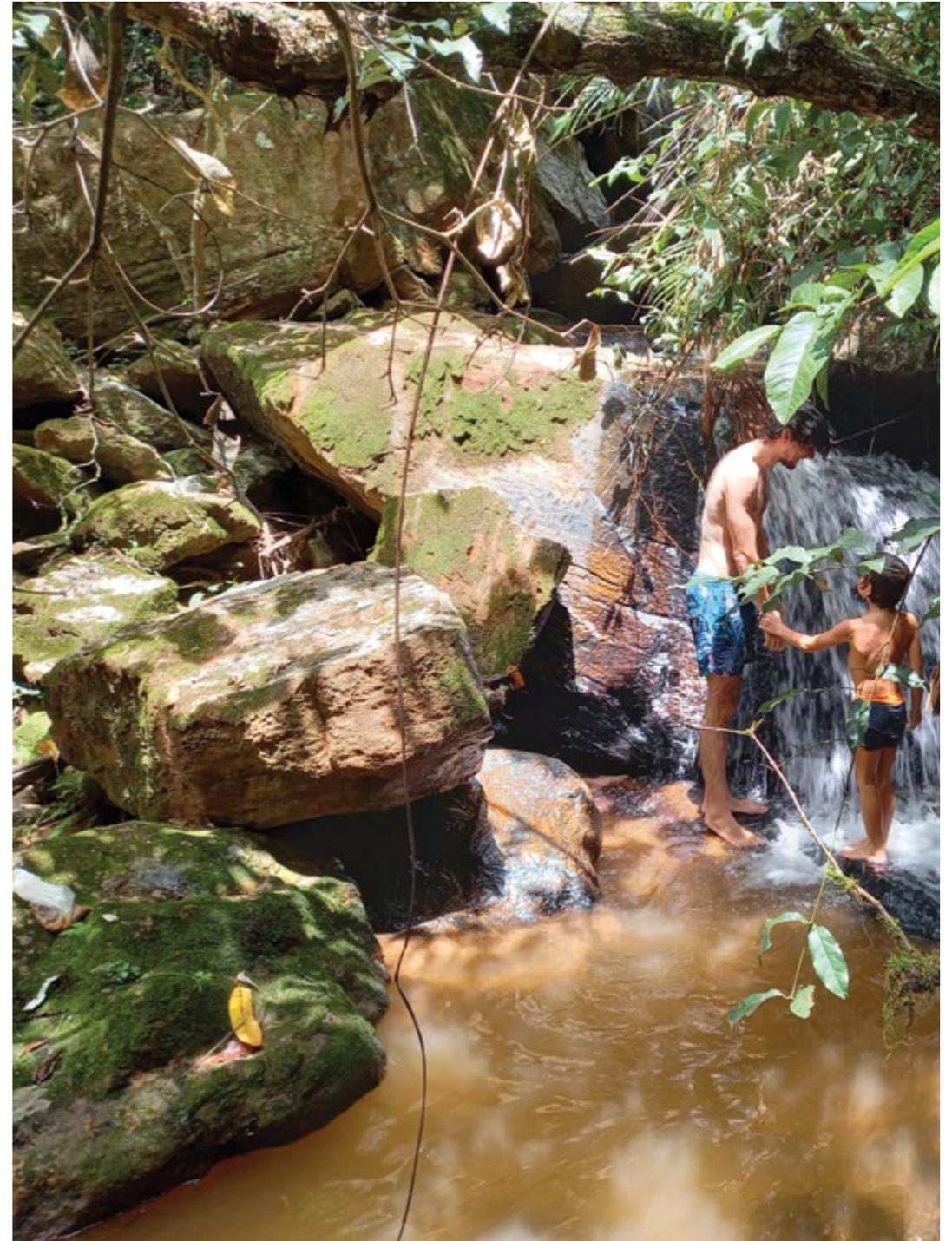
Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): institutosulmineiro@gmail.com

Esfera administrativa: Estadual

Bioma(s): Mata Atlântica

Estado: Minas Gerais



*Gerações futuras (filho e neto na Cachoeira)
Foto_ Maria Cristina Weyland Vieira*

RPPN FAZENDA LAGOA_MG

A RPPN Fazenda Lagoa, com 291,56 hectares, é constituída de quatro fragmentos florestais e dois Corredores de Fauna implantados nos anos 1980 e 1990. Os remanescentes florestais que compõem a RPPN são classificados como Floresta Estacional Semidecidual, pertencendo ao domínio do Bioma Mata Atlântica.

Nos 1200 hectares da Fazenda Lagoa foram conservados mais de 300 hectares de florestas por quatro gerações da família Vieira. Em 1978 foi criado o Horto Monte Alegre, quando então foram plantadas as sementes das primeiras mudas a serem produzidas para reflorestamento, com espécies nativas arbóreas, em áreas tais como nos corredores de fauna que hoje compõem a RPPN.

Desde a fundação do Instituto Sul Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza - ISMECN, em 1988, a Fazenda Lagoa se consolidou como cenário dos seus projetos. Nos anos 2000 tornou-se a sede da Associação de RPPNs e outras Reservas Privadas de Minas Gerais. – ARPEMG. Ambas ONGs apoiaram o projeto de criação da RPPN nos anos 2000. Esta foi a primeira RPPN do município tendo um papel pioneiro para a conservação em terras privadas em Monte Belo.

A RPPN Fazenda Lagoa desenvolve as três atividades permitidas pelo SNUC para esta categoria de Unidade de Conservação: pesquisa, educação ambiental e ecoturismo.

A Fazenda Lagoa já foi palco das mais variadas pesquisas geográficas e biológicas que resultaram em um maior conhecimento dos seus ecossistemas naturais. Essas pesquisas têm sido realizadas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Além de vários projetos de levantamentos botânicos e faunísticos e de estudos de ecologia de espécies e de populações, também já foram realizadas na RPPN, várias monografias e TCCs de bacharelado, duas dissertações de mestrado e duas teses de doutorado.



Vista Aérea da RPPN Fazenda Lagoa: Matas Olaria e Lagoa, Corredores Ecológicos, áreas úmidas, plantios e pastos.
Foto_ Empresa de fotografia aérea

As pesquisas científicas se iniciaram no final dos anos 1970, bem antes da criação da RPPN. Entre artigos, resumos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias, TCCs e relatórios, já são mais de cinquenta projetos de pesquisas desenvolvidos na RPPN. Mesmo antes da sua criação a Fazenda Lagoa recebeu vários pesquisadores das mais variadas áreas da ciência: Botânica, Zoologia, Geografia, Geologia e algumas renomadas personalidades do meio científico e conservacionista, tais como o ornitólogo Helmut Sick, o agrônomo conservacionista Dr. Alceo Magnanini, o primatólogo Russel Mittermeier, o botânico J. P. P. Carauta, o ornitólogo Fernando Pacheco, dentre outros.

Na área foram identificadas e estão preservadas espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção tais como: o primata sagui-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*); as aves: pica-pau-rei (*Campephilus robustus*) e o pavó (*Pyroderus scutatus*) e as espécies arbóreas: canela-sassafrás (*Ocotea odorifera*) e o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*).

De acordo com Silveira e colaboradores (2008), é notável que, pelo menos 8% das 113 aves ameaçadas de extinção no estado de Minas Gerais, estejam protegidas pelo perímetro e pelas adjacências da RPPN. Sua importância conservacionista é salientada por abrigar ainda sessenta aves endêmicas da Mata Atlântica. A grande biodiversidade de avifauna (362 spp.), sendo 20 espécies de beija-flores, foi a razão da região de Monte Belo ter sido classificada no Atlas de Biodiversidade de MG como área prioritária para a conservação e de importância biológica muito alta.

O levantamento florístico da RPPN, desenvolvido pelo ISMECN desde os anos 1980, possibilitou a descoberta de uma espécie nova de árvore para a Ciência – *Ficus lagoensis* C.C.Berg & Carauta

As florestas da atual RPPN Fazenda Lagoa receberam desde os anos 1980 renomados cientistas, conservacionistas e várias equipes de reportagens de televisão como as do Globo Ecologia e do Globo Repórter.

O Programa de Educação Ambiental nas florestas da atual RPPN iniciou com a fundação do ISMECN, já tendo envolvido mais de quatro mil estudantes e professores e contemplado instituições de ensino em um raio de 200 km, no sul de Minas Gerais.

Em 2014 foi elaborado um Projeto de Plano de Manejo da RPPN Fazenda Lagoa com o apoio das empresas ADECOAGRO e Alfenas Agrícola, proprietária da RPPN. Como não houve recursos para o mapeamento, o Plano de Manejo não foi concluído para ser encaminhado para sua aprovação pelo órgão estadual. O objetivo da elaboração do Plano de Manejo foi o de compilar em um documento técnico, as quatro

décadas de pesquisas e os esforços de conservação dos gestores, pesquisadores e ambientalistas, objetivando orientar as ações que iriam auxiliar os proprietários a gerenciar, de forma sustentável, a RPPN. O Plano de Manejo também propiciou a divulgação da RPPN e das atividades nela desenvolvidas para a população do entorno através da oficina participativa.

Em função da RPPN compor um mosaico de fragmentos florestais e corredores de fauna, foram definidas no zoneamento cinco zonas: zona silvestre, zona de proteção, zona de visitação, zona de transição e zona de recuperação.

Os seguintes Programas de Manejo foram propostos considerando as características e interesses dos gestores: Programa de Administração, de Proteção, de Pesquisa e Monitoramento, de Visitação, de Sustentabilidade Econômica e de Comunicação.

O principal desafio para a proteção da RPPN atualmente é o risco de ser atingida pelas queimadas na estação seca, especialmente daquelas realizadas em canaviais próximos à RPPN. Outra ameaça que paira sobre sua fauna e flora é a atuação ilegal de caçadores e palmiteiros assim como a proposta de legalização da caça pelo atual governo.

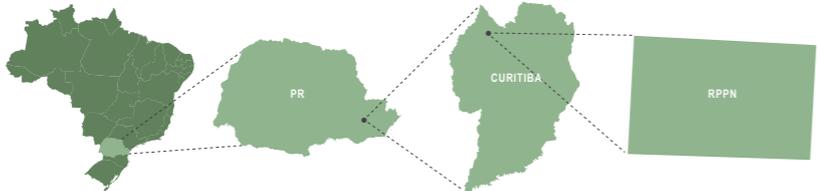
Em 2014 foi também publicado o livro “RPPN Fazenda Lagoa Educação, pesquisa e conservação da natureza”, com apoio de um projeto de fortalecimento do ISMECN. No livro foi retratada a história da fazenda, dos fragmentos florestais e também do Instituto Sul Mineiro de Estudo e Conservação da Natureza, ONG criada e sediada na RPPN que já tem mais de quatro décadas de atuação em pesquisas científicas e educação ambiental, com foco especial na Fazenda Lagoa. Além disso, o livro compilou informações sobre a biodiversidade da RPPN e as ações de conservação, feitas através de pesquisas e programas de educação ambiental. Os capítulos foram escritos por pesquisadores que atuaram na RPPN e são ricos em fotografias e relatos de pessoas que se dedicaram à preservação do meio ambiente.

Considerando a riqueza em nascentes e cursos d’água encachoeirados da RPPN, esta, assim como o Centro de Pesquisas do ISMECN a ela associado, localizado dentro de sua área, a Rede Água aprovou, em 2021, o Centro de Pesquisas do Instituto Sul Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza / RPPN Fazenda Lagoa -MG como vigésimo sexto centro de referência de Águas pela Rede Água.

Dentre outros sonhos para a RPPN aspira-se que um dia seja reconhecida como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.



_cascatinha



RPPN Cascatinha

Data de criação: 27 de março de 2007 **Esfera administrativa:** Municipal

Instrumento legal: Decreto Municipal nº 234/2007

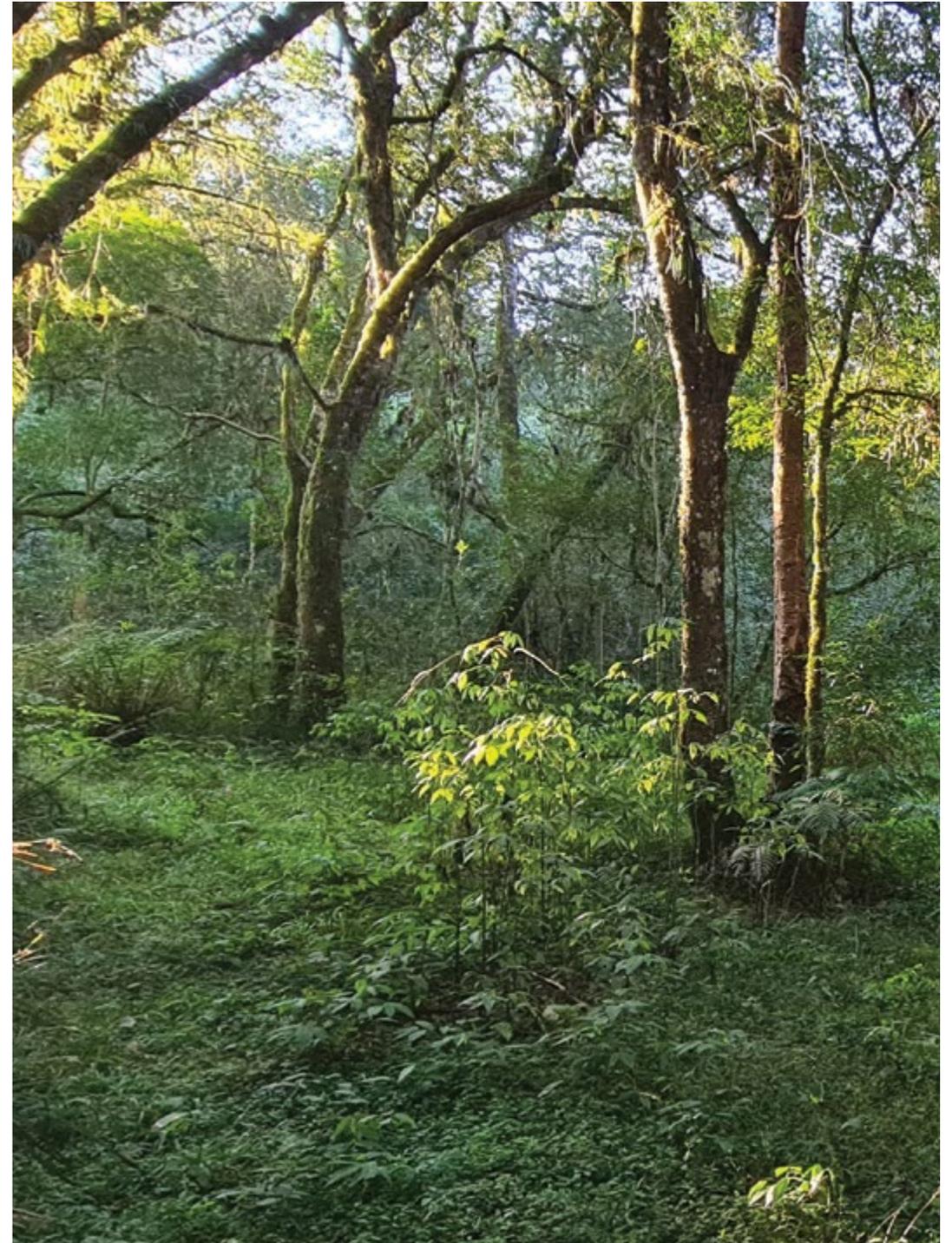
Nome do(s) proprietário(s): Borges dos Reis Administração e Participações Ltda

Área da RPPN: 0,82 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Curitiba **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental

Contato(s): eurico@conceitoemoradia.com.br



Muito sol e verde no centro do bairro de Santa Felicidade
Foto_ acervo RPPN

RPPN CASCATINHA_PR

_ O PODER DA REPLICABILIDADE

Quem almoçar ou jantar nos restaurantes de um dos principais polos gastronômicos de comida italiana do mundo, o bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, não imagina que está muito perto de outro marco importante daquela região, criada pelos primeiros imigrantes italianos que vieram à capital do Paraná, e que vai ficar para as próximas gerações. Ali, próximo à Via Vêneto, importante acesso à Santa Felicidade e perto, muito perto do “centrinho”, onde estão os famosos restaurantes e também as lojas que movimentam o bairro, está a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM) Cascatinha, a primeira RPPN criada no Brasil na esfera municipal. Fundada em 27 de março de 2007, a Reserva, que faz parte do Grupo Borges dos Reis, prepara-se para chegar aos quinze anos com uma história digna de gente grande.

A Cascatinha ocupa uma área de 8,2 mil m², em uma região com alto valor imobiliário e faz parte de um grupo empresarial com mais de cem anos de tradição na construção civil. A criação da RPPNM não foi por acaso. Quando ainda não era “a Cascatinha”, e sim apenas um terreno que fazia parte do rol de imóveis do grupo, seus donos pretendiam construir ali algum empreendimento. Mas a sequência de acontecimentos mostrou que, para ter uma função social relevante, aquela área da rua Sebastião Santos não precisaria abrigar um conjunto de casas ou de prédios. Mantendo-se intacto, com a sua fauna e flora preservadas, o terreno seria um exemplo para muitos e o incentivo, na área ambiental da cidade, de uma ação muito importante – a replicabilidade.

Cinco anos antes da criação oficial da RPPNM, o engenheiro Eurico Borges dos Reis, diretor do Grupo e morador de Santa Felicidade, foi um dos entusiasmados participantes do conjunto de entidades do bairro que lançaram a Carta Compromisso de Santa Felicidade. O documento traçava metas relacionadas à cultura, segurança, turismo, ações sociais e ao meio ambiente. O objetivo: assegurar qualidade de vida para as futuras gerações.

Como as atividades das empresas do grupo sempre foram muito ligadas ao bairro, a carta foi um incentivo para a necessidade de preservação da Natureza na região – a que possui a maior quantidade de área verde por metro quadrado de Curitiba. Então, num momento em que as leis sobre a preservação ambiental eram extremamente

brandas, o engenheiro Eurico iniciou, com seu filho Ricardo Borges dos Reis, na época estudante de Direito, a análise de ideias para concretizar o objetivo de um grupo ligado à construção civil atuar efetivamente na preservação da Natureza. Em conversa com antigos moradores, Ricardo descobriu que aquele terreno bonito, que já era objeto de estudo para a construção de algum empreendimento, era usado pelos antigos colonos italianos para hidratar seus cavalos e abastecer suas carroças para o trabalho diário.

Assim surgiu o desejo no coração da família Borges dos Reis de transformar a área em um local de preservação e nasceu, em 2004, a Reserva Ecológica Cascatinha. Já nesse início, aquele “terreno” mostrou a que vinha: no inventário de toda a biodiversidade local, foi constatada uma riquíssima flora preservada, com imbuías, araucárias frondosas e cedros, além de uma variada fauna, com esquilos, ouriços e, até mesmo, exemplares da lontra, dada como extinta na região. Também ali se encontravam várias fontes de água pura e cristalina, que, inclusive, alimentam o Rio Cascatinha. E a resposta ao porquê do local ser tão visitado pelos sábios antigos colonos: muita água disponível tanto para consumo próprio, quanto para os cavalos.

A iniciativa foi ganhando corpo e chamou a atenção do Rotary Club Internacional, que convidou Ricardo a apresentá-la no concurso Jovens Embaixadores da ONU para assuntos ambientais, que foi realizado pela Bayer, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto ganhou o concurso, trazendo visibilidade nacional e internacional. O então prefeito de Curitiba, junto ao Secretário do Meio Ambiente, procurou o grupo para entender como seria a criação de uma RPPNM naquele local.

Nesse momento começa a ser destrinchado o que se tornaria a lei das RPPNMs, uma adequação municipal para o que já existia em âmbito federal. E, em 19 de dezembro de 2006, o prefeito sanciona a Lei 12.080, que fala sobre a necessidade de promover a preservação ambiental dentro do município e dá aos proprietários de áreas com fauna e flora preservadas a possibilidade de torná-las RPPNMs, trocando por potencial construtivo em outras regiões o que poderia ser edificado ali.

No histórico 27 de março de 2007, o Decreto Lei que cria a primeira RPPNM do Brasil é assinado e a Cascatinha passa a se tornar um museu a céu aberto desse pedaço da Mata Atlântica existente ali, e que deverá ser mantida assim, *ad eternum*, intacta. Logo em seguida, o projeto da Cascatinha foi apresentado na COP/MOP/2007, um dos maiores eventos de ecologia mundial, sendo tema de notícia em toda a mídia nacional e, inclusive, em emissoras internacionais de televisão. Ali começou a ser concretizado o poder da replicabilidade de uma ação que já impacta para o bem, muitas pessoas, tanto na preservação do meio ambiente na região, quanto no apoio a universitários e mestrandos em pesquisas avançadas na área.

De um trabalho que vinha desde 2002 com os vizinhos preocupados com a preservação da Natureza em Santa Felicidade, o movimento resultou na criação da Lei Municipal que garante aos proprietários das áreas preservadas permanentemente a isenção de impostos e a opção de vender o potencial construtivo, nos moldes do que acontece com os imóveis antigos preservados. O “potencial construtivo verde” da Cascatinha já resultou na construção de mais andares em edifícios localizados em diferentes regiões da cidade. Mais pessoas beneficiadas com a área verde da reserva. Mais pessoas beneficiadas com os imóveis resultantes da preservação das áreas verdes! Com isso, até o final de 2020, o número de RPPNs de Curitiba saltara para trinta e quatro dando à cidade o título da que mais tem áreas particulares preservadas no Brasil – do 0,82 ha inicial para cerca de 45 ha. No Brasil todo, o número dessas reservas chegava nessa data a cinquenta e três.



*Árvores centenárias e muita natureza preservada
Foto_ acervo RPPN*



*Em meio à natureza, água, fauna e flora preservadas
Foto_ acervo RPPN*

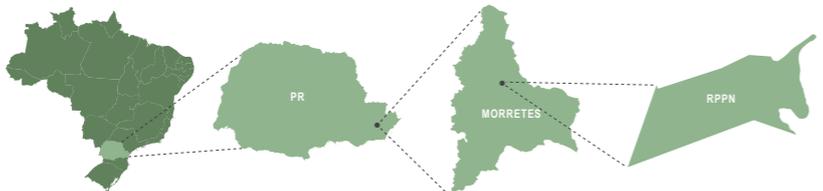
O Grupo Borges dos Reis tem agora também a RPPNM Passaúna e pretende criar pelo menos mais três. Porque sabe que deve deixar um legado não apenas para os descendentes, mas para toda a cidade, para todo o país. E, para os turistas que vêm do Brasil e do exterior conhecer o famoso bairro de Santa Felicidade, a dica é aproveitar para respirar muito o ar da região. Ainda mais sabendo que uma reserva ecológica com tantos predados está ali, a poucos metros de distância.

Alguém duvida que a missão daquele terreno descoberto lá no início dos anos 2000 era muito maior que apenas ser base para alguns prédios? O legado da RPPNM Cascatinha é para todos, para sempre.

Próxima página_ Em meio à Natureza, fauna e flora preservadas_ Foto_ acervo RPPN



_vô borges



RPPN Vô Borges

Data de criação: 30 de agosto de 2007 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IAP nº 161/2007

Nome do(s) proprietário(s): Clóvis Ricardo Shcrappe Borges e Mônica Rosa Aguiar Borges

Área da RPPN: 12,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Morretes **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental

Contato(s): não informado



*Aspectos da vegetação local
Foto_ Ricardo Borges*

RPPN VÔ BORGES_PR

Custódio Borges, filho de Camilo Borges, em meados de 1970, resgatou um trecho de uma larga área de propriedade de seu pai na região da “Reta do Porto”, em Morretes. Embora apenas uma mínima fração do que chegaram a possuir no passado, numa vasta fazenda em que se plantava cana-de-açúcar, foram resgatados 16 hectares de uma área de Floresta Atlântica de Planície em estágio médio de conservação, que passou a ser mantida a partir de visitas semanais, praticamente constantes ao longo de muitos anos. Seu filho, Clóvis Borges, deu sequência à proteção desta área localizada a cerca de dois quilômetros do centro da cidade de Morretes na região chamada Ponte Alta, nome do rio que circunda um dos limites da propriedade.



*Aspectos da vegetação local
Foto_ Ricardo Borges*



*Aspectos da vegetação local
Foto_ Ricardo Borges*

A área foi desfrutada por muitos membros da família ao longo dos anos em diferentes eventos comemorativos ou simplesmente para acompanhar as viagens de visitas programadas para as ações corriqueiras de manutenção. Em meio a discussões sobre o destino da área, em 2007 tomou-se a decisão da criação da RPPN Vô Borges, perfazendo os 12 hectares localizados no fundo da propriedade.

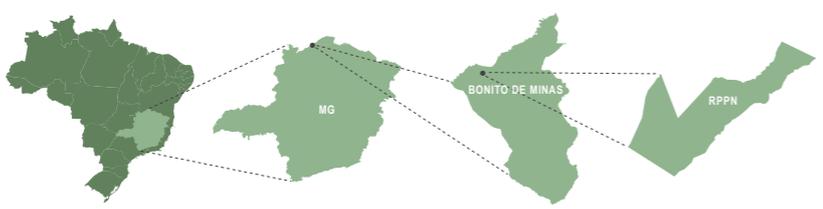
A partir de 2010, Clóvis Ricardo Schrappe Borges, bisneto de Camilo Borges, juntamente com sua família, assume a responsabilidade para dar sequência ao que já havia se tornado uma tradição. Na atualidade, a área é utilizada como morada de Ricardo Aguiar Borges, representante da quinta geração ligada a este trecho de Mata Atlântica, que vem se tornando cada vez mais isolado, dada a proximidade com áreas urbanas de Morretes.

A RPPN Vô Borges é hoje uma das únicas Unidades de Conservação privadas existentes no município. Uma referência àqueles muitos proprietários de áreas naturais na região, que podem seguir o mesmo caminho, estabelecendo reservas privadas e ajudando a manter as características paisagísticas e ambientais dessa região tão especial e única, no centro da Grande Reserva Mata Atlântica.

Próxima página_ Aspectos da vegetação local_ Foto_ Ricardo Borges



_vereda da caraíba



RPPN Vereda da Caraíba

Data de criação: 09 de abril de 2008 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IEF nº 62/2008

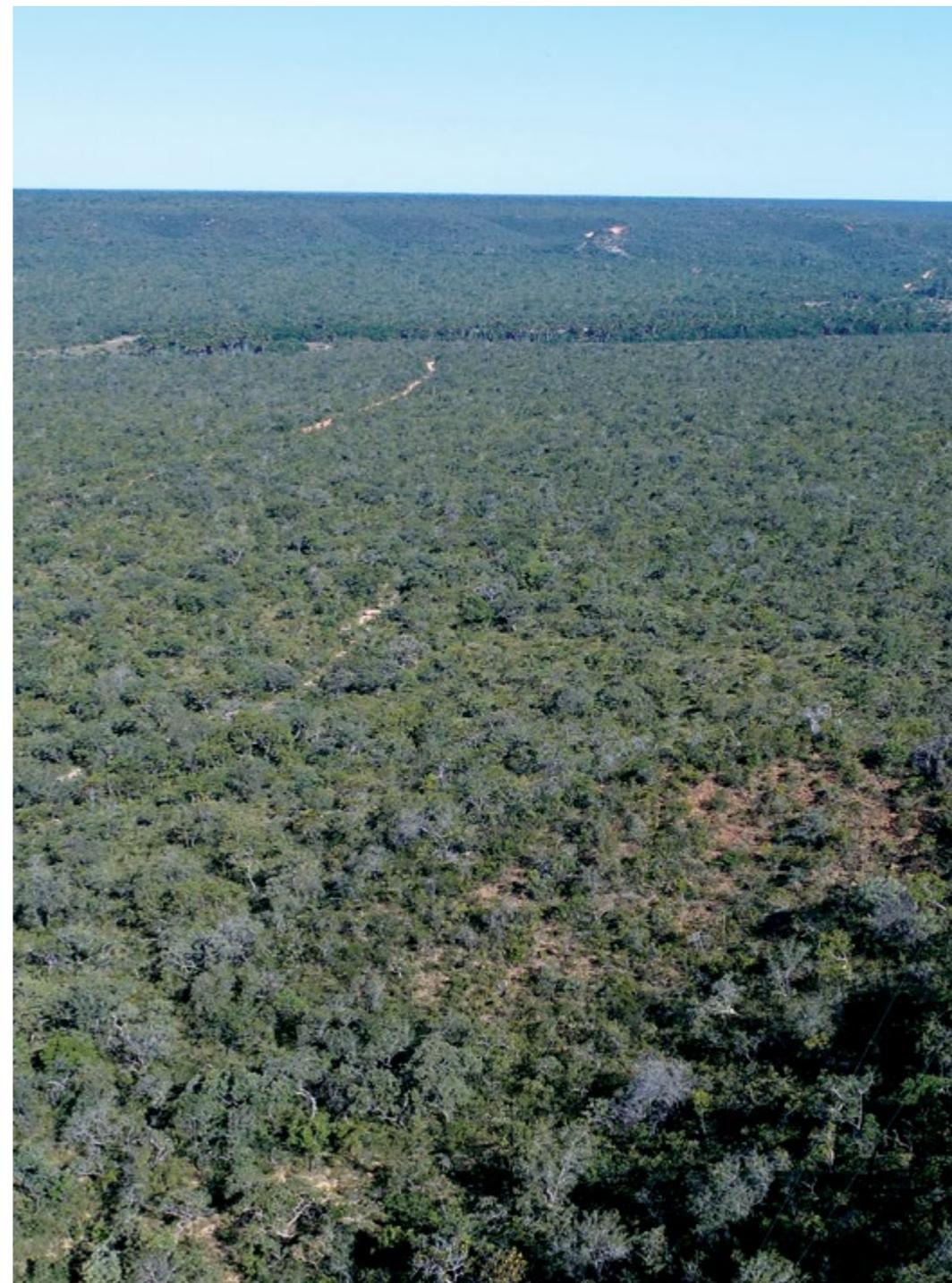
Nome do(s) proprietário(s): USA – Usina Santo Ângelo Ltda, Pedro Redemptor Guidi, Ademir Ferreira de Mello, Antônio Marques Guimarães, Maurício Guidi, Carlos Guidi Júnior, Elisabete Balardin, Pedro de Paula Guidi, Ângelo de Paula Guidi, José Luiz Balardin, Antonio Osvaldo Meloni, Adalberto José de Queiroz, Maria Graziella Queiroz de Queiroz Salomão, Florencio Queiroz Neto, Polliana Queiroz de Queiroz, Raphael Queiroz de Queiroz, Thiago Queiroz de Queiroz, Renato Junqueira Netto Junior, José Manoel Gomes

Área da RPPN: 10.485,00 hectares **Bioma(s):** Cerrado

Município(s): Bonito de Minas **Estado:** Minas Gerais

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): guilherme@gaiiconsult.com.br



Vereda
Foto_ Geraldo Paulo dos Santos



RPPN Vereda da Caraíba
Foto_ Igor Carvalho dos Santos



Sede, casa brigadista e casa guarda-parque
Foto_ Igor Carvalho dos Santos

RPPN VEREDA DA CARAÍBA_MG

Localizada no norte do estado de Minas Gerais, especificamente no município de Bonito de Minas, a RPPN Vereda da Caraíba é uma porção territorial singular do bioma Cerrado. Proveniente da iniciativa do Instituto de Pesquisa e Preservação Ambiental Santo Ângelo, a Unidade de Conservação foi criada em 2008, em área prioritária detentora de diferentes categorias de importância biológica e remanescentes de vegetação natural. Além de assumir um compromisso com a preservação de belezas naturais, a RPPN Vereda da Caraíba também auxilia fortemente na proteção de recursos naturais, geração de conhecimento científico e manutenção do equilíbrio ecológico da região.

A RPPN Vereda da Caraíba está inserida em área prioritária para conservação da biodiversidade, formando um grande mosaico de áreas protegidas, juntamente com outras Unidades de Conservação, denominado Mosaico do Sertão Veredas - Peruaçu. Por se tratar de uma extensa área (10.485,00 ha) junto aos cursos d'água, exerce um importante papel no deslocamento seguro dos animais entre vegetações nativas diversas, contribuindo, também, para a dispersão de sementes de espécies nativas.

Detentora de uma biodiversidade relevante no cenário mundial, a RPPN fornece condições para refúgio, alimentação, abastecimento de água e reprodução para inúmeros representantes da fauna, muitos deles ameaçados de extinção como: tamanduá-bandeira, onça-parda, lobo-guará, anta, dentre outros, além de um expressivo número de aves do bioma Cerrado, algumas delas já bastante raras em ambientes naturais.

Nos estudos botânicos realizados na Unidade de Conservação – RPPN Vereda da Caraíba –, foram identificadas 450 espécies vegetais, distribuídas em 303 gêneros e 103 famílias botânicas. Algumas espécies, em um primeiro momento, estão sendo consideradas como espécies novas, ou seja, espécies ainda não descritas pela ciência. Uma delas já está confirmada por especialista, como sendo uma nova espécie de bromélia e, possivelmente, um novo gênero, tendo em vista que ela não se enquadra em nenhum dos gêneros estabelecidos do complexo *Cryptanthus*.

Quando se deu a efetiva instalação da RPPN, nos meados de 2008, três desafios tiveram destaques: o combate aos caçadores e pescadores, que sistematicamente invadiam a reserva matando e pescando de forma predatória os seres vivos que ali habitavam, a desconstrução das estradas, que literalmente fatiavam a RPPN em várias porções e o combate aos incêndios, a maioria das vezes, de cunho criminoso, que eram impiedosamente disseminados em toda a área de Cerrado.

Próxima página_ Rio Carinhanha_ Foto_ Igor Carvalho dos Santos



Ainda hoje, após anos de conversa e muitas vezes literais embates com os pescadores e caçadores locais, podemos dizer que isso se tornou parte do passado. No entanto, um dos maiores desafios desta Unidade de Conservação, o combate a incêndios, ainda não foi totalmente concluído. O manejo realizado em propriedades vizinhas à RPPN utilizando o fogo, impõe conflitos, na medida em que essas queimadas avançam sobre a área da RPPN. Assim, foi necessária a instalação de uma câmera de segurança de longo alcance na porção mais alta da reserva, que propicia diuturnamente a vigilância em toda a área florestal. Concomitantemente, os técnicos da Unidade de Conservação, vem realizando um trabalho constante de conscientização na comunidade sobre a importância da RPPN, a fim de despertar o sentimento de pertencimento, de modo que a comunidade se torne integrante e corresponsável no desenvolvimento socioambiental. Neste sentido, a Gaia Consultoria Ambiental, empresa parceira da RPPN, desenvolveu um projeto de apoio aos estudantes da região, levando anualmente todo o material escolar e esportivo aos alunos das escolas de ensino fundamental e médio da área de entorno da reserva. Os proprietários da RPPN prontamente se prontificaram a dar continuidade ao projeto e hoje podemos dizer que essa é uma das ações mais edificantes desenvolvidas pela RPPN. Faz-se necessário registrar, que alguns dos ex-alunos da escola local tornaram-se, ao longo dos anos, guarda parques da RPPN.

Finalmente, podemos dizer que acreditamos na nova geração que vem sendo criada nos limites da RPPN, acreditamos na pesquisa e na ciência e acima de tudo, acreditamos na força do Cerrado em manter-se perene e perpétuo para todo o sempre na RPPN Veredas da Caraíba.



*Projeto de apoio aos estudantes da Escola Municipal do Sumidouro
Foto_ Matheus Alves Tirado*



Lobo-guará (Chrysocyon brachyurus)_ Foto_ armadilha fotográfica

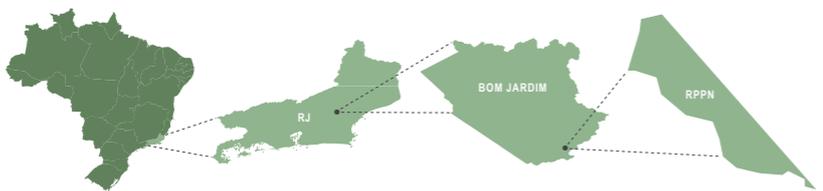


*Jaguatirica (Leopardus pardalis)
Foto_ armadilha fotográfica*



*Nova espécie de bromélia descoberta na RPPN Vereda da Caraíba
Foto_ Otávio Batista de Castro Ribeiro*

_sítio nossa senhora aparecida



RPPN Sítio Nossa Senhora Aparecida

Data de criação: 18 de março de 2008

Esfera administrativa: Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 15/2008

Nome do(s) proprietário(s): Waldir João da Silva Braga

Área da RPPN: 8,70 hectares

Bioma(s): Mata Atlântica

Município(s): Bom Jardim

Estado: Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Turismo Ecológico

Contato(s): waldirfejao@gmail.com



O sítio
Foto_ Julia Moura Braga

RPPN SÍTIO NOSSA SENHORA APARECIDA_RJ

Meu nome é Waldir João da Silva Braga. Sou guia de ecoturismo há mais de 25 anos na região serrana do Rio de Janeiro e formado pelo projeto “Melhores Práticas para o Ecoturismo” (MPE/FUNBIO - Reserva da Vale - Linhares - ES- 340h).

Também sou erveiro da região onde vivo, aprendi o que sei pelo conhecimento oral, passado pela minha avó, também erveira e parteira de Petrópolis. Assim, meu conhecimento prático, tradicional de ervas e plantas medicinais, preservação ambiental e cuidado com a terra se une ao conhecimento científico adquirido com a formação em ecoturismo, o que me garantiu uma vasta gama de saberes no que diz respeito à preservação ambiental e ao trabalho que dediquei (e sigo dedicando) na RPPN Nossa Senhora Aparecida.

Uma área de preservação com três fontes de água mineral, reflorestamento de palmito-juçara e bambu, estudos de ornitologia e fitoterapia nos canteiros de ervas medicinais da Mata Atlântica e apreciação da natureza em uma casa reformada em bioconstrução.

A criação da minha RPPN começou em 1984, no ENCA (3º Encontro de Comunidades Alternativas), no Sana, vila da região serrana do estado do Rio. Lá conheci Sérgio Correa Viana, “Serjão”, que havia recebido uma herança do avô nordestino e comprou 28 alqueires aqui no Córrego Santo Antônio. especificamente, Pedra Aguda, pertencente ao município de Bom Jardim, no estado do Rio de Janeiro e onde se situa meu sítio.

Serjão já vivia em uma comunidade alternativa em Minas Gerais, e com isso, a sua galera veio com ele para a Pedra Aguda. Algum tempo depois, ele resolveu vender algumas cotas da terra. Sem documento, nem nada, resolvi entrar no negócio comprando uma cota que ele me financiou.



*Pedra Aguda
Foto_ Julia Moura Braga*

Próxima página_ Vista do Mundo Novo_ Foto_ Igor Carvalho dos Santos





*Cachoeira da Nossa Senhora Aparecida
Foto_ Julia Moura Braga*



*Surucua
Foto_ Julia Moura Braga*

Nos anos de 1990, como combinado, vim com minha esposa e nossos três filhos viver no sítio, na propriedade que adquirimos. Era uma casa boa, grande, de três quartos, sala, cozinha grande, banheiro externo, sem luz. Estava muito animado com a mudança de vida e ares. Depois de três meses, comecei a vender bolsas de produtos rurais nas casas da vila de São Pedro da Serra, o que deu certo!

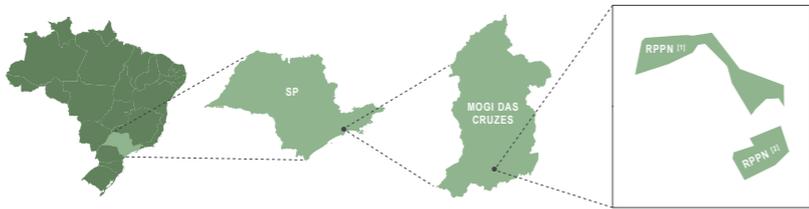
Levava meus produtos num fusquinha. Mudanças ocorreram na família, mas continuei o trabalho que tinha iniciado e incluí a produção de licores artesanais que preparava no sítio, o que sigo fazendo até hoje.

Em 2003, surgiu o “Nasce uma ONG”, propondo transformar os sítios da Pedra Aguda em RPPNs. Entre elas constam: a minha e a da minha ex-esposa, a do Pierre e a de José Coelho. Hoje somos três reservas na Pedra Aguda, vizinhas e limitadas por cercas de rumo.

Em 8 de maio de 2008, foi certificada a primeira RPPN e as outras, logo em seguida. Pierre criou na sua, um produto chamado “Refúgio Pedra Aguda”, com hospedagem e alimentação para montanhistas que desejem visitar a região. Eu continuo fabricando os meus licores artesanais, hoje conhecidos como “Licores do Compadre Feijão” e doces. Também acolho visitas no sítio com aulas práticas (a quem desejar) de Mata Atlântica, biodiversidade, ornitologia, ervas medicinais e seu cultivo e proteção de águas. Já o José Coelho segue com agricultura e vive no seu sítio.

Nossas três RPPNs somam cinquenta hectares de mata protegida e água limpa. Desde a criação das reservas, não recebemos visitas do IBAMA, ICMBio, INEA ou qualquer outro órgão de preservação para ajudar e resguardar que a região siga sendo cuidada e protegida. Sempre cuidamos e continuaremos, pois esse é nosso desejo. Porém, o desinteresse dos equipamentos reguladores demonstra a falta de importância geral que o Estado tem para com as RPPNs e a preservação da Mata Atlântica, nosso bioma!

_mahayana e hinayana



RPPNs Mahayana ^[1] e Hinayana ^[2]

Data de criação: 24 de abril de 2008 ^[1] / 31 de março de 2014 ^[2] **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Resolução SMA nº 28/2008 ^[1] / Resolução SMA nº 29/2014 ^[2]

Nome do(s) proprietário(s): não informado

Área da RPPN: 9,34 hectares ^[1] / 3,90 hectares ^[2] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Mogi das Cruzes **Estado:** São Paulo

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Turismo Ecológico

Contato(s): @sitiomahayana [Instagram]



Tangará (Chiroxiphia caudata)
Foto_ João Paulo Rosa



Foto 1_ Regina Freitas_ Foto 2_ Eduardo Frick

RPPNS MAHAYANA E HINAYANA_SP

POR UM PÉ DE PALMITO

Palmito, para mim, era o recheio do pastel que eu comprava no ponto final do ônibus que me levava para escola, no Bosque da Saúde, em São Paulo. Fui apresentado a esta palmeira quando comprei o sítio Mahayana, a 80 km de São Paulo, em Taiapuêba, Mogi das Cruzes.

Os pés de palmito duraram pouco. Entraram lá e cortaram os dois únicos pés de um lado do sítio. Nasceu a ideia de preservar o palmito, o cambuci, e as cobras que sofrem constantes ameaças de extinção. Daí nasceu, também, a ideia de tornar metade da área de 24,2 ha em duas RPPNs, Mahayana e Hinayana, em homenagem às escolas do budismo das quais sou adepto. Foi a primeira RPPN do Estado de São Paulo.

Palmiteiros, caçadores, vendedores de xaxim e de pássaros silvestres, que frequentavam o local, ficaram bravos com a presença constante da Polícia Ambiental e essa insatisfação me trouxe dores de cabeça. Por isso fui ameaçado de morte duas vezes. Uma dessas vezes foi por uma pessoa que fazia carvão com madeira de quaresmeiras, ele chegou a me apontar uma espingarda, no mato. Outra, de um loteador clandestino que derrubava a mata, e que mandou um recado dizendo que eu "amanheceria com a boca cheia de formiga." Fora isso, as reservas são abertas para educação ambiental, trilhas guiadas, hospedagens e outras atividades ligadas ao meio ambiente. Hoje, as reservas estão povoadas de palmitos e esses, são comercializados de forma legal.

Heródoto Barbeiro
jornalista da Record News, Portal R7 e da Nova Brasil Fm

_campo escoteiro gerald hugo nunes



RPPN Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes

Data de criação: 1º de julho de 2009 Esfera administrativa: Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 50/2009

Nome do(s) proprietário(s): Escoteiros do Brasil, Rio de Janeiro

Área da RPPN: 20,30 hectares Bioma(s): Mata Atlântica

Município(s): Magé Estado: Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): dora.sza.mourao@gmail.com / secretaria@escoteirosj.org.br / @RppnCampoEscoteiroGeraldoHugo [Facebook]



RPPN CAMPO ESCOTEIRO GERALDO HUGO NUNES_RJ

Em busca de uma área para estabelecer seu Campo Escola Escoteiro, a Região Escoteira do Rio de Janeiro, UEB RJ (União dos Escoteiros do Brasil RJ) comprou em 1969, o sítio Sertão, considerando a proximidade com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, facilitando a visita e o envolvimento da instituição com o Parque. A partir de junho do mesmo ano, inicia as atividades propostas para a área, como cursos de formação e acampamentos.

Em 1981, durante uma inspeção a campo feita pelo apoio técnico da instituição, foram encontradas três picadas e uma clareira aberta com cerca de doze árvores abatidas, cujos troncos não se encontravam no local. Na opinião do Sr. José, o caseiro, a madeira retirada era a vulgarmente chamada de 'CARRAPETA'.

No mesmo ano, pesquisadores de diversas instituições assinaram e enviaram à Região Escoteira do Rio de Janeiro, um documento em que solicitavam que fossem concretizadas urgentes e enérgicas providências relacionadas ao “processo de destruição” que ora ocorria “por ação de terceiros, no Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes”, manifestado de forma crônica ao longo dos anos através do corte de árvores isoladamente e, posteriormente, em forma de ameaça aguda, através de desmatamento generalizado”.

Em 1988, somou-se a essa, outra solicitação relacionada à preocupação da comunidade científica com a preservação da espécie *Leptopanchax splendens*, peixe anual que vive em poças temporárias no interior da mata. O documento alertava ser a mata do Campo Escoteiro o último recanto da espécie, dependendo dela para sobreviver em face à destruição dos habitats nas matas da base da serra de Petrópolis, seu local de ocorrência.

Em 1999, a Região Escoteira do Rio de Janeiro adquire o Sítio Mindó, através da Escritura Pública de Permuta, uma área confrontante com o Sítio Sertão, aumentando a área para acampamentos. Em 2009, a instituição transformou 20,3 ha da propriedade de aproximadamente 50 ha, em Reserva Particular do Patrimônio Natural, incluída na categoria de proteção integral.



Visão geral RPPN
Foto_ União dos Escoteiros do Brasil_ RJ



Cana-do-brejo (*Costus spiralis*)
Foto_ União dos Escoteiros do Brasil_ RJ



Toca na RPPN
Foto_ União dos Escoteiros do Brasil_ RJ

Interior da RPPN
Foto_ União dos Escoteiros do Brasil_ RJ

O inventário florístico realizado em 2014 resultou em 283 espécies das quais, 17 estão enquadradas em algum tipo de ameaça. Há espécies incluídas na categoria “Em Perigo” (EN), como pau-de-tamanco (*Tabebuia cassinoides*); e, ainda, palmito (*Euterpe edulis*) e cambucá (*Plinia edulis*), na categoria “Vulnerável” (VU).

A RPPN foi o local onde foi coletada a pele utilizada para descrever a espécie choquinha-fluminense (*Myrmotherula fluminensis*); sendo, até hoje, o único ponto de ocorrência conhecido da enigmática espécie. São 173 espécies de aves, incluindo quatro da Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção do Brasil (MMA, 2008) e da Lista Vermelha da IUCN (2017). Apesar disso, a avifauna da RPPN ainda é pouco conhecida e, provavelmente, existem muitas espécies a serem acrescentadas a esta lista.

Quanto à ictiofauna, na RPPN há o registro mais recente conhecido de *Leptopanchax sanguineus*, peixe anual da família Rivulidae, caracterizada como uma nova espécie para a ciência e endêmica à RPPN. Além desta espécie, a UC tem grandes populações de *Kryptolebias brasiliensis*, considerada Criticamente em Perigo na lista Nacional e *Atlantirivulus janeiroensis*.

O levantamento de anfíbios anuros na RPPN revelou a presença de 40 espécies, 10% das espécies conhecidas na Mata Atlântica, com destaque para *Chiasmocleis carvalhoi* e *Euparkerella cochranæ*, endêmica do Estado do Rio de Janeiro e com poucas populações conhecidas.

Em 2014 foi realizada uma parceria entre a RPPN Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes e a pós-graduação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Escola Nacional de Botânica Tropical, para aulas práticas de botânica na área protegida, por esta ser considerada uma área muito didática.

A Resolução do INEA nº 152 de 04 de maio de 2018 aprovou o Plano de Manejo elaborado por esta bióloga e escotista associada ao Movimento Escoteiro com mestrado em ecologia aplicada e Unidades de Conservação. Segue interagindo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé, resultando na inclusão da RPPN no Plano de Ação de Política Municipal de Meio Ambiente. Hoje, ela é parte integrante do grupo de trabalho que elabora o Plano Municipal de Educação Ambiental.

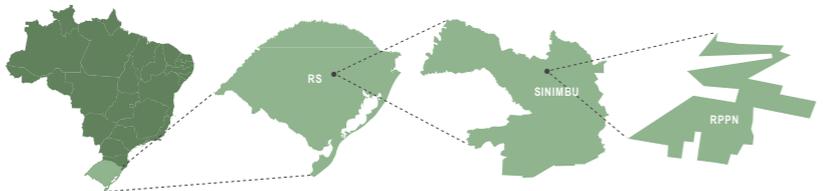
Atualmente, a bióloga e gestora lida com conflitos relacionados à invasão da RPPN por construção em alvenaria por dois vizinhos lindeiros, além de caça e extrativismo ilegal que decorre principalmente de atividades relacionadas à coleta de recursos não madeireiros para suprir as necessidades da comunidade do entorno.

Ciente de que a RPPN está localizada em uma área frente a assentamentos rurais e que, embora seja categorizada de proteção integral e estas condições a coloquem em situação de ameaças constantes, a gestora da área vem apresentando propostas de projetos já previstos no Plano de Manejo da RPPN. Esses projetos visam à conservação do entorno para, em conjunto com o órgão ambiental estadual e a Secretaria de Meio Ambiente de Magé, incentivar os proprietários da região a cadastrarem suas áreas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e a criarem suas Reservas Legais. Essas ações visam à esclarecer e orientar algum proprietário interessado em criar sua RPPN, já que uma vez criadas, aumentarão a proteção da área formando corredores de biodiversidade.

A conquista mais recente da atual gestão da RPPN, foi a parceria desenvolvida com o projeto “No Caminho da Mata Atlântica: restaurando paisagens e fortalecendo cadeias produtivas locais no Mosaico Central Fluminense”- Projeto CMA-MCF & RPPN Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes, tendo o levantamento de áreas para reflorestamento e enriquecimento, como primeiras ações.

Nesse sentido, os jovens também são incentivados e capacitados a elaborarem projetos que visem à conservação da biodiversidade, replicá-los em seus grupos escoteiros e na comunidade, implementando uma consciência do dever e da responsabilidade de cuidar desse patrimônio que, afinal de contas, eles terão por herança. Desse modo, acredita-se que haja mais aproximação com as ações para a conservação, por parte de todos os envolvidos.

A árvore da montanha
Ole-li aio
Maria D. S. Mourão - gestora da RPPN CEGHN



RPPN da UNISC

Data de criação: 18 de março de 2009 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 16/2009

Nome do(s) proprietário(s): Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul

Área da RPPN: 221,39 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Sinimbu **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Preservação estrita

Contato(s): areaambiental@unisc.br / www.unisc.br/rppn





RPPN DA UNISC_RS

A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN da UNISC (Universidade de Santa Cruz) foi criada em 2005, a partir da doação de aproximadamente 300 hectares de terras, pela empresa Souza Cruz à Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC.

Dentro dessa área de belezas naturais, 221,39 hectares foram oficialmente transformados em RPPN por meio da Portaria nº 16, de 18 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 19 de março de 2009, tendo a função principal de conservação do meio ambiente da região.

A RPPN da UNISC localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Sinimbu, distante a 25 km de seu Centro e a cerca de 48 km ao norte do município de Santa Cruz do Sul.

Quando foi criada, grande parte da vegetação era secundária, em variados estágios de regeneração, possuindo fragmentos de mata com inúmeras trilhas para o deslocamento humano e com presença de espécies vegetais exóticas (p. ex. *Hovenia dulcis* Thunb, *Citrus limon* (L.) Burm e *Tecoma stans* (L.) ex. Kunth).

Mais de 15 anos após a aquisição da área pela APESC e consequente interrupção das atividades agro-silvo-pastoris, já é possível verificar o quanto a vegetação se recuperou.

Constitui um local protegido, com paisagens que caracterizam-se pela riqueza da vegetação e pelo relevo acidentado, sendo compostas por grandes vales e encostas íngremes. A área também é frequentemente associada ao Salto do rio Pardinho, uma queda d'água de aproximadamente sete metros de altura, com notável beleza cênica, e que também é ponto turístico do município de Sinimbu e limite noroeste da RPPN da UNISC. Ainda próximo à reserva, existem os pontos turísticos do município de Boqueirão do Leão conhecidos por "Perau da Nêga" e "Casca do Gamelão".

A RPPN da UNISC é uma das maiores do Rio Grande do Sul, sendo um refúgio para diversas espécies da fauna e flora. E, desta forma, a região tem o privilégio de ter uma amostra de Mata Atlântica, que será conservada perpetuamente, favorecendo a proteção da biodiversidade e ampliando as áreas protegidas no país. A área contribui para a polinização, para a regulação da qualidade do ar, do clima e da água, entre outros serviços ecossistêmicos.

Estudos científicos foram realizados e posteriormente publicados sobre a avifauna e mastofauna encontrada na RPPN. Foram registradas 16 espécies de mamíferos silvestres, das quais oito estão ameaçadas de extinção, dentre elas o bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*), macaco-prego (*Cebus nigritus*), irara (*Eira barbara*), quati (*Nasua nasua*), gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), cuíca-d'água (*Chironectes minimus*), lontra (*Lontra longicaudis*) e paca (*Cuniculus paca*). Também foram encontrados animais não silvestres na área da Reserva, os quais o controle torna-se indispensável para assegurar a sobrevivência e a viabilidade de populações da fauna silvestre local.¹

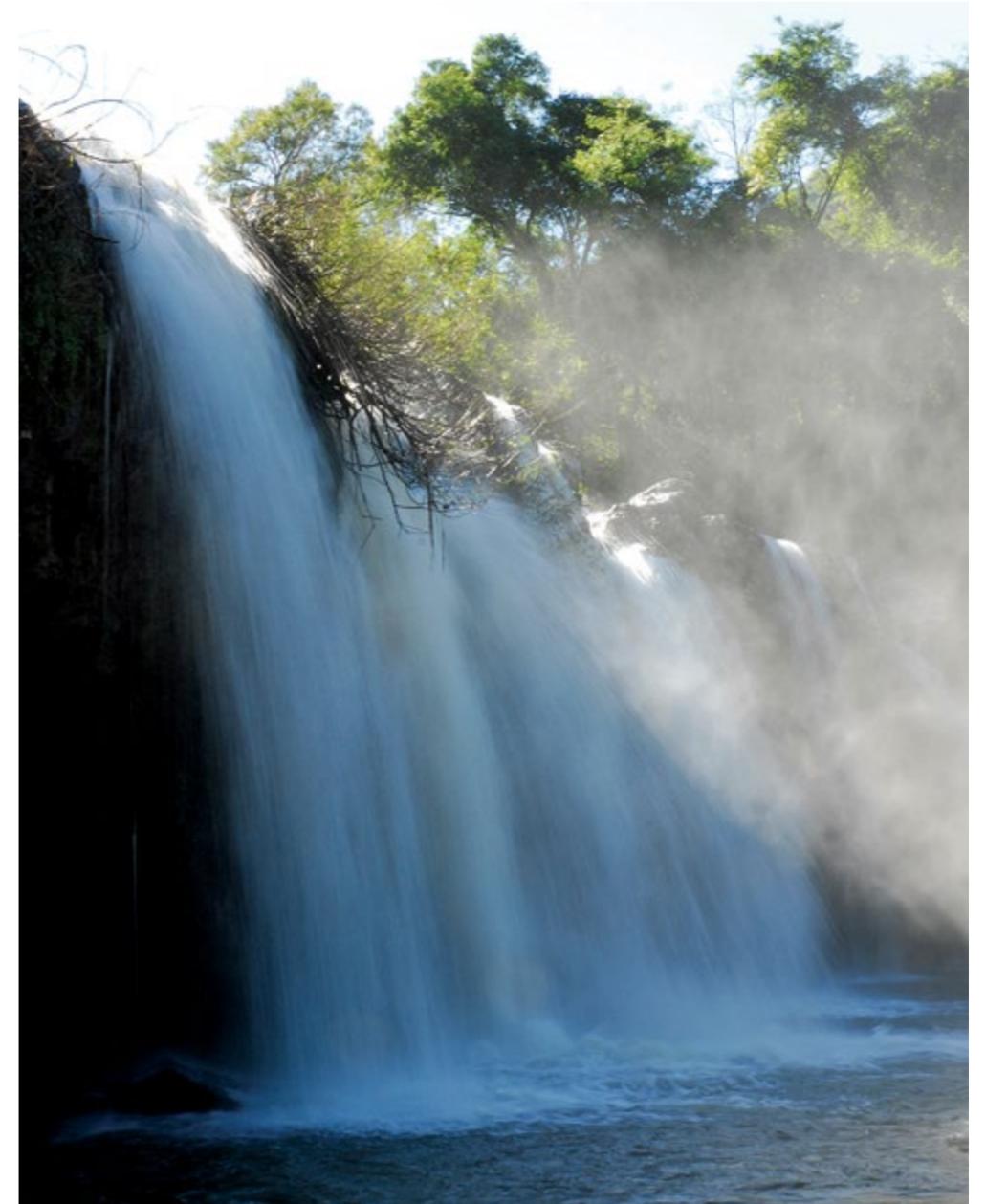
Ainda, identificou-se na área 169 espécies de aves, das quais a maioria são florestais e 44 são endêmicas da Mata Atlântica. Destacam-se as cinco espécies ameaçadas de extinção para o Rio Grande do Sul encontradas no local: uru (*Odontophorus capueira*), pomba-galega (*Patagioenas cayennensis*), sabiá-cica (*Triclaria malachitacea*), tovacuçu (*Grallaria varia*) e papagaio-charão (*Amazona pretrei*), esta última ameaçada mundialmente (IUCN Red List). Além destas, são encontradas outras espécies raras ou na categoria "quase ameaçadas" (Near Threatened - IUCN) de extinção, bem como espécies típicas de florestas estacionais de encosta e espécies típicas das partes mais elevadas da escarpa no Rio Grande do Sul, demonstrando que a área se encontra em um ecótono entre a Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária).²

_1

Abreu Jr, E.F. & Köhler, A. 2009. Mastofauna de médio e grande porte na RPPN da UNISC, RS, Brasil. *Biota Neotropica* 9(4): 169-174.

_2

Oliveira, S.L. & Köhler, A. 2010. Avifauna da RPPN da UNISC, Sinimbu, Rio Grande do Sul, Brasil. *Biotemas* 23 (3): 93-103.



Salto do Rio Pardinho
Foto_ Assessoria de Comunicação Unisc



_mata do professor baptista



RPPN Mata do Professor Baptista

Data de criação: 26 de junho de 2009 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 52/2009

Nome do(s) proprietário(s): Luís Rios de Moura Baptista

Área da RPPN: 9,22 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Dom Pedro de Alcântara **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): lrmhap@gmail.com / curicaca@curicaca.org.br



RPPN MATA DO PROFESSOR BAPTISTA_RS

“Mato da Cova Funda: é a entrada de Dom Pedro de Alcântara, tem uma figueira no meio da estrada, onde, rezam as lendas, aparições acontecem em noites de lua cheia. A entrada de Dom Pedro fica, então no Km 12 da Br 101, este mato é composto por Mata Atlântica. Um pequeno e bonito trecho.” (AMLINORTE - Associação dos Municípios do Litoral Norte).

Conheci a mata da Cova Funda em 1958, quando era aluno do curso de História Natural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta mata é um fragmento remanescente de Mata Atlântica situado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O Litoral Norte é uma estreita planície entre o oceano e a Serra Geral. Rambo, o grande estudioso da flora e vegetação do Estado, denominou a estreita passagem como “a Porta de Torres” (Rambo, 1950), um dos caminhos (o outro é o Alto Uruguai) pelo qual a Mata Atlântica penetrou no Rio Grande do Sul. A mata da Cova Funda se encontra neste caminho e por isso é rica em espécies de plantas de origem tropical.

Em 1972, um colega (o José Francisco Valls, que depois foi para a EMBRAPA) me alertou para o desmatamento de parte da mata. Isto me levou a procurar o dono e comprar a parte da Mata da Cova Funda, onde está hoje a RPPN. Anos depois (1999 a 2003 e 2018 e 2019), foram adquiridas algumas áreas contíguas, de modo a aumentar a área protegida.

A RPPN foi criada em 2009. Antes, eu já tentara tornar a floresta imune ao corte, como era possível pelo Código Florestal de 1965, artigo 6º (Brasil, 1965). No entanto, no IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal), meus amigos me desaconselharam, em vista dos possíveis herdeiros. Em 2009, com meus filhos já adultos e com a decisiva cooperação da ONG Instituto Curicaca foi possível realizar o velho sonho.

A RPPN, com 9,22ha, foi criada na primeira área adquirida em 1972. O objetivo da RPPN é, além da preservação do ecossistema, o seu conhecimento através da pesquisa científica. Antes mesmo da efetivação da RPPN, foram realizadas diversas pesquisas por estudantes, na maior parte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fui orientador de muitas delas. Outras, foram orientadas por



Tibouchina_ Foto_ FC Teixeira

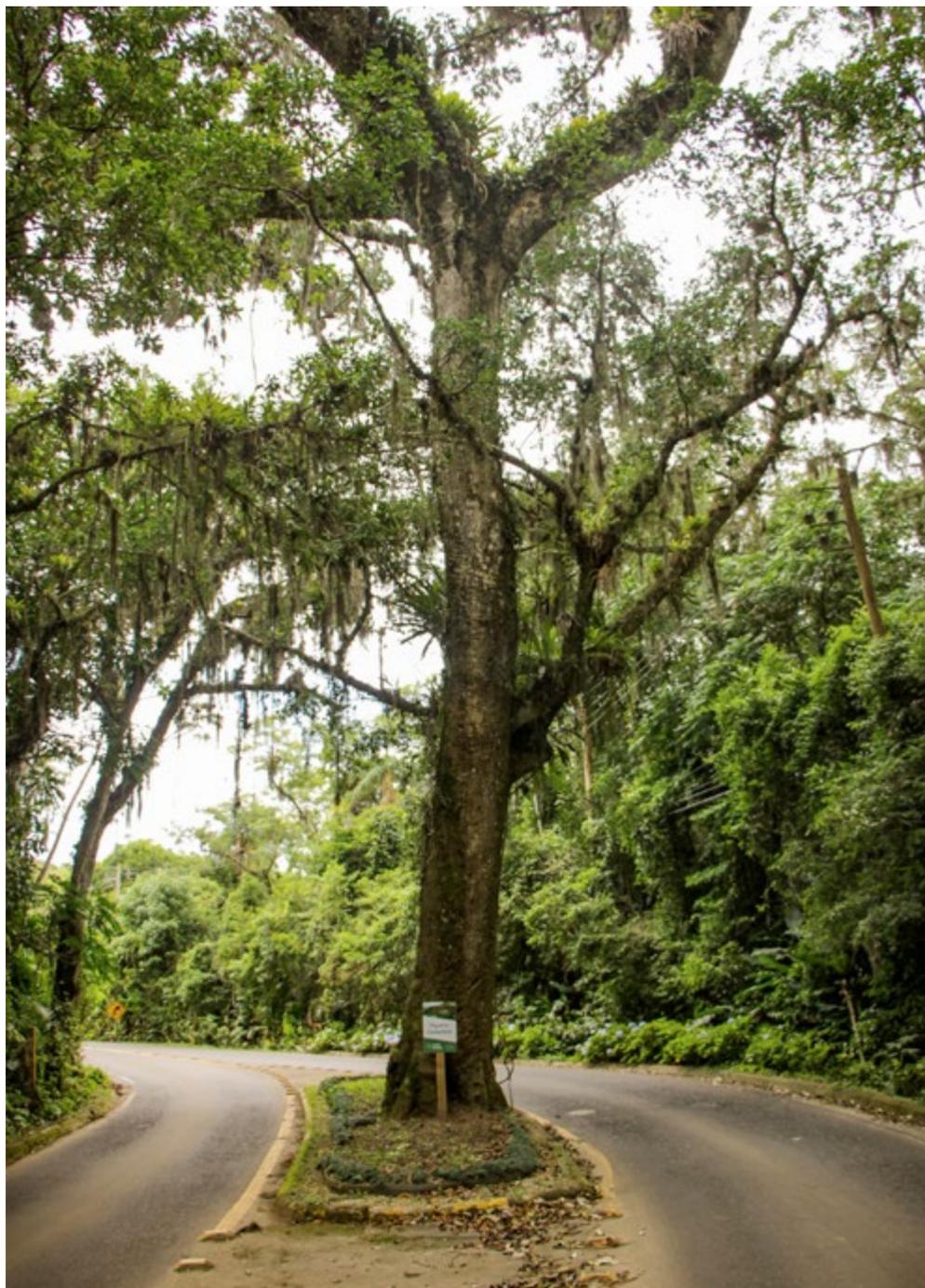
colegas. Estes trabalhos contribuem para o conhecimento da flora e da fauna da área e da região. Foram feitos levantamentos da flora da mata e da capoeira, estudos fenológicos (floração, frutificação) e populacionais.

Cinco espécies de palmeiras ocorrem na RPPN. A mais frequente é a juçara, ameaçada de extinção pela exploração predatória. As bromélias estão representadas por diversas espécies e conferem à mata uma fisionomia tropical. Figueiras enormes germinam nos galhos de outras árvores e as envolvem num abraço mortal. No estrato herbáceo, duas espécies de folhas muito grandes, os caetés, dominam o interior da mata. Algumas espécies, não muitas, apresentam flores vistosas: a quaresmeira no fim do verão e a carobinha, na primavera são típicas da capoeira. As grandes flores brancas do embiruçu são polinizadas por morcegos. Besouros polinizam e se alimentam das flores perfumadas do baguaçu. Os beija-flores visitam as inflorescências de brácteas vermelhas da helicônia.

Estudos sobre a fauna se concentraram nos quirópteros e crustáceos, sendo que uma espécie nova de lagostim foi descrita baseada em espécime da RPPN.

Próxima página_ Foto_ LRM Baptista





Figueira encantada
Foto_ LRM Baptista

Sempre que posso, tenho realizado gravações de vocalizações de aves. Em 2016, a área foi visitada por integrantes do Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre (COAPOA, 2016). O conhecimento da fauna resulta também de observações casuais. Há relatos de moradores das vizinhanças e observações dos pesquisadores que avistaram animais na mata ou fora. Minúsculas rãs saltam na serapilheira. Um pequeno lagarto aparece, às vezes, subindo nas árvores. Poucas vezes foram vistas serpentes, três vezes deparei com jararacas. Em 2011, fotografei um exemplar de uma cobra-d'água atropelada. Trata-se de *Sordellina punctata*, identificada pelos colegas do Departamento de Zoologia da UFRGS. Mamíferos muito raramente são vistos e ver uns poucos foi emocionante para mim. Já insetos e aracnídeos são uma presença constante.

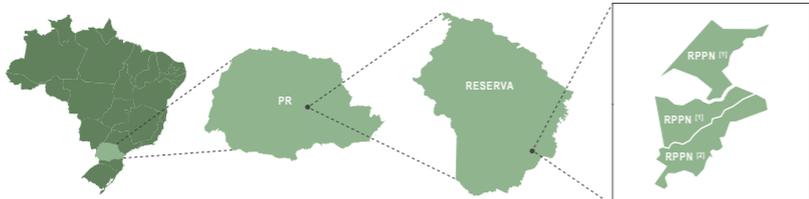
A RPPN abriga uma área de floresta e uma área menor de capoeira (floresta em regeneração). Um pequeno banhado origina um riachinho que deságua na lagoa Itapeva. Na floresta foram registradas cerca de 160 espécies arbóreas. A fauna registra 26 espécies de mamíferos e 84 de aves. A RPPN constitui uma "ilha de passagem" num possível corredor ecológico ou mosaico, que venha integrar as áreas preservadas do Litoral Norte (Krob *et al.* 2010).

A via de ligação entre a sede do município e a localidade de Porto Colônia, na BR 101, atravessa a RPPN. Uma grande figueira se encontra no meio da via e constitui um dos pontos notáveis do município por sua beleza e as lendas a ela associadas. Aparições, fantasmas, tesouros escondidos enriquecem o imaginário popular. Contou-me um antigo morador que, nas noites de luar, caía uma poeira dourada das rodas das carretas que por ali passavam. Hoje, o caminho deu lugar à Avenida Guilherme Cléo Biasi (em homenagem ao primeiro prefeito do município), está asfaltado e já não passam mais carretas. O asfaltamento foi precedido por estudos necessários ao licenciamento. A ABG Engenharia realizou em 1998, um levantamento da fauna, o qual forneceu informações importantes como a lista dos animais observados. Como medidas para resguardar a fauna, foram instalados um redutor de velocidade e uma passagem subterrânea. Ao longo da avenida a propriedade foi cercada.

Um outro caminho (uma servidão), este de terra, contornando a RPPN permite a passagem para propriedades vizinhas. Mesmo não sendo frequente, a passagem de veículos é uma perturbação para o ambiente. A RPPN também é atravessada por um ramo da rede de alta tensão.

O Plano Diretor do Município de 2018 contempla a RPPN em seu artigo 15. Na gestão da RPPN, conto com a imprescindível colaboração dos amigos e colegas do Instituto Curicaca. Graças a esta cooperação, foi elaborado o plano de manejo, aprovado em 2017 (Krob & al., 2017). Temos a intenção de, no futuro, aumentar a área da RPPN, incluindo as áreas contíguas já adquiridas.

_bom jesus das araucárias e bom jesus das palmeiras



RPPNs Bom Jesus das Araucárias ^[1] e Bom Jesus das Palmeiras ^[2]

Data de criação: 02 de junho de 2009 ^[1] ^[2] **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IAP nº 74/2009 ^[1] / IAP nº 75/2009 ^[2]

Nome do(s) proprietário(s): Renato Antônio Yamasita

Área da RPPN: 47,20 hectares ^[1] / 24,57 hectares ^[2] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Reserva **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico e Restauração Florestal

Contato(s): renatoyamasita@gmail.com / www.naturamedicatrix.com.br



RPPNS BOM JESUS DAS ARAUCÁRIAS E BOM JESUS DAS PALMEIRAS_PR

O pai do proprietário, Dr. Akira Yamasita, clínico e cirurgião geral, cristão fervoroso, que sempre praticou muita caridade, construiu na década de 1960, um hospital que se tornou muito famoso na região por atender e ajudar pessoas menos abastadas. Este hospital se chamava Bom Jesus, e com a parceria de uma congregação de irmãs enfermeiras francesas da região de Lyon, com nível profissional excelente, tornou-se uma das melhores instituições clínica e cirúrgica da região de Ivaiporã, centro do estado do Paraná.

A área foi adquirida pelo Dr. Akira em 1987 e seu herdeiro Renato Yamasita, dedicou à Fazenda e à RPPN Bom Jesus das Araucárias este mesmo direcionamento, porém voltado ao meio ambiente e à conservação da natureza, com a consciência de que esta atitude seria benéfica ao meio ambiente, à natureza, ao planeta, e ao próprio homem.

Em 1988, os filhos do dono praticavam o skate. Nesta época foi construída uma pista que recebeu muitos esportistas e competidores. Pessoas de várias partes do Brasil e do exterior, acorreram ao local devido ser uma pista muito grande para a época e com um apelo visual que chamava atenção pela beleza panorâmica e cênica. Este movimento aconteceu por quase quatro anos, quando os skatistas, filhos do proprietário, decidiram ir estudar nos grandes centros e mudaram de local e de vida. Porém, ali aconteceram reuniões e acontecimentos que deram um rumo muito importante para o esporte. Neste grupo estavam dois presidentes da Associação Nacional de Skate: o Marcelo Dominó e o Ed Sp.

O período que seguiu foi muito importante para o skate brasileiro se projetar como um dos maiores esportes do Brasil, com atletas campeões que já venceram em todos os continentes do planeta.

A fazenda se tornou conhecida como um local onde os esportistas desenvolviam manobras e se aperfeiçoavam bastante na prática nas pistas de skate, em um ambiente acolhedor e próximo à natureza, possibilitando o crescimento e a melhora da performance.

A RPPN Bom Jesus das Araucárias tem também em seu histórico, ser um campo de pesquisa na área de homeopatia. Abrigou o Centro Brasileiro de Homeopatia veterinária e estudos ecossistêmicos (1999-2014), que era uma escola de ensino e pesquisa.



Floresta_ Foto_ acervo RPPN

Desenvolvia aulas com os alunos da escola e realizava pesquisas a fim de encontrar soluções para agricultura e pecuária com homeopatia e estudos afins, para buscar alternativas menos drásticas e contaminantes para tratamento de pragas e doenças das lavouras e animais.

Tais atividades eram realizadas junto com a Associação Harmonia Homem Terra, porém encerraram suas atividades em 2015. Esta instituição era voltada para os projetos de saúde e educação nas favelas de Curitiba.

Inaugurou junto ao Sesi e Fiep, o projeto "Viva a Saúde da Roça", que continua ainda até hoje, com a Ong substituta "Natura Medicatrix", de desenvolvimento sustentável e de pesquisas, que já atendeu 4 mil pessoas do meio rural.

Um agravante que aconteceu alguns anos antes de sua criação, em 2009, foi a invasão dos sem-terras locais, em 2003. Tal ação teve propósitos de roubo e apropriação indevida, que gerou um processo de destruição ambiental imenso, com queimadas e cortes de árvores e matas nativas, roubo de gado bovino e destruição de casas e máquinas.



Floresta_ Foto_ acervo RPPN

O pai do proprietário, na época dono da terra, sofria um depauperamento físico e emocional frente a uma doença muito séria e foi assolado por este evento terrível, que quase gerou a ruína da família. Com a invasão dos sem-terra, em tentar se apropriar de terras férteis e produtivas, ficou mais claro ainda a intenção em proteger a natureza através da criação das RPPNs Bom Jesus das Araucárias, com 47 hectares e Bom Jesus das Palmeiras, com 25 hectares, que se consolidou seis anos após o ocorrido.

A intenção do proprietário sempre foi conservar a área para proteção ambiental, devido a existência de várias nascentes hídricas e uma fauna e flora exuberantes. Influenciado também pela formação acadêmica como veterinário, com ênfase na biologia e na ecologia, que sempre foram aspectos importantes na visão de um meio ambiente mais equilibrado e melhor para todos. Soma-se a isto a pós-graduação em homeopatia veterinária, que é outro estudo profundo sobre as plantas, minerais e animais para a cura e tratamento de doenças. Atualmente, só existem três profissionais no estado do Paraná com título de especialista em homeopatia veterinária, um deles é o proprietário da RPPN Bom Jesus das Araucárias.

Outro curso desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Homeopatia Veterinária e Estudos Sistêmicos, foi o curso de agroflorestas com Ernst Gotsch, que ministrou dois cursos no município, encabeçado pelo proprietário. Um deles na Fazenda Bom Jesus das Araucárias, o outro na casa familiar rural.

Estes cursos geraram campos experimentais agroflorestais, multidiversificados, que possibilitaram o projeto “Saúde da Mata”, com agroflorestas, apicultura, meliponíneos e cogumelos comestíveis. Além disso, foi criada a escola Hahnemanniana para Saúde e Meio Ambiente (2020), e baseada no pensamento ecossistêmico, na visão da homeopatia de Aristóteles e de São Tomás de Aquino sobre a natureza, o equilíbrio e desequilíbrio, saúde e a doença dos seres vivos.

Dita escola tem como princípios ecossistêmicos, filosofias e ciências que estão em harmonia com a natureza e o meio ambiente, que desenvolvem pesquisas e ensino em atividades onde se busca concretizar projetos ecossustentáveis junto a comunidades do entorno da RPPN. Fomenta disciplinas terapêuticas alternativas, que fazem parte das práticas complementares integrativas, como a homeopatia, acupuntura e massoterapia e outras filosofias que auxiliam na recuperação do bem estar e equilíbrio. Enfim, que são a favor da natureza, portanto capazes de recuperar e auxiliar no tratamento das doenças.

Acreditando que através da educação seja possível formar o ser humano consciente na sua relação com o seu entorno, de que ele é capaz de respeitar e construir um mundo harmônico para as gerações futuras.

A Natura Medicatrix e a Escola Hahnemanniana estão sempre receptivos a parcerias e apoiadores que desejem colaborar com ações que construam um mundo melhor, onde seja possível ter a realização de um meio ambiente com o ser humano mais consciente, mais equilibrado, onde todas as espécies da natureza possam estar incluídas e convivendo em plena harmonia.

Vale mencionar algumas espécies de mamíferos consideradas raras e em risco de extinção presentes na região da RPPN Bom Jesus das Araucárias. Seguem descritas, com sua indicação quanto ao risco de extinção (MMA 2018, IAP, 2011; IUCN 2014): morcego-lobo (*Chrotoptheros auritus*) (DD), morcego-orelhudo (*Mimon bennettii*) (DD), cuíca-lanosa (*Caluromys lanatus*) (DD), cuíca-d'água, (*Chironectes minimus*) (DD), tapeti (*Sylvilagus brasiliensis*) (VU), paca (*Cuniculus paca*) (VU), bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*) (VU), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) (CR), veado-do-mato-pequeno (*Mazama nana*) (CR), veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), queixada (*Tayassu pecari*) (CR), cateto (*Pecari tajacu*) (VU), anta (*Tapirus terrestris*) (VU), lontra (*Lontra longicaudis*) (VU), raposa-do-campo (*Lycalopex gymnocercus*) (DD), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) (VU), gato-palheiro (*Leopardus colocolo*) (DD), jaguatirica (*Leopardus pardalis*) (VU), puma ou leão-baio (*Puma concolor*) (VU), a onça-pintada ou tigre (*Panthera onca*) (CR), entre outras espécies com indicações de presença na região.

CR: criticamente em perigo

DD: dados insuficientes

VU: vulnerável

_águas claras I e II



RPPNs Águas Claras I ^[1] e Águas Claras II ^[2]

Data de criação: 30 de agosto de 2010 ^[1] / 11 de maio de 2010 ^[2] **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA nº 152 ^[1] / INEA nº 115 ^[2]

Nome do(s) proprietário(s): Maria Inês Paes Ferreira

Área da RPPN: 2,09 hectares ^[1] / 3,61 hectares ^[2] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Conceição de Macabu ^[1] e Trajano de Moraes ^[2] **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): ines_paes@yahoo.com.br



*Poços refrescantes do rio Carukango,
no interior da Estação Semente Águas Claras
Foto_ Sucellus*

RPPNS ÁGUAS CLARAS I E II_RJ

Situada entre os municípios de Conceição de Macabu, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena, no estado do Rio de Janeiro, a Amorosa é uma região de rara beleza, que abriga importantes remanescentes da Mata Atlântica, no Corredor do Muriqui. Dotado de importância histórico-cultural ímpar, o território da Amorosa testemunhou a busca pelo amor e pela liberdade desde os tempos coloniais e imperiais.

Povoando o imaginário local dos povos originários que habitavam a região, conta-se a lenda da índia Amorosa, um romance envolvendo amor e morte de dois belos jovens índios sacurus. Ele pertencia à tribo do córrego Guará. Ela habitava as partes baixas e embrejadas, após o encontro do Guará com os rios “maior” e “grande”. O índio teria sido morto e a moça violada e presa pela ação dos brancos, entre as pedras que ficavam no limite de dois rios, o rio “maior” com o rio “grande”. Sem ajuda e tendo perdido o seu amor para sempre, a índia espremida entre as pedras do rio “grande”, chorou e enquanto morria, antes de ter seu xapiri levado para o reino encantado das águas claras, ela conjurou uma maldição: “todo homem branco que aqui vier se banhar morrerá afogado em minhas lágrimas”. E as lágrimas da bela sacuru se transformaram na Cachoeira da Amorosa. Acima da cachoeira, escavada pelas águas, uma pedra em formato de coração seria a testemunha desse amor.

Diferentes relatos sobre a índia foram contados e recontados. Há quem atribua sua morte à disputa entre as tribos sacuru e goitacá, estimulada por brancos dominadores em conluio com tamoios iludidos e pretos escravizados. Contudo, um fio condutor une todas essas lendas: o xapiri da Amorosa protege a cachoeira, que lhe dá o nome da “devastação branca”.

Na região da Amorosa, protegida pela maldição da índia, nasceu e cresceu na mata um quilombo de escravos fugidos do jugo dos fazendeiros, liderados por Antônio Moçambique, conhecido como Carukango. O episódio da morte do “feiticeiro Carukango” ficou registrado como um confronto épico. Usando uma batina e portando uma grande cruz em seu peito, Carukango teria liderado seu grupo quilombola contra um destacamento branco que contava com reforços da corte. Ao ver seu povo acuado, Carukango colocou-se à frente do grupo, e num gesto confundido como sua rendição, tirou de baixo da batina uma arma que trazia escondida e atirou em Domingos, tendo sido fuzilado, em seguida... parte do grupo quilombola foi massacrada no episódio, enquanto alguns, recapturados, foram devolvidos aos seus donos.



*Vista aérea do vale do rio Carukango, com destaque à área degradada na RPPN Águas Claras I, em virtude de incêndios e queimadas oriundos de propriedades vizinhas
Foto_ Sucellus*

*Próxima página_ Cachoeira da Amorosa, tríplice limite dos municípios de Conceição de Macabu, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena, no estado do Rio de Janeiro
Foto_ Sucellus*



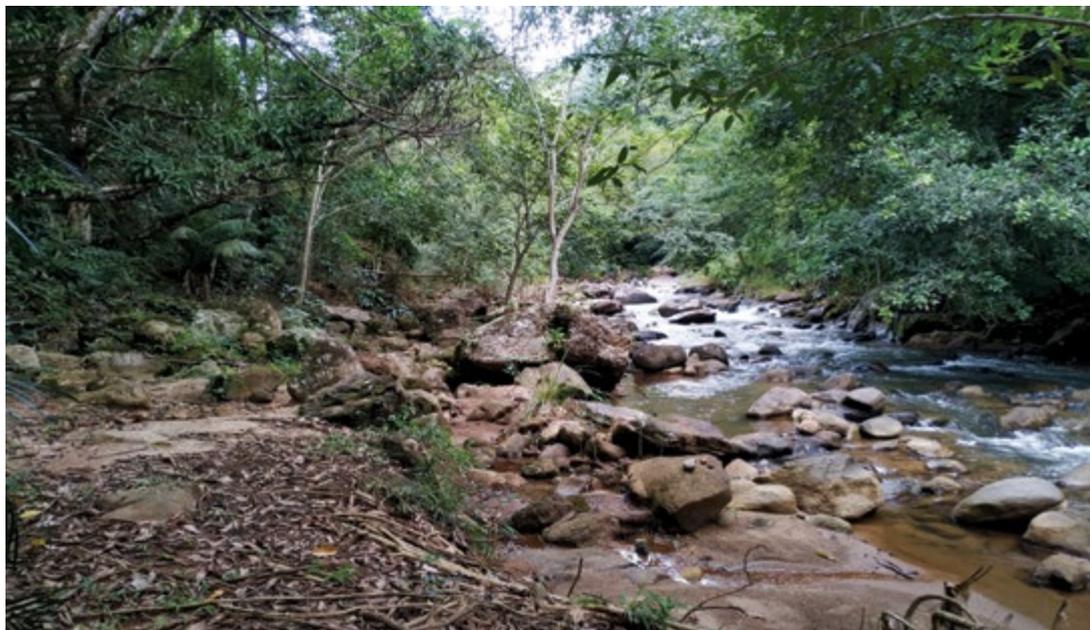


Foto1_ Trecho do rio Carukango, à montante da Cachoeira da Amorosa, cortando as RPPN Águas Claras I e II
Foto_ Sucellus

O nome de Carukango está eternizado no “rio maior” (Foto1) que recebe as águas do Córrego Vermelho e proporciona a visitantes e turistas poços refrescantes que precedem a Cachoeira da Amorosa. Uma lindíssima queda d’água com cerca de 15 m de altura, que se constitui no principal atrativo natural do município de Conceição de Macabu. As águas do Carukango encontram-se com a do rio Macabu (o rio “grande”), logo após o poço da cachoeira da Amorosa.

Em 2010, graças a recursos de um edital de incentivo à criação de RPPN da Associação S.O.S. Mata Atlântica, materializou-se a criação das RPPNs Águas Claras I e II, em Conceição de Macabu e Trajano de Moraes, respectivamente, protegendo o rio Carukango e os fragmentos florestais existentes imediatamente à montante da Cachoeira da Amorosa. Isto possibilita realizar atividades de Educação Ambiental com os visitantes, receber estudantes e promover o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos resultantes da visitação nos limites de sua propriedade. A propriedade abriga belíssimos poços e a famosa “pedra da Amorosa”, em formato de coração.

A porção da propriedade em Trajano permaneceu em excelente estado de conservação (Foto 2). Por outro lado, a RPPN Águas Claras I tem sido constantemente assaltada e degradada por incêndios e queimadas oriundos de propriedades vizinhas. Tanto em sua porção Sudeste, como na Nordeste, as encostas da RPPN Águas Claras I exibem dificuldade quanto à regeneração florestal natural.¹

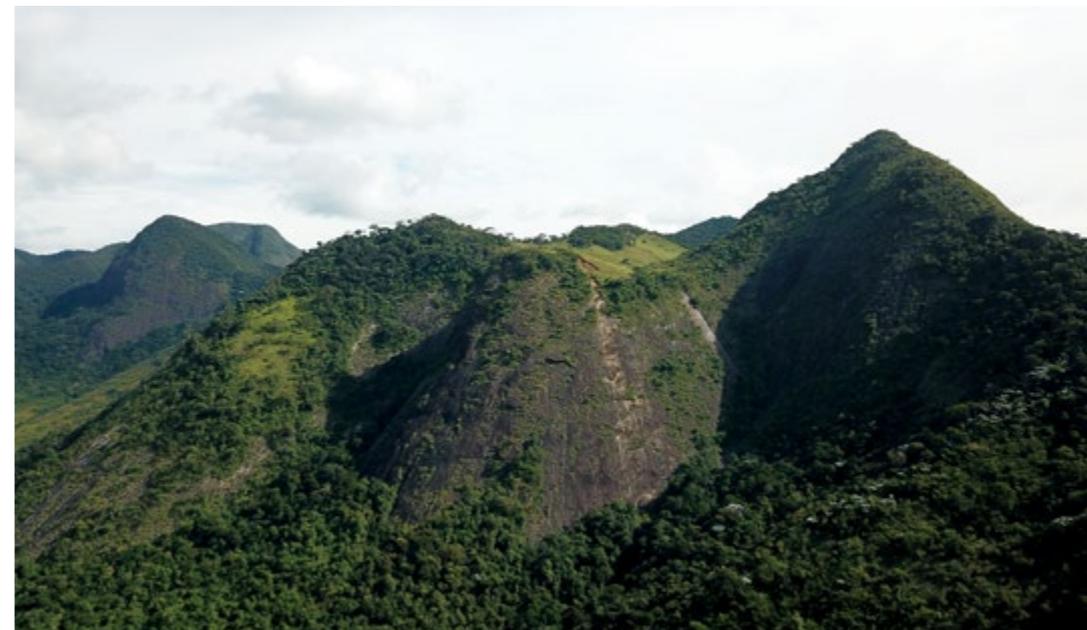


Foto 2_ Vista aérea da RPPN Águas Claras II, em Trajano de Moraes, em excelente estado de conservação
Foto_ Sucellus

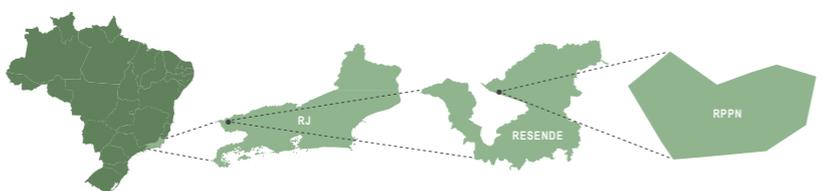
Em 2021, a propriedade de 8,5 ha foi transformada numa estação permacultural, a Estação Semente Águas Claras, representante do Instituto Pindorama na região, de forma a alavancar alternativas de geração de renda capazes de cobrir as despesas necessárias à recuperação ambiental da propriedade. A permacultura é uma filosofia de vida orientada para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos, em equilíbrio com a Natureza e “traz como princípios éticos fundamentais o cuidado com a Terra, com as pessoas e a partilha justa”,² envolvendo práticas compatíveis aos objetivos da RPPN e seu entorno.

Maria Inês Paes Ferreira & Marcelo Abreu Gomes

1_Ressalta-se que, apesar da tendência de se fechar os acessos de áreas particulares ao público, no caso das RPPN Águas Claras I e II, agiu-se de forma oposta, primeiro adquirindo para conservar, e segundo, franqueando aos banhistas entrada gratuita, apesar dos problemas associados a essa prática.

2_FOSSALUZA, A. S. Permacultura: Por que e para quem? Educação Ambiental, diversidade e luta de classes. Em: II Fórum de Educação Ambiental Crítica. Faculdade de Ciências da UNESP, Bauru, SP, Brasil, 2016. p. 184-188. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/341161960>>.

_reserva agulhas negras



RPPN Reserva Agulhas Negras

Data de criação: 17 de setembro de 2010 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 167/2010

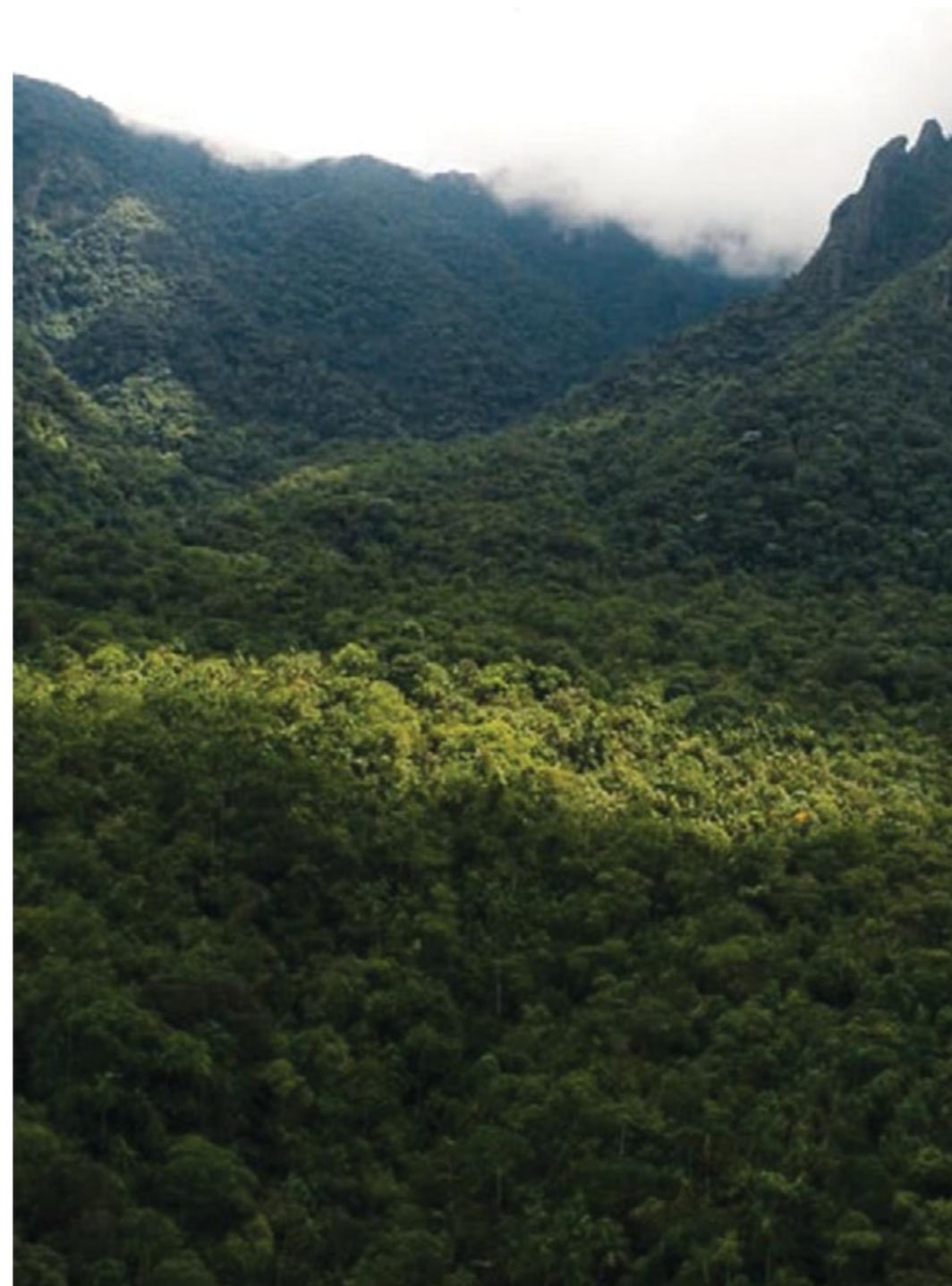
Nome do(s) proprietário(s): Eliel de Assis Queiroz

Área da RPPN: 16,10 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Resende **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Turismo Ecológico

Contato(s): rppn.agulhasnegras@yahoo.com.br



RPPN RESERVA AGULHAS NEGRAS_RJ

SER RPPNISTA É PADECER NO PARAÍSO

Com raras exceções e alguns agravantes, o parto de uma RPPN não é medido em meses, mas sim em anos. O parto da nossa Reserva Agulhas Negras, por exemplo, levou vinte anos e há dez estamos na sala de espera do Plano de Manejo, mas nada que nos desanime.

Iniciamos o processo de criação da nossa RPPN em 1988, em âmbito federal, através do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Depois de uma longa hibernação, o processo foi encaminhado, à época, para o recém criado IBAMA e não avançando, tempos depois, este seguiu também para o atual ICMBio. Somente neste último órgão foi dado o primeiro e único passo, a vistoria da área com vistas a avaliação do seu potencial ambiental. E parou nisso!

De mãos em mãos, fomos parar em outro órgão, o recém criado Instituto Estadual do Ambiente (INEA), onde, finalmente foi emitida a nossa certidão de nascimento, em 2010, com o apoio fundamental da Associação Patrimônio Natural (APN), primeira Associação de Proprietários de RPPN criada no Brasil. Também foi fundamental o apoio financeiro da SOS Mata Atlântica na criação da Reserva Agulhas Negras.

A nossa RPPN está localizada no município de Resende/RJ, dentro da Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari, e no entorno de três Parques, o Nacional do Itatiaia, o Estadual da Pedra Selada e o Municipal Natural do Rio Pombo. Além disso existem outras três RPPN arredor e a APA da Mantiqueira, totalizando nove unidades de conservação neste mosaico.

No passado, a área da nossa RPPN já foi utilizada como fazenda, onde havia extração de madeira e produção de café, cana e milho. A partir da década de 1970, a região começou a migrar para o turismo de veraneio, e hoje convive com o incompatível “turismo” de massa. A sua vegetação típica é de Mata Atlântica e se encontra em estágio avançado de regeneração. Existem nela exemplares de guatambu, salvos do abate desordenado de décadas passadas, com idade entre duzentos a trezentos anos. Um trabalho de enriquecimento da biodiversidade da floresta se faz necessário.



*Vista panorâmica da RPPN Reserva Agulhas Negras tendo ao fundo o Parque Nacional do Itatiaia
Foto_ Eliel de Assis Queiroz*

A fauna é rica em animais como cateto, queixada, irara, paca, cutia, tamanduá-mirim, raposa-do-campo e onça-parda, entre outras. A localização da RPPN é privilegiada quanto à diversidade e quantidade de aves, uma das mais expressivas do país. Entretanto, existem graves ameaças quanto à integridade ambiental da Reserva Agulhas Negras. A constatação da presença do agrotóxico Endosulfan, na parte alta do Parque Nacional do Itatiaia, por equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos fez acender o sinal de alerta e a instalação de uma mini estação de monitoramento ambiental no interior da RPPN será muito bem-vinda. A nossa maior vocação é o Turismo com as suas variantes compatíveis com uma Unidade de Proteção Integral: Turismo Educacional, Turismo Científico e Ecoturismo. Neste sentido, estamos em constantes tratativas junto aos órgãos ambientais e de Turismo dos três entes federativos da Região das Agulhas Negras.

*Eliel de Assis Queiroz
Proprietário/Gestor RPPN Reserva Agulhas Negras*

_sítio da luz



RPPN Sítio da Luz

Data de criação: 08 de fevereiro de 2010

Esfera administrativa: Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 101/2010

Nome do(s) proprietário(s): Vanda Ferreira Aranha

Área da RPPN: 14,77 hectares

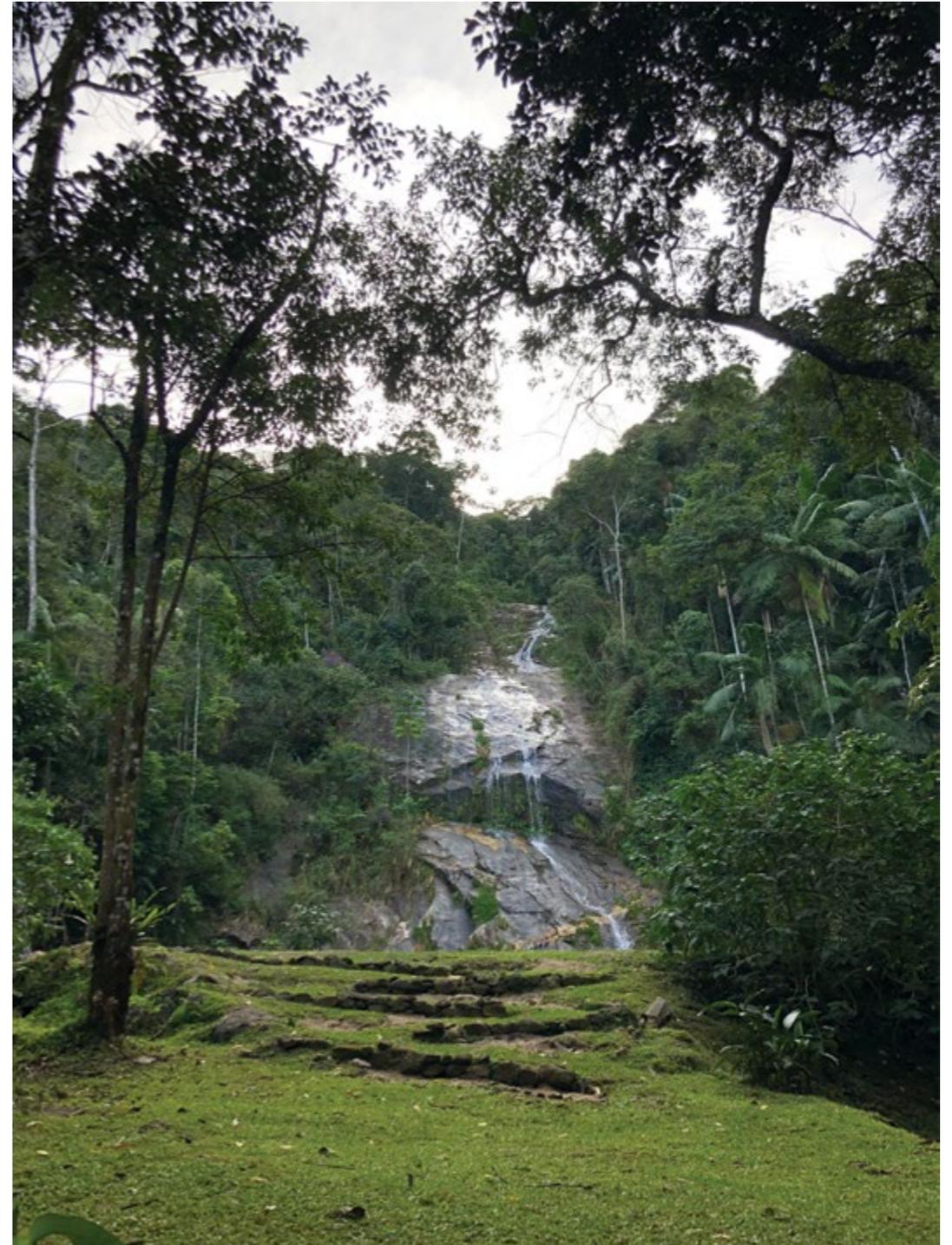
Bioma(s): Mata Atlântica

Município(s): Nova Friburgo

Estado: Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica

Contato(s): vandaranha@gmail.com



Cachoeira da Luz
Foto_ Vanda Ferreira Aranha



Vista aérea da propriedade_ Foto_ Jayme Moraes Aranha Filho

RPPN SÍTIO DA LUZ_RJ

Foi em dezembro de 1987 que conheci o meu lugar. Subi a serra com um grupo para um refúgio na Mata Atlântica, onde iria participar de um workshop de yoga. Ao chegar, enquanto todos se acomodavam, fiquei tão maravilhada com tudo que via que abandonei minhas coisas no carro e saí caminhando extasiada. Percebi que o caseiro iria mostrar algo do sítio para a irmã do dono. Cheguei perto e pedi para acompanhá-los. Entramos numa trilha, e era só passarinhos, plantas, perfumes, borboletas e sons da natureza. Só agradecia ao destino por estar ali. De repente me surpreendi ao vislumbrar um facho de luz intensa e a presença de uma cachoeira majestosa. Este sinal de luz inspirou o nome que escolhi depois para o sítio. Senti na alma que o meu lugar era ali. Não queria mais sair daquele espaço sagrado, onde era tomada pelos sentimentos mais nobres de puro agradecimento à vida.

Dez anos depois, pude finalmente adquirir o sítio. Outros dez se passaram quando consegui criar dentro dele uma das primeiras RPPNs do Estado do Rio. Desde então, sempre que uma oportunidade apareceu, anexei ao sítio áreas contíguas para consolidar um conjunto ambiental coerente. O intuito último sempre foi o de conservar e proteger não só paisagem, mas nascentes, qualidade sonora e do ar, fauna, flora e minimizar as pressões urbanas do entorno.

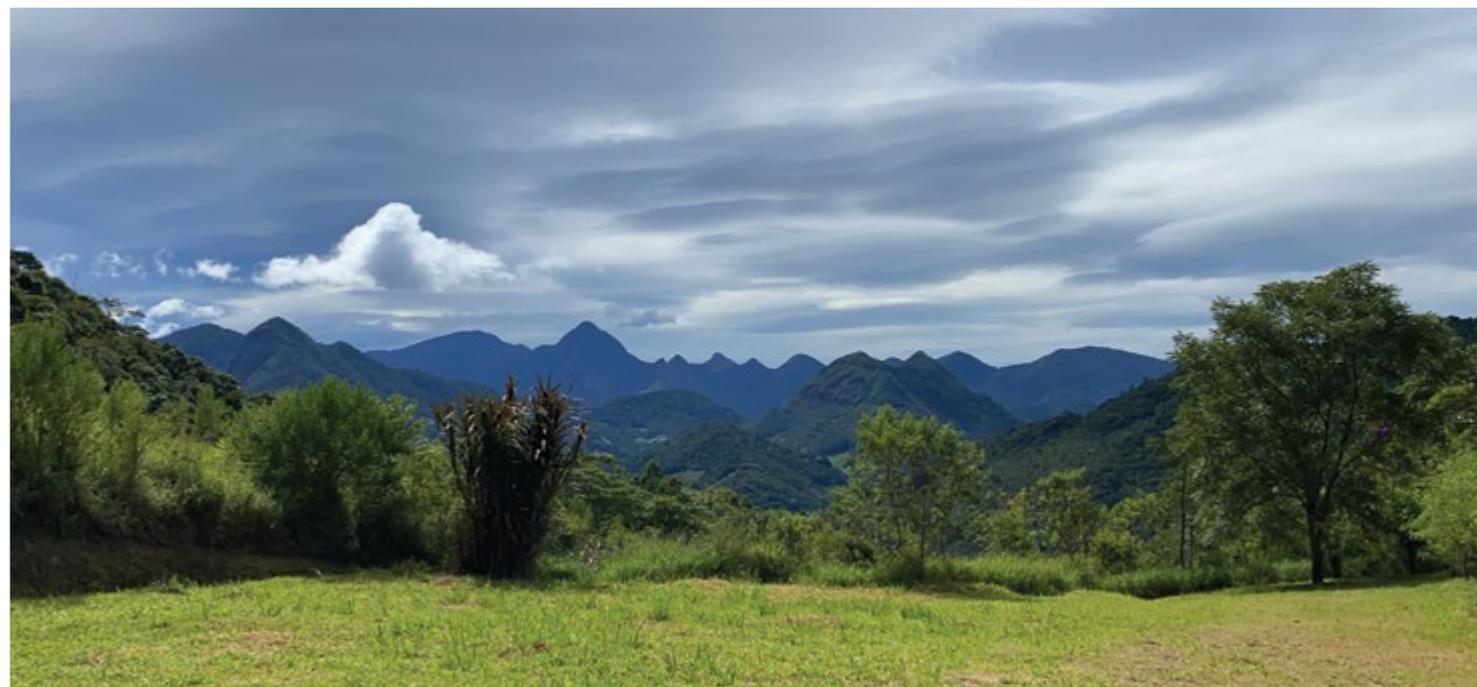
Hoje tenho a felicidade de confirmar minhas escolhas. Que irão permanecer.

Criada pela Portaria INEA/PRES/RJ nº 101 de 08 de fevereiro de 2010, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio da Luz (RPPN Sítio da Luz) se situa na porção nordeste da APA Macaé de Cima, na localidade da Bocaina dos Blaudts, no 7º distrito do município de Nova Friburgo, e protege 14,77 hectares do bioma Mata Atlântica. Com um relevo montanhoso e altitude variando entre aproximadamente 1200 e 1400 m, a RPPN Sítio da Luz abriga em seu território tipos florestais de Campos de Altitude e Floresta Ombrófila Densa Montana, em estágio avançado de regeneração e com expressiva diversidade florística. Na área, já foram identificadas muitas espécies de aráceas, bromélias e orquídeas, muitas das quais endêmicas do estado do Rio de Janeiro, tendo algumas exsicatas depositadas no Museu Nacional. Por estar circundada por terras de minha propriedade, a RPPN Sítio da Luz conta ainda com uma extensa e bem preservada zona de amortecimento, que garante proteção extra à UC.



Alma-de-gato_ Foto_ Jayme Moraes Aranha Filho

Com o objetivo de investigar a fauna que ocorre na minha RPPN, principalmente as espécies de mamíferos terrestres de médio e grande porte, aves cinegéticas (que sofrem pressão de caça) e borboletas, o projeto Animais do Sítio da Luz está em execução desde maio de 2019 e tem como método principal o uso de armadilhas fotográficas (câmeras com sensor de movimento) instaladas em pontos da mata. As borboletas são registradas por meio de fotografia ativa, assim como as espécies de aves e artrópodes, além de anfíbios e répteis. Considerando apenas o monitoramento realizado com as armadilhas fotográficas, foram registradas 58 espécies da fauna silvestre, 25 mamíferos e 33 de aves. Além do registro da biodiversidade local, os vídeos produzidos pelas armadilhas fotográficas permitem a observação do comportamento dos animais, como alimentação, acasalamento e cuidado de filhotes, e futuramente podem ser utilizados em projetos de pesquisa científica e programas de educação ambiental. Em um cenário de crescente degradação de habitats, fragmentação da vegetação e alteração das paisagens, com massiva destruição dos recursos naturais e perda da diversidade biológica, a RPPN Sítio da Luz tem o objetivo de contribuir para a conservação do bioma Mata Atlântica, e assume a missão de promover e fomentar a preservação e conservação da biodiversidade.

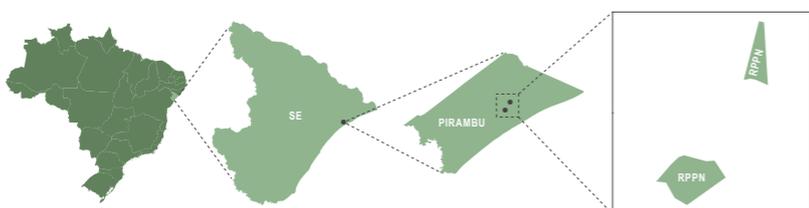


Vista da paisagem a leste_ Foto_ Vanda Ferreira Aranha

Próxima página_ Araçari-poca_ Foto_ Ana Luiza B. Martins Costa



_dona benta e seu caboclo e lagoa encantada do morro da lucrécia



RPPNs Dona Benta e Seu Caboclo ^[1] e Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia ^[2]

Data de criação: 27 de agosto de 2010 ^[1] / 18 de novembro de 2011 ^[2] **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 71/2010 ^[1] / ICMBio nº 92/2011 ^[2]

Nome do(s) proprietário(s): Manoel Elielson Cordeiro de Jesus

Área da RPPN: 23,60 hectares ^[1] / 10,75 hectares ^[2] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Pirambu **Estado:** Sergipe

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico, Meditação, Rituais Religiosos e Atividades Astrológicas

Contato(s): fcjcoturismo@hotmail.com / @ecomuseudoroceiro [Instagram]



*Lagoa encantada do Morro da Lucrécia
Fotos_ acervo do Ecomuseu do Roceiro*

RPPNS DONA BENTA E SEU CABOCLO E LAGOA ENCANTADA DO MORRO DA LUCRÉCIA_SE

“Oia Mulheres de Deus e Cabras Bons, a prosa do Roceiro aqui, começa assim:

Venho de família de roceiros, lá do semiárido baiano. Mas pense num semi que era árido de verdade. Nasci em uma fazenda onde meu pai era vaqueiro e minha mãe, além de fazer as tarefas de casa, o ajudava em tudo, inclusive na filharada (10 ao todo).

Certo dia, acompanhando meu pai numa pescaria, creio que eu devia ter uns oito anos, chegamos na beirada do Rio Verde e meu pai começou a deixar alguns pertences embaixo de uma moita alta e trançada. Nisso ele apontou para cima e me mostrou algo que me deixou nervoso e pensativo: uma cobra estava bem na nossa cabeça, quieta e calma. Deixamos os nossos pertences e entramos n’água. Eu segurava a capanga enquanto meu pai tarrafeava, mas... minha cabeça estava ainda na imagem da cobra na moita! E quando a gente retornasse, como seria? Retornamos no final da tarde e lá estava ela imóvel como a deixamos. Meu pai pegou os pertences, se afastou até outra moita próxima, sentamos, comemos nossa farofa e retornamos para casa. Foi minha primeira lição sobre conservação.

O menino cresceu, cheio de sonhos, mas a realidade da vida os deixava cada dia mais distante de serem realizados. Um deles era ter um sítio, com muitos pés de paus, muitos bichos, com o céu cheio de estrelas e sol mais brilhante. Eu queria ouvir a música do vento... e num é que a vida deu um “revertério”, e de um sítio sonhado, veio uma fazenda real, muito real, que além de muitos bichos e plantas, tem muita água!

O menino sonhador virou um dono de fazenda (Fazenda Cordeiro de Jesus), um proprietário rural. O presente foi maior do que o esperado. Bati o martelo logo dizendo que eu ia conservar todas aquelas belezuras. Eu matutava o tempo todo: o que fazer agora para conservar, com a especulação imobiliária voraz, e as duas extremidades da minha Roça (fazenda para os baianos) faziam frente para os Povoados Aningas, Lagoa Redonda e Água Boa?

Matutei, matutei e iniciei a busca por informações sobre o que fazer... fui no Sebrae, nada. UNIT, nada. UFS, nada. Ibama, pior. Reserva Biológica de Santa Isabel, minha vizinha... nada. Pensei comigo mesmo: como é difícil o caminho da preservação e conservação! E foi só o começo para minhas dificuldades.



Sede das RPPNs, noite_ Foto_ acervo do Ecomuseu do Roceiro

Pensando sempre no comunitário, fiz graduação em Turismo e vários projetos de Ecoturismo de Base Comunitária envolvendo os Povoados do entorno da propriedade, isso lá pras bandas de 2002. Em 2003, fiquei sabendo do Manual da WWF sobre o assunto, o que facilitou muito novas ações. Firmei convênio com a UFS, UNIT, CEFET (atual IFS) e algumas escolas particulares. Recebi milhares de alunos, vários professores e pesquisadores. Assim abri as portas para o Turismo com objetivos voltados para a conservação... As informações foram chegando e depois de muitos não, cacetadas e desestímulos, eis que aparecem um tal de Lício Valério e uma tal de Ana. Ele estava como coordenador do curso de Turismo da Unit, ela como superintendente de florestas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Ambos disseram que eu podia transformar parte da propriedade em Unidade de Conservação. Botaram “mocano”, era tudo que eu queria ouvir.



1_ Lagoa encantada_2_ Visitantes na Lagoa encantada
Fotos _ acervo do Ecomuseu do Roceiro

A jornada recomeça, agora com uma direção mais definida, apesar de desconhecer todos os caminhos que seguia. Eu queria criar uma RPPN. Comecei a levantar custos, mas como saber se quase ninguém perto de mim sabia os passos a serem dados? Sei que fui tirinetando, tirinetando, até ter informações suficientes. Agora só faltava adquirir recursos financeiros para a empreitada. Passei uns três anos tentando e executando outros projetos até saber do Edital lançado em 2008 pela S.O.S Mata Atlântica. Me inscrevi, fui contemplado e nasceu assim a RPPN DONA BENTA E SEU CABOCLO. Participei de outro Edital, fui também contemplado e nasceu mais uma RPPN: LAGOA ENCANTADA DO MORRO DA LUCRÉCIA. E no terceiro Edital, fui contemplado para a construção do Plano de Manejo da RPPN DONA BENTA E SEU CABOCLO.

Hoje, criamos o EcoMuseu do Roceiro (@ecomuseudoroceiro), que abrange as duas RPPNs, uma ASAS – Área de Soltura para Animais Silvestres (registrada no IBAMA), dois Sítios Arqueológicos Indígenas, o UPÃ ANGABA já registrado no IPHAN e CABOCLO, a Fazenda Cordeiro de Jesus com várias lagoas, riachos, nascentes, dunas e mirantes... estamos criando várias instalações artísticas para auxiliar o trabalho de Educação Ambiental. Temos também um Cama e Café (meio de hospedagem), onde recebemos visitantes diversos e oferecemos pacotes turísticos com roteiros locais diversos, café, almoço, janta, condutor ambiental e muita hospitalidade.

Para ter uma visão mais abrangente sobre todo o contexto das RPPNs, me especializei em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros (UFS) e fiz Mestrado Profissional em Turismo, com linha de pesquisa para o Turismo de Base Comunitária (IFS), cujo trabalho foi criar possibilidades para implantação de um Roteiro de Ecoturismo de Base Comunitária para o litoral Sul de Sergipe, abrangendo três municípios (Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande) e 12 Povoados, todos sofrendo influências direta ou indireta das UCs existentes (as duas RPPNs, a REBIO Santa Isabel e a APA Litoral Norte).

Bem, Mulheres de Deus e Cabras Bons, a prosa é boa, fia da gota se não é, mas vou me despedindo aqui e por derradeiro quero deixar minhas sinceras saudações roceiras pra vocês."

*Manoel Elielson Cordeiro de Jesus
O Roceiro*



_pico do barbado



RPPN Pico do Barbado

Data de criação: 30 de agosto de 2010 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 76/2010

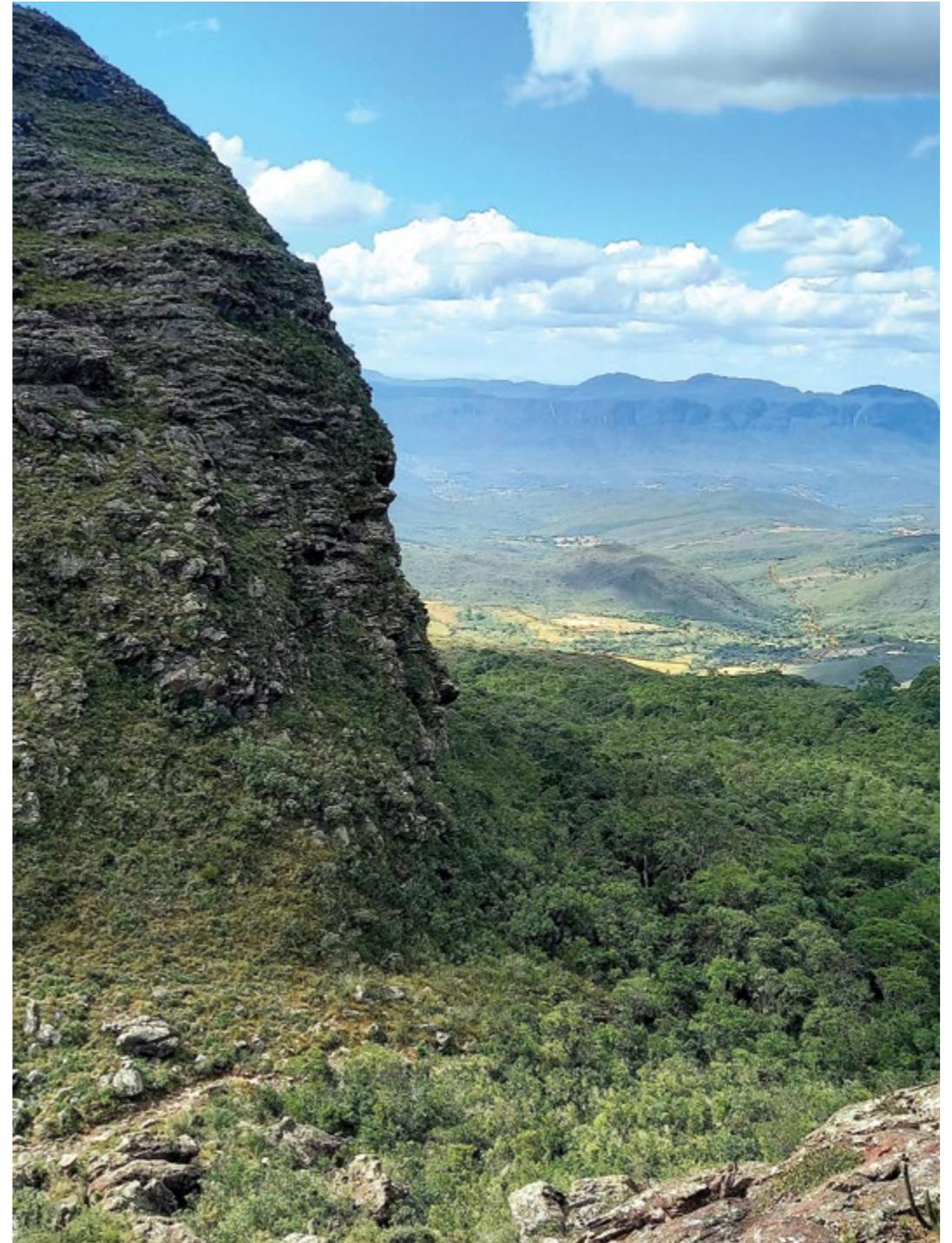
Nome do(s) proprietário(s): Angela Leony

Área da RPPN: 287,04 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Abaíra, Piatã e Rio do Pires **Estado:** Bahia

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica, Turismo Ecológico, Travessia Pedestre Centenária por trecho da Estrada Real e Acesso a Ponto Turístico

Contato(s): angela.leony@gmail.com / [@rppn.picodobarbado](https://www.instagram.com/rppn.picodobarbado) [Instagram]



*Mata na base leste do Morro do Elefante na Serra do Barbado
Foto_ Francisco Valadares*

RPPN PICO DO BARBADO_BA

AS SERRAS MÁGICAS DA RPPN PICO DO BARBADO

Cheio de histórias, encantos e desafios, este conto relata trechos da minha trajetória de vida que se entrelaçam e culminam com a missão de ser eu, hoje, a guardiã da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Pico do Barbado.

Tudo começou por volta do ano 2000, quando um amigo me solicitou para ajudá-lo na criação de uma Reserva Particular no seu sítio localizado no coração da APA Serra do Barbado, Unidade de Conservação do Estado da Bahia, na qual, à época, eu estava como gestora.

A poligonal proposta onde é hoje a RPPN, está assentada numa parte do maciço do Espinhaço e localizada no divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Rio de Contas e do Rio São Francisco. Ela está situada num platô levemente ondulado acima de uma escarpa íngreme, que abriga um lindo Campo Rupestre denominado “Campo do Morro Redondo” ou “Campo do Tijuquinha” além de possuir uma mata nebulosa - Floresta Ombrófila Densa remanescente da Mata Atlântica - localmente conhecida como “Mata”. Logo acima desta, está uma serra dividida por uma imensa falha geológica, denominada “Furquilha”, que se abre em dois maciços rochosos contendo nos seus topos, os dois picos mais altos do nordeste do Brasil, o do Elefante, totalmente dentro da poligonal, e o do Barbado, localizado no seu entorno imediato.

A localidade mais próxima à área é o povoado de Catolés de Cima, localizado no município de Abaíra, no qual, a maior parcela do sítio se encontra inserida, entretanto encontramos parcelas menores pertencentes aos municípios vizinhos: Rio do Pires e Piatã.

Contemplando um trecho da Estrada Real, que liga Catolés de Cima aos povoados do outro lado da serra, a área proposta também abrange grande parte do acesso ao Pico do Barbado.

Retomando a história da criação da RPPN, inicialmente tentei ajudar o amigo, mas, naquele momento, havia entraves legais que impediram seu êxito. Transferida para outra Unidade de Conservação, me afastei do processo, mas, mesmo longe, sempre lembrava daquelas “serras mágicas” e recordo-me bem da primeira vez que fui ao

Pico do Barbado. Acompanhada por minha filha e amigos, dentre eles o dono do sítio, subimos a serra, por quase duas horas caminhando pela Estrada Real e paramos para pernoitar na casa de adobe do Sítio. Foram momentos inesquecíveis e inusitados: a contemplação da vista que se descortinava para a Serra da Tromba, onde se localizam as primeiras nascentes do Rio de Contas; o anoitecer, quando vimos surgir um ‘tapete de vaga-lumes’ formado pelas luzes de Catolés de Cima; e o amanhecer deslumbrante com a sinfonia dos pássaros em revoada, que nos trouxe uma alegria indescritível na alma.



Casinha de adobe_ Foto_ Ricardo G. Fraga de A. Pereira

Após o café da manhã, retomamos a caminhada pela mesma estrada e atravessamos a “Mata” onde, em meio àquela exuberante vegetação, saciamos a nossa sede num pequeno córrego de águas cristalinas. Ao subirmos um pouco mais, chegamos à “Furquilha”, aonde vimos os enormes paredões rochosos que dividem a serra e nos permitem a sua travessia. Fomos um pouco mais adiante, até o divisor de águas, contemplamos a bela vista e a singela e poética cerca de pedras que separa os municípios de Abaíra e Rio do Pires. Retornamos um pouco, abandonamos a estrada e passamos a subir a encosta íngreme que, a princípio, parecia intransponível, aumentando assim os desafios do percurso. Saltando pedras e pulando fendas, fomos

subindo até que, no alto, quando a encosta suavizou, vimos um lindo Campo Rupestre. Grudados nas pedras de arenitos e quartzitos, os Líquens exibiam suas cores que, se misturando com as das flores das quaresmeiras, sempre-vivas, orquídeas e bromélias, mostravam uma diversidade de tons nunca vista por mim antes.

Finalmente, chegamos ao cume do Pico do Barbado e, de lá, vislumbramos um cenário inesquecível: ao sudoeste, a serra das Almas, com o seu majestoso Pico; ao oeste, o conjunto das serras de Paramirim; ao norte, no primeiro plano, o Pico do Elefante e, por trás, um pequeno trecho da Mata do Cigano, 40 hectares de Mata Atlântica.

Ao nordeste, vimos a linda silhueta dos Três Morros, grande divisor de águas ainda desprotegido por lei; ao leste e sudeste, a Serra do Sincorá, onde avistamos as serras do Parque Nacional da Chapada Diamantina; e, ao sul, a forma cônica do Pico do Itobira, que divide as serras dos municípios de Rio de Contas, Jussiape e Érico Cardoso. Um cenário exuberante - verdadeiro êxtase de beleza!



Pico do Barbado_ Foto_ Angela Leony

Anos se passaram e, em 2010, soube que a RPPN Itamarandiba fora criada. Logo depois voltei para a gestão da APA Serra do Barbado, me reaproximando, tanto daquelas “serras mágicas”, quanto daqueles seres especiais que lá habitam - as pessoas do lugar -, cujos nomes, se fosse citar, não caberiam neste relato.

Conhecida como “Dona Anja” eu percorria aquelas serras como se fossem minha casa e, munida do meu “kit básico”, trabalhava e transitava, ora cá, ora acolá, sempre acolhida por todos, mesmo por aqueles que, de início, temiam a minha chegada. Tudo parecia mágico e, aos poucos, eu lhes falava sobre preservação ambiental e novas visões iam surgindo.

O tempo passou e, um dia, veio a notícia de que o amigo, dono da RPPN, estava em tratamento de saúde tendo-a posto à venda. A meu ver, aquela situação não perduraria e logo ele iria retomar o seu projeto. Ele voltou, mas o destino traçou um caminho inesperado. Numa noite, soube que ele precisaria fazer uma intervenção médica urgente e estava sem recursos.

Buscando ajudá-lo, tentei fazer a transferência do valor, o que não consegui concluir por conta do horário avançado. Cansada, adormeci e, mais uma vez, o destino agiu sozinho. Acordada às seis da manhã pela ligação do primo, a quem havia recorrido na véspera, ele me informou ter feito o depósito e em seguida indagou: “Que mal lhe pergunte quem é esse seu amigo? Respondi: “Muito grata primo, um dia lhe conto a



Trecho da Estrada Real na subida para a RPPN e para o Pico do Barbado
Foto_ Ricardo G. Fraga de A. Pereira

história”, o que agora estou tendo a oportunidade de fazer. A vida seguiu e o amigo retornou iniciando um novo projeto de vida na própria Catolés.

Somente em 2018 transferei a RPPN para minha propriedade e, por sugestão da minha filha, troquei o nome para RPPN Pico do Barbado em homenagem ao Pico, que por sua vez se refere ao macaco-barbado, bugio do gênero *Alouatta*, atualmente difícil de encontrá-lo na região.

Responsável pela missão de guardiã desta riqueza, meu grande desafio agora é a elaboração do seu Plano de Manejo, o qual pretendo fazer de forma participativa, objetivando a conservação e a sustentabilidade econômica da Reserva e do local. Nele pretendo incluir programas como: apoio e incentivo à pesquisa científica, monitoramento e fiscalização, bem como ordenamento da visitação e educação ambiental. Para realizá-lo pretendo criar estruturas de mínimo impacto no ambiente, que servirão de apoio para os projetos vinculados aos programas.

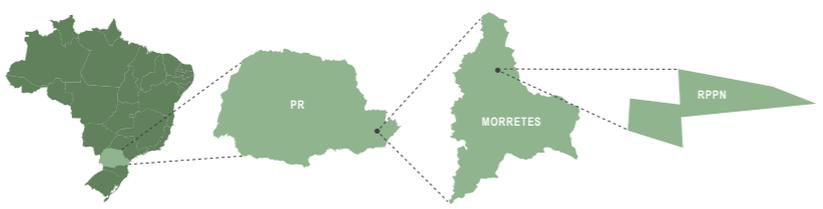
Hoje, a RPPN conta, como única estrutura, a casa de adobe que, apesar de estar fora da Reserva, funciona como uma sede provisória e serve como um abrigo de serra, como um dia serviu para mim.

Meu sonho é ver seus ecossistemas conservados e protegidos e, no futuro, poder implantar uma Área de Soltura de Animais Silvestres para abrigar, dentre outras espécies, o macaco-barbado, passando a ser a RPPN, um germen de conservação na região da Chapada Diamantina.

Angela Leony



_pousada graciosa



RPPN da Pousada Graciosa

Data de criação: 11 de novembro de 2011 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 89/2011

Nome do(s) proprietário(s): Mirian Lovera Silva e Curt Matherne

Área da RPPN: 17,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Morretes **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica

Contato(s): mirianlovera@gmail.com



RPPN DA POUSADA GRACIOSA_PR

Adquirimos as propriedades em 2007. Foi amor à primeira vista. Diferente de tudo que havíamos visitado na região, o local preservava quase que na sua totalidade a floresta, apenas uma pequena parte da área estava sendo usada pela pousada e os equipamentos destinados à hospedagem. O jardim do entorno da área construída também mantinha a vegetação nativa, preservando a beleza natural e dando a impressão de estarmos dentro da floresta, ali também.

A ideia desde do início era manter o restante da propriedade preservado, não tínhamos planos de ampliar a área construída. Ouvimos sobre a possibilidade de formalizar esta preservação e pesquisando sobre o assunto, encontramos um edital da SOS Mata Atlântica de incentivo à criação de RPPNs. Participamos do edital e fomos contemplados. Com a ajuda da entidade fizemos o georreferenciamento da propriedade e em 2011, criamos nossa Unidade de Conservação, a RPPN Pousada Graciosa.



Área do entorno_ Foto_ Mirian Lovera Silva

A grande motivação naquele momento era assegurar que teríamos apoio para proteção da área, no que dizia respeito à extração ilegal de palmito e à caça. E também preservar as nascentes e os riachos que se encontram dentro da reserva, assegurando assim o abastecimento de água.

O carácter perpétuo da reserva também foi um fator motivador, teríamos a certeza que nossos sucessores estariam obrigados a manter a área preservada. Também acreditávamos, que o “status” UC inibiria ações de terceiros, ofereceria prioridade no atendimento pelos órgãos de preservação e atrairia pesquisadores. Teríamos um “mato” com nome e sobrenome e mais segurança.

Hoje entendemos melhor a fragilidade do bioma Mata Atlântica e desejamos que outros proprietários e a nossa comunidade também percebam a importância da preservação.

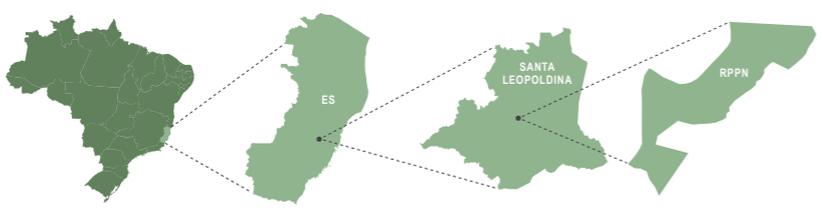


Morro dos Borrachudos_ Foto_ Mirian Lovera Silva

Próxima página_ 1_ Biodiversidade_ 2_ Água_ Fotos_ Mirian Lovera Silva



—pau a pique



RPPN Pau a Pique

Data de criação: 02 de março de 2011

Instrumento legal: Portaria SEAMA nº 06/2011

Nome do(s) proprietário(s): Assunta Salvador

Área da RPPN: 30,50 hectares

Município(s): Santa Leopoldina

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Meliponicultura

Contato(s): hpauapique@yahoo.com.br

Esfra administrativa: Estadual

Bioma(s): Mata Atlântica

Estado: Espírito Santo



RPPN PAU A PIQUE_ES

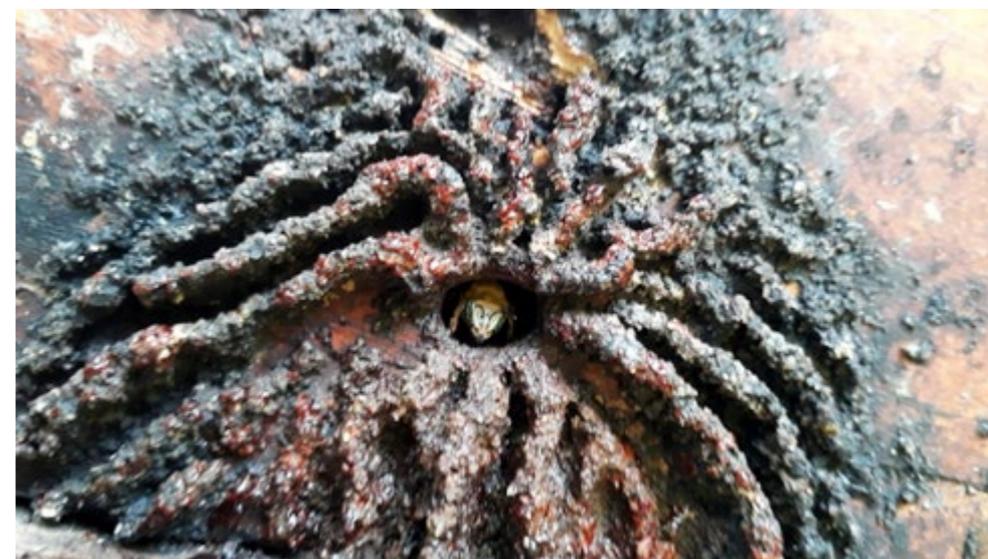
Nasci na roça, numa família de dezesseis irmãos e lidava com plantações e animais para o sustento. Portanto, sempre fui ligada à terra. Saí para trabalhar na cidade e tive que me sustentar trabalhando em empresa e foi na Petrobrás que aflorou em mim uma maior consciência de preservação, pois, recebia muitas informações referentes à ecologia com palestras, revistas diversas, conversas com colegas da área ambiental. Queria viver novamente na roça, foi quando conheci uma pessoa (namorado) que tinha roça. Incentivada por ele, eu comprei, em 1988, o meu primeiro pedacinho de terra e fui economizando até formar uma propriedade maior.

Em 2004, assessorada pelas técnicas Márcia Regina Lederman e Penha Padovan, com recursos da Aliança para a Conservação da Natureza e SOS Mata Atlântica, dei entrada no processo no Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). Tivemos problemas com a vizinhança e acabou demorando mais do que o previsto na formação da RPPN. Enfim, em 2011 foi reconhecida. Hoje muita coisa mudou na propriedade. As águas permanecem abundantes mesmo nas secas, o ambiente está mais limpo, pois só usamos produtos orgânicos e, desde 2007, resolvemos todo o resíduo gerado.

É gratificante estar aqui para prestar depoimento sobre a Natureza, pois é prazeroso fazer preservação. Sinto estar fazendo o que me coube como ser vivente que habita este planeta com responsabilidades. Quando comecei o processo e falei com algumas pessoas que ia fazer preservação em lei, na propriedade, me chamaram de doida.

Explicava que a terra continuaria minha e que tudo continuaria a mesma coisa, que, aliás, eu só tomo conta, posso vender e até ganhar incentivos. Fui referência para outros fazerem o mesmo na época. A proteção e a conservação do meu pedacinho de Mata Atlântica e sua biodiversidade, agregou valor ao meu perfil e também aos produtos que são tendência mundial e mostrou que é possível ganhar dinheiro sem destruir. Fizemos um resgate de construção de espaço para receber visitantes e/ou workshops holísticos e terapias alternativas, como Biodança, trabalhando os quatro elementos da natureza.

Então, temos uma pousada onde servimos os produtos ali colhidos. Também temos abelhas nativas (uruçu-amarela, uruçu-capixaba, mandaçaias, jataí, entre outras), para repovoar polinizando as plantas. Aproveitamos tudo o que se produz na propriedade, primeiro para o nosso alimento e depois para a dos animais domésticos e selvagens e desidratamos o excedente. Contribuir com a preservação e a biodiversidade da natureza é profetizar um futuro melhor para a humanidade: “é preciso árvores e esperança”.



Abelha melipona Uruçu-amarela
Foto_ acervo RPPN



*Cachoeira Espuma do Rio Crubixá Mirim
Foto_ acervo RPPN*



*Terapia com argila (banho de lama)
Foto_ acervo RPPN*



*Floresta
Foto_ acervo RPPN*

_duas pedras



RPPN Duas Pedras

Data de criação: 21 de fevereiro de 2011 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 198/2011

Nome do(s) proprietário(s): Bruno Hees e Marie Claude Wiefels Hees

Área da RPPN: 1,51 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Nova Friburgo **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Preservação estrita

Contato(s): bchees@gigalink.com.br



Bromélia
Foto_ Bruno Hees



RPPN DUAS PEDRAS_RJ

Tudo começou com os ideais e o trabalho de Érico Carlos Hees, descendente dos imigrantes alemães trazidos para Petrópolis entre 1840 e 1850. Suas atividades profissionais, durante a maior parte de sua vida, foram na indústria e no comércio, embora sua verdadeira paixão estivesse ligada à zona rural.

Com a compra de um sítio de 15ha em Nova Friburgo, em 1942, o seu sonho tornou-se realidade. Nele, construiu casa e se instalou com a mulher e os dois filhos, sendo um deles, Bruno Hees, o narrador desta história.

Meu pai ficou no sítio até seu último dia de vida, em outubro de 1977. Ao lado de suas atividades de subsistência, dedicava-se ao plantio de árvores, assim como "O homem que plantava árvores", do escritor francês Jean Giono, obra de 1953 tida como manifesto da causa ecológica. O objetivo dele era plantar árvores de "madeira de lei" e não árvores de florestas homogêneas (eucaliptos ou pinus). Pode-se considerar, portanto, que ele foi um precursor do movimento ambientalista no Brasil, cuja conformação só se deu no final da década de 1960.

Sua tarefa foi bem-sucedida, tendo logrado regenerar áreas originalmente de capoeira rala e topografia bastante acidentada, o que dificultava o plantio de mudas. De minha parte, procurei aproveitar todas as oportunidades que se apresentaram para contribuir com a empreitada, trazendo sementes e mudas em minhas viagens profissionais de norte a sul do País.

Embora o sítio esteja no bioma da Mata Atlântica, situado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, na porção da Serra do Mar denominada Serra dos Órgãos e parte da unidade geomorfológica Planalto do Reverso da Serra dos Órgãos, a área tem relevo predominantemente montanhoso e escarpado, com altitude média superior a 900 m e pontos mais altos que ultrapassam 1.300 metros de altitude. Boa parte das espécies plantadas não vingou, pois, algumas sementes não germinavam ou cresciam não mais do que 60 cm, mesmo após 20 a 30 anos de plantadas. Outras, no entanto, produziram árvores magníficas e que se reproduzem com facilidade.

A paisagem foi se alterando, ano após ano, lenta, mas positivamente, por mais de quatro décadas, com uma notável ampliação do número de espécies plantadas.



Toda vez que meu pai se embrenhava na capoeira já mais crescida, ele não deixava de espalhar sementes de palmito até que seus bolsos estivessem vazios, hábito que herdei e que mantenho até hoje.

Hoje temos “ajudantes” - jacus, maritacas, araçarís - que se encarregam também de dispersar as sementes e favorecer o surgimento de outras espécies.

As árvores mais conhecidas, de boa adaptação na região, são: araucárias, palmitos, cedro, guarantã, canelas, canjerana, jacarandá-branco, vinhático, peroba-rosa, ipês, alecrim-de-campinas, jatobá, entre outras. Merecem registro igualmente outras árvores de crescimento mais lento: pau-brasil, pau-ferro, angelim, cabreúva, canela-preta.

Dando continuidade aos ideais e ao trabalho do meu pai e receosos da aproximação do perímetro urbano, resolvemos, minha esposa e eu, em 2011, transformar uma parcela do quinhão de herança, que nos coube, em RPPN estadual. Trata-se da RPPN Duas Pedras, de 1,51 ha localizada na rua Érico Hees (s/n), praticamente em perímetro urbano, a menos de 5 Km do centro da cidade. Essa aproximação da grande densidade demográfica dificulta muito nosso trabalho de vigiar a área de fogo, cães vadios e roubo de palmitos.

Além dessas dificuldades, o município de Nova Friburgo sofreu, entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011, aquele que é considerado o maior desastre climático registrado no Brasil. Foram mais de 1500 mortes e elevados prejuízos econômicos, sendo a bacia do Córrego d’Antas uma das áreas mais atingidas, com inúmeros deslizamentos de terra que acabaram com parte da nossa floresta e da RPPN.

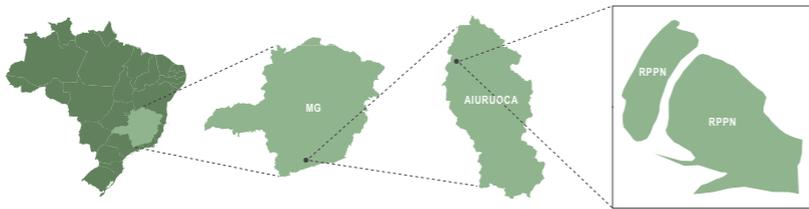
Apesar das desesperanças iniciais, superamos as adversidades para garantir a vitória de uma paixão, e assim dar continuidade ao objetivo principal da nossa unidade de conservação da diversidade biológica: assegurar a preservação da fauna e da flora e proteger as espécies, o habitat e os ecossistemas, mediante a preservação e o aumento das áreas protegidas.

Em síntese, o exemplo do meu pai contribui para reflexão sobre o papel de cada um de nós na luta em prol da conservação ambiental. De nossa parte, minha esposa e eu nos empenhamos em dar continuidade ao trabalho do meu pai e servir de exemplo para as futuras gerações.



1_ Periquitão-maracanã_2_ Cogumelos_3_ Araçari-banana
Fotos_ Bruno Hees

_fazenda são pedro III



RPPN Fazenda São Pedro III

Data de criação: 04 de janeiro de 2012 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IEF nº 03/2012 e IEF nº 31/2012

Nome do(s) proprietário(s): Luiz Fábio de Arantes

Área da RPPN: 7,99 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Aiuruoca **Estado:** Minas Gerais

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Turismo Ecológico

Contato(s): fabiola@fazendasaoPEDRO.com.br / www.fazendasaoPEDRO.com.br / [@fazendasaoPEDROaiuruoca](https://www.instagram.com/fazendasaoPEDROaiuruoca) [Instagram]



*Vista da sede da fazenda cercada pela RPPN_ 2017
Foto_ Fabiola de S. Arantes*



1974_ Neusa e filhos: Luiz Oswaldo, Fabiola e Luiz Henrique na data da aquisição da Fazenda São Pedro
Foto_ Luiz Fabio de Arantes



1_ Os anfitriões Luiz Fabio e Neusa_ 2014_ 2_ Liberdade das crianças_ 2019
Fotos_ Fabiola de S. Arantes

RPPN FAZENDA SÃO PEDRO III_MG

UM MERGULHO AMBIENTAL E CULTURAL: RAÍZES, TRADIÇÕES E NATUREZA VIBRAM EM SINTONIA COM O TEMPO PRESENTE

Em janeiro de 2018, a igreja matriz de Aiuruoca comemorou 300 anos de sua fundação. A pequena e pacata cidade do Sul de Minas Gerais tem uma característica peculiar: de seus 6000 habitantes quase a metade vive na zona rural. Na história recente do município observa-se uma valorização dos pequenos produtores rurais e a crescente demanda por terras na região, resultados positivos do desenvolvimento do setor de turismo. Na microrregião, braço da serra da Mantiqueira, Aiuruoca é considerada um paraíso do ecoturismo, com dezenas de cachoeiras de águas cristalinas, o clima subtropical de altitude e um belo mosaico de Mata Atlântica compoendo a paisagem.

A Fazenda São Pedro é um patrimônio cultural do inventário do município, com sua sede datada de 1830, registro de batismo realizado diante de seu altar e pia batismal em 1886. Relíquias, objetos de época e da família tradicional mineira, a arquitetura colonial e muitos hábitos tradicionais são mantidos, cuidados e reproduzidos em forma de imagens, textos e conversas, preferencialmente ao pé do fogo, tomando uma cachaça especial mineira e ouvindo os sons da natureza.

O casal Neusa e Luiz Fábio de Arantes, proprietários da São Pedro a partir de 1974, cresceu embalado pelo fluir da vida no campo. Luiz Fábio havia nascido na fazenda vizinha, "de parteira". Um legítimo aiuruocano que graças aos proventos da atividade leiteira se formou engenheiro na EFEI em Itajubá, MG, cidade onde conheceu e se casou com Neusa. O desenrolar de sua vida como engenheiro, na capital de São Paulo, potencializou seu desejo de voltar a viver no campo ao se aposentar. Por duas décadas seu hobby foi a elaboração das plantas para as reformas e planejamento da Fazenda São Pedro. Neusa, que sempre foi ávida por aprender de tudo, colecionou cursos de múltiplas atividades e foi colocando em prática, na restauração dos objetos, no plantio do jardim, pomar, no fogão e fornos à lenha, em todo final de semana que a família visitava as obras na propriedade.

Próxima página_ Neusa no jardim do casarão_ 2019_ Foto_ Fabiola de S. Arantes



Até que finalmente, em 1994, a mudança do casal para a fazenda aconteceu e, junto com o sonhado dia a dia no campo, a realidade humana em outra dimensão. Havia muita coisa a ser feita para melhorar a qualidade de vida do entorno. A economia do leite estava em crise. A produção do campo desvalorizada. Foi nessa conjunção de necessidades que, em dezembro de 1995, Neusa começou com o Turismo Rural na propriedade.

Mas e a RPPN? O caro leitor deve estar se perguntando. Quando começa sua trajetória? Começa na década de 1980, quando o passeio preferido da família reunida era visitar a cachoeirinha da propriedade. Começa quando os filhos, primos e amigos são estimulados a desenvolver uma intimidade com a mata. Qual a árvore mais alta? Qual o local do piquenique? Onde seria a casa do Tarzan? Do Robson Crusóé? Qual o bicho mais diferente? Onde tem toca de tatu, ninho de cobra, coruja, rastro de onça? Os medos, as descobertas, os perigos e desafios eram contados aos adultos à noite, em roda do fogão à lenha, fritando queijo e banana na chapa.

A intimidade com a mata transformou-se em amor incondicional na filha do casal, Fabíola, e no desejo de manter aquele lugar sagrado preservado para todas as gerações.



1_ Fabíola na cachoeirinha_ 2021_ 2_ Figueira_ Ponto focal da RPPN_ 2020
Fotos_ Fabíola de S. Arantes

Como a região é farta de cachoeiras, muitas já haviam sido invadidas e depredadas e até hoje, infelizmente, ainda prevalece essa falta de respeito. Então, detectado qual o principal predador, o ser humano, estava instalada a primeira necessidade: segurança. Segurança para a mata e seus animais e segurança para as pessoas que denunciavam caçadores e impediam a invasão. Era preciso um canal direto com a polícia ambiental, era preciso ser prioritário, ter a prerrogativa de denunciar o inafiançável e, para isso, legalizar a área como uma reserva privada, uma RPPN.

E assim, em meados de 2006, Fabíola foi atrás da SOS Mata Atlântica, que lhe recomendou entrar em contato com o Instituto Sul Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza que estava elaborando um projeto coletivo de criação de RPPNs na região em parceria com a Associação de RPPNs e outras Reservas Privadas de Minas Gerais. A Fazenda São Pedro participou então do projeto incluindo duas pequenas áreas de matas.

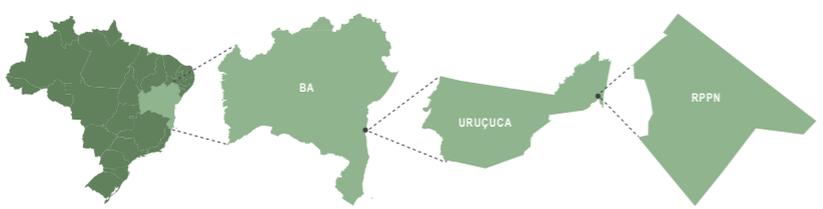
E o que mudou desde então? Felizmente, conseguimos que pouca coisa mudasse. Conseguimos o argumento formal de “aqui é proibido caçar, depredar, extrair animais e plantas”. E o fato deste argumento não ser pessoal e sim institucional têm imposto respeito até o momento. Já é de conhecimento público que “lá não pode, lá é reserva”. Temos apoio da polícia ambiental de Aiuruoca e da polícia civil de Cruzília, além dos moradores vizinhos.

Tivemos dificuldades para arcar com as obrigações legais da criação. A principal foi a elaboração dos planos de manejo, que finalmente foram concluídos em 2020. Neste intervalo sofremos pressões por autoridades locais, que chegaram a exigir que cercássemos todo o perímetro das reservas! Ainda há quem não compreenda o conceito de corredor ecológico, pois, como poderíamos deixar do lado de fora, ou presos, os lobos-guará, onças, veados, pacas e outros animais? Foram algumas decepções e custas para nos defender de arbitrariedades.

O desafio atual é coletivo: o desenvolvimento de políticas públicas e a participação de um representante rppnista nos conselhos municipais, o CODEMA e o COMTUR, atuando para que a Preservação Ambiental aliada ao Turismo Responsável possa gerar um caminho mais sustentável para os pequenos santuários que, mesmo com seu valor inestimável, não possuem, ainda, viabilidade diante dos programas de pagamentos por serviços ambientais.

Olhando especificamente para nosso pedacinho de paraíso, sonhamos em um futuro próximo implementar o roteiro de visita em plataformas e trilhas elevadas, numa experiência de observação e interação com a copa das árvores até descer ao leito do riacho e às águas da cachoeirinha. Tudo já desenhado, previsto e aprovado no Plano de Manejo. Desejo e plano entregue ao Universo. Que seja feita a Sua vontade.

_canto do senhor



RPPN Canto do Senhor

Data de criação: 24 de outubro de 2012 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 114/2012

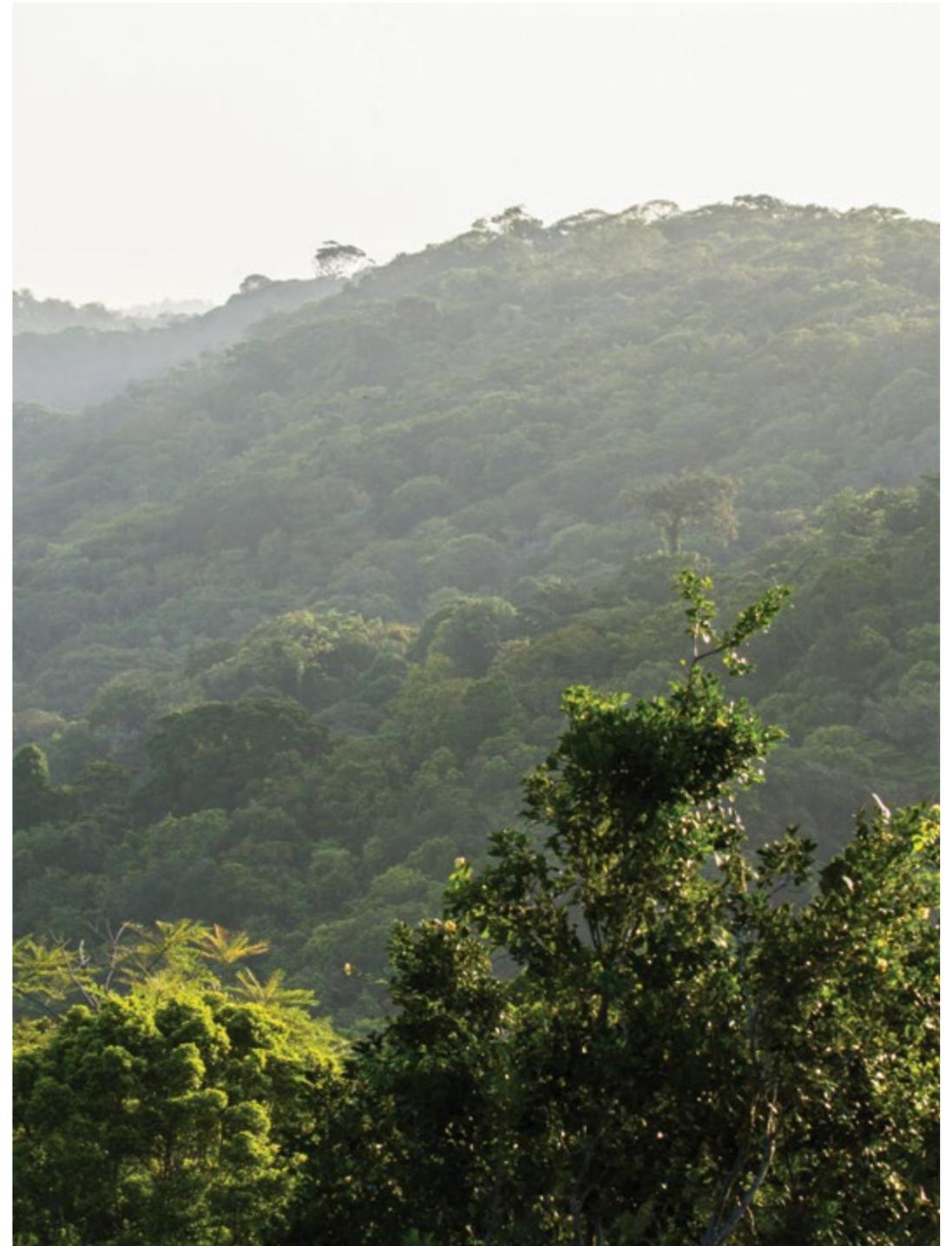
Nome do(s) proprietário(s): Rui Barbosa da Rocha e Faura de Pinho Rocha

Área da RPPN: 7,97 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Uruçuca **Estado:** Bahia

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): ruibarbosarocha@gmail.com / @refugiodocanto [Instagram]





Observatório
Foto_ Marcelino Dias

RPPN CANTO DO SENHOR_BA

UM SONHO DE VIDA QUE VIROU O REFÚGIO DO CANTO FAMÍLIA PINHO ROCHA

Tudo começou no inverno de 1996. Mudamos para Ilhéus, três meses antes. O sonho de cuidar de uma área rural era imenso, mesmo que com recursos escassos. Unir serra e mar estava em nossa imaginação. Ao visitar a Serra do Conduru, atual Parque Estadual, em trabalho de campo, Rui conheceu a estradinha que nos levaria ao atual santuário de vida silvestre da família. Vinte e cinco anos depois, acontece com novos projetos – como um pequeno hotel ao lado da falésia – associado a um jardim botânico, no Sul da Bahia. Com mateiros, pesquisadores e muitos outros proprietários, queremos proteger o quanto possível, para sempre, a paisagem natural de nossa costa sul baiana.

Os anos noventa foram muito difíceis para a zona cacauzeira do Sul da Bahia. A crise do cacau veio com força, gerando uma depressão econômica, junto com uma tragédia social e ambiental, sem precedentes. Desde 1990, a doença vassoura de bruxa e a queda do preço do cacau, somado ao endividamento dos produtores, afetaram a vida de centenas de milhares de pessoas. Muitos produtores faliram e os trabalhadores foram demitidos. A produção caiu para menos de 1/3 do que havia, cinco anos antes.

Como baiano, e dessa região, Rui voltava para Ilhéus para trabalhar na preservação da Mata Atlântica, como pesquisador e agrônomo, no IESB (Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia), com sede em Ilhéus. A missão era proteger as florestas, junto com uma nova economia movida pelo ecoturismo, cacau orgânico e quem sabe até a produção de chocolates, na própria região. Com Faura, mineira e amante do nosso litoral, tínhamos o propósito de no futuro fazermos tudo isso, em micro escala, em algum canto desse paraíso, que mora entre Ilhéus e Itacaré. Escolhemos assim a vila de Serra Grande por ser pacata e conter uma paisagem de tirar o fôlego dos viajantes.

Nós, que residimos aqui, sempre somos impactados pela beleza dessas florestas e do litoral, reconhecido como um dos mais biodiversos do planeta. A reserva contém um ambiente florestal em uma encosta abrupta, que, dos 120, chega a cinco metros do

nível do mar, logo ali. Cedros, adernos, mussutaibas, patizeiros, biribas, condurus e os bichos daqui, como os tucanos, saguis, caititus, jaguatiricas e lontras, se entrelaçam. O clima ameno da serra do Conduru nos abraça no verão e no inverno. Os ventos sul e leste, no inverno, e o vento nordeste, no verão, bailam ao longo do ano, com o vento terral da noite, fresco e puro, vindo da montanha de 400 metros, no nosso horizonte, a oeste.

Uma das coisas mais agradáveis que apreciamos aqui é avistar as aves no céu amplo do mirante, assim como ouvir os sons dos ventos, em contato com a copa das árvores e palmeiras. Uma sinfonia se completa com o zumbido das cigarras, anúncios das pererecas e sapos nos brejos, e das ondas que quebram no litoral, a 500 metros de nossa casa. A criação da RPPN foi efetuada pelo ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), em 2012. Estávamos convencidos de que oito hectares, dos vinte e seis hectares do imóvel, era vocacionado para funcionar como um refúgio formal de fauna e da flora dessas falésias, cobertas de Mata Atlântica. A área possui também um hectare de restinga e um hectare de brejo litorâneo, dentro da bacia hidrográfica do Rio Sargi, que marca o limite de Uruçuca, nosso município, com Ilhéus. Além da RPPN, restauramos as matas ciliares e os vales úmidos que protegem nossas nascentes. Temos usado menos de 30% da área total com coco, patizeiros, pupunhas e açaiçais.

Com trilhas e algumas cabanas inseridas na paisagem e amplo mirante para o oceano, somos imensamente abençoados por este lugar - do qual somos apenas guardiões, por algumas décadas, enquanto a vida permitir. Outros virão. Esperamos que a família, hoje ampliada pelas duas filhas, Luisa e Luana, sigam com este propósito.

Com o tempo, passou a ser uma reserva que atrai fotógrafos de natureza, pesquisadores e ecoturistas, interessados no ambiente cultural mais sustentável, presente no povoado de Serra Grande. A fauna ganha respeito a cada dia, inclusive pelos moradores tradicionais, antes com o hábito da caça.

Hospitalidade é, portanto, um veio para o lugar, com o propósito da sustentabilidade. Uma hotelaria pequena, discreta, com o conteúdo de nossos aprendizados, nas viagens que fizemos por aí. Espinhaço, Patagônia, Amazônia, Caribe, Colorado, Toscana, Andes, Pirineus, Alentejo, o planeta. Cada povo e região que passamos deixam em nós marcas profundas, e aqui a bioconstrução local com piaçavas, madeiras velhas, rochas, vidro usado e outros itens, estão sendo a matéria prima que se transforma em pequenas cabanas atentas ao ambiente em volta.



Vista à noite
Foto_ Marcelino Dias

Muitos guardiões da natureza estão no Sul da Bahia e no Brasil inteiro. Formamos uma teia de proteção muito expressiva, junto com as áreas protegidas do Estado brasileiro. Em Serra Grande, através do Instituto Floresta Viva e parceiros na academia e na vila, estamos constituindo um Jardim Botânico, que integra áreas rurais com este propósito. A produção de sementes de árvores matrizes certificadas, em mais de 60 imóveis rurais, em diferentes ecossistemas locais, como matas, campos e restingas, é um dos planos desse jardim. Com isso, apoiamos a restauração da Mata Atlântica, em longo prazo, unindo esforços com outras iniciativas do Brasil. O refúgio “Canto do Senhor” funciona como um parceiro do jardim botânico, criado em uma vila que contribuiu para a aprovação da Lei da Mata Atlântica, pois aqui registrou-se a maior biodiversidade de espécies lenhosas do planeta, em 1992, pela CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York. Sementes de jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*) e de patizeiro (*Syagrus botryophora*) seguem para o viveiro do Instituto Floresta Viva, e depois para a restauração de florestas, nos arredores.

Outras idéias, aquelas que brotam da imaginação, seguem se espalhando, como esta história, através deste livro encantado de relatos de muitas outras pessoas. Que mais leitores possam seguir com esta missão.

_terra do sol e da lua



RPPN Terra do Sol e da Lua

Data de criação: 10 de abril de 2013 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 431/2013

Nome do(s) proprietário(s): Eny Hertz Bittencourt e Carlos Alves da Cunha Filho

Área da RPPN: 10,78 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Nova Friburgo **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica e Lazer Familiar

Contato(s): rppnterra.sol.lua@gmail.com



(*Selenidera maculirostris*)
Foto_ Eny Hertz



Onde se esconde o lugar
onde estrelas vagueiam na mata?
Onde se esconde a morada
onde vagalumes cintilam no céu?

Há um cantinho na Terra
que canta segredos celestiais.
Onde o Sol se banha em silêncio
e a Lua balança nos palmeirais

A floresta circunda a clareira
onde a vida silvestre ciranda
e a orquestra de anfíbios encanta
celebrando em louvação.

Gratidão

Num recanto escondido
minha alma descansa.
Humana, natureza se une
em oração e esperança:
na lembrança de viver em harmonia,
desvelando pequeninos milagres
cada noite,
cada dia.
Simplicidade -
é o segredo que semeia Alegria.

Paloma Sol

Borboleta azul_ Foto_ Karla Paiva

RPPN TERRA DO SOL E DA LUA_RJ

Ambos crescemos perto da Floresta da Tijuca, por isso a ligação nos é forte. Hoje em dia moramos perto do P. E. da Serra da Tiririca e temos esse maravilhoso sítio. Há tempos que procurávamos um local para podermos nos conectar com mais frequência e intensidade com a natureza. Ao conhecer Macaé de Cima, ficamos encantados com a beleza e a preservação da região. Na primeira vez que entramos no sítio fomos recepcionados por saíras, macacos, borboletas mostrando a exuberante biodiversidade. Percebemos que o sonho estava se tornando realidade. Além do som do córrego, escutamos constantemente araponga e sapo-martelo. Como é localizado longe de centro urbano, o céu é fantástico, estrelas cadentes são frequentes. Denominamos o local de Terra do Sol e da Lua em homenagem às nossas filhas, Tivah Ter, Paloma Sol e Hannah Lua.

O sítio apesar de já ter sido pasto por alguns anos até a década de 1970, conseguiu, na maior parte da área, voltar a ter uma mata viva por causa do banco de sementes dos sítios vizinhos. Entretanto ainda encontramos eucaliptos num setor. Um dos desafios é conseguir apoio financeiro para a supressão desta espécie exótica e tornar o local sustentável.

Tivemos o apoio financeiro da SOS Mata Atlântica e Conservação Internacional BR para a implantação da Reserva Legal e da Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Nada melhor do que perguntar aos amigos que frequentam o sítio sobre este vale encantado: um tranquilo refúgio acolhedor, com risos soltos, com belas flores roxas da quaresma e dos buquês amarelos de canafístula mostrando a força da mata.

Próxima página_ Líquen amarelo_ Foto_ Karla Paiva





_airumã



RPPN Airumã

Data de criação: 21 de março de 2013 **Esfera administrativa:** Municipal

Instrumento legal: Decreto Municipal nº 521/2013

Nome do(s) proprietário(s): Terezinha Vareschi e Álvaro Bruno Cyrino

Área da RPPN: 3,60 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Curitiba **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Eventos Sustentáveis e Atividades Terapêuticas

Contato(s): terevareschi@gmail.com / www.airumaestacaoambiental.blogspot.com / @ecoairuma [Facebook]



RPPN AIRUMÃ_PR

Airumã significa Estrela-Guia em Tupi-Guarani, uma homenagem aos ancestrais dessas terras, que, inclusive, deram o nome a Curitiba, Coré-Etuba, terra de muitos pinheiros e muitos pinhões.

Em janeiro de 1984 adquirimos a área, o que culminou na realização de um sonho acalentado há anos, o de viver junto à natureza. Localizada no bairro italianíssimo de Santa Felicidade, a propriedade nos encantou desde o início pela sua belíssima floresta. Outra surpresa maravilhosa foi encontrar na mata uma majestosa araucária, que soubemos depois estar perto dos 400 anos. Muitas vezes, sentada aos pés da araucária anciã, sentíamos que aquele lugar era um espaço sagrado e que éramos seus guardiões. Honrar esta missão seria o nosso maior objetivo anos depois.

Na propriedade, construímos nossa casa e após sete anos lá vividos com nossos filhos, partimos em busca de novos horizontes. Moradia no exterior e em outras paragens nos deixou uma década fora de Curitiba, e finalmente nos idos de 2003, à volta à cidade e ao antigo lar na mata.

Foi o início de uma fase de inúmeros desafios, tanto na vida pessoal, quanto em relação à área que na época ainda não era uma reserva oficializada. Deparamo-nos, após 10 anos de ausência, que muita coisa havia mudado no entorno, onde uma especulação imobiliária desenfreada, aliada a uma forte expansão demográfica, ameaçavam toda a rica biodiversidade ainda existente na região.

Naquela época, trabalhando com terapias holísticas, criamos a Airumã Estação Ambiental, Centro de Convivência para o Desenvolvimento da Consciência Humana e Planetária. Ao mesmo tempo em que desenvolvíamos atividades relacionadas ao autoconhecimento, tínhamos uma preocupação muito grande com a questão ambiental que se deteriorava no entorno. Buscávamos força e inspiração andando na mata da Airumã e abraçando a araucária anciã que carinhosamente chamamos de Vovó Airumã.

Buscando alguma forma de ajuda, fomos visitados pelo ConBio - Condomínio da Biodiversidade, um programa da SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, ONG com atuação muito importante na região sul. O ConBio



Fotos_ acervo RPPN



Fotos_ acervo RPPN

visitava áreas prioritárias para conservação, numa parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba e em reuniões promovidas para informar proprietários de áreas naturais, foi a primeira vez que ouvimos falar em RPPN Municipal (RPPNM) e o que significava. Soubemos então que este seria nosso objetivo principal, transformar a Airumã Estação Ambiental numa RPPNM (o “M” foi instituído na Lei Municipal de 2006). Desta forma, aquele paraíso ficaria preservado em caráter de perpetuidade, e não medimos esforços para que isto acontecesse.

Dali para frente, nossa vida começa a tomar rumos jamais imaginados. Fomos nos envolvendo cada vez mais com as questões ambientais do entorno e da cidade. O chamado de socorro da Floresta com Araucária, ressoava fortemente em nossos corações.

Em 2011, fundamos a APAVE – Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana (RM) , uma iniciativa de proprietários de matas nativas e protetores da natureza de Curitiba e RM, com sede na então Airumã Estação Ambiental. Acabamos assumindo a presidência da Associação e dali para frente Airumã e APAVE passaram a ser parceiras de uma história que se fundiu uma na outra, plena de desafios e conquistas importantes, também, no que tange à preservação de matas nativas particulares na região.

Quando fundamos a APAVE só havia em Curitiba três RPPNMs, preservando no total 25 mil m² de mata nativa. Sabíamos que 75% das áreas naturais da cidade eram de domínio particular, funcionando como verdadeiras fábricas de serviços ambientais, propiciando uma vida mais saudável para sua população. Vimos que era fundamental levar ao poder público municipal nossas considerações do que seria necessário para o incremento de um maior número de Reservas Particulares na cidade. Sabíamos que para a efetiva preservação dos últimos remanescentes de floresta com araucária da cidade, as RPPNMs desempenhariam um papel imprescindível. Enquanto isto, vários encontros, reuniões, vivências, cursos, entre outros, aconteciam na Airumã Estação Ambiental que começava a se destacar na mídia local, assim como a APAVE.

Simultaneamente, demos entrada à criação da RPPNM que levou cerca de dois anos para ser finalmente oficializada, processo no qual enfrentamos muitos desafios para ver este sonho concretizado.

A RPPN Airumã foi a 12ª Reserva Particular do Patrimônio Natural oficializada em Curitiba por meio do Decreto Municipal nº 521 de 21 de março de 2013, uma data muito especial, onde se comemora o Dia Internacional das Florestas. A assinatura do Decreto de Oficialização da RPPNM Airumã aconteceu na sede da Reserva, com a presença de autoridades, entre elas, prefeito, secretário do meio ambiente, vereadores, ambientalistas, amigos, entre outros. Um dia realmente inesquecível!

Localizada nas proximidades do Parque Municipal Tingui a RPPNM Airumã possui em seus 3,6 hectares de floresta alta riqueza biológica e alto valor de conservação devido a sua bem preservada Floresta com Araucária, do Bioma Mata Atlântica. Esta RPPN preserva árvores seculares de grande porte, vegetação com riachos e nascentes, criando assim o ambiente ideal para abrigar uma expressiva diversidade de fauna e de flora. O levantamento florístico desta reserva abrangeu mais de 159 espécies nativas pertencentes a 62 famílias botânicas. Possui grande relevância por estar situada em um significativo maciço florestal na região onde se insere, formando um dos últimos corredores ecológicos que a interliga a demais áreas particulares com mata nativa e ao restante do fragmento florestal do parque Municipal Tingui.

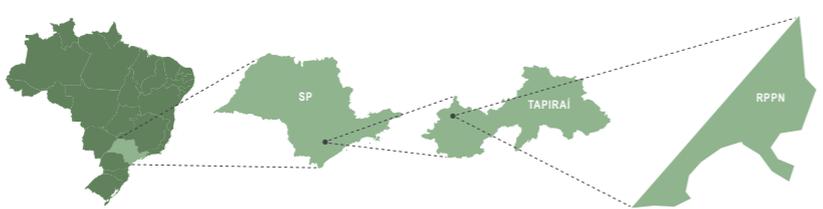
A RPPNM Airumã possui sede própria e uma excelente infraestrutura com capacidade para receber em média 40 pessoas: sala de eventos para apresentações de vídeos, palestras, workshops, oficinas, entre outros; varanda panorâmica para eventos/ refeições; dois banheiros, sendo um com acessibilidade, e uma cozinha. Recebe alunos de escolas para educação ambiental, universitários para aulas de campo, pesquisadores e oferece espaço para eventos relacionados a temas ecológicos e sustentáveis. Possui uma trilha-passarela de 100 metros com acessibilidade, denominada Trilha Vovó Airumã, construída com madeira ecológica e paver, com deck para observação da exuberante Floresta com Araucária. Seu nome foi dado em homenagem à quadricentenária araucária que podia ser vista do deck no alto dos seus 34 metros de altura e 5 metros de circunferência. Na Primavera de 2019, a matriarca tombou na floresta da Reserva, finalmente descansando. Em sua homenagem um filhote dela foi plantado ao seu lado, crescendo de vento em popa, a cada dia que passa. A Trilha do Tatu percorre a mata da Reserva onde é possível observar inúmeras araucárias centenárias, tocas de tatu, serelepes e várias espécies de pássaros. A Reserva possui um Meliponário, espaço destinado aos cuidados de preservação e multiplicação de colmeias de abelhas nativas, também utilizado como ferramenta didática e prática para a educação ambiental, promovendo o conhecimento sobre a importância da polinização.

A RPPNM Airumã cada vez mais vem sendo divulgada na mídia e em eventos como um modelo de Unidade de Conservação Particular em ambiente urbano, servindo de inspiração para outras Reservas oficializadas em Curitiba, que colocam a Capital, atualmente como a cidade com o maior número de RPPNs.



Fotos_ acervo RPPN

_parque do zizo



RPPN Parque do Zizo

Data de criação: 05 de junho de 2013

Esfera administrativa: Estadual

Instrumento legal: Resolução SMA nº 46/2013

Nome do(s) proprietário(s): Associação Parque do Zizo

Área da RPPN: 9,21 hectares

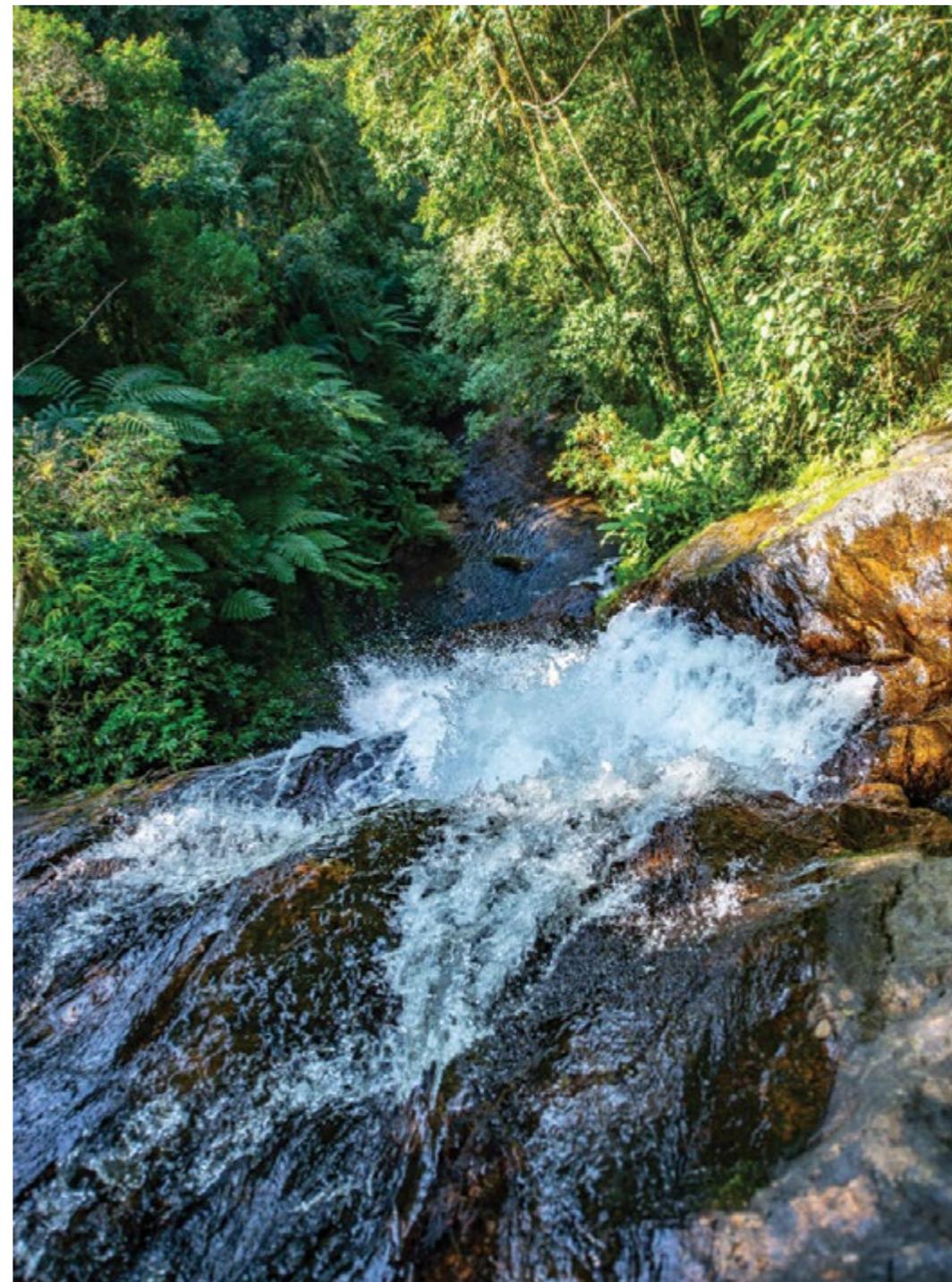
Bioma(s): Mata Atlântica

Município(s): Tapiraí

Estado: São Paulo

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico e Eventos Culturais

Contato(s): adm.apaz@parquedozizo.com.br



Cacheira Parque do Zizo
Foto_ acervo RPPN



Fotos_ acervo RPPN

RPPN PARQUE DO ZIZO_SP

O PARQUE SELVAGEM DA LIBERDADE

A Reserva Natural Parque do Zizo é um refúgio da vida selvagem, cujo território possui diversos rios, dezenas de cachoeiras e centenas de nascentes de água cristalina. Coberta de Mata Atlântica intangível, está situada no alto da Serra de Paranapiacaba, localizada no município de Tapiraí, Alto Vale do Ribeira /SP, cujo acesso se dá somente pelas estradas municipais de São Miguel Arcanjo. O maior contínuo remanescente deste bioma no país se encontra nesta região, onde abrigam-se ainda diversas espécies em risco de extinção como a jacutinga, a onça-pintada e os maiores macacos das Américas, ainda pouco conhecidos: os muriquis.

A RPPN nasceu para homenagear, valorizar a memória e cuidar do legado do Zizo, Luiz Fogaça Balboni, líder revolucionário que no ano de 1969 foi cruelmente abatido, aos 24 anos, pelas forças de repressão da ditadura militar que se instalou no Brasil, nos tempos de chumbo. Quase 30 anos depois do assassinato, após reconhecimento oficial pelo Estado, associado a um pagamento de indenização, a família decidiu destinar o dinheiro para fundação do Parque, no primeiro trimestre de 1998, honrando o idealista Zizo e sua vontade pela liberdade.

O Parque do Zizo realiza atividades de educação ambiental, pesquisas científicas, ações culturais e turismo ecológico. Nosso projeto é referência na região e somos responsáveis por proteger a vida da floresta, sendo uma das primeiras e principais reservas do estado de São Paulo e uma das maiores no país! A força desse projeto resiste há mais de duas décadas desenvolvendo parcerias com diferentes entidades que apoiam e sustentam nossa iniciativa.

A administração do Parque do Zizo é feita pela ONG APAZ (Associação Parque do Zizo), uma entidade sem fins lucrativos, fundada pelos familiares do Zizo em 09 de abril de 1998. Hoje já está sendo comandada pelo grupo da segunda geração representado pelo seu presidente Raphael Vasconcelos Balboni, desde 02 de fevereiro de 2020.

Preservando o Parque do Zizo, mantemos viva a luta pela democracia e justiça social, pois constitui-se num palco para performances culturais, ações de cidadania e liberdade de expressão, em perfeita harmonia com a defesa da natureza. Nossa missão é sermos cuidadores de uma área de quase 300 hectares de cobertura natural intacta, sendo uma iniciativa única no mundo que criou um santuário ecológico em homenagem a um estudante morto e torturado por uma ditadura militar!

Vital Fogaça Balboni
Fundador da RPPN Parque do Zizo

_reserva ecológica de guapiaçu (regua)



RPPNs REGUA I ^[1], REGUA II ^[2] e REGUA III ^[3]

Data de criação: 31 de julho de 2013 ^[1] / 24 de junho de 2014 ^[2] / 26 de abril de 2017 ^[3] **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 477/2013 ^[1] / INEA/RJ/PRES nº 538/2014 ^[2] / INEA/RJ/PRES nº 711/2017 ^[3]

Nome do(s) proprietário(s): Reserva Ecológica de Guapiaçu

Área da RPPN: 301,63 hectares ^[1] / 34,42 hectares ^[2] / 31,21 hectares ^[3] **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Cachoeiras de Macacu **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico, Restauração Florestal e Produção de Mudas

Contato(s): não informado



RPPNS RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU (REGUA)_RJ

Em 1987, o casal Nicholas Locke e Raquel Locke assumem a administração das Fazendas Serra do Mar e São José do Guapiaçu. Essas duas fazendas são originárias de uma única propriedade que estava na família desde o ano de 1907, a Fazenda do Carmo. A natureza produtiva, focada na agropecuária, era tradicional na família Locke e os acompanha, de certa forma, até os dias atuais. Contudo, frente à imensa beleza cênica, natural e da vida presente nas montanhas e florestas da região, foi crescendo no casal a vontade de preservar e manter aquele espaço, para que outras gerações pudessem compartilhar do mesmo fascínio, quando olhavam para aquela paisagem.



Nicholas e Raquel Locke
Foto_ acervo REGUA



Panorâmica
Foto_ acervo REGUA

Depois de muita reflexão, “pero” munidos de muita certeza, Nicholas e Rachel Locke decidem estabelecer as Fazendas Serra do Mar e São José de Guapiaçu como áreas de reserva natural particular para preservar a biodiversidade existente naquelas propriedades. Com o amadurecimento de uma ideia que foi solidificada em 1996, foi observado pelo casal a necessidade de se criar uma instituição que pudesse representar seus ideais conservacionistas. Com isso, por incentivos de amigos e familiares, o casal resolveu com um grupo de simpatizantes, criar a Reserva Ecológica de Guapiaçu, organização com o objetivo de preservar a região localizada na parte alta da bacia do rio Guapiaçu. A Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA) é uma organização ambientalista, sem fins lucrativos fundada em 2001.

A REGUA tem como principal objetivo proteger o remanescente florestal de Mata Atlântica na bacia do rio Guapiaçu e sua biodiversidade do desmatamento, da caça e da exploração predatória de recursos naturais, além de procurar restaurar habitats nativos, reintroduzir espécies extintas localmente, inventariar a biodiversidade local e fazer um trabalho de educação ambiental com a comunidade.



Área do Matumbo_ Foto_ acervo REGUA

Um pouco depois da criação da REGUA, no ano de 2002, foi criado o Parque Estadual dos Três Picos (PETP), maior unidade de conservação de proteção integral do estado do Rio de Janeiro. O PETP incorporou aos seus limites mais de 5 mil hectares que já eram protegidos pela REGUA, e que ainda são de propriedade da instituição. A REGUA e o órgão gestor do parque possuem um relacionamento mútuo de cooperação.

Entendendo a importância de oficializar, frente à legislação vigente, a proteção que já praticavam desde 1996, em 2009 a REGUA apresenta proposta para o edital 007/2009 do Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN da Mata Atlântica, promovida pela ONG SOS Mata Atlântica. A proposta foi elaborada com a parceria do Instituto BioAtlântica, por meio do apoio técnico da gerente de projetos Gabriela Viana Moreira. Na oportunidade foram apresentadas as três propriedades para a criação conjunta das três RPPNs, em áreas contíguas ao Parque Estadual dos Três Picos. O processo foi longo e trabalhoso, por se tratar de áreas de difícil acesso e com mapeamento trabalhoso. Além disso, a tramitação da documentação no cartório local, além de onerosa, foi demorada. Ao final de 2017, a terceira RPPN foi, finalmente, reconhecida e teve sua portaria publicada, totalizando 370 hectares oficialmente protegidos.

Neste interim, em novembro de 2014, a REGUA foi aceita como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), o que contribui em muito para fortalecer a sua imagem junto aos principais financiadores, representando uma consolidação de quase 20 anos de trabalho pela conservação e restauração florestal. Na área das RPPNs são realizadas atividades de restauração ecológica, restauração de habitat, turismo na natureza, combate à caça, fiscalização, reintrodução de espécies ameaçadas como o mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*), a jacutinga

(*Aburria jacutinga*) e a anta-brasileira (*Tapirus terrestris*), com apoio de diferentes instituições de pesquisa. Espécies como a onça-parda (*Puma concolor*) e o muriqui-do-sul (*Brachyteles arachnoides*) são outras estrelas presentes nos espaços protegidos pela REGUA.

A instituição recebe anualmente inúmeras universidades e centros de pesquisa, não apenas pelo fato de possuir uma enorme biodiversidade em seus limites, mas por ter mais de 40 Km de trilhas bem mantidas, oferecer suporte no que se refere às instalações de alojamento e infraestrutura para alimentação aos pesquisadores.

Ao longo de sua existência, reforçado pelas diversas iniciativas de proteção da natureza, onde a criação das RPPNs é o maior destaque, a REGUA acumulou experiência e reuniu um grupo de profissionais excepcionais que hoje são colaboradores permanentes. Este amadurecimento institucional, nos diferentes aspectos, se materializa nos diferentes financiamentos, patrocínios e a REGUA obtém financiamentos diversos entre doações, investimentos diretos e processos seletivos.

Em 2012, a REGUA aprovou no edital Petrobras Socioambiental o projeto Guapiaçu, que atualmente está na sua terceira edição. E esse compromisso continuará até pelo menos dezembro de 2021. Além do Programa Petrobras Socioambiental, outros projetos e parcerias com importantes apoiadores foram firmados e outras mais serão no futuro.

Alguns resultados destes projetos que ajudam a consolidar as ações de conservação nas RPPNs da REGUA são: 400 hectares restaurados, mais de 600 mil mudas plantadas, 100 monitores ambientais formados, mais de 4000 mil estudantes visitando as RPPNs por ano, mais de 40 colaboradores (empregos verdes).

Ao entrar no mundo dos protetores de áreas naturais, primeiro como proprietários preocupados com o meio ambiente e a sociedade que eles fazem parte, o casal Nicholas Locke e Raquel Locke sabiam que estavam perpetuando algo muito importante. E depois, oficialmente como RPPNistas, entenderam seu papel nessa "irmandade", onde possuem a responsabilidade de transmitir e repassar a relevância da proteção promovida pelos proprietários de propriedades privadas, na figura das RPPNs.

Com essas ideias, objetivos e sonhos na cabeça, os responsáveis pela REGUA possuem a missão de ter uma das maiores RPPNs do bioma Mata Atlântica. E esse desejo será realizado com o trabalho e com o apoio de todos que um dia pensaram que a conservação em áreas privadas era algo possível e essencial no processo de proteção dos espaços naturais no país.

Colaboradores:

Alexander Copello, Gabriela Viana Moreira e Lorena Asevedo



_volta do rio



RPPN Volta do Rio

Data de criação: 27 de março de 2014 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 36/2014

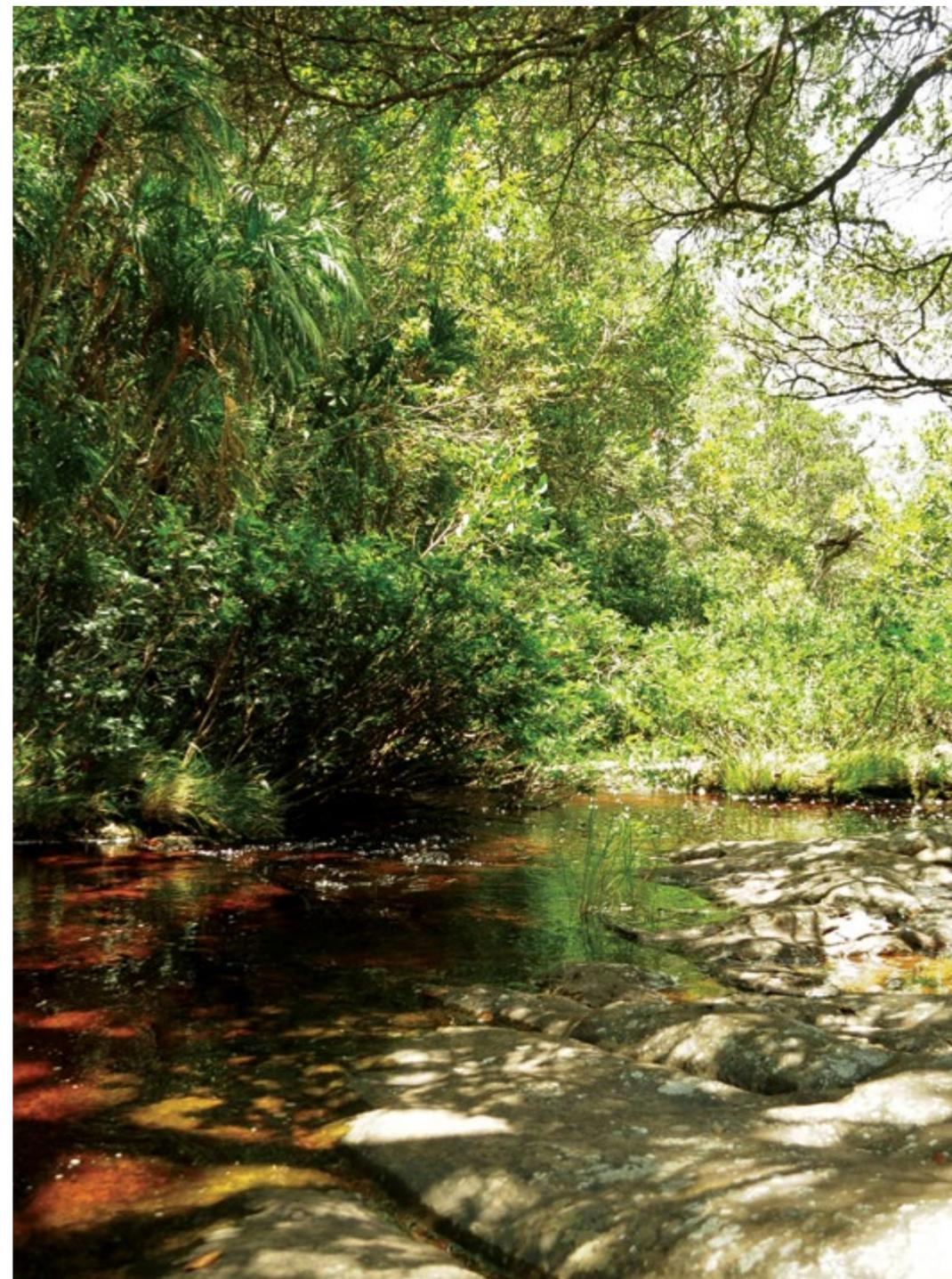
Nome do(s) proprietário(s): Albertinho Barreto de Carvalho e Janete Medrado Ferreira

Área da RPPN: 103,14 hectares **Bioma(s):** Cerrado

Município(s): Rio de Contas **Estado:** Bahia

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Soltura Autorizada de Animais Silvestres

Contato(s): albertinhobc@yahoo.com.br / medradoj@yahoo.com.br



*"Jardim Encantado", no Rio Brumadinho
Foto_ acervo RPPN*

RPPN VOLTA DO RIO_BA

Há muito acalentávamos um sonho de poder viver em contato com a natureza, em uma terra na qual pudéssemos experienciar o passar sereno das luas de nossas vidas e contribuir para a preservação de suas riquezas naturais e de todas as formas de vida presentes, mas as circunstâncias econômicas não nos permitiam concretizá-lo. Em busca desse sonho, fazíamos trilhas na Chapada Diamantina com um casal de amigos que tinham propósitos semelhantes aos nossos. Foi em 1999, em uma visita à propriedade que eles haviam adquirido, no município de Rio de Contas, Bahia, extremo sul da Chapada Diamantina, que tivemos conhecimento de uma terra, bela e com água, que estava à venda. Embalados pela crença em “algo maior” nos direcionando fomos visitar a terra e, lá chegando, o encantamento foi imediato. Estávamos na Volta do Rio, localizada na Serra das Almas, em frente ao famoso Pico das Almas, um importante ponto turístico da região e terceiro ponto culminante do Nordeste, com seus 1958 m de altitude. Não tínhamos dinheiro para adquirir aquela terra e sendo assim, retornamos para Salvador, tristes e pensativos.

Durante a semana que se seguiu, como por encanto, fomos contemplados em um sorteio para um empréstimo em uma linha especial de crédito, no valor exato da terra e foi dessa forma mágica que adquirimos a Volta do Rio. Logo percebemos que estávamos na microbacia do Rio Brumado, parte importante da bacia do Rio de Contas, o que nos levou a uma reflexão: como conviver naquele local com tamanha riqueza sem agredi-lo, preservando e protegendo sua fauna, flora e as nascentes? E foi assim que a primeira ideia de preservação que nos chegou foi a de criar uma RPPN. Logo convencemos os nossos amigos que foram chegando a fazerem o mesmo.

Após longo processo de regularização dos documentos das terras e busca de recursos para o georreferenciamento, somente em 2014, com o apoio da SOS Mata Atlântica, conseguimos concretizar o sonho de vermos a nossa RPPN e a dos amigos oficialmente criadas, gerando um mosaico de 550 ha de RPPNs.

Deixamos três pequenas áreas fora da RPPN, visando a sustentabilidade ou a construção de alojamentos para pesquisadores e voluntários. Na área onde está a casa que moramos, adotamos tecnologias ecológicas de construção, sanitários secos, tratamento de águas servidas, compostagem de matéria orgânica, redução de lixo não reciclável, captação de água de chuva e uso de energia solar para aquecimento de água e geração de energia elétrica. Nos plantios, aplicamos os princípios e práticas agroecológicas.

Vim morar entre as brumas
Que silenciosamente descem os vales
A esconder o sol, o verde, as casas, os seres
A esconder o conhecido de mim...
Cobertor de névoas brancas que sussurra segredos sonhados

Eis aqui o meu lugar
O lugar que vim morar

A mata desce a montanha
Fecha clareiras e invade os caminhos
Os rios dão voltas como a vida
Rio que dá a volta e trança as raízes dos que acordam
Raízes que descem e sobem invertendo os rumos
Fontes nutridoras de sonhos bons
Serpenteia o vento que sopra frio quebrando o silêncio das horas vivas
Convite ao aconchego das brasas que crepitam
Testemunhas do nascimento de sementes que dormiam

Sorriso pacificada
Pois meus caminhos se voltam para Volta do Rio

Eis aqui o meu lugar
O lugar que vim morar



Vista aérea da “Mata dos Bugios” da RPPN Volta do Rio_ Foto_ acervo RPPN



Campo com Flores Silvestres_ Foto_ acervo RPPN

A RPPN tem como seus principais aliados os moradores da Vila do Brumadinho (ex-proprietários do local), que até hoje utilizam os recursos hídricos que passam pela RPPN para a irrigação dos seus cultivos e como única fonte de água potável.

E são muitos os recantos de belezas naturais que nos inspiram. Começando pela bela vista do Pico das Almas; o vale por onde serpenteia o Rio Brumadinho, muitas vezes coberto pelas brumas que descem do alto das montanhas; os cursos de água que conversam conosco no silêncio da mata, como o Jardim Encantado; o Poço dos Cristais, coberto pela mata e com sua água super fria; o “Poço do Milênio” e as cachoeirinhas ao longo do Rio Brumadinho e seus afluentes; os campos rupestres e sua diversidade de lindas flores, além de outros santuários de beleza de constituição delicadas que não são visitados com frequência, como a mata dos “bugios”, por exemplo.

E os contos foram acontecendo. Como na noite de Natal de milhares de vagalumes que surgiram após uma linda tempestade de raios e que iluminaram o céu, a mata e os nossos corações, nos fazendo chorar de gratidão por simplesmente estarmos ali, testemunhando aquele momento de profunda conexão e beleza. Também o beija-flor que entrou na nossa casa e não conseguia sair sozinho e quando o pegamos gentilmente, o colocamos no guarda-corpo da varanda, então ele se permitiu ser acariciado por nós, levantou voo e após alguns segundos retornou ao guarda corpo onde estávamos para mais uma sessão de carinhos e depois se foi veloz.

Capítulo especial para os seres encantados que tiveram rápida passagem, mas que deixaram ensinamentos e marcas em nossos corações, pois, como área de soltura de animais silvestres cadastrada no INEMA (órgão ambiental do Estado), passamos a receber através do CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres) de Vitória da Conquista, diversos animais que estavam em cativeiro e foram considerados aptos para soltura imediata. Seres especiais que nos aceitaram em seu convívio e nos fizeram sentir cumprindo o nosso “Dharma”:

Ao nosso amado e indescritível “Chiquinho”, por tudo que nos proporcionou em sua rápida e fascinante passagem pelas nossas vidas. Que esteja em um lugar melhor!

À “Coqui” (um pássaro preto), “Pilanga” e “Pilangueta” (dois sofrês), pela amizade, convívio, brincadeiras, cantos, diálogos, e pelas visitas periódicas com suas novas famílias. Um exemplo de coragem e reconquista da liberdade.

À “Olívia”, “Fiona”, “Esperança” e “Barba”, bugios (*Alouatta caraya*) que não hesitaram em retomar ao que lhes haviam tirado, a LIBERDADE. Que estejam em paz!

À “Lôra” e seus filhotes, “Maluquinho” e “Nenêm” (esse último, filho de “Barba”), bugios (*Alouatta caraya*) nativos da mata da RPPN Volta do Rio, que nos presenteiam com cenas do seu convívio familiar.



*“Chiquinho”!
Bugio (Alouatta caraya) de soltura
Foto_ acervo RPPN*

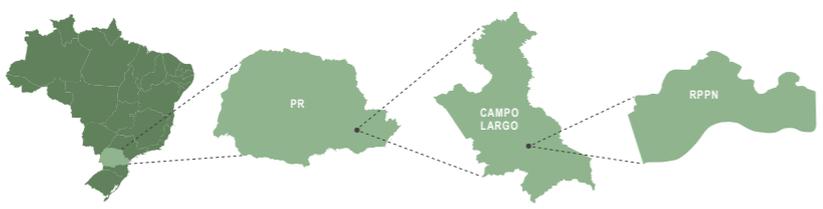
Os incêndios florestais na região são o nosso maior desafio. Os grandes incêndios de 2007 e 2019 nos atingiram em cheio e nos levaram à exaustão, embora nos tenham deixado grandes aprendizados e amigos que sempre nos socorreram, além da certeza de que é preciso intensificar as ações de educação ambiental, de prevenção de incêndios e de apoio ao fortalecimento da brigada voluntária do município.

A inexistência do Plano de Manejo e ausência de gestão do Parque Municipal Serra das Almas, criado em 2002, no qual a RPPN está inserida, traz como consequência o descontrole sobre o acesso e as atividades, seja turística ou de extração clandestina de minérios e madeiras na região, o que nos deixa bastante inseguros em relação às ameaças de incêndios, caçadores, garimpeiros e mineradores.

Práticas agrícolas, ainda em uso na região, que degradam o solo e destroem a biodiversidade do entorno pelo uso das queimadas e de agrotóxicos, bem como a insistência em monoculturas, principalmente de manga, pocan e maracujá e no uso de fertilizantes químicos, compõem o leque de desafios a serem trabalhados.



_refúgio carolina



RPPN Refúgio Carolina

Data de criação: 28 de outubro de 2014 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IAP nº 227/2014

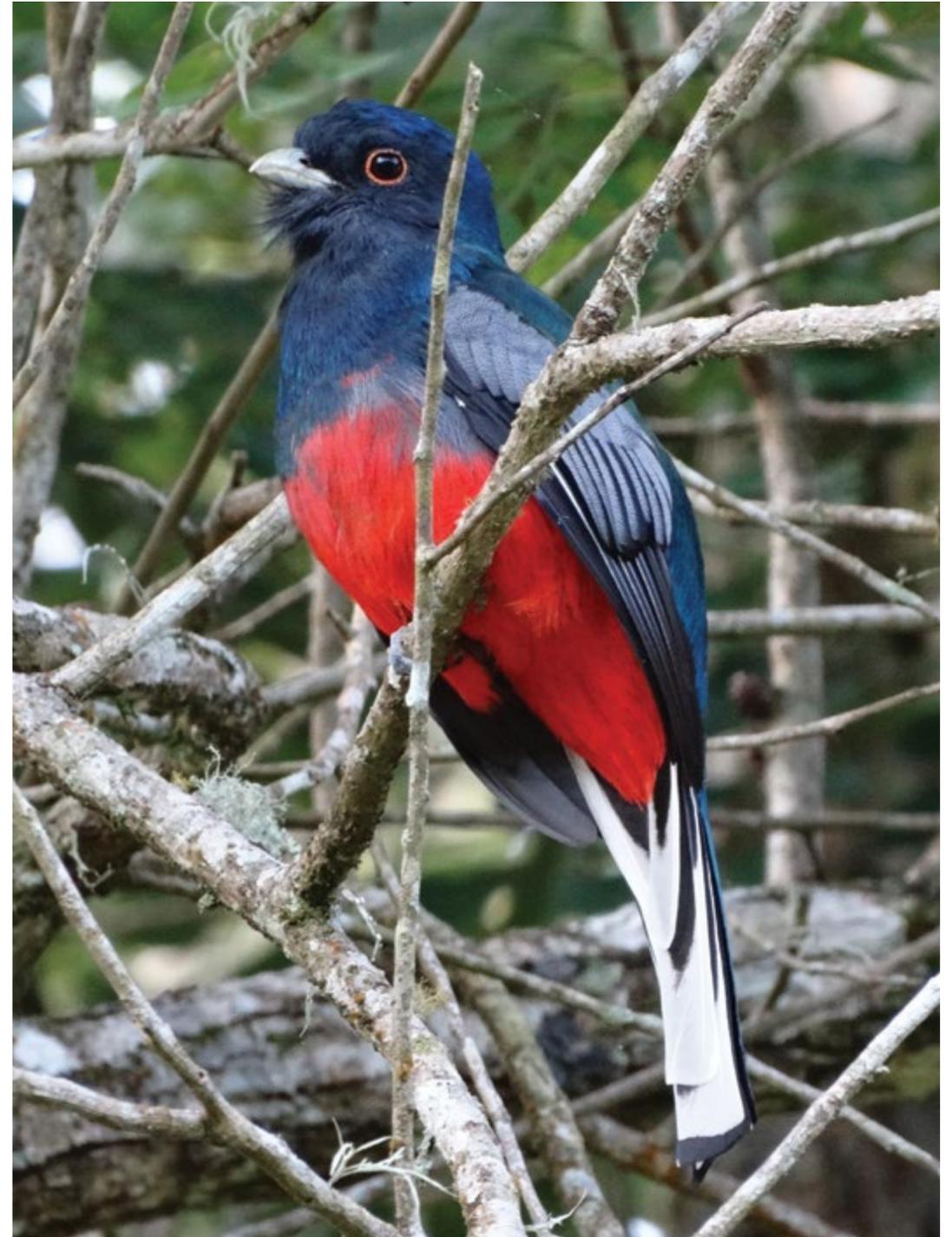
Nome do(s) proprietário(s): Carolina Fontana Simão, Carla Fontana Simão e Angelo Guimarães Simão

Área da RPPN: 1,14 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Campo Largo **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica e Lazer

Contato(s): angelogs@yahoo.com / @rppnrefugiocarolina [Facebook]



Surucua-variado
Foto_ Angelo Simão



1_ Primeira visita oficial da Carolina_ 2_ Palma
3_ Visita de reconhecimento para criação da RPPN
4_ Dia de reflorestamento 5_ Confraternização familiar
Fotos_ Angelo Simão

RPPN REFÚGIO CAROLINA_PR

A minha história com as RPPNs se inicia com uma crescente busca ou desejo pessoal de restabelecimento das minhas relações de convívio com a natureza. Ainda quando criança, tive a grande oportunidade de ter um contato mais próximo com a natureza por morar em uma casa de madeira com quintal e árvores, por ter tido a oportunidade de livremente explorar com amigos outras áreas naturais nas vizinhanças e por ter feito muitas pescarias e observações de pássaros acompanhado do meu pai em rios da região de Ponta Grossa (PR), cidade onde morávamos.

Com o tempo essa relação com a natureza foi gradativamente sendo substituída por outros compromissos e preocupações da vida adulta. Com a chegada na Universidade essas relações foram rapidamente substituídas pela necessidade da busca do primeiro emprego e da minha inserção em uma carreira profissional. A opção pela vida e pelo trabalho em centros urbanos exigiu a troca da vida em uma casa pela vida em um apartamento, contribuindo para ampliar o meu distanciamento em relação ao ambiente natural. Com o passar dos anos e com o aumento do estresse urbano, essa necessidade de restabelecimento da minha relação com a natureza foi gradativamente aumentando.

Nesse processo comecei a fazer trilhas, visitar parques, praticar o ecoturismo como forma de compensar a ausência desse contato direto com a natureza, mesmo que esse contato fosse limitado a apenas alguns dias de lazer. Essas "eco aventuras" me deram a certeza da importância da natureza nos contextos da minha vida e da vida das pessoas.

Com o passar do tempo esse desejo ou necessidade foi aumentando, sendo sensivelmente ampliado com a notícia da gestação da minha filha Carolina em 2009. Nessa época novamente comecei a sonhar com a troca da vida em um apartamento pela vida em uma casa com quintal, onde a Carolina pudesse desenvolver a sua própria experiência de convívio com a natureza.

As primeiras buscas revelaram que a disponibilidade e os valores exigidos pelos imóveis já não eram mais compatíveis com a minha capacidade de investimento. A partir dessa limitação financeira iniciei então uma busca nas cidades do entorno de Curitiba, momento em que comecei a conhecer os encantos de algumas áreas rurais acompanhados de algumas das suas peculiaridades

Em 2010 eu conheci a APAVE (Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana) e o Projeto Condomínio da Biodiversidade, realizado pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS), onde eu tive a oportunidade de conhecer diversos proprietários de áreas verdes e as relações de vida que esses estabeleciam com a natureza. Ali, naquele grupo, tive a certeza de que aquilo que eu procurava também se fazia presente nas mentes e nos corações de outras pessoas.

Dessa forma a ideia original de aquisição de uma casa com quintal foi gradativamente substituída pela ideia de aquisição de uma pequena área natural na zona rural. Uma proposta de um pequeno refúgio, uma espécie de lugar especial de fuga da vida urbana onde todos os sonhos acumulados de vida junto a natureza seriam realizados. A busca por esse refúgio foi guiada por um belo conselho recebido de uma proprietária de uma pousada em Florianópolis, quando sugeri para ela que o empreendimento dela tinha potencial para ser muito maior. Com toda a essência e experiência de vida de alguém que já havia atingido a casa da melhor idade, ela me disse que o sonho dela era do tamanho que a mão dela podia cuidar. Esse conselho nunca mais abandonou minha mente, servindo sempre de referência para a área que eu gostaria de encontrar.

Depois de muitas buscas, encontrei em Campo Largo (PR) uma área de 2 hectares com toda a documentação regularizada, algo considerado relativamente raro para pequenas áreas rurais da região. Um lugar muito especial, isolado entre morros de natureza exuberante, onde finalmente o sonho de vida junto a natureza poderia ser realizado. Para essa área demos o nome de “Refúgio Carolina”, uma pequena homenagem para a nossa filha.

Logo na primeira noite de sono, após fechado o negócio, surgiram as primeiras inquietações: e agora? Será que darei conta de cuidar de um imóvel rural? Será que a região é realmente segura? Será que tomei a decisão correta? Vários questionamentos típicos de uma pessoa que sempre residiu na área urbana e que tinha total desconhecimento das realidades da área rural.

Gradativamente, a relação com a área e com os moradores do seu entorno foram ensinando tudo aquilo que seria necessário para cuidar dela. Aprendi nessa experiência que a própria natureza se cuida e que nesse processo ela também cuida de nós. Percebi que poderia aprender com cada pessoa que conheceria ao longo da jornada e que, ao caminhar, faria o caminho. Na medida em que as relações com a área foram sendo estabelecidas, vários aprendizados foram surgindo. Muitas pessoas entre amigos e familiares surgiram e de diferentes formas contribuíram para transformar o sonho em realidade.

De lá para cá somente coisas boas aconteceram. Em 2014, surgiu a possibilidade de criação da “RPPN Refúgio Carolina”, uma contribuição voluntária da nossa família para a conservação da natureza e da biodiversidade para todo o sempre.

A RPPN foi criada a partir de um projeto que eu elaborei como atividade prática da formação “Projeto ConBio: Investindo na Capacitação como Estratégia para a Conservação da Mata Atlântica”, realizado pelo Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura, com o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e do Tropical Forest Conservation Act (TFCA). Os estudos necessários para a criação da RPPN foram financiados pelo XII Edital do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, uma iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica com o apoio do Bradesco Capitalização e do Instituto Credit Suisse Hedging Griffo. Logo após a criação da RPPN foi firmada uma parceria com a Sociedade Chauá e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS) para a participação da reserva em um projeto de restauração e enriquecimento da vegetação de propriedades participantes do Condomínio da Biodiversidade em Campo Largo (PR), uma iniciativa que contou com o apoio da Global Trees Campaign e da Fauna & Flora International, experiência que levou à opção da destinação da área para a realização de pesquisas científicas de cunho conservacionista.

Em apenas seis anos de existência da reserva muitas descobertas e experiências gratificantes já foram vividas e realizadas: o cheiro de vacas (primeira percepção da Carol); a primeira colheita de pinhões; os céus estrelados; as visitas do serelepe, do veado-mateiro, das gralhas-azuis, dos tucanos-do-bico-verde, das famílias de surucuás e de jacús, do casal de curicacas, do lagarto e da lebre; o plantio de mudas de árvores nativas, a descoberta do córrego de água de águas cristalinas; o primeiro acampamento; as ferroadas de vespa; as primeiras limonadas de limão rosa; incluindo as várias confraternizações em família.

Ao finalizar essa breve história da RPPN Refúgio Carolina, eu gostaria de convidar todas as pessoas que sempre tiveram o sonho e a vontade de adquirir uma área verde e/ou de contribuir para a conservação efetiva da nossa natureza para que nos acompanhem nesta jornada. O planeta precisa mais do que nunca da nossa participação afetiva e efetiva para reverter os efeitos não desejados de séculos de exploração e destruição da nossa natureza. A hora de produzirmos natureza é agora!



_antenor rival crema



RPPN Antenor Rival Crema

Data de criação: 03 de novembro de 2014 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 118/2014

Nome do(s) proprietário(s): José Orlando Crema e Rodrigo Gaertner Crema

Área da RPPN: 133,17 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Bocaiúva do Sul **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica

Contato(s): jo.crema49@gmail.com



*Mata Regenerada
Foto_ José Orlando Crema*

RPPN ANTENOR RIVAL CREMA_PR

Normalmente dá-se às RPPNS o nome de aves, plantas ou animais. Portanto, à primeira vista, parece estranho nomear uma reserva com o nome de uma pessoa: Antenor Rival Crema. Mas, quando a criamos, não poderíamos deixar passar a oportunidade de homenagear nosso falecido pai, de quem herdamos a propriedade e o seu imenso amor pela natureza; era uma dívida de gratidão a ser saldada.

São 133,77 hectares de mata que fizemos ressurgir das cinzas. Praticamente 80% da área era tomada por samambaias e sapés, último grau de degradação de uma terra. Em 43 anos a mãe natureza, com um pouco de nossa ajuda, operou a transformação. Só quem a viveu pode descrever a alegria de ver uma área esgotada se recuperar.

Plantamos 40.000 araucárias, 3.000 pés de erva-mate, além de inúmeras outras espécies nativas. Desta forma, as aves retornaram; são bandos de papagaios, baitacas, jacus, guaxes, além de inhambus, urus, gralhas, tucanos, arapongas, gavião-pega- macaco e inúmeras outras espécies. Mamíferos temos a puma, a jaguatirica, o gato-do-mato, o tamanduá-mirim, o cateto, o quati, a lontra, a paca, a cutia, o bugio, a cuíca e muitos outros.

Mas, o mais maravilhoso e gratificante de tudo isso foi o retorno das águas. À medida em que a floresta se recuperava, as fontes naturais, das quais só havia vestígios, retornaram. Pouco a pouco foram se perenizando, a ponto de hoje gerarmos , em tempos normais, 1,2 m³ / minuto de água puríssima, nascida toda dentro da RPPN. Significa que, de uma área da qual quase não brotava água, brotam hoje 1.700 m³ de água por dia.

Para manter uma área de quase 60 alqueires os desafios são muitos, tem-se que trabalhar o dia todo. Mas o assobio do vento nas copas das araucárias, o gorjeio das aves, o murmurejar das águas do riacho que renasceu, tudo isso paga o esforço. Poder apreciar ao vivo o chamado dos bugios, a dança nupcial do tangará dançarino e a habilidade do guaxe ao tecer seu ninho recompensa todos os sacrifícios.



1_ Araucárias_ 2_ Córrego recuperado_ 3_ Sede do sítio_ 4_ Araucária centenária
Fotos_ José Orlando Crema



_mo'ã



RPPN Mo'ã

Data de criação: 15 de junho de 2015 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria SEMA nº 80/2015

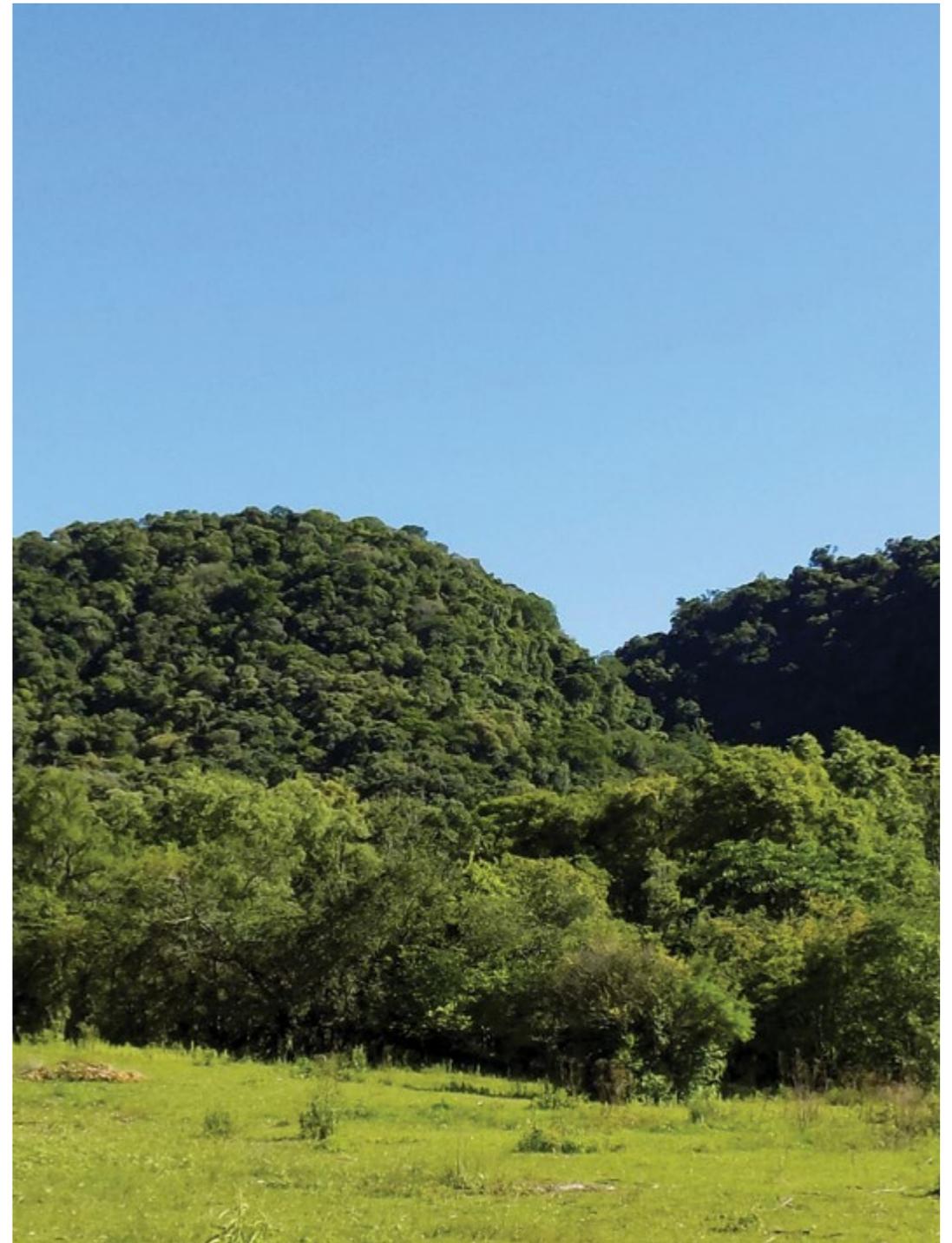
Nome do(s) proprietário(s): Fundação Mo'ã

Área da RPPN: 21,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Itaara **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): contato@fundacaomoa.org.br / www.fundacaomoa.org.br / [@contatofundacaomoa](https://www.facebook.com/fundacaomoa) [Facebook]



Vista do relevo da RPPN
Foto_ acervo RPPN



Trecho do Rio das Pedras no interior da RPPN
Foto_ acervo RPPN

RPPN MO'Ã_RS

O rio do tempo que deságua na criação da RPPN Estadual MO'Ã tem sua nascente no ano de 1997, quando foi instituída a Fundação MO'Ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental, formado por um Conselho Administrativo e um Conselho Fiscal compostos pelos instituidores e por representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também da Universidade Franciscana (UFN).

A Fundação, concebida por um grupo de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, se dedica a atender o que é preconizado pelo termo MO'Ã, que em Tupi-guarani significa PROTEGER. Assim sendo, ao longo dos seus mais de vinte anos de existência, ela integra um importante fragmento histórico nos municípios de Santa Maria e entorno, Itaara e também Canela, por suas ações em defesa da saúde como reflexo de um meio ambiente saudável e de um futuro sustentável.

A RPPN possui uma área de 21 ha e está localizada no Rincão dos Minellos, município de Itaara/RS e foi doada no ano de 2007 por dois instituidores e mantenedores da Fundação, o casal Eleonora Diefenbach Müller (cirurgiã dentista) e Rainer Oscar Müller (economista), ambos aposentados da UFSM.

Faz-se importante ressaltar a vivência do casal em relação à temática ambiental, destacando sua produção de mudas de araucária (*Araucaria angustifolia*) que, desde o ano de 1976 até os dias de hoje, já somam mais de mil unidades plantadas, algumas destas compõem a paisagem da RPPN.

Localizada em um vale na porção central do estado do Rio Grande do Sul a RPPN Estadual MO'Ã possui uma geomorfologia que contribui para o afloramento de água subterrânea e o escoamento de água superficial, contribuindo para a vazão do Arroio Manoel Alves que tangencia o limite oeste da propriedade. A Unidade de Conservação destaca-se por sua rica geobiodiversidade, pois está localizada na área de rebordo do Planalto Sul-Rio-Grandense, com amplitude altimétrica de aproximadamente 200 metros, por seu relevo escarpado, caracterizado pela inclinação de vertentes, com Área de Preservação Permanente de encosta além de margens e nascentes no interior da propriedade, caracterizando-se como zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, evidenciando a necessidade de conservação (FOLETO, 2019).

Ainda, outro aspecto importante da RPPN Estadual MO'Ã, é a biodiversidade de flora e fauna, podemos destacar a existência de duas espécies classificadas na categoria Criticamente em Perigo (CR), de acordo com a lista da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e com a lista Estadual das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção: *Araucaria angustifolia* e *Oxalis subvillosa* Norlind, esta última espécie foi registrada, pela primeira vez para o RS, na mata ciliar do município vizinho, São Martinho da Serra, e a segunda população para esta espécie foi encontrada no levantamento florístico da RPPN Estadual MO'Ã (FERRARESE, 2016).

Na região são poucos os fragmentos que possuem extensão e qualidade ambiental como encontrados no interior da RPPN. Constata-se que pela sua declividade, dinâmica fluvial do rio, composição dos remanescentes florestais e espécies de fauna, a RPPN apresenta significativa relevância e importância em relação às atividades de pesquisa e educação ambiental (FOLETO, 2019).

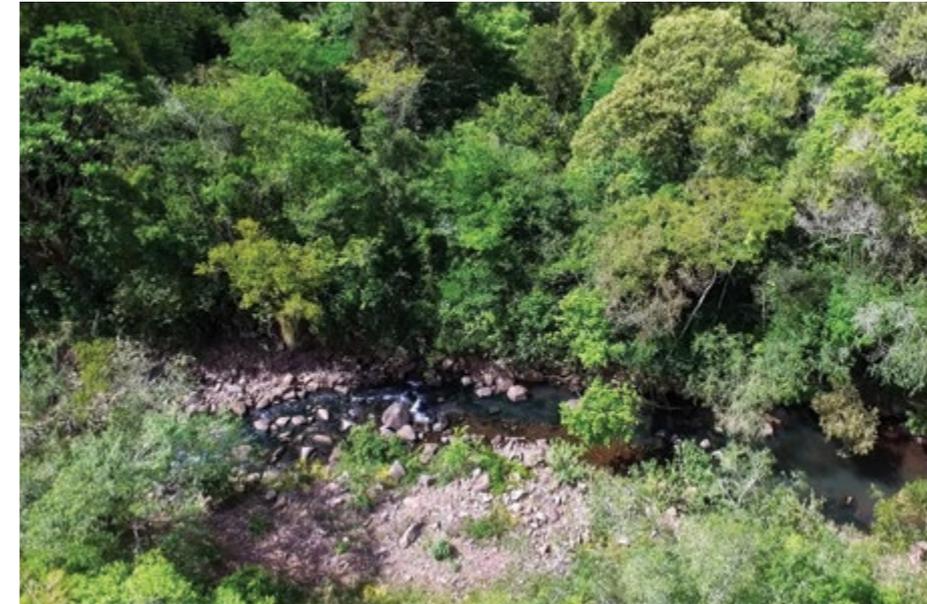
Muitas foram as dificuldades encontradas para a criação da Reserva, dentre elas a falta de apoio do poder público e o desinteresse dos órgãos ambientais, principalmente em nível municipal, o que fez com que a Fundação optasse pela esfera estadual. Assim, trabalhando exaustivamente e somando esforços de algumas entidades e pessoas, em especial do casal Eleonora e Rainer e da Prof. Geógrafa Eliane Maria Foletto, a RPPN Estadual MO'Ã foi instituída através da Portaria nº 80 da SEMA – Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul, publicada no Diário Oficial em 01 de julho de 2015.

Referências

CORRÊA, L. R.; FOLLMANN, F.; FOLETO, E. M.; COSTA, F. S.; VIERA, A. (2021). O papel dos privados na gestão de áreas protegidas: O caso da Fundação MO'Ã na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estadual MO'Ã/BRASIL e da Irmandade da Penha no Monte da Penha/PORTUGAL. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.o 21 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 188-207, dx.doi.org/10.17127/got/2021.21.008

FERRARESE, M. D. Florística de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural em fragmento de Mata Atlântica (Itaara, RS, Brasil). Dissertação (Mestrado em Agrobiologia), 2016. 80 p.

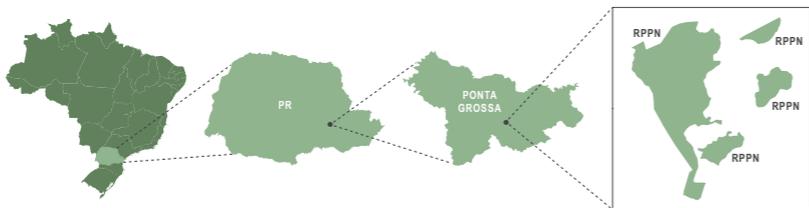
FOLETO, E. M. A conservação da água sob diferentes olhares. Eliane Maria Foletto (Org.) – Curitiba: CRV, 2019. 314 p.



1_ Vista aérea e parcial do Arroio Manoel Alves, um dos limites da RPPN
2_ Trecho do Rio das Pedras, afluente do Arroio Manoel Alves, no interior da RPPN
Fotos_ acervo RPPN



_meia lua



RPPN Meia Lua

Data de criação: 08 de março de 2016 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria IAP nº 42/2016

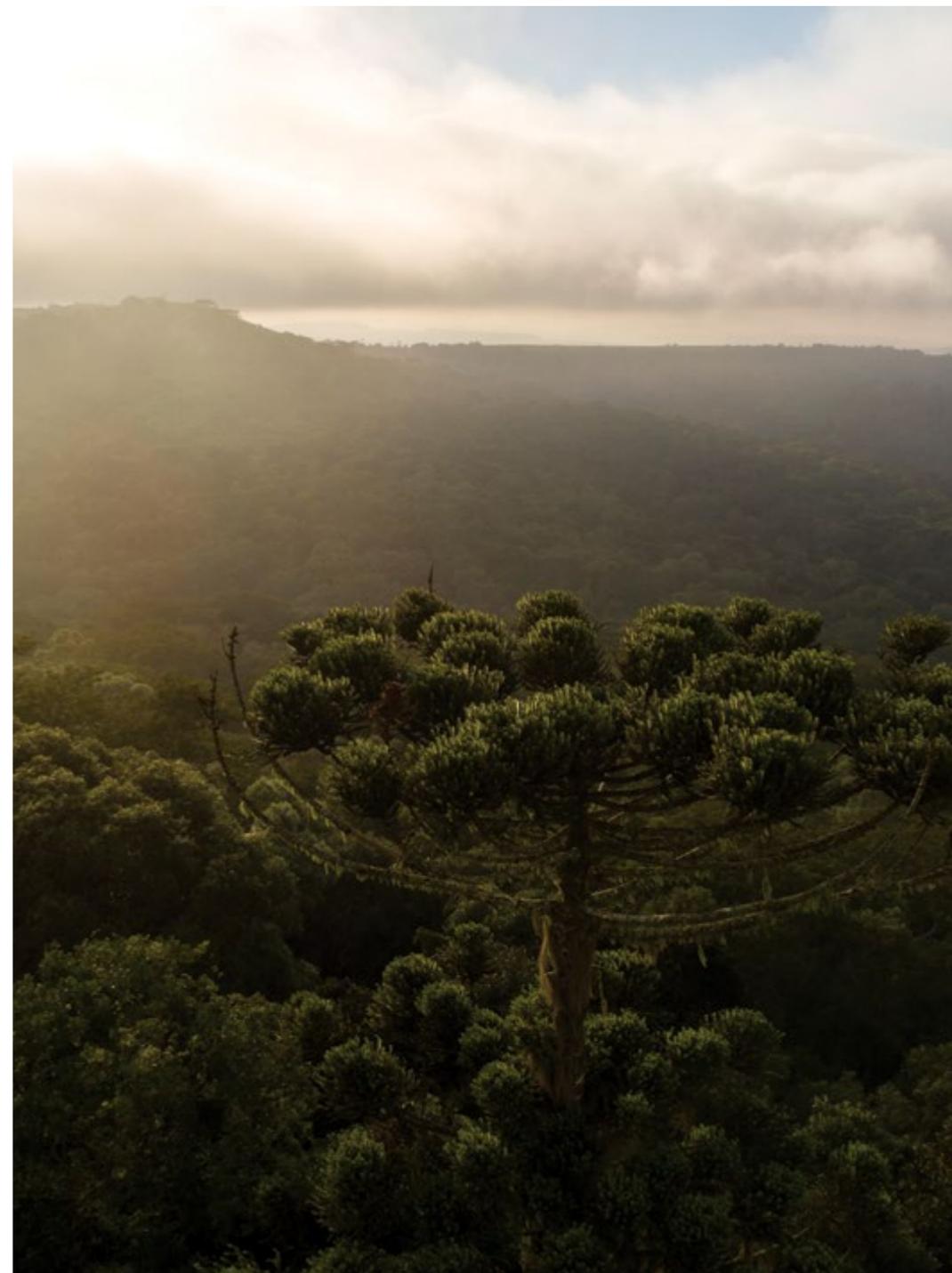
Nome do(s) proprietário(s): Fabiano Rosas Rocha, Mônica Rosas Rocha e Rosaldo L. Nunes Rocha

Área da RPPN: 357,47 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Ponta Grossa **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): @reserva_meia_lua [Instagram]



RPPN MEIA LUA_PR

Pelo formato de suas densas florestas, desenhadas entre escarpas areníticas e córregos de numerosas nascentes, adornando um campo nativo que compõe um retiro natural, uma área em semicírculo, uma paragem histórica, razão pela qual os tropeiros passaram a chamar de Meia Lua.

Terra de pinhão e geada, localizada nos Campos Gerais do segundo planalto paranaense, no coração da escarpa devoniana, a RPPN Meia Lua preserva hoje uma área de 357 hectares de floresta ombrófila mista e campos nativos. A reserva faz conexão entre o Parque Estadual de Vila Velha e o Parque Nacional dos Campos Gerais, criando um importante corredor de biodiversidade em uma região muito sensível, uma vez que restam apenas 0,8% de floresta ombrófila mista no estado do Paraná (CASTELLA e BRITZ, 2004), além de ser um interessante modelo de cooperação entre unidades de diferentes esferas.



Cachoeira
Foto_ Fabiano Rosas Rocha

São mais de 20 nascentes, além de cachoeiras, vales de araucárias, furnas e cavernas. Os recortes e falhas da escarpa devoniana criam ali um relevo único, uma paisagem adornada ainda por cercas de taipa, sítios arqueológicos de milhares de anos, uma mistura entre natureza exuberante e um pedaço representativo da história da ocupação humana no sul do Brasil.



Campos Gerais
Foto_ Fabiano Rosas Rocha



O desejo de criação de uma reserva surgiu na década de 80, pela herdeira da área, Regina Luiza Rosas Rocha. Porém, a oficialização enquanto RPPN se deu em 2016, pelo então Instituto Ambiental do Paraná, um título que veio coroar um histórico de encantamento com a natureza que atravessou gerações.

A referência à herança tropeira, está na origem da família Batista Rosas, que há cinco gerações vive seu carinho especial por este pedaço de planeta, a missão e honra de preservá-lo ao longo do tempo como um retiro natural, um santuário da vida silvestre, um refúgio que honra ao passado enquanto abraça o que precisamos fazer no presente, pelo futuro.

A RPPN foi também um passaporte de aprendizado, que nos aproximou de instituições e pessoas incríveis, que somaram suas visões e entusiasmo por um ideal que até então parecia que levávamos sozinhos. O apoio e incentivo de parceiros como a SOS Mata Atlântica, a SPVS, e seus colaboradores, precisam ser lembrados na criação da RPPN, bem como na importante elaboração de seu plano de manejo, gerando novas experiências e prismas sobre a biodiversidade da área. Um feliz legado que esperamos ver cada vez mais prosperar e conectar, espelhando e criando bons exemplos pela conservação. A oportunidade de proteger a natureza de maneira tão visceral é um compromisso, um envolvimento cordial que só uma RPPN nos inspira a assumir, e é gratificante na mesma intensidade.



1_ Floresta_ 2_ Escarpa
Fotos_ Fabiano Rosas Rocha

Próxima página_ Amanhecer na Meia Lua_ Foto_ Fabiano Rosas Rocha



_reluz



RPPN Reluz

Data de criação: 23 de junho de 2017 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria SEAMA/IEMA nº 006-R / 2017

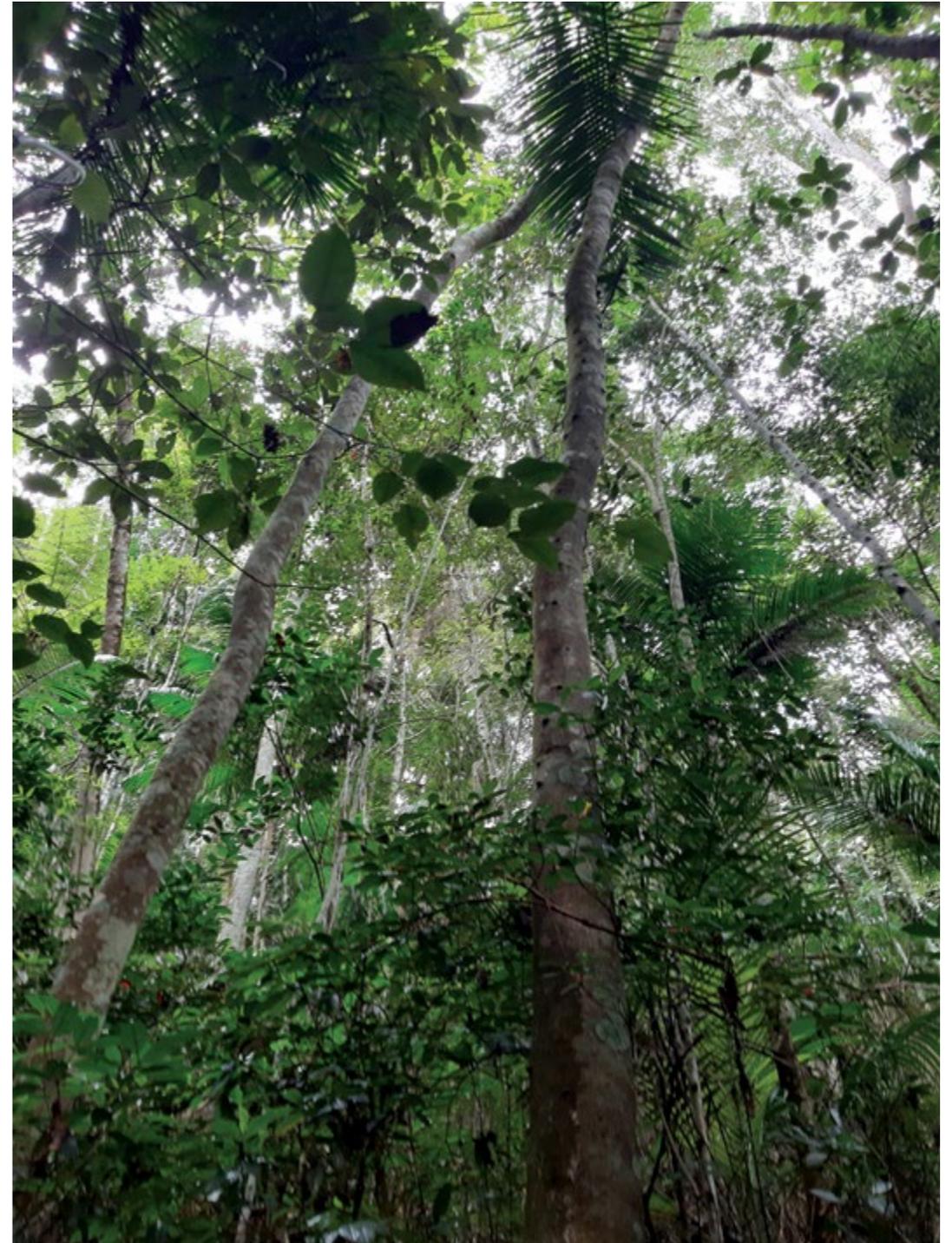
Nome do(s) proprietário(s): Renata Oliveira Bomfim e Luiz Alberto Carvalho Bittencourt

Área da RPPN: 4,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Marechal Floriano **Estado:** Espírito Santo

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Visitação Educacional, Produção de Muda e Meliponicultura

Contato(s): rppnreluz@gmail.com / renatabomfim2006@gmail.com / www.rppnreluz.com / [@institutoambientalreluz](https://www.instagram.com/institutoambientalreluz) [Instagram]



RPPN RELUZ_ES

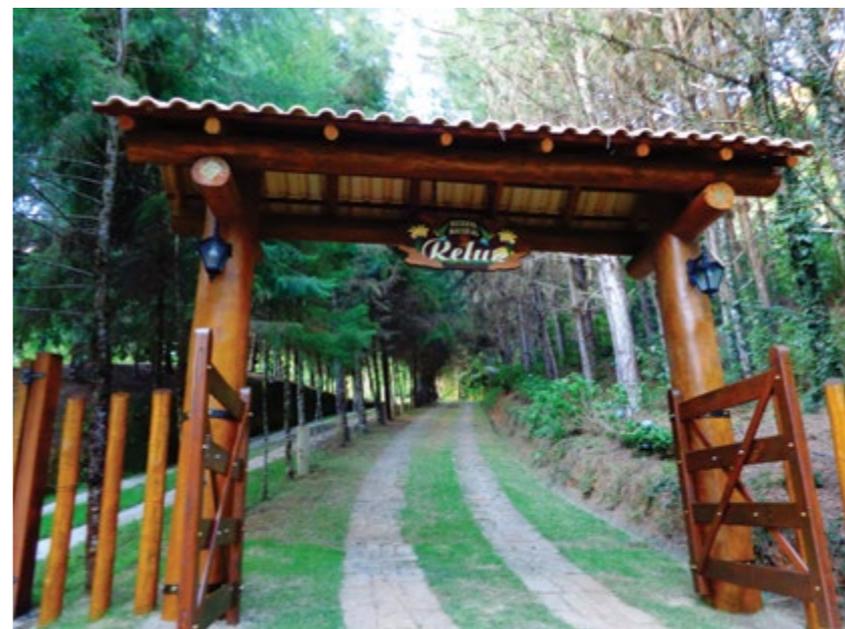
UM SONHO COMPARTILHADO

A Reserva Natural Reluz é um sonho compartilhado. Eu e Luiz somos casados há 29 anos e amamos as árvores e os animais. Nós somos capixabas e residimos em Vitória, capital do ES, onde durante muitos anos atuamos realizando o resgate, acolhimento e cuidado de animais domésticos abandonados.

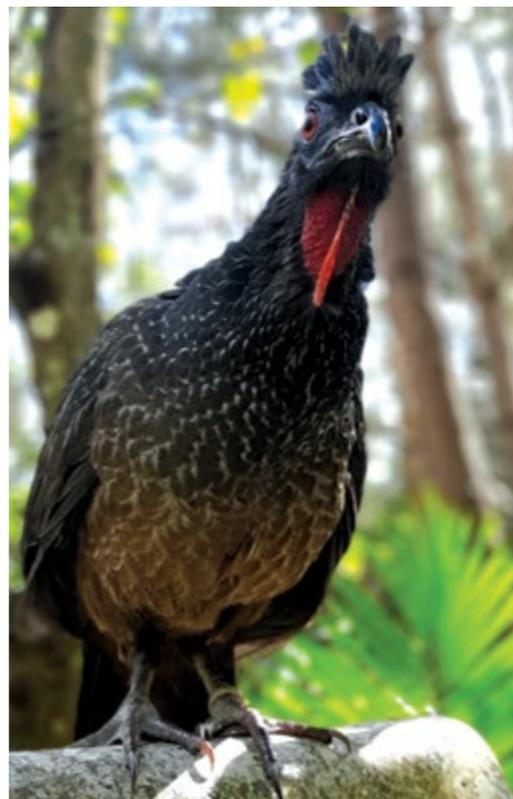
Em 2007 Luiz e eu pensamos que podíamos fazer mais, foi então que decidimos comprar uma área com remanescente de Mata Atlântica unicamente para a preservação. Embora essa área não seja muito grande, cerca de quatro hectares, observamos que a sua proteção era necessária, pois ela está localizada em uma região onde a floresta e todos os seres que a habitam são fortemente pressionados pela especulação imobiliária, cultura desenfreada de eucalipto, café e banana. Dessa maneira, assumimos o compromisso de preservar essa pequena fração de floresta e a sua rica biodiversidade, visando contribuir para com o bem-estar de todos, humanos e não humanos. Foi assim que, no dia 19 de junho de 2007, nasceu a Reserva Natural Reluz.



Renata Bomfim
Luiz Bittencourt
e Evita Peron



1_ Entrada RPPN_2_ Proprietária Renata Bomfim_ Fotos_ Luiz Bittencourt



1_ Braço sul do Rio Jucu_ 2_ Jacupemba Riobaldo_ 3_ Comemoração do Dia Nacional das RPPNs 2020
4_ Soltura de pássaros silvestres (CETAS_ IBAMA_ ES)_ Fotos_ Renata Bomfim e Luiz Bittencourt

Passamos a cuidar dessa área preservando a floresta existente e reflorestando as áreas desmatadas. Dedicamos, também, especial atenção ao solo que passou a receber apenas insumos orgânicos e, junto com esse trabalho, vieram desafios que desconhecíamos, como por exemplo, a necessidade de confrontar caçadores e traficantes de animais que, até então, não tinham nenhum pudor para realizar os seus atos criminosos na área e nem nenhum tipo de freio. Confrontamos um caçador conhecido na região, o que ajudou a Polícia Militar Ambiental a dismantelar um esquema de venda de carne de caça para alguns restaurantes. Apesar das represálias, não nos intimidamos. Esses foram tempos difíceis, mas, aos poucos, fomos conquistando a comunidade do entorno e estes reconheceram que estávamos ali preocupados com a preservação da floresta, para somar e contribuir.

Após dez anos de trabalho em prol da preservação ambiental, no dia 23 de novembro de 2017, a Reserva Natural Reluz foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural Reluz (RPPN Reluz) e averbada, com caráter de perpetuidade, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 9462, de 11 de junho de 2010 e com o Decreto Estadual nº 3.384-R, de 20 de setembro de 2013. A transformação da Reserva Natural Reluz em uma unidade de conservação reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Governo do Estado do Espírito Santo nos deu novo ânimo e passamos a militar pela causa RPPNista. A atuação da RPPN Reluz, hoje, é conhecida e reconhecida e seguimos difundindo a importância das RPPNs e incentivando outros proprietários a criarem Reservas.

O nome Reluz foi escolhido pelo seu significado: relumbrar, resplandecer, brilhar muito. Mas, assim como um filho, ele traz o DNA de seus pais com o Re, de Renata, e o Luz, de Luíz. Esse termo está alinhado com a ideia de que a vivência ambiental gera consciência, ilumina as mentes, estimula a adoção de hábitos sustentáveis e ensina valores importantes para a vida. A Reserva Natural Reluz comunga com os valores do vegetarianismo e do pensamento descolonial, caracterizando-se como espaço para encontros, parcerias, compartilhamento de experiências e ampliação de ações de cuidado para com a fauna e a flora. Estamos caminhando para, muito em breve, abrir a Reserva para o público, mas, neste momento, ainda não temos estrutura suficiente. Entretanto, a RPPN já recebe pequenos grupos com finalidades educacionais, assim, os trabalhos têm como foco a pesquisa, preservação e restauração da Mata Atlântica, bem como, os trabalhos de cuidado para com os animais e educação ambiental.

Acreditamos que a educação ambiental é um caminho para a transformação da sociedade, orientando as pessoas para um viver mais sustentável e integrado com o meio ambiente, e é por isso que vamos até as escolas falar sobre a importância de se preservar o Meio ambiente, atendendo a estudantes e professores por meio do Projeto Reluz na Escola. Esse projeto trabalha de forma lúdica por meio de rodas de

conversa, oficinas de arte e de poesia, buscando que cada participante se reconheça um GUARDIÃO DA NATUREZA em potencial e se torne um multiplicador desses conhecimentos na sua casa e comunidade. O projeto Reluz na Estrada é realizado em parceria com a Polícia Rodoviária Federal e vai para as rodovias conscientizar os motoristas sobre a tragédia silenciosa que é o atropelamento de animais silvestres.

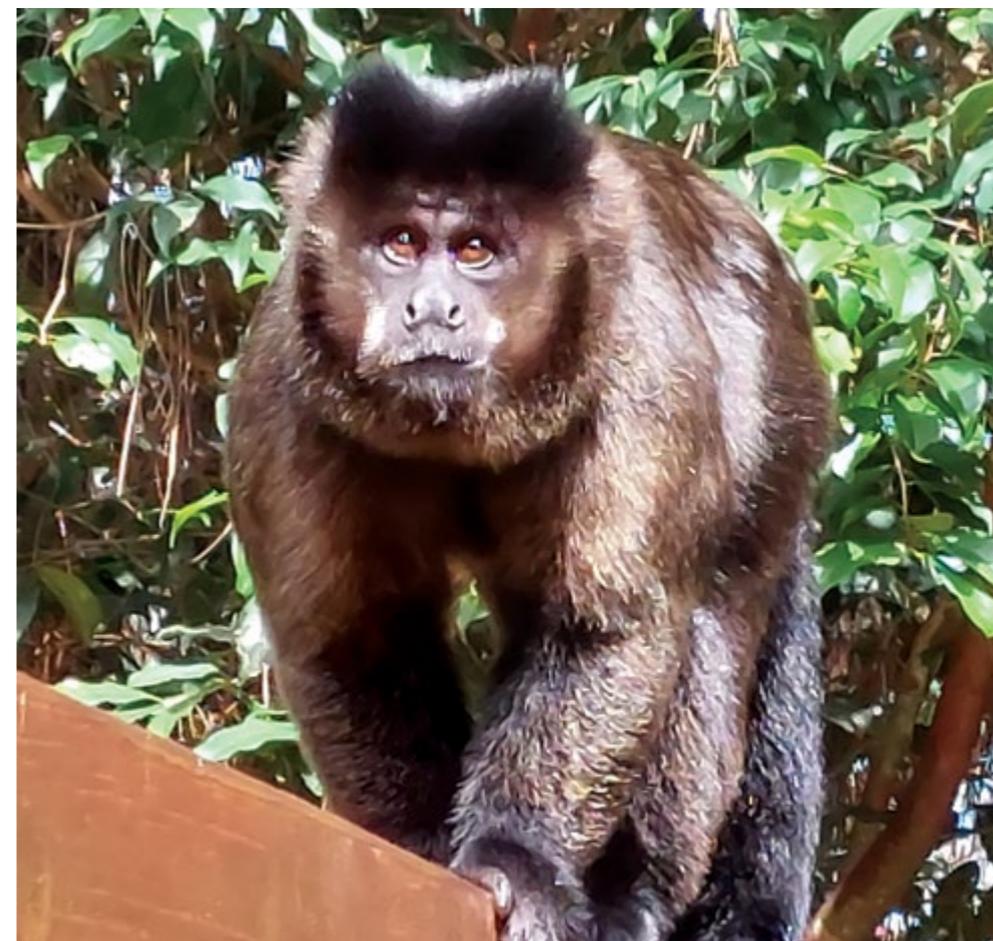
O projeto Reluz na Estrada busca chamar a atenção dos motoristas para o fato de que não são apenas as pessoas que morrem no trânsito, milhares de animais são atropelados nas estradas todos os anos e a vida desses seres, assim como as vidas humanas, é importante. O Meliponário Reluz foi construído em parceria com a Associação de Meliponicultores do ES (AME-ES) e é totalmente destinado à educação ambiental, incluindo a preservação da abelha urucu-capixaba, ameaçada de extinção. Por seu trabalho, em outubro de 2022, a RPPN Reluz foi qualificado pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), do Governo do Estado do Espírito Santo, como “Centro de Educação Ambiental”.

A parceria com o CETAS-IBAMA fez da RPPN Reluz um espaço de soltura e cuidado de animais silvestres. O braço sul do Rio Jucu passa dentro da RPPN e preservá-lo é um compromisso que assumimos desde a sua criação. A RPPN Reluz é, ainda, corredor para o macaco-prego-de-crista e para vários outros animais que vão ao braço sul do Rio Jucu beber água. Temos aqui o depoimento do macaco-prego Ravi:

“Olá, gente, eu sou o macaco-prego Ravi e moro na floresta da RPPN Reluz junto com outros membros da minha família. Eu fico bastante aqui na RPPN, desde que eu era um filhotinho e vinha nas costas da minha mãe. A gente quebrava as telhas da casa dos tios, mas eles nunca brigaram, até riam. Eles chamaram um homem aqui e ele colocou telhas com parafusos, agora a gente faz até forró em cima da casa. Tem outras propriedades perto que quando a gente quer brincar de quebrar telhas, que é uma brincadeira muito legal, eles soltam bombinhas, e tem gente que coloca até cerca elétrica pra espantar a gente. Mas a tia e o tio acham lindas as nossas macaquices e dão até umas banana picadinha pra nós e mamão picadinho também. A gente é muito incompreendido, sabe, só porque tem senso de humor, os humanos são caretas demais e não entendem nada das nossas macaquices divertidas. Mas a tia e o tio, até chamam a gente de filho, a humana até colocou nome na gente. Fica me chamando de Ravi, diz que eu brilho como o sol, vê se pode? Olha que eu sou pretinho, que humana maluca, né? Mas eu até gosto, sabe. Mas o pior é o meu irmão que ela chama de Fernando Pessoa e o neném que ela chama de Chichi, em homenagem ao poeta nicaraguense Francisco de Asís Fernández Arellano. Bem, é isso, a gente é feliz aqui pois a tia e o tio criaram essa reserva para sempre, eles falaram pra mim que isso está escrito no papel e que ninguém nunca vai destruir as

nossas casas na mata. É muito legal esse negócio de RPPN! Fui galera, agora vou logo ali, vou beber água fresquinha no Rio Jucu”.

No dia 14 de janeiro de 2020, a RPPN Reserva Ambiental Reluz passou a sediar o INSTITUTO AMBIENTAL RELUZ, instituição não governamental e sem fins lucrativos que hoje responde pela gestão dos projetos ambientais desenvolvidos pela RPPN. O Instituto Ambiental Reluz (IAR), CNPJ 36.309.165/0001-97, foi criado tendo como objetivos promover e estimular os valores humanistas, a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável por meio da educação ambiental, da pesquisa científica e de ações e vivências socioambientais.

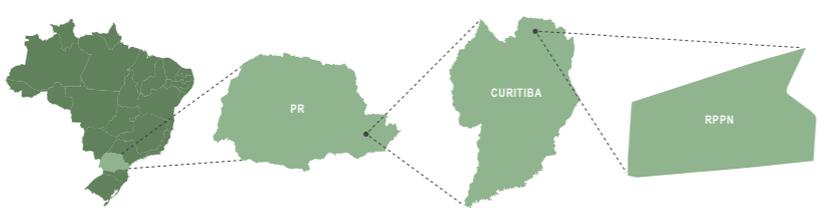


Ravi_Macaco-prego_ Foto_ Luiz Bittencourt

Próxima página_ Mata da sede Reluz_ Foto_ Luiz Bittencourt



_geronasso



RPPN Geronasso

Data de criação: 21 de setembro de 2017 **Esfera administrativa:** Municipal

Instrumento legal: Decreto Municipal nº 1.704/2017

Nome do(s) proprietário(s): Waldemar Geronasso e João Amauri Geronasso

Área da RPPN: 0,47 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Curitiba **Estado:** Paraná

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): @rppnmgeronasso [Instagram]



RPPN GERONASSO_PR

Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal decretada pela Prefeitura de Curitiba no Decreto municipal nº 1704 de 21 de Setembro de 2017, com 47 mil metros quadrados de Floresta Ombrófila Mista Montana (Floresta com Araucária) associada à microbacia hidrográfica do rio Bacacheri-Atuba.

Em plano de manejo estão previstas as atividades de Educação Ambiental e Pesquisa Científica, sendo que, atualmente, ainda não está aberta ao público para visitação, mas tem recebido reportagens e já foram desenvolvidos trabalhos de graduação e pós-graduação referentes às borboletas e besouros.

A história da área da RPPNM Geronasso inicia na compra da propriedade em 15 de Abril de 1893 (128 anos atrás), um sítio denominado "Boa Vista", por Lodovico Geronazzo e sua esposa Giuditta, vindos da Itália. As terras que eram exclusivamente de plantio de erva-mate, aos poucos foram recebendo lavouras, plantação de bracatinga e criação de gado leiteiro. A área foi herdada pelo filho Antônio e sua esposa Cecília Blanchet, no ano de 1921, posteriormente passou para os filhos Pedro e Lisoleta Mequetti, chegando aos proprietários atuais, Waldemar Geronasso e João Amauri Geronasso, no ano de 1999.

Os moradores dos sítios da região diziam que o tal "Mato do Barbudo" era assombrado. Existem duas versões para o nome: uma sobre um homem barbudo que viveu e morreu lá e outra por causa do tipo da vegetação conhecida por "barba-de-pau", que assustava, a verdade é que os cavalos não paravam lá e à noite, com a escuridão, era assustador.

Em meados de 1920, a região era cercada de propriedades rurais de muita simplicidade, que não tinham energia elétrica e que necessitavam de lenha para confecção das refeições, aquecer as casas de madeira para consumo próprio e fornecimento para algumas fábricas. A exploração da madeira era realizada de forma rudimentar, com machado, transportada em carroças, nas quais Pedro Geronasso, sua esposa Lola e seus filhos percorriam mais de 4 km entre sua residência e a propriedade. Nos anos 70, a necessidade de lenha já havia diminuído e assim, Pedro e sua família passaram a se dedicar a outras atividades e também encerram as criações de animais.



Proprietários_ Foto_ Anselmo Geronasso

Ao herdarem a área em 1996, os filhos Waldemar e João Amauri tentaram de várias maneiras dar uma utilização para a área: comercializar, criar loteamento e até contrataram a elaboração de um projeto, que realizaria a derrubada do percentual permitido e a implementação do arruamento, que faria com que a área preservada reduzisse de 47 mil para 26 mil metros quadrados. Por fim decidiram optar pela criação da reserva e conservação da floresta, já que os proprietários nasceram e viveram nesta terra em convívio com a natureza e criação de animais.

Os desafios em manter a área livre de invasores e degradação fizeram com que durante muitos anos tivéssemos que contar com ajuda de vizinhos da área para avisar e espantar possíveis mal intencionados em destruir, depositar entulho e lixo, cortar árvores e matar animais. Impressiona a quantidade de vezes que pessoas entram para tentar caçar os tatus ou pássaros que vivem tranquilamente na reserva. Como exemplo, cite-se o Sr. Josenilton (conhecido por Baiano), que há mais de 25 anos mora na divisa Leste, que margeia o rio Bacacheri, que precisou abordar caçambeiros de entulho, drogados e caçadores que tentavam invadir a área por esta divisa por incontáveis vezes.



Fotos_ Anselmo Geronasso

No passado, o local foi alterado pela exploração, principalmente pela subtração das espécies almeçadas para o uso da madeira ou mesmo lenha. Ao longo do tempo, quando cessou essa exploração, uma nova floresta exuberante se estabeleceu, há mais de 50 anos. As árvores com diâmetro superior a 15 cm foram registradas e catalogadas (mais de 2700 exemplares) com indicação de espécies, porte e localização, todas com plaquetas numeradas para facilitar a localização. Outra característica é que o sub-bosque tem uma grande quantidade de árvores de pequeno porte e umidade constante no solo. Atualmente, temos aproximadamente 10 espécies invasoras que controlamos a sua proliferação, como por exemplo: samambaia, uva-do-japão, nêspira, pinus, neomarica, lírio-do-brejo e alfeneiro.

Para criação da reserva, os proprietários conheceram o Engenheiro Civil Rui Gagnani, que ofereceu seus conhecimentos para tramitar a criação na Prefeitura e Meio Ambiente. Esclareceu as dificuldades e oportunidades que a RPPN traria. Assim, brilharam os olhos dos proprietários na questão financeira diante da possibilidade de venda do potencial construtivo, na questão sentimental pela perpetuidade da preservação da floresta e a homenagem ao nome da Família Geronasso, que seria para todo sempre.

A reserva protege um córrego, que tem sua nascente em área ao lado e que atravessa, preservado pela mata, até chegar ao Rio Bacacheri. Sua foz forma um bolsão que inunda em épocas de chuva, ajudando a evitar o transbordamento do rio em outras áreas residenciais. Por toda a divisa Leste da área desenhada pelo Rio Bacacheri tem um grande trecho alagado, que ajuda a reter sujeiras do rio que deságua no Parque Bacacheri.

A fauna do local é característica da região urbana de Curitiba. Pássaros já observados na área como sabiás, caminheiros, alma-de-gato, espécies de gralha, tucanos, periquitos, bem-te-vis, canários, sanhaços, pica-pau, entre outros. No solo têm espécies de tatus, serelepes (esquilo brasileiro), cobras, gambás, lagartos, sapos, rãs, camundongos, entre outros.

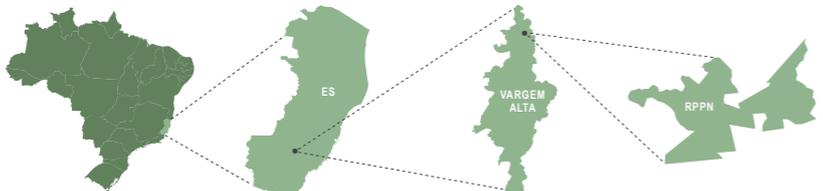
Nós, da família Geronasso, estamos orgulhosos com a preservação da RPPNM Geronasso e de mais duas áreas de herança do mesmo proprietário: uma do Antônio Geronasso que deixou para Amélia (irmã do Pedro da RPPNM Geronasso) e seu esposo Mantino Martins, que posteriormente passaram para a filha Iracema e seu esposo José Mathozo, chegando aos atuais proprietários os filhos Sérgio e Carlos, são respectivamente as RPPNM Vô Mantino e Amélia e RPPNM Vô Iracema. Ambas preservam aproximadamente 20 mil metros quadrados cada uma, são vizinhas e compõem um maciço de lindo pinheiral (Floresta Ombrófila Mista) com as mesmas características de fauna e flora da RPPNM Geronasso, pois estão a menos de 700 metros de distância e ambas fazem divisa com o rio Bacacheri.

Todas as três RPPNMs têm plano de manejo elaborado e assinado pelo Engenheiro Florestal Willian João Tessari. Um maravilhoso trabalho que abrangeu um estudo científico e detalhado das áreas com a participação de biólogo, geógrafo e agrimensor, atendendo às normas exigidas pela Secretaria do Meio Ambiente.

Eu, Anselmo Geronasso, filho de um dos proprietários da RPPNM Geronasso, sou gestor e responsável por este relato. Desde a criação da reserva já se passaram mais de cinco anos. Neste período tenho muito a agradecer a todos que se envolveram com a RPPNM Geronasso, além dos nomes já citados, as pessoas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a APAVE, Instituto Água e Terra, funcionários da prefeitura e Câmara de Vereadores, que aprovaram as leis para a existência da RPPNM a nível Municipal.

A criação desta Reserva faz parte de um projeto maior, que envolve a valorização da história da Família Geronazzo para que as novas gerações saibam o que seus antepassados batalharam para sobreviver e prosperar. Pretendemos criar um pequeno museu nas futuras dependências da reserva para mostrar ferramentas, hábitos da época, criações de animais e produção de vinho. Foi escrito um livro sobre a família e as festas anuais que foram realizadas nos últimos cinco anos, que está disponível gratuitamente na página www.familiageronazzo.com.br, páginas de Facebook e Instagram da @rppnmgeronasso e @familiageronazzo.

_águia branca



RPPN Águia Branca

Data de criação: 17 de abril de 2017

Instrumento legal: Portaria IEMA nº 03-R/2017

Nome do(s) proprietário(s): não especificado

Área da RPPN: 1.698,07 hectares

Município(s): Vargem Alta

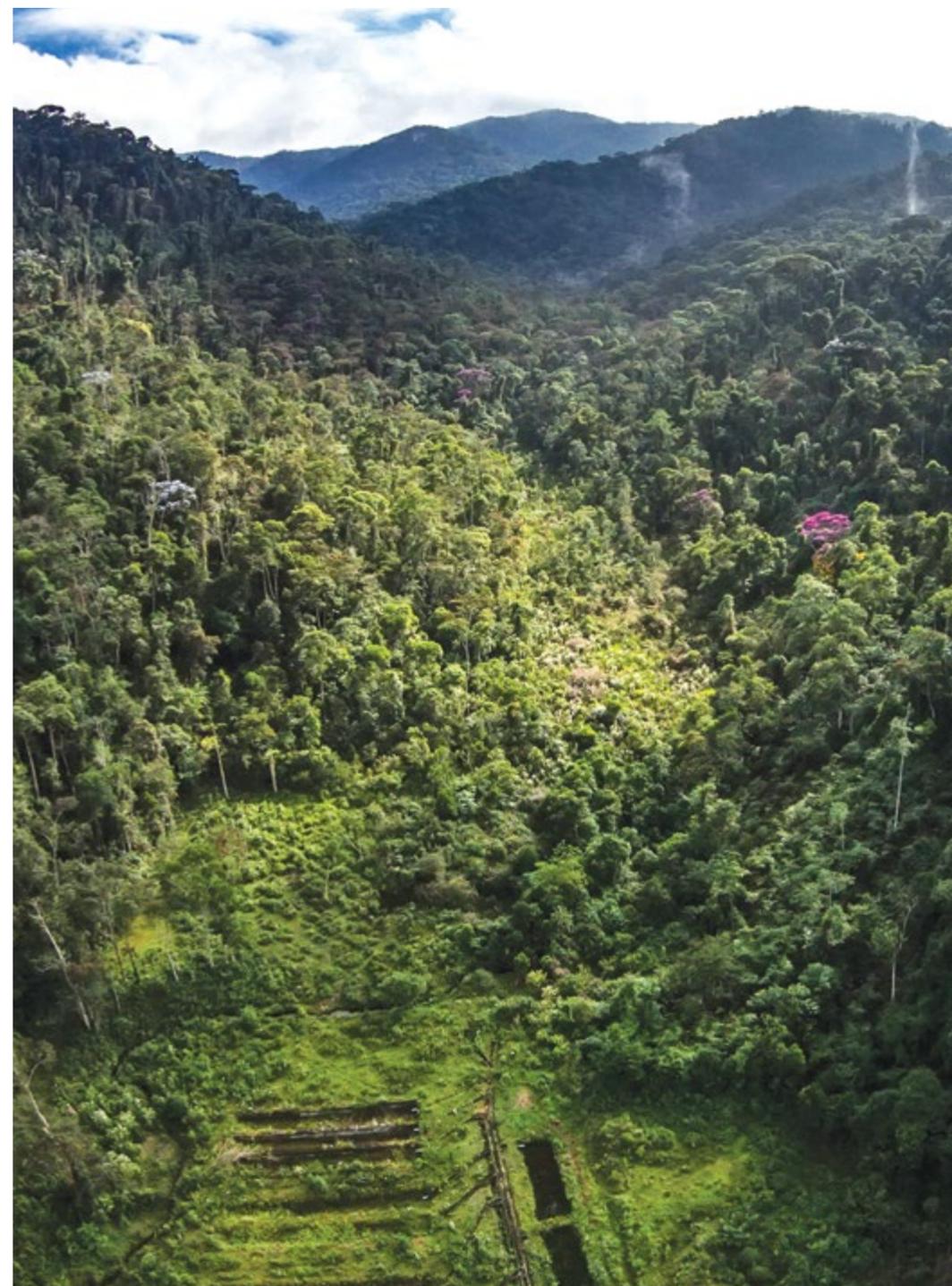
Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico e Projetos Culturais

Contato(s): reserva@aguiabranca.com.br

Esfera administrativa: Estadual

Bioma(s): Mata Atlântica

Estado: Espírito Santo



RPPN ÁGUIA BRANCA_ES

Com o objetivo de proteger um dos maiores remanescentes florestais de Mata Atlântica da região montanhosa do Estado do Espírito Santo, a Reserva Ambiental Águia Branca se abre para valorizar a cultura local e contribuir para o turismo sustentável nas montanhas capixabas, oferecendo programas de visitação, trilhas ecológicas e atividades de ecoturismo.

Criada em 2017 e ocupando 2.225 hectares, a Reserva Águia Branca está se configurando como a maior RPPN do Espírito Santo, garantindo a conectividade com outras unidades de conservação e outros fragmentos remanescentes, a proteção dos recursos hídricos e servindo, ainda, de abrigo para mais de 800 espécies de fauna e de flora.

O Ministério do Meio Ambiente estabeleceu uma área na região serrana do Espírito Santo, que engloba a Reserva Águia Branca, como uma das Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica no Brasil devido à sua relevância ecológica e a definiu como de Extrema Importância Biológica para a Conservação de todos os grupos de seres vivos que ocorrem na região, criando inclusive o Corredor Central da Mata Atlântica e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Localizada no município de Vargem Alta, lugar que ainda guarda importantes remanescentes de Mata Atlântica preservados e abundantes quedas d'água, a RPPN Águia Branca, juntamente com outras áreas naturais protegidas, forma o expressivo corredor ecológico que conecta os parques estaduais de Pedra Azul e Forno Grande.

A relevância ambiental da RPPN Águia Branca está relacionada também ao ótimo estado de conservação da sua vegetação. Do total, 91% da área é formada por florestas primárias ou em estágios avançados de regeneração, com a predominância de floresta ombrófila densa. Dentre os ambientes florestais preservados, a Reserva também abriga uma vegetação de porte baixo, classificada como Refúgio Montano Arbustivo, uma "vegetação relíquia" com espécies endêmicas, ou seja, que só ocorrem em determinada região.

A lista florística da RPPN Águia Branca é composta por 409 espécies distribuídas em 93 famílias e esse número pode ser ampliado, de acordo com novas pesquisas



Onça-parda (*Puma concolor*)
Foto_ Leonardo Merçon



Aracua-de-barriga-branca (*Ortalis araucuan*)
Foto_ Leonardo Merçon

dentro da Unidade de Conservação. Ainda na florística registrada, segundo "Lista Oficial de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção do Estado do Espírito Santo" - Decreto Nº 1.499-R, de 14/06/2005; e "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Portaria MMA Nº 443, de 17/12/2014, foram identificadas 18 espécies ameaçadas de extinção. Além destas espécies de interesse conservacionista, também estão dentro deste grupo três espécies raras - *Anthurium fragae*, *Begonia albidula* e *Ocotea cryptocarpa* - e seis endêmicas para o Estado do Espírito Santo.

Ainda na flora, destacam-se a palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), espécie símbolo da Mata Atlântica e de grande importância para a fauna e enorme potencial agroeconômico regional, e o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*), considerada a árvore símbolo do Espírito Santo.

Dentro dos limites da Reserva Águia Branca, o curso d'água de maior relevância é o rio Fruteiras, que nasce em Vargem Alta e deságua no rio Castelo, um importante afluente do rio Itapemirim. Dentre os principais afluentes do rio Fruteiras estão o córrego Monte Verde, cujas nascentes e tributários estão inseridos na Reserva, e o ribeirão Caetés.



Cachoeira_ Foto_ Leonardo Merçon

Além desses tributários e seus afluentes, existem outros 11 córregos inominados que nascem na RPPN e deságuam no Rio Fruteiras, demonstrando a importância da Reserva na contribuição hídrica deste rio. É importante ressaltar que a RPPN representa 7,5% da área total da bacia do Rio Fruteiras.

Na fauna, o destaque vai para espécies como a abelha urucu-capixaba (*Melipona capixaba*) e a ave saíra-apunhalada (*Nemosia rourei*), cuja ocorrência no mundo acontece somente em florestas nas montanhas capixabas, o vistoso tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitellinus*), araponga (*Procnias nudicollis*) e tesourinha-da-mata (*Phibalura flavirostris*). A Reserva é, ainda, refúgio para espécies como sagui-cara-branca (*Callithrix geoffroyi*), o esquilo (*Guerlinguetus brasiliensis*), o gambá-de-orelha-preta (*Didelphis aurita*), a cuíca-de-listras (*Monodelphis iheringi*) e as pererecas *Scinax kautskyi* e *Scinax heyeri*, estas últimas endêmicas do Espírito Santo.

Além do destaque para a saíra-apunhalada, é importante citar também outras espécies criticamente ameaçadas, como papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), macuco (*Tinamus solitarius*), pixoxó (*Sporophila frontalis*), cigarra-verdadeira (*Sporophila falcirostris*) e azulão (*Cyanoloxia brissonii*).

Na mastofauna destacam-se seis espécies ameaçadas: onça-parda (*Puma concolor*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), sagui-da-serra-claro (*Callithrix flaviceps*), bugio

(*Alouatta guariba*), guigó (*Callicebus personatus*) e preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*). Além dessas, também fazem parte da lista de espécies da região ameaçadas: gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), gato-do-mato-pequeno (*L. guttulus Puma*), gato-mourisco (*yagouaroundi*) e ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*).

A Reserva abriga ainda anfíbios importantes para a fauna do bioma Mata Atlântica e quatro espécies são de interesse conservacionista, como *Dendropsophus ruschii*, ameaçada de extinção na categoria Vulnerável (VU).

No grupo dos répteis, ainda não houve registro de espécies ameaçadas, contudo, destaca-se a ocorrência da jararaca (*Bothrops jararaca*), uma espécie de ocorrência frequente na região.

Por tudo isso, estamos muito orgulhosos por fazer parte deste livro ao lado de outras RPPNs admiráveis, que valorizam outras importantes áreas preservadas no Brasil.

Mover o mundo com excelência e respeito às pessoas é o nosso propósito, bem como contribuir para um meio ambiente pleno de vida é, sem dúvida, uma bela forma de mover o mundo.



João-teneném (*Synallaxis spixi*)
Foto_ Leonardo Merçon



1_ Saíra-apunhalada (*Nemosia rourei*)
2_ Sanã-vermelha (*Laterallus leucopyrrhus*)
Fotos_ Leonardo Merçon

Próxima página_ Jaguatirica (*Leopardus pardalis*)_ Foto_ Leonardo Merçon



_reserva ecológica rio bonito de lumiar



RPPN Reserva Ecológica Rio Bonito de Lumiar

Data de criação: 15 de março de 2018 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 762/2018

Nome do(s) proprietário(s): Bernardo Furrer

Área da RPPN: 158,47 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Nova Friburgo **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): bfurrer@pobox.com





1_ Vista Sul Alto_ 2_ Bernardo Furrer_ Fotos_ Bernardo Furrer

RPPN RESERVA ECOLÓGICA RIO BONITO DE LUMIAR_RJ

TEXTO ESCRITO NA OCASIÃO DA CRIAÇÃO DA RPPN

Rio Bonito de Lumiar... Muitos anos... 39 anos para ser mais preciso. Dois terços da minha vida até agora. Desde que vim para cá pela primeira vez. A primeira presencialmente, pois em sonho já habitava essas terras há mais de 50 anos, através das vivências do meu tio que comprou um lote pelos idos do início da década de 1960, junto com alguns amigos que viriam a ser lembrados como os primeiros sitiantes de uma longa lista, sempre crescendo. Viveram adversidades, principalmente a eternamente polêmica estrada, mas fincaram os pés na realização dos seus sonhos e projetos.

Quando comecei a vir em 1979, pude viver os resquícios de outra era. Estrada muito ruim. Nas chuvas os diversos atoleiros faziam com que a dúvida da chegada ficasse maior. E na volta, era uma corrida para não ser dos últimos, os que padeciam mais. Sabíamos onde ficava cada um desses atoleiros, principalmente os piores. E nada de 4X4, no máximo uma Rural velha, que fazia as coisas se tornarem às vezes piores. Mas sempre chegávamos e voltávamos. E na época não havia ônibus, não havia luz elétrica, e claro, não havia telefone nem televisão. O contato com o mundo era por meio de um rádio de ondas curtas à pilha.

Todo o esforço era recompensado por estar num lugar que, sem qualquer dúvida, é um dos mais lindos e agradáveis do mundo. E posso afirmar isso sem ser em sentido figurado, após conhecer várias dezenas de países e seus encantos.

Um local de Mata Atlântica altamente preservada, com fauna e flora exuberantes, rios caudalosos com águas cristalinas e potáveis, pedras lindas e preciosas pelo seu encanto, ar de uma pureza inigualável, clima perfeito, céu maravilhosamente estrelado nas noites de lua nova e, na lua cheia, um brilho que nos faz despertar à noite pela intensidade da sua luz prateada. Esse mesmo céu quando encoberto por nuvens mágicas fazem suas neblinas se tornarem misteriosas, levando longe a nossa imaginação. Chuvas, tempestades, raios, trovões e, também, o silêncio quase absoluto... Pássaros de todas as cores, insetos indescritíveis, animais selvagens furtivos. A onça que surpreende. Onças e cobras a 150 km da cidade do Rio de Janeiro, gerando

respeito e nos colocando como seres que também procuram sobreviver. Essa sensação única que só pode ser vivida quando estamos diante da imensidão da Natureza. Esse contato primitivo, ancestral, que nos resgata dos labirintos e vícios de uma sociedade, que busca no oposto as suas respostas e realizações. Um manancial de sensações e sentimentos que todos os que têm o privilégio de vivenciar, aprendem a valorizar. E a convivência com pessoas que já habitavam essa região, não necessariamente pelos mesmos motivos que nos fizeram chegar aqui, mas que foram forjadas nas lutas pela sobrevivência nesse ambiente inóspito, com poucos recursos, distante do que chamamos de civilização, procurando manter sua dignidade, cultura e tradições, com grande dificuldade.

Essa trajetória, desde que cheguei ainda sem meu filho e minha filha, que nasceram e cresceram também por aqui, permitiu uma evolução também na minha visão de mundo. Inicialmente me posicionei como um dos muitos que vinham e vêm para usufruir tudo isso que foi descrito. Mas isso já faz quase 40 anos. Nesse período pude observar as grandes transformações que o planeta vem passando, com uma sociedade de consumo voraz, que não mede esforços e nem limites para satisfazer suas ambições, que contraditoriamente, são as de todos nós. Com isso, o que parecia ser um dos muitos locais preservados foi se tornando um dos poucos. E assim a percepção da minha responsabilidade foi crescendo, na medida da conscientização de que cabe a nós, os que estão aqui, sermos agentes ativos na defesa daquilo que tanto valorizamos.

Por isso, passei a colaborar ativamente para a implantação da APA de Macaé de Cima. Um trabalho árduo, conflituoso, mas que hoje, após muitos anos de lutas, podemos ver essa área de preservação se consolidando nas leis, no ordenamento e nas mentes das pessoas. Muitos interesses legítimos ou escusos se apresentarão para inibir ou até mesmo destruir esse instrumento tão fantástico e tão vulnerável. Mas estamos conseguindo construir aos poucos uma nova forma de nos relacionarmos com o ambiente onde estamos. Nesse sentido, busquei outras formas de atuação complementares que estivessem ao meu alcance. Ao mesmo tempo que tive a oportunidade de ampliar o tamanho das terras que hoje possuo, fui conhecendo novas formas de preservação. Foi quando compreendi melhor a natureza das RPPNs, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, modalidade de Unidade de Conservação do SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a lei maior que rege as áreas preservadas.

Por esta razão criei a RPPN “Reserva Ecológica Rio Bonito de Lumiar”. A maior RPPN de Nova Friburgo. A criação dessa RPPN é o ponto alto de um trabalho voltado para a preservação do meio ambiente. Com isso, buscamos promover a conservação da diversidade biológica, proteger os recursos hídricos, proporcionar



1_ Curso Dendrologia_ 2_ Música para todos
Fotos_ Bernardo Furrer



É Música_ Foto_ Bernardo Furrer

o manejo dos recursos naturais e colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas, contribuindo para realizar atividades de ecoturismo e outras que sirvam à manutenção do equilíbrio climático e ecológico. Além de tudo isso, a RPPN contribui significativamente para a economia do município aumentando o percentual obtido com o ICMS Ecológico (ICMS Verde). Estamos abertos para sugestões, críticas e obviamente, apoio.

No âmbito da APA de Macaé de Cima e das diversas instituições e órgãos governamentais, buscaremos fomentar o estímulo e a criação de novas RPPNs, esclarecendo e divulgando sua importância para o patrimônio natural e para o planeta, além de desmistificar os receios infundados, que fazem com que outros possíveis interessados possam aderir e aumentar o número de RPPNs e que possam compartilhar o prazer de ter essa atitude generosa com o meio ambiente e com a Humanidade.



_santa bárbara



RPPN Santa Bárbara

Data de criação: 17 de julho de 2018 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 671/2018

Nome do(s) proprietário(s): Associação de Moradores Ecovila Rainha da Floresta, Alexandre Barberis Dillon, Débora Barberis Dillon e Deise Rech dos Santos

Área da RPPN: 2,00 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Caxias do Sul **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): rppnsantabarbara@gmail.com / www.rppnsantabarbara.org / @santabarbarareserva [Instagram]



RPPN SANTA BÁRBARA_RS

O VERDE, MINHA ESPERANÇA

No final dos anos 90, um grupo de pessoas ligadas a manifestação religiosa do Santo Daime, criou a ONG "Rainha da Floresta" com o objetivo de constituir uma comunidade, ou ecovila, como um meio alternativo e ecológico de viver, dentro da cosmologia daimista: respeito e relação direta com a natureza e toda a diversidade de vidas. Assim, foi adquirido em 1997, uma área de terra em Ana Rech, no interior de Caxias do Sul-RS, e posteriormente, outra área fronteira, totalizando hoje 18 hectares.

Com o intuito de garantir a proteção e a preservação ambiental da área, a comunidade em 2012, através do IX Edital do Programa de Incentivo às RPPNs da Fundação SOS Mata Atlântica, levantou recursos para dar início ao processo de criação de uma RPPN. Durante o processo ocorreram dificuldades quanto à regularidade de alguns documentos que permitiram que, somente em 2018, fosse possível realizar a solicitação da reserva, em uma área de 2 ha. O sonho se realizou quando representantes da comunidade, Débora Dillon e Valesca Finger receberam o certificado de criação da RPPN Santa Bárbara, no dia 27 de julho de 2018, pelas mãos do presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, na abertura do V Congresso Brasileiro de RPPN, em Florianópolis-SC. Sendo assim, a RPPN Santa Bárbara é, também, a primeira RPPN no município de Caxias do Sul e leva este nome em homenagem à localidade onde está inserida.

O interesse em tornar o local uma área protegida iniciou-se no ano de 2000, quando foi realizado um trabalho de conclusão de curso (TCC) chamado Recuperação do Arroio Santa Bárbara – Ana Rech – RS da disciplina Geologia Ambiental para Biólogos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Esse trabalho foi de grande importância, pois permitiu conhecer melhor a história e a relevância ambiental do local.

A RPPN está situada em uma floresta ombrófila mista, sobre uma fenda geológica, constituída por rochas basálticas e depósitos aquíferos devido às falhas tectônicas em eras remotas. A área faz parte de segmentos da maior falha geológica do Município de Caxias do Sul, e por isso, a topografia do local é extremamente acidentada, com encostas íngremes e falésias. O Arroio Santa Bárbara, afluente do Arroio Faxinal, atravessa o local encantando com suas cachoeiras. O lençol freático existente é superficial, oferecendo inúmeros "olhos d'água".



Pica-pau-dourado_ Foto_ Vera Elenita Medeiros

A flora é muito rica, com espécies arbóreas, arbustivas e lianas, havendo um grande número de xaxins (*Dicksonia sellowiana*), uma espécie endêmica da Mata Atlântica, que está na lista oficial do IBAMA, como espécie ameaçada de extinção.

No levantamento da fauna local, também realizado neste trabalho pelas estudantes da Unisinos, constatou-se a existência de espécies silvestres como a libélula, um dos melhores indicadores de diversidade e saúde dos ambientes, cuja presença demonstra a riqueza do ecossistema.

Há mais de 50 anos, havia uma pedreira no local, sendo a mata nativa composta de muitas araucárias, que foram sendo removidas ao longo do tempo para dar lugar à exploração do basalto. Com o abandono da pedreira, a mata se recompôs numa mata secundária regenerada, muito semelhante a mata original, mas ocorrendo a incidência de árvores exóticas, como o ligustro, uva-do-japão, ameixa-japonesa, pinus e eucalipto.

Nos anos 1990, houve o interesse de uma empresa em transformar o local em uma Central de Resíduos Industriais sobre a pedreira abandonada. Entretanto, a comunidade posicionou-se contrária ao projeto, e com a Comissão de Defesa Ambiental de Ana Rech apresentaram à FEPAM, um diagnóstico do local com parecer do geólogo Sandor Grehs confirmando "a presença de olhos d'água, de



Casal de Juriti-gemeideira_ Foto_ Vera Elenita Medeiros

falha e fraturamentos geológicos e de depósitos inconsolidados instáveis e outros". Este movimento foi uma grande vitória, e confirmou a relevância e a vulnerabilidade ambiental do local, ratificando a necessidade de sua proteção.

Com o sonho de criação de uma "ecovila", iniciou-se a construção de moradias a partir de 2003. Naquela época o mato e o silêncio imperavam, e a vista do entorno era de muitas araucárias e mata nativa. Famílias de bugios passavam ao longe e era uma festa poder avistá-los de vez em quando.

A localidade de Santa Bárbara, por estar localizada próxima a um polo industrial, teve um rápido crescimento urbano, sendo que em 2007, tornou-se área urbana em função da necessidade de regularizar as terras que estavam sendo parceladas e também pelo interesse de grandes urbanizadoras da região em criar loteamentos urbanizados

Neste sentido foi realizado um movimento para que a área total da propriedade onde está situada a RPPN fosse revertida como rural na alteração do Plano Diretor de 20193, uma vez que não havia interesse dos proprietários em realizar um loteamento e sim a sua preservação. Felizmente, o município acatou a solicitação, sendo a RPPN uma grande motivadora dessa reversão.

Os processos de ocupação urbana, assim como as atividades agropecuárias da região, causaram uma fragmentação sobre os remanescentes de Mata Atlântica da região, afetando, principalmente, os corredores ecológicos tão importantes para a manutenção da fauna e da flora. Também tem-se observado a presença de animais domésticos abandonados na localidade, que acabam gerando impactos sobre a fauna local.

Em meio a esses impactos observa-se uma mudança de comportamento dos animais silvestres do entorno. A partir de 2017, as famílias de bugios começaram a se fixar mais na área. Acreditamos que pela perda de seus habitats estão migrando para a região da nossa RPPN, o que torna ainda maior nossa responsabilidade em manter o local como um refúgio protegido, e a necessidade de manter corredores ecológicos na região.

O município possui dois instrumentos legais de apoio à preservação ambiental que são as Zonas de Interesse Ambiental (ZIAM's), definidas pelo Plano Diretor Municipal como Zonas de ocupação controlada que tem dentre os seus objetivos "permitir o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas" e o Plano Municipal da Mata Atlântica⁴. Entretanto, não observa-se ações efetivas dos órgãos competentes quanto à questão, o que motivou que a Associação participasse do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul (COMDEMA), gestão 2020, visando defender a necessidade de políticas públicas de apoio à preservação dos ambientes naturais presentes no município.

A RPPN Santa Bárbara está em processo de construção do seu Plano de Manejo, e tem como objetivos principais a proteção e a preservação da biodiversidade do bioma, remover e substituir as espécies exóticas por nativas, incentivar a pesquisa científica através de parcerias com universidades, promover a educação ambiental, expandir a área da RPPN e das áreas protegidas, mantendo e ampliando corredores ecológicos na região.

1- BARETTA, Luciane, GOMES, Márcia da Silva, SILVA, Maria Cristina Vargas da, VARGAS, Léa Beatriz Ramos. Recuperação do Arroio Santa Bárbara – Ana Rech - RS, Unisinos – Geologia ambiental para Biólogos – São Leopoldo – RS, 2000

2- Moção À FEPAM- Fundação Estadual e Proteção Ambiental -, contrária a instalação da Central de Resíduos Industriais na localidade de Santa Bárbara – Ana Rech. 25/07/95, Câmara Municipal de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, 1995

3 LEI COMPLEMENTAR Nº 589, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município de Caxias do Sul e dá outras providências.

4 DECRETO Nº 16.054, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no âmbito do Município de Caxias do Sul.



_terra que brilha



RPPN Terra que Brilha

Data de criação: 28 de novembro de 2018 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria INEMA nº 17.385/2018

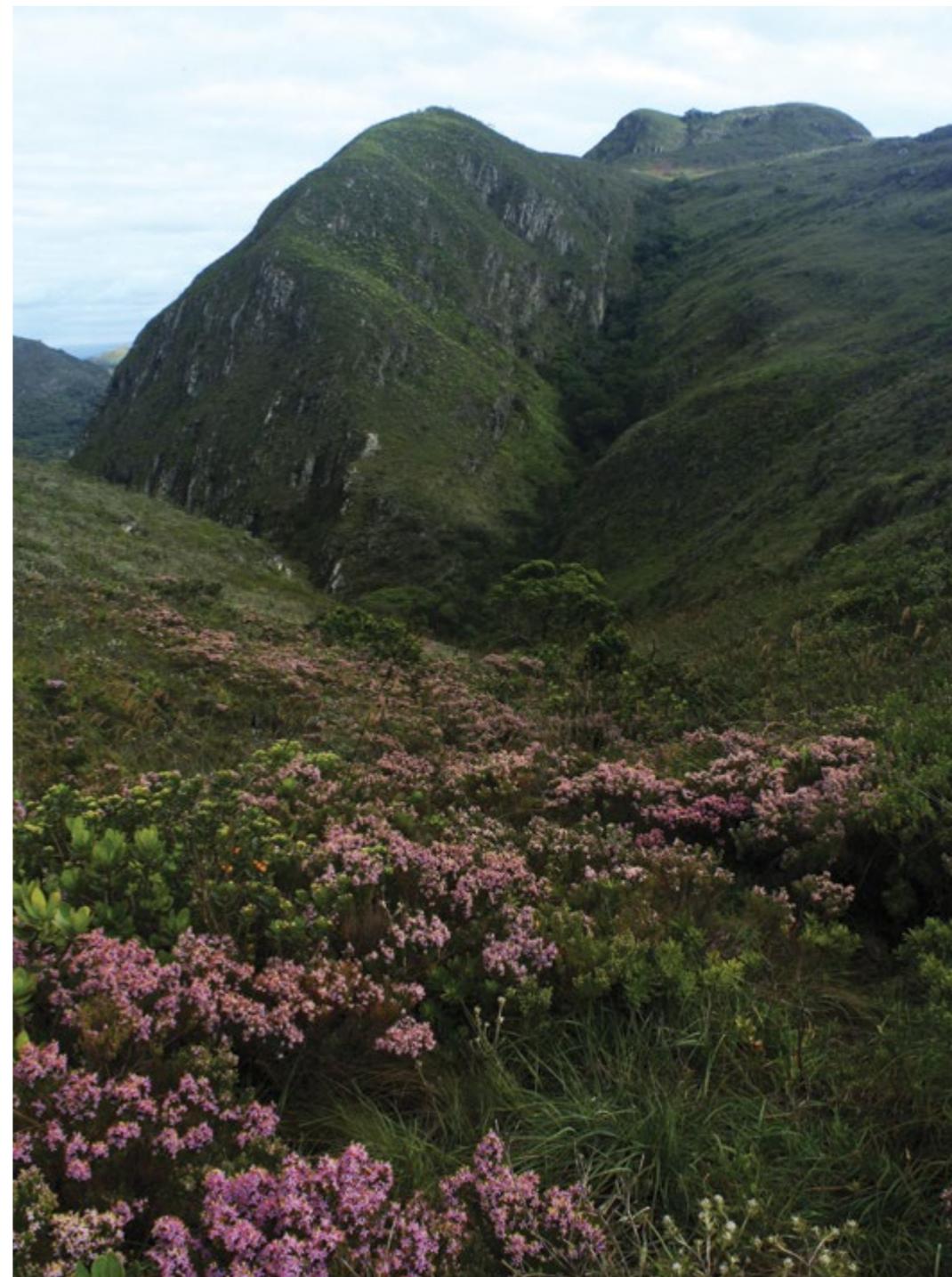
Nome do(s) proprietário(s): Valter Gomes Santos de Oliveira e Núbia Regina Freire Barbosa

Área da RPPN: 1,86 hectares **Bioma(s):** Caatinga

Município(s): Jacobina **Estado:** Bahia

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): valter.gomessantosdeoliveira@gmail.com / terraquebrilha@gmail.com



RPPN TERRA QUE BRILHA_BA

TERRA QUE BRILHA: ONDE AS ALMAS RESPLANDECEM

Tem um adágio popular muito comum no sertão que diz: “uma andorinha só não faz verão”. Há muita verdade nessa expressão e esse relato fala um pouco disso. Agradecemos o convite para participar desse lindo projeto coletivo em forma de livro e pela oportunidade de apresentar também nossa experiência com a RPPN Terra que Brilha, no município de Jacobina, na Bahia.

Jacobina faz parte das mais antigas formações geológicas do planeta, e está localizada na encosta da Chapada Diamantina, formada por montanhas e vales, com vegetação de matas, rios e cachoeiras, que funcionam como uma caixa d'água para a região. Seus primeiros habitantes foram os Payayás, que deixaram suas marcas entre os remanescentes e nos sítios arqueológicos já identificados. Sua vila é a mais antiga dos sertões da então Capitania da Baía de Todos os Santos, criada por decreto régio durante o ciclo do ouro, em 1720. O município situa-se dentro do chamado polígono das secas. Atualmente, muitas de suas riquezas naturais vêm sendo profundamente degradadas pela expansão do estilo de vida predatório, que apenas extraem os recursos naturais e geram desarmonia com a natureza.

A RPPN Terra que Brilha é uma pequena unidade de conservação com 1,8612 hectares localizada em sítio com 2,9 hectares no Vale do Ribeirão, distante dezessete quilômetros da cidade de Jacobina, uma região que faz fronteira com o município de Caém. Ela faz parte de um mosaico de áreas protegidas com sete RPPNs e outras em vias de criação. O vale possui um ecossistema rico e diversificado com presença de resquícios de Mata Atlântica. Seu clima é úmido e temperado com presença de variada flora, entre elas: cedro (*Cedrela fissilis*), pau-de-rêgo (*Aspidosperma discolor*), vinhático (*Plathymenia* sp.), candeia (*Moquiniastrum polymorphum*), murici (*Byrsonima crassifolia*), tamanqueira (*Aegiphila integrifolia*), pombo (*Tapirira guianensis*) e quaresmeira (*Pleroma granulosum*). Na parte da fauna já foram identificadas as presenças de diversas espécies, algumas em extinção no Brasil: jaguatirica (*Leopardus pardalis*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), raposa-vermelha (*Vulpes vulpes*), guaxinim (*Procyon lotor*), ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), papa-mel (*Eira barbara*), além de variedades de serpentes, anfíbios e teiús. Quanto à avifauna, registram-se as presenças da saira-de-papo-preto

(*Hemithraupis guira*), saira-douradinha (*Tangara cyanoventris*), gaturamo-verdadeiro (*Euphonia violacea*), pula-pula (*Basileuterus culicivorus*), tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphaspiza melanotis*), acauã (*Herpetotheres cachinnans*), tucano-de-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), pica-pau-de-topete-vermelho (*Campephilus melanoleucos*), araponga (*Procnias nudicollis*) além de diversos tipos de beija-flores.



1_ Surucua-de-barriga-vermelha_2_ Santuário do Riacho da Prata_ Fotos_ Valter de Oliveira

Em meados do século XVIII, o Vale do Ribeirão foi alvo da passagem do sertanista Romão Gramacho nas suas explorações de ouro pela região, chegando a fundar nas proximidades, a Igreja de São Miguel das Figuras. Os festejos no dia de São Miguel marcam as lembranças dos mais antigos com suas histórias em torno do tesouro escondido pelo explorador. Suas ruínas são testemunhas desse passado e atualmente está sendo estudada como sítio arqueológico e continua sendo destino da peregrinação de devotos e turistas.

Nossa história com o Vale do Ribeirão iniciou com um projeto meu e de minha companheira Núbia para o convívio da família em encontro com a natureza. Ambos nascemos e crescemos em Jacobina, onde atualmente trabalhamos como professores. Meus pais saíram da zona rural para a cidade a fim de criar a família, mas mantiveram os vínculos com a roça. Núbia cresceu tendo convivências no sítio dos avós, de onde guarda lembranças de comer muitas frutas tiradas dos pés. Por muito tempo, frequentar cachoeiras, rios, andar nas trilhas da região fez parte de nossas vidas e despertou o profundo amor pela natureza. Quando tivemos o primeiro filho, em 2001, cresceu a necessidade de adquirir um terreno para construir um sítio e viver a experiência de morar na roça.

Realizamos algumas buscas nesse intuito e encontramos alguns terrenos. Chegamos ao Vale do Ribeirão através de um amigo que já possuía uma propriedade e nos apresentou algumas oportunidades de compra ao nosso alcance, visto que a região estava pouco habitada e não havia ainda acesso para carro.



Vivência de fotografia_ Foto_ Íria Barbosa

Quando chegamos ao vale, em 2003, havia pouquíssimo dos antigos moradores, e a região ainda era marcada pelas explorações de garimpeiros, ações de caçadores e de venda ilegal de madeiras. Avistar pela primeira vez a belíssima paisagem na entrada do vale fez nascer o sentimento de que ali estaria nosso canto. Após um ano de conversa por telefone com o proprietário, concretizamos a compra do terreno em 2004. Porém, ao invés de nos oferecer um terreno, ele nos vendeu dois. Um com 30 tarefas baianas (12,9 hectares) e uma bela mata. O outro, com 10 tarefas baianas (4,3 hectares) e apesar de degradado com pastagem, possuía uma pequena casa de taipa e uma cachoeira ao fundo que se avistava no alto da serra. Optamos por não ficar com os dois terrenos, convidando um casal de amigos para adquirir o maior. Em primeiro lugar, porque não possuíamos nenhuma reserva econômica, em segundo porque acreditávamos que a presença de amigos fosse importante para superarmos coletivamente os desafios de nos fixarmos no vale. Na ocasião, outro casal de amigos desejou comprar um lote dentro do nosso terreno apenas para construir sua casa. Por não concordarmos com o loteamento rural, buscamos outro terreno que acabaram dividindo com outro casal de amigos.

Em pouco tempo, um amigo foi puxando outro e com isso foi crescendo o número de novos proprietários. Em 2005, criamos a Associação do Vale do Ribeirão (ASVALER), e ali manifestamos conjuntamente nosso desejo em transformarmos parte de nossas propriedades em RPPNs. Em 2017, tive um feliz encontro com o promotor de meio ambiente da região, que discutia o interesse em fomentar a criação de uma unidade de conservação na serra da Igreja das Figuras. Ali expressei o desejo em criar as unidades de conservação particulares no vale e nossa busca por parceria. A partir daí construímos uma sólida parceria entre a ASVALER e o Ministério Público no fomento para criação das primeiras RPPNs em Jacobina. O promotor buscou o apoio do Instituto Água Boa, que através do Programa Floresta Legal pôde contribuir para transformar em realidade aquele sonho coletivo. No mesmo ano, foi firmado o convênio entre Ministério Público, Instituto Água Boa, Ynamata, Fundação O Grupo Boticário e proprietários rurais para a realização das pesquisas, sondagens e documentação necessária para as futuras reservas. Em 2018, foram aprovadas, de uma só vez, as sete RPPNs estaduais no Vale do Ribeirão. É válido dizer que essa ação foi um incentivo para a criação de outras reservas na região. Nosso próximo desafio coletivo será a criação dos Planos de Manejo que contemplem as realidades e desejos de cada RPPNista.

Eu, minha companheira e nossos três filhos, passamos a morar no sítio em 2017. Foram muitos desafios enfrentados e que ainda fazem parte de nossa realidade. O maior deles é viver na roça com pouca infraestrutura. Realizamos somente algumas reformas na antiga casa de taipa e passamos a morar nela. O sítio, até então, estava sendo um lugar para fins de semana ou pequenas temporadas, embora já tivéssemos em mente muitos projetos, mas os investimentos foram apenas na melhoria de acesso interno e outras benfeitorias para recebimento de grupos de trabalho.

Nosso maior desafio nesse sentido será a construção de nossa residência de maneira biossustentável. Temos investido na realização de vivências integrativas, recebendo pessoas para práticas de alimentação natural, permacultura, artes e educação ambiental. Estamos nos constituindo como um centro para formação (e transformação) de pessoas no resgate de práticas ancestrais e integração com novas tecnologias aliadas ao convívio saudável com a natureza. Almejamos ampliar as redes de apoio aos projetos e filosofia do sítio a fim de torná-lo autossustentável. Denominamos o sítio como “Terra que Brilha” em referência à busca por nossa ancestralidade africana. Os antigos egípcios referiam-se à Núbia como região onde se encontrava ouro. Coincidentemente (ou não) nascemos e vivemos em uma região fortemente marcada pela cultura da exploração de ouro. Mas acreditamos que a verdadeira terra que brilha é o coração harmonizado com a natureza divina. Somente assim é possível resplandecer a alma humana e entrar no Paraíso que já existe dentro de cada ser.

Próxima página_ Vista da RPPN Terra que Brilha_ Foto_ Íria Barbosa





_besouro de fogo



RPPN Besouro de Fogo

Data de criação: 11 de junho de 2019 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Resolução SIMA nº 40/2019

Nome do(s) proprietário(s): Alessandra Jeszensky e Sándor Kiss

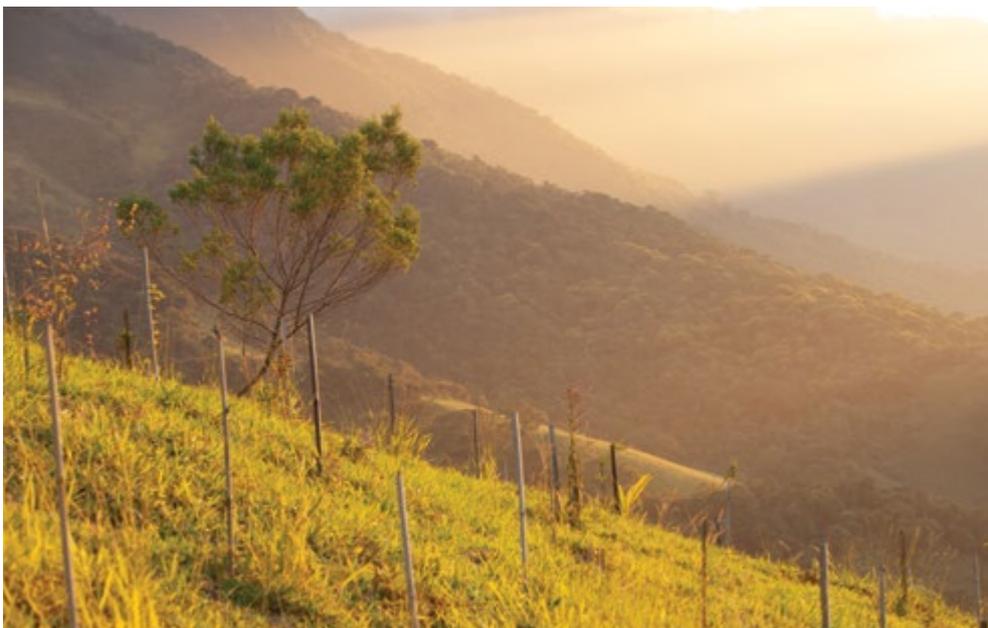
Área da RPPN: 36,21 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): São José do Barreiro **Estado:** São Paulo

Atividades desenvolvidas: Pesquisa Científica

Contato(s): besourodefogo@gmail.com / @na_montanha [Instagram]





*Nós, Sándor e Alessandra
Área de reflorestamento_1ha
Fotos_ Sándor Kiss*

RPPN BESOURO DE FOGO_SP

A semente da nossa RPPN foi plantada por duas mulheres maravilhosas, Margarete e Lúcia, proprietárias da RPPN Morro do Elefante, que fica em Santo Antônio do Rio Grande - MG.

Foi mais ou menos assim:

Para a passagem de ano 2013-2014, procuramos na internet um local com belezas naturais e bem isolado para descansar. Sem agitos e com sons somente vindos da floresta. Encontramos!

No meio de deliciosas conversas com as anfitriãs, aprendemos o significado da sigla RPPN e suas responsabilidades. Sentimos o amor delas pela terra e saímos de lá com a certeza de que um dia teríamos a nossa.

Desde pequenos fazemos parte do grupo de escoteiros da colônia húngara e ali aprendemos a valorizar a natureza e a não ter medo de animais, sejam eles peçonhentos ou não. Mas foi já adultos, através do budismo tibetano, que aprendemos a não matar nenhum ser, por menor e mais "irritante" que possa ser (tipo as porvinhas).

Voltando à RPPN, achar nosso paraíso não foi tarefa simples!

Foram dois anos percorrendo estradas por diversas cidades entre Minas Gerais e São Paulo, usando somente os fins de semana e feriados livres. Conhecemos muitos lugares incríveis, ganhamos experiência e novos amigos.

Mas sempre tem a hora que o coração bate mais forte e a certeza vem junto!

Num feriado de novembro de 2016, encontramos um lugar com tudo que sonhávamos: floresta preservada, área para recuperar, nascentes, pedras no terreno (pois as achamos simplesmente lindas), árvores frutíferas, vista e quem sabe, uma casinha para nos abrigar nos primeiros anos.

Em menos de duas semanas já estávamos no cartório, comemorando essa grande conquista!

A história do nome, veio da nossa primeira noite como co-habitantes da floresta.

Chegamos para passar as primeiras férias de fim de ano e, obviamente, a casinha

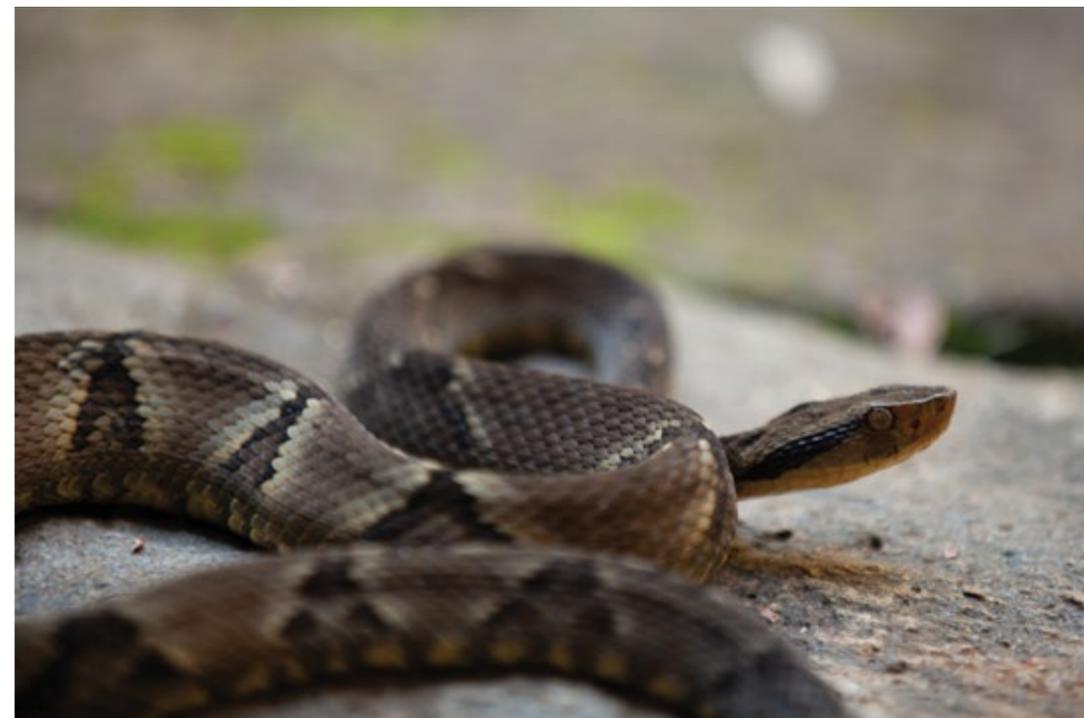
abandonada de pau-a-pique estava precisando de um belo trato. Fomos colocando tudo para fora, limpamos as paredes, lavamos o piso dela todinho e quando saímos no quintal para esperar ela secar, já era noite.

Para nossa surpresa, estava tudo iluminado na parte de fora, a floresta brilhava num tom de verde espetacular e essas luzes não piscavam como fazem os vagalumes. Ficamos encantados e sem saber o que estava acontecendo. Parecia que tínhamos entrado num conto de fadas, passado para uma outra dimensão.

Até que um serzinho desses chegou bem pertinho e pousou na nossa frente. O corpo dele se parecia com uma barata, só que com “olhos verdes” e com uma “lanterna” quadrada no abdômen. Descobrimos que se tratava de besouro-de-fogo (*Pyrophorus noctilucus*), seres com a maior bioluminescência do mundo! E eram muitos!!!



O besouro-de-fogo (*Pyrophorus noctilucus*)_ Foto_ Sándor Kiss



Jararaca jovem (*Bothrops jararaca*)_ Foto_ Sándor Kiss

Aos poucos fomos descobrindo os outros seres da floresta. Na primeira captura da armadilha fotográfica, que instalamos numa toca, apareceu uma jaguatirica macho adulta. Imaginem quanta emoção! Depois dela, na mesma toca, vieram os quatis, os jacus e as pacas. Em outro ponto da floresta apareceram as iraras, as saracuras e os catetos com filhotes. Numa área mais aberta, os lobos-guarás.

Fomos aprendendo também os nomes dos pássaros, das abelhas, das árvores, das ervas, das cobras, aranhas e ratinhos. A diferença entre sapos, pererecas e rãs, o grito das águias, o movimento das nuvens, o coaxar dos sapos que anunciam a chuva. Todo dia uma surpresa, um desafio, um suspiro!

Desde o começo, demos prioridade para o plantio de árvores nativas, pois na nossa percepção, é o que levaria tempo para crescer e frutificar; poderíamos nos arrepender de não ter começado antes.

Entendemos o terreno, a vocação de cada cantinho e delimitamos onde seria destinado à RPPN, onde ficaria preservado e intocado para sempre. E com a ajuda e orientação da Fundação Florestal, fizemos de uma forma que pode ser facilmente ampliada se quisermos no futuro. Hoje ela corresponde a 60% da propriedade.

Para nós tudo fluiu naturalmente, no seu tempo, e em junho de 2019 já estávamos com o título de Reserva averbado na matrícula do imóvel, como era nosso sonho. De deixar um legado para a humanidade e contribuir com o crescimento da conservação voluntária. Nesse mesmo período, lançamos um projeto de reflorestamento através de financiamento coletivo, que uniu muitos amigos que tinham a mesma vontade de fazer a diferença e não só reclamar. A área escolhida reconecta dois fragmentos de floresta, forma um corredor para a fauna, protege e fortalece algumas nascentes que abastecem a cidade e a Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020, plantamos em torno de 1.200 mudas nativas da Mata Atlântica em 1 ha, debaixo de muita chuva, sol forte, suor e alegria! No ano seguinte, mais 500 juçaras dentro da mata.

Os desafios que temos no nosso país são enormes e percebemos que só teremos sucesso se nos unirmos.

Mas o mais importante é mudarmos nossa forma de nos vermos no planeta, como uma espécie que não é superior às outras. Todos os seres têm direito à vida.

Os recursos naturais são finitos e agimos como se não fossem. Cada escolha, cada atitude, cada compra necessária ou não, pode carregar consigo consumo excessivo de água, de veneno, de energia, de escravidão.

Só as áreas preservadas não darão conta de manter o equilíbrio, mas elas fazem parte das ações para adiar o fim do mundo. E nós estamos felizes por ter essa oportunidade de cuidar desse pedaço de paraíso e de oferecer paz a todos os seres que o habitam conosco.

*Alessandra e Sándor
RPPN Besouro de Fogo*

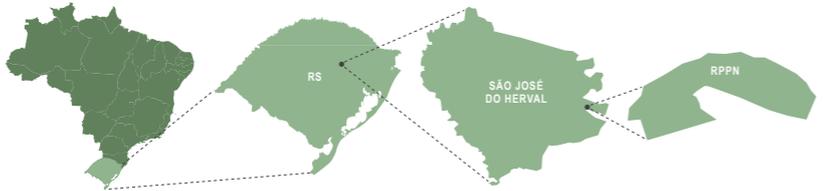


1_ Beija-flor no suinã (*Erythrina*)_ 2_ Cachoeirinha no meio da mata_ 3_ Fungos e líquens, tesouros da floresta
Fotos_ Sándor Kiss

Próxima página_ Clima que mais amamos - neblina_ Fotos_ Sándor Kiss



_salto forqueta



RPPN Salto Forqueta

Data de criação: 04 de novembro de 2019 **Esfera administrativa:** Estadual

Instrumento legal: Portaria SEMA nº 306/2019 e SEMA nº 54/2020

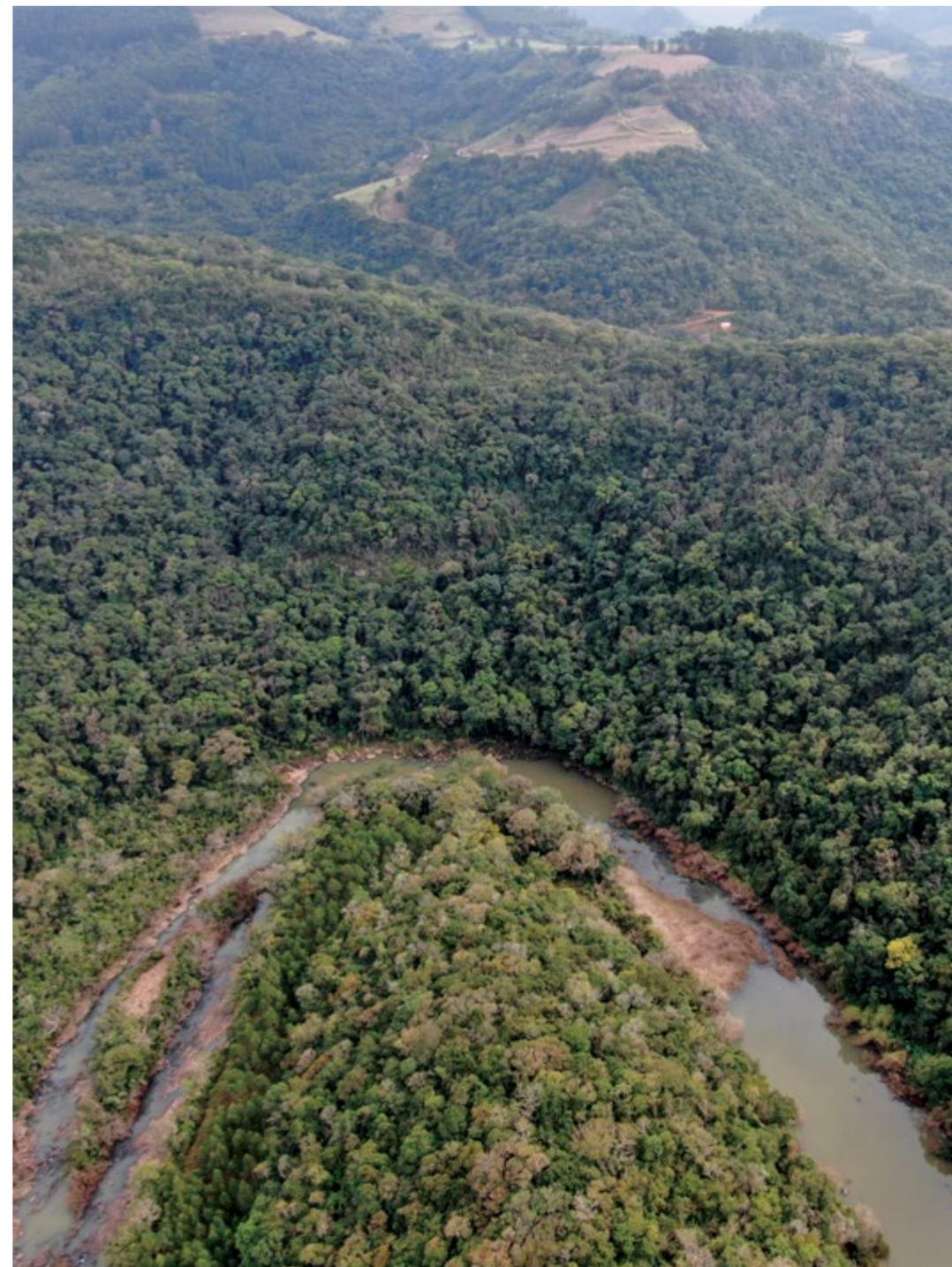
Nome do(s) proprietário(s): Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia

Área da RPPN: 45,46 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): São José do Herval **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental e Pesquisa Científica

Contato(s): geracao@certel.com.br



RPPN SALTO FORQUETA_RS

A Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia Ltda – CERTEL ENERGIA completou 65 anos de história, no ano de 2021. A sua instituição decorre de um esforço de líderes comunitários, no ano de 1956, visando à implantação de uma pequena Central Geradora de Energia na localidade de Harmonia, em Teutônia. O objetivo era fornecer energia aos moradores da comunidade. A associação vinculada a esta iniciativa transformou-se na Cooperativa.

Os princípios do cooperativismo sempre preconizaram a realização de investimentos para a melhoria da qualidade de vida de seus associados. Entre as ações prioritárias da CERTEL ENERGIA sempre houve o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em escolas e comunidades de sua área de atuação. Desde 1985 estes programas foram realizados, em parceria com outras entidades regionais como Secretarias Municipais de Educação, Emater, Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, empresas e entidades comunitárias. Todos os projetos desenvolvidos pelas entidades participantes visavam à conservação ambiental e recuperação de ambientes degradados ou modificados.

Em 1988, a Cooperativa instalou o seu viveiro de mudas florestais com o propósito de disponibilizar mudas de espécies florestais nativas aos associados e projetos da própria Cooperativa e que até hoje fornece mudas para projetos recuperadores e ações comunitárias.

Colaboradores da CERTEL ENERGIA sempre participaram de entidades públicas regionais e estaduais representativas da gestão ambiental. No Comitê de Bacia Hidrográfica Taquari-Antas e também em nível de Estado do RS e entidades representativas do setor, a atuação é constante.

Em síntese, são mais de 35 anos de envolvimento e comprometimento com projetos ambientais.

O investimento na PCH Salto Forqueta, localizada no Rio Forqueta, nos municípios de Putinga e São José do Herval representou o retorno da Cooperativa à geração de energia. Para o empreendimento, muitos Programas Ambientais foram desenvolvidos face ao Licenciamento Ambiental. Entre eles, havia a reserva obrigatória de Área

de Preservação Permanente de 100 metros no entorno do reservatório formado, conforme legislação da época. Nos espaços próximos havia áreas com excelente estado de conservação.

Em uma delas existe uma pequena gruta. Na comunidade, conta-se uma lenda sobre um índio denominado de bugre pelas pessoas da região, que, em determinado período, estaria utilizando esta gruta como sua morada. Moradores da comunidade relatam sobre evidências ligadas a este fato. Portanto, além da cultura histórica da Cooperativa em investir na área ambiental objetivando a conservação ambiental, a existência da gruta e a cultura relacionada a esta lenda motivaram o investimento para a constituição da RPPN.

A aquisição das áreas aconteceu em duas etapas distintas. Inicialmente, foram adquiridos 5,46 hectares no ano 2000. No decorrer dos anos, surgiu a possibilidade de adquirirmos mais glebas conectadas àquela inicial. Os proprietários das áreas não viam nenhuma aptidão produtiva ou econômica, uma vez que elas já se encontravam com a vegetação em estágio clímax ou em estágios médio e avançado de regeneração.

A direção da CERTEL, com base em parecer técnico de colaboradores das áreas de geração de energia e de meio ambiente da empresa, decidiu adquirir mais 40 hectares no entorno da área já adquirida (5,46 ha).

Os principais aspectos que motivaram a decisão de instituir a RPPN foram: cultura histórica da empresa em investir na área ambiental, com programas de educação ambiental, viveiro de mudas nativas e estímulo a projetos comunitários ou públicos de recuperação e conservação ambiental e pesquisa científica; excelente estado de conservação ambiental, com grande diversidade da flora e da fauna; cultura relacionada à gruta existente na área; pouca pressão por atividades antrópicas com potencial poluidor ou de degradação próximas ou dentro da área; possibilidade de interconexão com a área de preservação permanente da PCH Salto Forqueta e outros empreendimentos que formariam APPs, favorecendo a manutenção de corredor ecológico para a fauna; e potencialização da gestão ambiental vinculada à PCH Salto Forqueta.

A RPPN está localizada a 10 km do município de São José do Herval, junto ao curso do Rio Forqueta, aproximadamente 45 km a montante da confluência entre o rio Forqueta e o rio Taquari. Segundo o zoneamento agroecológico e econômico do Estado do Rio Grande do Sul, a área da RPPN está em uma região de transição entre três regiões ecoclimáticas diferentes, a saber: Planalto Superior – Serra do Nordeste, Planalto Médio e Encosta Inferior – Serra do Nordeste. Esta posição intermediária acarreta em uma grande diversidade de habitats, e, conseqüentemente, em uma



Fitofisionomia da RPPN é representativa dos ecossistemas associados_ Foto_ acervo próprio da CERTEL

grande riqueza florística. A formação vegetal da RPPN é característica da Floresta Estacional Semidecidual com a composição florística representada por espécies características. Destaca-se, no extrato superior: mata-olho (*Pachystroma longifolium*), tanheiro (*Alchornea triplinervia*), maria-mole (*Guapira opposita*), camboatá (*Cupania vernalis*) e açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), entre outras; no extrato inferior laranjeira-do-mato (*Actinostemon concolor*), catiguá (*Trichilia clausenii*) e cincho (*Sorocea bonplandii*).

Além do denso estrato arbóreo, outras características credenciam a área para a instituição da RPPN: a riqueza do sub-bosque e de plantas epífitas, onde destacam-se representantes das famílias *Bromeliaceae*, *Cactaceae* e *Orchidaceae*, a fauna associada e seu excelente grau de conservação.

Os solos predominantes na área são fruto da topografia acidentada com encostas inclinadas e densa cobertura vegetal.

Na área da RPPN, além do Rio Forqueta, que é confrontante, existem pequenos cursos que fazem a drenagem natural. Não são cursos d'água perenes, mas servem para o escoamento das águas decorrentes de chuvas e vertentes.

A água na área não apresenta qualquer restrição para o consumo, seja humano ou animal, ou ainda para outros usos. Mesmo assim, a água existente dentro da RPPN serve apenas para a manutenção da biota e o excedente, que é drenado para o Rio Forqueta, servirá para os usos diversos ao longo da sub-bacia.

Na área da RPPN, em estudos vinculados a PCH Salto Forqueta, localizada a montante (250 m), foram identificadas 123 espécies de Ornitofauna, 22 de Mastofauna, 32 de Herpetofauna e 34 de Ictiofauna (no Rio Forqueta). Esta diversidade está associada ao ótimo estado de conservação das áreas da RPPN e foi uma das características importantes que justificaram a escolha desta área.

A RPPN, oficialmente instituída pela Portaria SEMA N° 306, de 04 de novembro de 2019, recebe estudantes de diferentes níveis, associados da Cooperativa, entidades comunitárias e instituições regionais. A partir do reconhecimento das áreas da RPPN e seus propósitos, os visitantes da PCH Salto Forqueta identificam a gestão ambiental desenvolvida e têm uma percepção ainda maior das possibilidades de investimentos de conservação em áreas com boa qualidade ambiental.

A partir da instituição da RPPN, com base na sua capacidade de suporte, o Plano de Manejo tem consolidado as atividades que podem ser desenvolvidas na área, cuja educação ambiental é prioridade e, em especial, a gestão pela sua plena preservação.

Eng° Agr° Ricardo Jasper
Responsável Técnico – Rppn Estadual Salto Forqueta



_pró-mata /pucrs



RPPN Pró-Mata / PUCRS

Data de criação: 03 de setembro de 2019 **Esfera administrativa:** Federal

Instrumento legal: Portaria ICMBio nº 443/2019

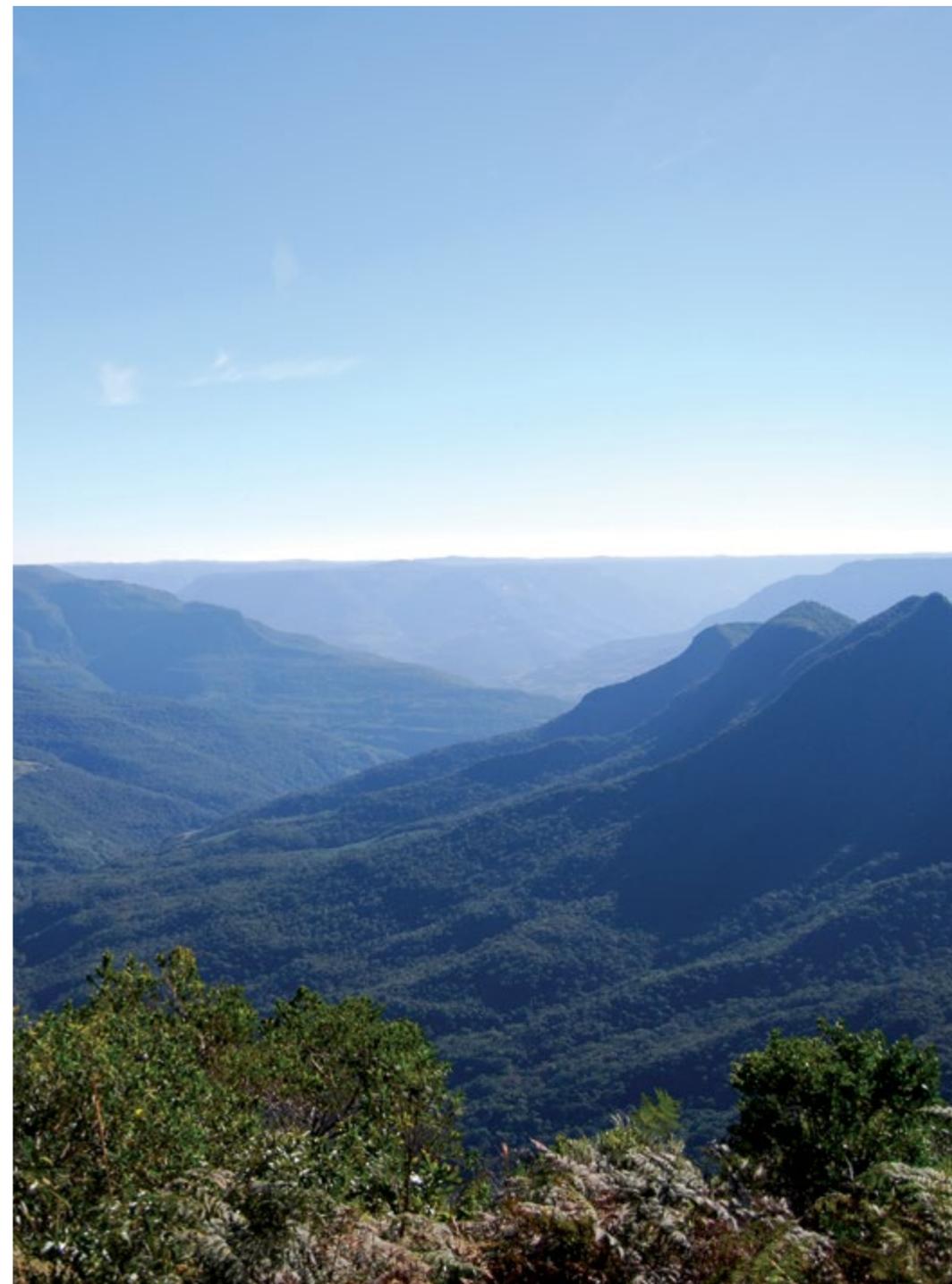
Nome do(s) proprietário(s): União Brasileira de Educação e Assistência

Área da RPPN: 2.398,79 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): São Francisco de Paula **Estado:** Rio Grande do Sul

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Turismo Ecológico

Contato(s): promata@pucrs.br / www.pucrs.br/ima/pro-mata



*Vista do "Mirante das Bananeiras" localizado na trilha de mesmo nome
Observa-se as escarpas da Serra Geral cobertas de Mata Atlântica
Foto_ acervo IMA - PUCRS*

RPPN PRÓ-MATA / PUCRS_RS

A RPPN Pró-Mata, de propriedade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, tem um histórico que remonta à década de 90, quando foram dados os primeiros passos para a sua criação como “Centro de Pesquisas e Conservação da Natureza Pró-Mata - Pró-Mata”, inaugurado em 1996. O projeto que resultou na sua criação teve como propósito o estabelecimento de uma área de conservação, mas que também fosse voltada para o ensino e a pesquisa. A partir desta ideia, iniciou-se um projeto por parte da PUCRS, que contou com a colaboração da Universidade de Tübingen, da Alemanha, e que foi concluído em 1991.

Em um segundo momento, estando o projeto definido, passou-se para a fase de escolha do local, bem como de busca por financiamento. A aquisição das áreas, oriundas de várias propriedades contíguas, foi realizada em 1993, com um aporte expressivo de recursos doados pela empresa STIHL. O município escolhido foi São Francisco de Paula e o local, de difícil acesso, apresentava áreas de florestas primárias e secundárias, bem como campos nativos. Seu principal atrativo, no entanto, foi a monumental beleza cênica, pois estas propriedades situavam-se no limite da borda do Planalto, proporcionando uma vista panorâmica de trechos da Planície Costeira, do Litoral Norte gaúcho, e das encostas cobertas de florestas. Em 05 de outubro de 1994 foi lançada a pedra fundamental da sede do Pró-Mata, sendo que sua construção demandou quase dois anos. Em abril de 1996, foi então inaugurada a sede do Centro, que possui 900 m² distribuídos em alojamentos, laboratórios, refeitório e estruturas de apoio. O Pró-Mata passou a ter, a partir de então, intensa movimentação de estudantes de diversos níveis e pesquisadores de todas as áreas, sendo mantido por todos estes anos pela PUCRS com funcionários responsáveis pelos serviços de alimentação e hotelaria, bem como de manutenção em geral.

Um marco que merece destaque na trajetória do Centro foi a publicação do seu Plano de Manejo em 2011, coordenado pela PUCRS e que contou com a colaboração de dezenas de especialistas. O status de Unidade de Conservação foi alcançado em setembro de 2019, quando o ‘Centro de Pesquisas e Conservação da Natureza Pró-Mata’, então com 23 anos desde a sua criação, foi reconhecido oficialmente como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, passando a chamar-se RPPN Pró-Mata/PUCRS.



1_ Vista do mirante localizado na “Trilha do Lago” tendo o Litoral Norte gaúcho ao fundo

2_ Pôr do sol visto do principal mirante voltado para a área de convivência da sede (refeitório e sala de estar), com o Litoral Norte gaúcho ao fundo

Fotos_ acervo IMA - PUCRS



A singularidade da RPPN Pró-Mata é dada por três características principais que se inter-relacionam: a presença de substanciais ecossistemas remanescentes primários e em regeneração do Domínio da Mata Atlântica – estando incluída na Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a sua posição funcionando como corredor ecológico entre Unidades de Conservação da região e a sua monumental beleza cênica. Mais especificamente, ocorrem de forma muito peculiar os campos nativos do Planalto, excluídos de distúrbio por pastejo e fogo desde 1994, além das extensas áreas com belos pinheirais (Floresta com Araucária, também denominada Floresta Ombrófila Mista) contínuos ao longo da borda do Planalto, que por vezes terminam em escarpas abruptas. Nos topos das montanhas e/ou próximos a estas, nas encostas, abunda a verdejante Floresta Ombrófila Densa, também denominada Floresta Pluvial Perenifolia Atlântica ou Mata Atlântica stricto sensu, que abriga uma notável riqueza de elementos tropicais da flora e fauna. Estes ecossistemas e suas transições – ecótonos – representam, na RPPN Pró-Mata e entorno, uma considerável parte das florestas nativas do Estado do Rio Grande do Sul, que são tombadas pela UNESCO compondo a Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida internacionalmente como um dos 25 hotspots de biodiversidade mundial. Neste contexto, a riqueza de espécies por grupo taxonômico na Reserva e entorno é notável, sendo atribuída, em grande parte, à persistência de habitats extensos e diversificados em uma complexa paisagem.

Desde a implantação da sede da RPPN Pró-Mata, vêm ocorrendo inúmeras atividades curriculares da Graduação e Pós-Graduação da PUCRS e de outras instituições de ensino superior nacionais (UFRGS) e internacionais (Universidade de Tübingen e Universidade de Rottenburg, Alemanha, por exemplo).

Ao longo desta trajetória são contabilizados 215 projetos de pesquisa, considerando-se os já concluídos e os em andamento, e cerca de 140 publicações, entre capítulos de livros, relatórios, monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Merecem destaque, pelo caráter de divulgação científica para o público em geral, a publicação recente de dois guias, um Guia de Pegadas e um Guia de Flora, ambos disponíveis em formato digital.

No âmbito da extensão, atividades em parceria com outras instituições (prefeituras municipais de São Francisco de Paula e de Maquiné e as ONGs CURICACA e ANAMA) foram realizadas no sentido de divulgar o conhecimento científico e, ao mesmo tempo, dialogar com a experiência e saberes tradicionais, através de projetos (mostras, seminários, cursos) que promovessem o desenvolvimento sustentável.

1_ Flores de (*Senecio promatensis*), espécie arbustiva endêmica da RPPN Pró-Mata e ameaçada de extinção (categoria de ameaça “Criticamente em Perigo”)

2_ Flores de (*Fuchsia regia*), conhecida como “brinco-de-princesa”

Esta trepadeira, típica desta região de altitude, pode ser encontrada em floração em quase todos os meses do ano Considerada a “Flor símbolo do Rio Grande do Sul”

Fotos_ acervo IMA - PUCRS



No âmbito político da conservação e desenvolvimento sustentável, a RPPN Pró-Mata atuou e atua em fóruns regionais e nacionais tendo representação nos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação e no Comitê Estadual e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A história da RPPN Pró-Mata compartilhada aqui é sem dúvida uma trajetória de sucesso e com enorme potencial futuro. Dentre seus diferenciais podemos citar a infraestrutura invejável, com capacidade para ministrar cursos e realizar pesquisas biológicas no local, tendo internet com wifi, sala de aula com recursos audiovisuais, seis laboratórios equipados, quartos coletivos e suítes individuais, refeitório e ainda um posto avançado dentro da reserva para abrigar até oito pesquisadores. Até o momento, toda esta infraestrutura foi empregada para fins educacionais ou científicos, mas apresenta grande potencial de aproveitamento para atividades de ecoturismo, tendo em vista a vocação do local em termos paisagísticos. Outro diferencial que merece ser citado é o acúmulo de conhecimento sobre a biodiversidade, como destacado no número de projetos e publicações ao longo destes 25 anos de existência.

Neste sentido, recentemente a RPPN Pró-Mata passou a abrigar um projeto de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), com potencial de gerar dados de biodiversidade ainda mais completos e atrair pesquisadores nacionais e internacionais pelo caráter de projeto de longa duração.

Dentre os desafios, destaca-se a revisão do Plano de Manejo, 2011, realizado à luz do recente status de RPPN e a ampliação das atividades para também contemplar o ecoturismo, ao mesmo tempo em que a pesquisa científica e a contribuição para a educação ambiental são fortalecidas.

- 1_ Interior de um trecho de Floresta com Araucária com exemplares de "xaxim" (*Dicksonia sellowiana*), samambaia típica desta formação e ameaçada de extinção (categoria de ameaça "Em perigo")
2_ Vista do interior da floresta na "Trilha do Lago".
Fotos_ acervo IMA - PUCRS

Próxima página_ Vista aérea da sede da RPPN Pró-Mata / PUCRS evidenciando a localização privilegiada e a espetacular beleza cênica, com florestas de encosta no entorno e o Litoral Norte gaúcho ao fundo
Foto_ acervo IMA - PUCRS





_raibert



RPPN Raibert

Data de criação: 18 de agosto de 2020

Esfera administrativa: Estadual

Instrumento legal: Portaria INEA/RJ/PRES nº 949/2020

Nome do(s) proprietário(s): Cesar Raibert Valverde

Área da RPPN: 7,40 hectares

Bioma(s): Mata Atlântica

Município(s): Nova Friburgo

Estado: Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Turismo Ecológico

Contato(s): cesarraibertvalverde@gmail.com / <https://rppnraibert.blogspot.com>



RPPN RAIBERT_RJ

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Raibert (RPPN Raibert) está localizada no distrito de Lumiar, em Nova Friburgo. O seu proprietário é o Engenheiro Mecânico Cesar Raibert Valverde, que por suas origens estarem ligadas aos primeiros colonos suíços e alemães de Nova Friburgo, batizou a RPPN com o sobrenome de sua família. Os Raibert vieram de Langenbergheim, Hessen, na Alemanha, e chegaram à Nova Friburgo em 3 de maio de 1824.

Os laços familiares friburguenses de Cesar Raibert Valverde, sempre o levaram para frequentar a casa de seus parentes em áreas bem protegidas de Mata Atlântica. Uma das lembranças mais marcantes de sua infância, se deu na Parada Folly, na casa de seus tios avós Joana Raibert e João Magliano, lá pelos anos 1960. Eles residiam ao lado da pequena usina hidroelétrica da região e o tio João era o único funcionário na usina. Ele fazia de tudo, desde cuidar da captação de água, até fazer as marcações dos consumos nas residências das famílias, além, é claro, de fazer funcionar a usina. Em uma das vezes que eu o acompanhei até a captação no rio, ele me mostrou pegadas de onça; elas eram enormes, e ele me disse que só em áreas com muita mata é que elas apareciam. Nesse mesmo dia, também vimos umas tartarugas que dobravam o pescoço; enfim, tudo isso fez surgir um sonho de proteger o meio ambiente que passou a fazer parte do meu dia a dia.

Foram anos economizando para poder comprar um sítio, quando finalmente, em novembro de 2000, Cesar adquiriu uma propriedade de 13,17ha, no charmoso distrito de Lumiar, e desde então, plantou milhares de mudas do bioma Mata Atlântica, reflorestou várias áreas e um especial destaque para a mata ciliar do Rio Macaé, que foi totalmente recuperada.

A publicação, no Diário Oficial, da portaria definitiva do INEA oficializando a criação da RPPN Raibert, ocorreu em 18 de agosto de 2020.

Foi a concretização de um sonho de vida. Cesar diz que: “Acordar com os pássaros, vê-los utilizando os recursos da RPPN Raibert, buscando se alimentar de frutos, sementes, bebendo água das nascentes, etc, eles espalham as sementes para germinarem em outras localidades, como se fossem jardineiros da Mata Atlântica. Observar as borboletas, abelhas, insetos de forma geral, interagindo com o bioma

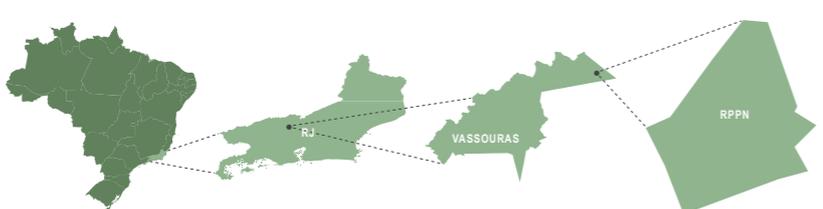
protegido e contribuindo com a polinização, além de buscarem seus alimentos. Poder caminhar nas trilhas e nos depararmos com a visão ou os rastros deixados pela fauna. Já vi diversas vezes as lontras nadando no rio Macaé e a abundância de peixes como os acarás, os lambaris, os cascudos, contribuem para sua alimentação. A onça e a jaguatirica deixam suas pegadas para que lembremos que aquele é seu território de caça e temos sim que respeitá-lo e protegê-lo. Os quatis, os tatus, as pacas e os macacos também são vistos com frequência, provando que todo o elo da cadeia está em harmonia. Enfim, valeu todo sacrifício para poder deixar o bioma Mata Atlântica preservado para sempre na RPPN Raibert.”



1_ Rio Macaé
2_ Lagarta amarela
3_ Swartzia simplex
Fotos_ Cesar Raibert Valverde



_mauro romano



RPPN Mauro Romano

Data de criação: 29 de dezembro de 2020 **Esfera administrativa:** Municipal

Instrumento legal: Decreto Municipal nº 4.744/2020

Nome do(s) proprietário(s): Associação Civil Vale Verdejante

Área da RPPN: 2,20 hectares **Bioma(s):** Mata Atlântica

Município(s): Vassouras **Estado:** Rio de Janeiro

Atividades desenvolvidas: Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Turismo Ecológico e Sistema Agroflorestal (SAF)

Contato(s): contato@valeverdejante.org.br / denise.thome@valeverdejante.org.br / www.valeverdejante.org.br / @valeverdejante [Instagram]





2017_ Educação ambiental com crianças_ adubação verde_ Foto_ Denise Thomé da Silva

RPPN MAURO ROMANO_RJ

Quando minha mãe chegou pela primeira vez ao lugarejo chamado Andrade Costa, no estado do Rio de Janeiro, onde hoje se localiza a RPPN Mauro Romano, resultante de esforços da Associação Civil Vale Verdejante, ela era uma jovem do Rio de Janeiro e eu sequer era nascida.

Na época, meados dos anos 1940, essas terras se encontravam quase todas elas cobertas apenas por vegetação rasteira, depois de décadas de exploração cafeeira no Vale do Paraíba.

Das janelas da Fazenda Santa Inês, dedicada à pecuária, minha mãe via os morros pelados. Minha família seguiu frequentando o local, assim como eu ao longo de toda a vida, porém mais de 60 anos depois, os morros sem vegetação eram os mesmos que víamos dos outros sítios que acabamos habitando no mesmo lugarejo. De minha parte, eu sabia que algo precisava ser feito (para reflorestá-los), então comecei a estudar estratégias de atuação no meio ambiente.

As terras do Vale do Paraíba, onde se encontra Vassouras, município no qual se localiza Andrade Costa, vêm sendo desbravadas desde a época posterior ao descobrimento, principalmente por conta da cultura do café, mas também da pecuária extensiva. Para conseguir plantar café de forma mais rápida, grandes extensões de floresta de Mata Atlântica foram derrubadas e queimadas. A terra se esgotou. A cobertura florestal natural saiu de 82% da área original para cerca de 5%. Apesar dessa destruição, até hoje, ainda são poucas as iniciativas de restauração na região, sendo a maioria focada em reflorestamento de eucalipto.

Eu e meu marido, Mauro Romano, que também cresceu frequentando este lugar, passamos a nos reunir com moradores do local pensando em como implementar um projeto que reunisse oportunidades de trabalho e renda para alguns caseiros da localidade.

Frequentando a região como sitiante, essa era a conjuntura que conhecíamos, quando surgiu a ideia de constituir um grupo de funcionários dos sítios que pudessem complementar sua renda com a produção de mudas ornamentais, sendo estas resultantes das podas sazonais que ocorrem nos sítios. Desta forma, iniciaríamos

um negócio com despesa quase zero que complementar a renda destes caseiros. Concebemos a ideia de uma associação e, num processo participativo, escolhemos o nome de Vale Verdejante.

O projeto estava começando a dar seus primeiros frutos quando perdi meu marido em um acidente aéreo. Já em uma idade madura, com três filhos criados, o projeto da Vale Verdejante era a nossa meta para os anos que viriam. Se de algo eu tinha a certeza era de que não poderia abandonar esse nosso sonho, mesmo diante das circunstâncias mais tristes. Por conta do acidente, acabei recebendo uma indenização a qual me permitiu comprar uma área de três ha em 2008. A partir dali, foram muitos aprendizados.

A ideia de oferecer ao Mauro uma floresta que permanecerá por toda a eternidade terrena, tornou-se um objetivo de vida. Um local onde suas cinzas, bem como as minhas, pudessem estar simplesmente ali, compondo a riqueza daquele solo, misturada à biodiversidade e toda a beleza da natureza transformadora. Projetos pequenos, como o nosso, desenvolvidos por pessoas que não necessariamente têm informações suficientes ou financiamento farto, acabam nos envolvendo por inteiro. Assim, tive que aprender desde a importância das abelhas nativas para a polinização até acabar envolvida com comitês de bacia, ao identificar o quanto as nascentes eram fundamentais se quiséssemos começar um processo de reflorestamento na nossa região.

Algo também muito importante neste processo foi aprender sobre como as árvores têm tempos e características diferentes.

Lembro do primeiro tamboril que crescia a olhos vistos, tendo seu destaque na floresta; também tivemos o plantio de 33 guapuruvus dos quais somente três vingaram, pois estávamos no auge da crise hídrica de 2014. Ganhávamos as mudas e, às vezes, vinham em número excessivo de uma mesma espécie e tínhamos que trocar ou buscar outros exemplares com apoiadores. Plantávamos com sol ou com chuva. E, dentro do escopo do projeto que denominamos "Reflorestamento com Participação Comunitária", anualmente em novembro, mês de chuvas, plantamos 500 árvores nativas. Nestes eventos, recebíamos em torno de 200 pessoas de escolas, universidades, incluindo a população da região.

Aos poucos, o vale começou a verdejar. No primeiro ano foram plantadas 500 mudas de nativas, no segundo, 1.000 e, nos subsequentes, 500. Em 13 anos, já eram 7.000 mudas plantadas e quase 80% das árvores seguem de pé.



1_ 2010_ Atividade de Educação ambiental_ 2_ Início do reflorestamento na face Sul_ 2010
Fotos_ Denise Thomé da Silva



2017_ Educação ambiental com crianças_ adubação verde_ Foto_ Denise Thomé da Silva

A nossa sede foi construída somente em 2014 e, até esta data, não tínhamos sequer banheiro para o evento com 200 pessoas. Mesmo assim, era lindo ver e plantar, uma a uma, 500 árvores que logo nos dariam sombra, frutos e uma biodiversidade magnífica.

Fomos vendo nossas árvores atingirem grandes alturas e folhagens exuberantes. Nosso solo que era bem pobre, já estava repleto de vida! A biodiversidade foi chegando e aconchegando. Todo esse processo foi nos permitindo ver a fauna que surge, desde pássaros com seus filhotes, mamíferos, como porco-espinho, coelhos selvagens, furões, tatus e até um jaguarundi.

Até aquele momento, eu era uma gerente de banco apaixonada por meio ambiente, estudiosa do assunto, mãe de três filhos e consciente de que algo precisava ser feito. Como se tratava de um projeto pequeno, numa cidade com 800 habitantes, conseguir patrocínio foi um desafio.

Nunca desistimos de continuar plantando aquilo a que nos propusemos e de sermos reconhecidos, pelos órgãos competentes como Unidade de Conservação. Seguimos devagar e sempre. Assim, após 15 anos da fundação do Vale Verdejante, 12 anos do nosso primeiro plantio e de já sermos reconhecidos como Posto Avançado Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, nosso parque ecológico conquistou o título de RPPN Mauro Romano.

Com a criação da Lei que autoriza a Prefeitura de Vassouras a criar suas próprias RPPNs municipais, foi possível assinar o decreto de criação da primeira RPPN do município.

O que era um pedaço de terra exaurida e sem árvores ou vegetação com mais de meio metro, em alguns anos, tornou-se uma floresta jovem. Olhando de longe, minha mãe e meus três netos não encontram mais um morro pelado, mas sim, veem embaúbas, mulungus, tamboris e ouvem os piados das saracuras, pica-paus, e o alegre canto dos canarinhos. Eu também vejo, eu também os escuto. E agora, já sei, eles podem permanecer por lá por muitas outras gerações.

Próxima página_ 2021_ Início da Trilha dos Jequitibás_ Foto_ Denise Thomé da Silva



VALE Verdejuda

RESERVAÇÃO FLORESTAL
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
REGATE CULTURAL
INSTITUIÇÃO AMBIENTAL
APOIO À PESQUISA
AGROECOLOGIA

SOMOS SONHADORES...
Somos um grupo de pessoas que acredita que uma vida mais harmoniosa está a natureza e pessoas.
Sabemos de mais a importância da conservação do meio ambiente e estamos comprometidos em sua defesa e recuperação.
Com o compromisso e dedicação, temos realizado inúmeras ações e estamos com a colaboração da comunidade de Andrade Lima, para criar um ambiente de equilíbrio profissional, social e ambiental.

- 1 Sede
- 2 Dinha dos Jequitibá
- 3 Mirante
- 4 Trilha das Juazeiras
- 5 Algodão
- 6 Ilgrica
- 7 Corrego do boqui
- 8 Mata Alim
- 9 Mochizitis
- 10 Canteiros Agroecológicos
- 11 Canteiros em Sistema Agroflorestal



POSFÁCIO

“É NECESSÁRIO COMPARTILHAR PARA CONSERVAR”

Prezado(a) leitor(a), você chegou até aqui passando por “nascentes e riachos em vários cursos d’água de águas límpidas”, “céus estrelados” e jardins que, além de “plantas, árvores, flores, sementes, animais”, abrigam “sonhos”, dando “força, coragem e inteligência ao espírito do seu guardião”, pôde acompanhar as “árvores atingirem grandes alturas e folhagem exuberantes” e ver “a floresta brilhar num tom de verde espetacular”. Acredito que essa obra mostrou a pluralidade de caminhos que levam às RPPNs e como cada Reserva é singular em todos os seus aspectos.

Quem é RPPNista possivelmente já foi chamado de louco ou de santo, por destinarem as suas propriedades para a preservação permanente. Muita gente não compreende isso. Penso que os RPPNistas têm a alma de POETA! O poeta enxerga para além do óbvio, tem a capacidade de se emocionar com coisas simples e extraordinárias, como o canto de um pássaro; ele oferece a sua voz para o outro e olha para o mundo à contrapelo, criando novos sentidos para a existência. Eis o que também faz um poeta: “se embrenhar numa luta suave e desvairada/ enquanto a rosa orvalhada/ se vai entreabrindo devagar”, como afirmou o saudoso autor de “Os Estatutos do Homem”, Thiago de Mello.

A realidade da natureza se expressa em linguagem poética e as imagens e os textos deste livro nos mostram isso, apresentando modelos alternativos de relação com o nosso lar comum, entrevemos um mundo onde o ser humano pode viver de forma harmônica, respeitando a biodiversidade. O RPPNista tem consciência de que “encontrou um tesouro” que deve ser preservado, e ele é um educador, pois, é sabedor de que “cadeados, muros, cercas não são suficientes para proteger a riqueza do patrimônio natural”. A gestão das RPPNs e as variadas relações que ela suscita mostram que “É NECESSÁRIO COMPARTILHAR PARA CONSERVAR”, e que “as pessoas cuidam do que conhecem, e aprendem a respeitar”.

Há caminhos que podem levar a sociedade para os campos da sustentabilidade, e essa obra indica alguns deles: “educação ambiental, ciência cidadã, soluções sociais, articulações institucionais, intercâmbio de boas práticas e disseminação de informação de qualidade com linguagem adequada a cada público”, combater “práticas agrícolas danosas, ainda em uso [...], que degradam o solo e destroem a biodiversidade”, essas e outras atitudes são capazes de “mover o mundo com excelência e respeito às pessoas”.

Os RPPNistas contaram os seus sonhos, alguns deles de infância, como o “de um menino do campo, que um dia imaginava ter sua floresta para passear nas ilusões”, outros como “salvar o planeta”, “proteger a nave mãe Terra”, e também o “sonho de conexão”. O sonho é uma experiência da qual participa o inconsciente, alicerce para anseios profundos capazes de motivar ações como as que levaram esse valoroso grupo de ambientalistas a escolher percorrer um caminho de volta à natureza. Certo é que, olhar o mundo através das lentes dos RPPNistas aquece o coração, inspira e fortalece a esperança.

O livro RPPNs para sempre: contos, encantos e desafios contém histórias cheias de encantamento, abri-lo é como passear por um álbum de família, onde nada é fruto do acaso ou está desprovido de significado. Essa partilha sensível é reveladora de que há um processo de transformação em curso no mundo, e de que somos testemunhas ativas de uma transição que não pode mais esperar: cuidar do Planeta é cuidar de nós mesmos, e a garantia de uma vida próspera e saudável para as futuras gerações. Sabemos que, embora o Brasil seja um dos países mais biodiversos do planeta, o que passa a ideia errônea de que possui recursos ilimitados, os seus biomas estão vulneráveis e necessitam ser protegidos. Nesse sentido, os RPPNistas mostram a força e o compromisso de uma parcela crescente da sociedade civil frente a essa situação, certos de que “contribuir com a preservação e a biodiversidade da natureza é profetizar um futuro melhor para a humanidade”.

Renata Bomfim

Poeta e proprietária da RPPN Reluz/ES





DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RELATOS RECEBIDOS
POR ESTADO DA FEDERAÇÃO



LINHA DO TEMPO

1934_ O Código Florestal destinou espaços naturais para proteção por iniciativa dos proprietários rurais, as Florestas Protetoras. Estas florestas podiam ser consideradas uma modalidade de reserva privada, pois permaneciam de posse e domínio do proprietário particular e eram inalienáveis sendo consideradas de conservação perene.

1965_ A Lei 4771 de 1965, em seu artigo 6º, previa que o proprietário de floresta não preservada poderia gravá-la com perpetuidade. Este artigo não contou com qualquer aplicação ou regulamentação desde 1965 até a década de 1990.

1977_ Um grupo de proprietários do Rio Grande do Sul sentiu a necessidade de dar proteção oficial ao seu patrimônio em face da pressão que sofria de caçadores. A Portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) nº 327 determinou o reconhecimento de terras privadas, onde a caça foi proibida. Eram os Refúgios Particulares de Animais Nativos.

1988_ A nova Portaria do IBDF, de nº 217, instituiu as Reservas Particulares de Fauna e Flora – RPF. Foram ampliados os elementos de preservação dentro da propriedade privada, estendendo a proteção não só à fauna. Outro ponto importante dessa segunda portaria foi o art. 8º, que colocava as RPFs na categoria de proteção integral – sendo proibido o desmatamento, a coleta, a apanha, a captura, a caça ou as ações humanas que provocassem alterações na reserva.

1990_ Em 31 de janeiro de 1990, a portaria se tornou o Decreto nº 98.914, que criou a figura da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Ficou instituído o caráter perpétuo da reserva.

1996_ Decreto Federal nº 1.922: estabelece a possibilidade de reconhecimento da RPPN pelos órgãos ambientais estaduais. A utilização da reserva é somente para pesquisa científica, cultura, educação, recreação e lazer, mantendo, assim, o seu caráter de proteção integral.

2000_ Lei nº 9.985: dá à RPPN o status de Unidade de Conservação e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A criação da RPPN se mantém como ato voluntário do proprietário, que pode destinar toda a sua propriedade ou apenas parte dela para a preservação.

2002_ Decreto Federal nº 4.340: regulamenta a Lei do SNUC.

2006_ Decreto Federal nº 5.746: atualiza os procedimentos para a criação e reconhecimento da RPPN. Ano também da criação da primeira versão do cadastro das RPPNs brasileiras, em uma iniciativa voluntária e colaborativa, articulada pela CNRPPN. A segunda versão atualmente disponível no site da CNRPPN – www.rppn.org.br – é a base de dados mais completa sobre RPPNs no país.

ORGANIZADORES



Alessandra Jeszensky

Produtora executiva e gerente financeira na Agência Carme, gestora da RPPN Besouro de Fogo e membro do Conselho de Turismo de São José do Barreiro. Formada em Hotelaria, é também escoteira, artesã, agricultora, budista, vegana e amante de todas as formas de vida.



Ana Maria Juliano

Advogada, especializada em Direito Ambiental e Bióloga. Mestre em Biologia da Conservação. Presidente da Charrua Associação de Proprietários de RPPNs do RS, Conselheira da CNRPPN - Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN). Gestora da RPPN Fazenda Morro Sapucaia e autora de "RPPN – Um novo Conceito de Propriedade", Oikos, 2011.



Andressa Novaes Lima

Andressa Novaes Lima - Bióloga, doutora em Botânica / PhD em Ecologia de Ecossistemas Neotropicais pela Escola Nacional de Botânica Tropical-JBRJ. Atual Conselheira da Associação de RPPNs de Minas Gerais – Membro da IUCN – CMAP Brasil. Diretora Executiva do Instituto Sul Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza.



Angela Leony

Arquiteta, Urbanista e Bióloga com aprofundamento em Gestão Ambiental. Mestre em Geografia. Atuou como gestora de várias Unidades de Conservação do Governo do Estado da Bahia e, atualmente, faz a gestão da sua própria UC, a RPPN Pico do Barbado, (BA). Conselheira do PARNA Chapada Diamantina, da APA Marimbus/Iraquara e dos Conselhos de Turismo dos municípios de Piatã e de Abaira. Articuladora da Bahia na CNRPPN.



Angelo Guimarães Simão

Pesquisador. Doutorando em Sustentabilidade Ambiental Urbana. Mestre em Organizações e Desenvolvimento. Conselheiro da Associação dos Protetores de Áreas Verdes do Paraná (APAVE) e Diretor de Comunicação da Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN). Guardiã da RPPN Refúgio Carolina - Campo Largo (PR).



Dinha Ferrero

Cursou Artes Visuais em São Paulo (FAAP) e Produção Multimídia na Bahia (UniJorge). Foi Coordenadora de Arte na TVE da Bahia; Diretora de Arte do Museu de Arte Moderna da Bahia; e Diretora Editorial e de Arte da 3ª Bienal da Bahia. Atualmente tem seu estúdio de design, é curadora do Museu do Mato, em Mucugê, Chapada Diamantina, município onde é Conselheira de Cultura.



Livia Vieira Cavalcanti

Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mesma universidade onde concluiu o bacharelado em Ecologia (2019). Agrega ao currículo a graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela UFRN (2005) e uma pós-graduação em Estratégias de Comunicação em Mídias Digitais pela faculdade Estácio do Rio Grande do Norte (2013). Atualmente é membro do Comitê Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Rio Grande do Norte (Comitê RPPN).



Marcello Pinto de Almeida

Engenheiro Florestal e Mestre em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutorado em andamento. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq em Conservação da Natureza e Manejo de Áreas Protegidas. Colaborador técnico do Laboratório de Conservação da Natureza (UFV).



Maria Cristina Weyland Vieira

Bacharel em Geografia (PUC/RJ), Mestre em Geociências e Doutora em Engenharia de Produção (UFRJ). Presidente da Associação Nacional de RPPNs e Reservas Privadas de Minas Gerais, Presidente do Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Coordenação da Natureza, Secretária Geral da Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN). Diretora Técnica da Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN) e atual Ponto Focal no Brasil da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN.



Maria D. S. Mourão

Bióloga, Mestre em Ecologia Aplicada à Biodiversidade e Unidades de Conservação-avaliação, monitoramento, manejo e gestão da biodiversidade, pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ENBT). Gestora, Educadora, Consultora Ambiental. Perita Judicial Ambiental, Guia de Turismo e Sócia Fundadora da Rapé Tur Experiências. Integrante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Grupo de Trabalho para Elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental de Magé, Rio de Janeiro.



Renata Bomfim

Professora Doutora em Letras pela UFES e Pesquisadora do CNPq. Escritora, poeta e ensaísta membro da Academia Espírito-santense de Letras (AEL). Autora da Revista literária Letra e Fel. Ativista ambiental criadora e gestora da RPPN Reluz/ ES. Membro do Conselho Regional de Meio Ambiente do ES (CONREMA) e Articuladora Regional da Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN). Fundadora e Presidente do Instituto Ambiental Reluz.

CRÉDITOS

RPPNS PARA SEMPRE: CONTOS, ENCANTOS E DESAFIOS

ORGANIZADORES

Alessandra Carla Moretti Jeszensky
Ana Maria Juliano
Andressa Novaes Lima
Angela Leony
Angelo Guimarães Simão
Livia Vieira Cavalcanti
Marcello Pinto de Almeida
Maria Cristina Weyland Vieira
Maria D. S. Mourão
Renata Bomfim

DESIGN GRÁFICO

Dinha Ferrero

FOTO DA CAPA

Sándor Kiss

ILUSTRAÇÃO (Beija-Flor)

Lica Moniz

REALIZAÇÃO

Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN)

Associação de RPPNs de Minas Gerais (ARPEMG)

Associação de Proprietários de RPPNs
do Rio Grande do Sul (CHARRUA)

Instituto Ambiental Reluz (IAR)

Associação dos Protetores de Áreas Verdes do Paraná (APAVE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

RPPNs para sempre [livro eletrônico] : contos, encantos e desafios. -- 1. ed. -- Sapucaia do Sul, RS : Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), 2023. -- (RPPNs para sempre ; 1) PDF.

Vários autores.
ISBN 978-65-999541-0-8

1. Biodiversidade 2. Educação ambiental
3. Meio ambiente 4. Poesia brasileira 5. Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)
6. Unidades de conservação I. Série.

22-140275

CDD-B869.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Antologia : Literatura brasileira B869.8

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129







RPPNs para sempre: contos, encantos e desafios